

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**DE CAMELÔS A LOJISTAS**

**Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre-RS**

**MOISÉS KOPPER**

Porto Alegre

2012

**MOISÉS KOPPER**

**DE CAMELÔS A LOJISTAS**

**Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2012

**Moisés Kopper**

**DE CAMELÔS A LOJISTAS**

**Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.º Dr. Ariel Wilkis

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Lúcia Müller

---

Prof.º Dr. Ruben George Oliven

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Cornélia Eckert

---

Prof.º Dr. Arlei Sander Damo (orientador)

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esta dissertação de mestrado ao meu parceiro de pesquisa, Juliano Fripp, e aos camelôs da ASFERAP, a partir de cuja convivência, ao longo dos três anos que constituíram meu trabalho de campo, aprendi a fazer etnografia. É, pois, com impagável gratidão que me dirijo, inicialmente, a Diva, Marilda, seu Zé, Giza, Maria de Lourdes, Valdir, Anselmo, Ângela, Vera, entre tantos outros – esses mestres da arte de viver e sobreviver com inventividade aos desafios –, na esperança de que este texto seja uma pequena retribuição ao sem número de horas que dispensaram, mesmo sem o imaginar, na minha formação pessoal e profissional. Esta dissertação também não seria a mesma sem aqueles que, mesmo a partir de outras perspectivas de engajamento no processo, dispuseram-se à entrevista. Agradeço a Alfonso Limberger, pelas rápidas porém produtivas conversas; a Alex, pelos diálogos regados de teoria e política; e, não menos importante, a Elaine Deboni e Idenir Cecchim, que se dispuseram, cada qual, a receber-me em seus gabinetes e a abrir suas narrativas.

Agradeço ao suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me oportunizou um estágio com bolsa na Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), em Buenos Aires, Argentina; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e ao Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas (NUPECS), seus mestres, professores e colegas, através de cujo diálogo construí o essencial de como penso a antropologia e, de forma particular, a etnografia. Àqueles que leram capítulos, artigos, ou partes da dissertação, um agradecimento à parte. Com os colegas e companheiros da turma de 2010 do mestrado, dividi muitos dos momentos angustiantes e instigantes da formação acadêmica; devo um agradecimento especial à Lizi e ao Rodrigo, com quem compartilhei experiências e leituras.

Em muitas outras ocasiões tive a oportunidade de discutir alguns dos argumentos que ora apresento. Agradeço, sobretudo, às redes de diálogo constituídas através dos fóruns da ABA e da RAM; às discussões, durante o ENEC, com Rosana Pinheiro Machado, Fernando Rabossi e Lenin Pires, estes dois últimos do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia do



Museu Nacional/UFRJ; e às conversas com Ariel Wilkis e Alexandre Roig, do Centro de Estudios Sociales de la Economía, da UNSAM, durante o período que estive naquele país. Ao grupo de estudos de Empresas e Organizações, da PUC-RS, coordenado por Lúcia Müller e Mauro Roese, sou grato pelos momentos de diálogo.

O período que passei em Buenos Aires merece agradecimentos à parte. Início por quem me acolheu academicamente no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), Sergio Visacovski, com quem também troquei ideias a respeito de projetos futuros. Sou grato, também, a Rosana Guber e aos professores do Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), em que frequentei as disciplinas, bem como aos que trataram para que tivesse os papéis que a burocracia exige. Não posso deixar de agradecer ao Rafael, com quem dividi a maior parte dessas experiências, ao longo dos três meses em que estivemos no exterior.

Agradeço a todos os meus familiares pela confiança de torcer e apoiar sem exigir contrapartida. Aos meus pais, Cláudio e Jurema, que sempre procuraram oportunizar-me aquilo que não tiveram; aos tios, avós e primos(as) que torceram e que me acompanham, um abraço fraternal.

Se usualmente deixamos os agradecimentos mais imprescindíveis para o fim, não abro exceção à regra. Não há palavras para descrever as extensões das influências de meus dois orientadores: Arlei Sander Damo, na UFRGS, e Juliano Fripp, no Camelódromo. Com eles, discuti, de distintas maneiras, em diferentes oportunidades, os argumentos que compõem esta dissertação. Ao Arlei, sobretudo, que já me acompanha há tantos anos, sou grato pela precisão nas leituras e a disposição para a orientação e troca de ideias.

## RESUMO

Esta dissertação parte das tensões envolvidas no processo de remoção do mercado de rua do centro de Porto Alegre/RS e sua realocação para um shopping popular. O “camelódromo”, como ficou conhecido o edifício que abriga mais de 800 lojas – de aproximadamente 4m<sup>2</sup> –, foi realizado em tempo recorde graças a uma Parceria Público Privada (PPP), a primeira do gênero em Porto Alegre e uma das pioneiras no Brasil. A dissertação privilegia a abordagem etnográfica, baseada numa inserção de campo de mais de três anos, o que permitiu captar o processo em perspectiva diacrônica. A observação participante – acrescida de outras técnicas, como entrevistas em profundidade e *surveys* – teve como ponto de partida um dos principais grupos de camelôs envolvidos na transição. Este grupo, inicialmente otimista em relação à transição, foi preterido na disputa pelos melhores espaços no camelódromo e reagiu com uma série de mobilizações. Foram acionadas diversas instituições políticas, tais como a Câmara Municipal, o Ministério Público, a Prefeitura, e o Orçamento Participativo, entre outras. Esta estratégia mostrou-se ineficiente e culminou com o despejo de vários lojistas inadimplentes – entre eles o principal líder do grupo –, e a dissipação da mobilização coletiva. No entanto, as tensões não cessaram, pois a transição das ruas para o camelódromo foi acompanhada de perto pela empresa, que exigiu uma mudança na sensibilidade comercial, a partir de uma política de pedagogização visando forjar um novo perfil de comerciante, indispensável ao sucesso econômico do empreendimento. Novas modalidades de conflitos emergiram dessa estratégia, pois nem todos os camelôs se reconverteram no protótipo de lojista idealizado pela PPP. As tensões em torno desse processo criaram um cenário propício para uma investigação que se preocupa em reconstituir etnograficamente os nexos entre a economia e a política, o objetivo e o subjetivo, o micro e o macro, a cidade e os cidadãos, a diversidade de agentes e de agências que caracterizam uma dada configuração social e cultural.

Palavras-Chave: política, economia, mercado informal, camelôs, Estado, etnografia.

## **ABSTRACT**

This dissertation starts with the tensions involved in the removal of the street market in downtown Porto Alegre/RS and its relocation to a popular mall. The “camelódromo”, as the building – which houses more than 800 stands of roughly four square meters – became known, was accomplished in record time thanks to a Public-Private Partnership (PPP), the first of its kind in Porto Alegre and one of the first in Brazil. The dissertation relies on the ethnographic approach, based on a field insertion of more than three years, which allowed capturing the process in a diachronic perspective. The participant observation – plus other techniques such as interviews and *surveys* – had as its starting point a major group of vendors involved in the transition. This group, initially optimistic about the transition, was passed over in the race for the best spaces in the camelódromo, and reacted with a series of mobilizations. Several political institutions were called upon, such as the City Council, the Prosecutor, the City Hall, and the Participatory Budget, among others. This strategy proved itself ineffective, and resulted in the eviction of several defaulting tenants – including the main leader of the group – and the dissipation of the collective mobilization. However, the tensions didn’t cease, as the transition from the streets to the camelódromo was closely monitored by the company, which required a change in the commercial sensitivity, based on a pedagogization policy aimed to forge a new trader profile, essential to the economic success of the enterprise. New modalities of conflict arose from this strategy, because not all vendors reconverted themselves into the prototype designed by the PPP. The tensions around this process created a favorable environment for a research that tries to retrace ethnographically the connections between economics and politics, the objective and the subjective, the micro and the macro, the city and the citizens, the diversity of agents and agencies that characterize a given social and cultural setting.

**KEY-WORDS:** politics, economics, informal market, street vendors, State, ethnography.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
------------------------	-----------

### UNIDADE I

<b>NO ESPECTRO DA TRANSIÇÃO.....</b>	<b>29</b>
--------------------------------------	-----------

#### **1 DA RUA AO SONHO DE UM CAMELÓDROMO:**

<b>Os camelôs e o encantamento com o projeto .....</b>	<b>34</b>
--	-----------

1.1 A ocupação da Rua da Praia .....	36
1.2 Os camelôs no Orçamento Participativo .....	41

#### **2 DA RUA À REALIDADE DO CAMELÓDROMO:**

<b>O desencantamento e as estratégias de acomodação .....</b>	<b>48</b>
---	-----------

2.1 Os camelôs da Praça XV .....	48
2.2 As disputas pela divisão dos boxes .....	51
2.3 Os últimos dias na rua e o processo de preparação da transição .....	58
2.4 Apêndice: <i>fotoetnografia</i> de um protesto .....	66

#### **3 A LUTA PELA PERMANÊNCIA:**

<b>O acionamento da esfera pública.....</b>	<b>68</b>
---	-----------

3.1 Quem é quem: as políticas demarcatórias no espaço público .....	73
3.2 O alvoroço na Câmara de Vereadores.....	78
3.3 O dia seguinte: os camelôs ganham as ruas .....	87

#### **4 O ESFACELAMENTO DA MOBILIZAÇÃO COLETIVA .....** **95** |

4.1 A política do cotidiano: o líder e a construção do vínculo coletivo .....	96
4.2 Nos bastidores da transição: a preparação para o enfrentamento.....	99
4.3 O Despejo.....	104

## UNIDADE II

<b>A DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO .....</b>	<b>111</b>
---	------------

### **5 A SENSIBILIDADE E A SOCIABILIDADE DO COTIDIANO:**

<b>De como ser camelô em tempos de transição .....</b>	<b>115</b>
--	------------

5.1 A pedagogia das sensibilidades comerciais .....	116
5.2 No espectro da violência: o cotidiano e os conflitos de sociabilidade .....	120
5.3 Dois modelos de agência: Juliano <i>versus</i> Elaine.....	123
5.4 O “bom selvagem”: a romantização da figura do camelô .....	127

### **6 ENTRE PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS:**

<b>Por uma socioantropologia do processo de transição.....</b>	<b>131</b>
--	------------

6.1 O Estado tornado cotidiano: os agentes e suas práticas de fiscalização.....	132
6.2 A <i>profissionalização</i> do camelô: flexibilizando espaço, tempo e dinheiro .....	139
6.3 Parcerias, rotas e circuitos .....	144
6.4 Os números da transição .....	147

### **7 ENTRE SUBJETIVIDADES ECONÔMICAS E ECONOMIAS SUBJETIVAS ...149**

7.1 Etnografando o Camelódromo .....	152
7.2 Circulando pela Praça de Alimentação .....	158
7.3 O bloco A em perspectiva.....	168
7.4 Nas fronteiras entre os blocos A e B: fluxos e híbridos .....	172
7.5 O Sorteio das Bancas no bloco A .....	177
7.6 O futuro do bloco B.....	180

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>183</b>
-----------------------------------	------------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>190</b>
--	------------

<b>Anexo .....</b>	<b>196</b>
--------------------	------------

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	pág. 13
Figura 2	pág. 33
Figura 3	pág. 54
Foto 1	pág. 14
Fotos 2 e 3	pág. 20
Fotos 4 e 5	pág. 22
Foto 6	pág. 26
Fotos 7 e 8	pág. 37
Foto 9	pág. 42
Foto 10	pág. 55
Foto 11	pág. 57
Fotos 12 e 13	pág. 58
Foto 14	pág. 62
Fotos 15, 16 e 17	pág. 68
Fotos 18 e 19	pág. 69
Fotos 20 e 21	pág. 70
Foto 22	pág. 70
Fotos 23 e 24	pág. 73
Foto 25	pág. 75
Foto 26	pág. 80
Foto 27	pág. 81

Foto 28	pág. 82
Foto 29	pág. 83
Foto 30	pág. 84
Foto 31	pág. 84
Foto 32	pág. 86
Foto 33	pág. 87
Foto 34	pág. 88
Foto 35	pág. 91
Foto 36	pág. 92
Foto 37	pág. 98
Foto 38	pág. 105
Foto 39	pág. 106
Foto 40	pág. 154
Fotos 41 e 42	pág. 159
Fotos 43 e 44	pág. 163
Fotos 45, 46 e 47	pág. 164
Fotos 48 e 49	pág. 166
Fotos 50 e 51	pág. 169
Fotos 52 e 53	pág. 173
Fotos 54 e 55	pág. 175
Fotos 56 e 57	pág. 176

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADVB	Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil
ASFERAP	Associação Feira Rua da Praia
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEDECONDH	Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
CEFOR	Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPC	Centro Popular de Compras
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação
EXPOINTER	Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários
FROP	Fórum Regional do Orçamento Participativo
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
MPF	Ministério Público Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDILOJAS	Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre
SMDHSU	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana
SMIC	Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

## INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, os mercados de rua existem em toda parte, e são um componente essencial da paisagem e arquitetura das grandes cidades. Suas origens são tão diversas – e complexas de serem traçadas – quanto os espaços que ocupam nas metrópoles, a diversidade de trajetórias que encerram, e a maleabilidade com que circulam pela malha urbana. Se a heterogeneidade desse universo é demasiadamente ampla, devo acrescentar de pronto que os grupos que constituem o ponto de partida desta dissertação são formados por *camelôs*, um tipo peculiar de comerciantes de rua que se identificam pelo mesmo termo, que carregam estratégias particulares de ocupação do espaço urbano, baseadas, por sua vez, em códigos éticos e estéticos específicos.

Se nos fosse lícito evocar a imagem totêmica do animal associado à ocupação econômica, ainda que para fins meramente metafóricos, diríamos que, tal como o *camelo*, o *camelô* – termo com o qual se procurou descrever, desde longa data, os processos de itinerância do comércio informal no Brasil – ampara-se em sua capacidade adaptativa e maleável de resistir aos mais diferentes contextos e intempéries, sobrevivendo nos cenários em que as adversidades mais inóspitas possam sugerir o contrário. Sem uma aparente correlação etimológica, há, ainda assim, uma série de aproximações metonímicas que pressupõem, entre eles, coextensividades qualitativas e funcionais que extrapolam a história das palavras para concentrar-se na história das imagens associadas ao comércio de rua e aos personagens que o povoam<sup>1</sup>. É essa homologia entre as qualidades objetivas do animal e sua coextensividade humana que é recriada no lançamento do primeiro outdoor do empreendimento que, em Porto Alegre, tinha o objetivo declarado de remover a informalidade e, com ela, os comerciantes ambulantes, das ruas do centro da cidade<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A origem etimológica da palavra “Camelô” parece remontar ao árabe *khamlat*, nome que se dava aos tecidos rústicos comercializados em feiras livres e apregoados aos berros pelos vendedores – embora o limbo conceitual sugira que as origens do termo são tão incertas quanto as da profissão. Na França, popularizou-se o verbo *cameloter*, vender quinquilharias, coisas de pouco valor, na palavra eloquente e vibrante do camelô. Atualmente, os vários sinônimos do termo, seja em francês, seja em inglês, apontam para a ideia do charlatão, do oportunista, alguém que vende mais um “discurso” e menos um “produto”.

<sup>2</sup> Não há consenso sobre o termo mais adequado para designar os comerciantes de rua. A noção de ambulante – ou camelô –, pela qual o Estado habitualmente se pronuncia para referi-los, carrega consigo uma conotação de



Anunciado em 2005, com a mudança da gestão municipal<sup>3</sup>, o “Centro Popular de Compras” (CPC) – ou, simplesmente, “Camelódromo”, como ficaria conhecido entre os trabalhadores, embora sua nomenclatura sofresse outras alterações com o andamento da transição – seria tomado como a marca da nova administração, tendo sido aberto à população em fevereiro de 2009 e,



Figura 1: o primeiro outdoor do camelódromo de Porto Alegre, fevereiro de 2009.

portanto, tendo contribuído para a reeleição do mesmo bloco de partidos ao poder. Ao longo do processo de implementação, ficaria claro que a mesma maleabilidade que garantira, até então, a sobrevivência de toda uma categoria de trabalhadores nas ruas do centro, teria de ser empregada, doravante, para reacomodar e reordenar, compulsoriamente, seus projetos de vida, não mais nas vias e calçadas, mas nas fronteiras das novas bancas, de cerca de 4m<sup>2</sup>, situados sobre uma superfície construída de 20.000m<sup>2</sup>.

Localizado na Praça Ruy Barbosa, sobre dois terminais de ônibus, em pleno “coração” da cidade – a algumas quadras da Prefeitura Municipal, do Mercado Público, e em duas das vias de comércio popular mais frequentadas por compradores de todo o estado, o camelódromo passaria por uma série de modificações em seu projeto e estrutura, de acordo com o andamento das negociações entre as três modalidades de agentes envolvidos em sua concretização: os camelôs que ocupavam as ruas do centro, o governo municipal, e a iniciativa privada. Isso porque, ainda em 2006, a prefeitura de Porto Alegre celebrou um contrato de Parceria Público-Privada (PPP)<sup>4</sup> com a empresa Verdicon S.A., de acordo com o qual o poder público cederia, através de licitação, uma área nobre no coração do centro para a

---

expropriação, de alguém que, à maneira do exilado ou do expatriado, não é senhor de sua terra e, por conseguinte, não possui acesso à categoria de *cidadão*. A noção de informal é, paradoxalmente, por demais ampla e restrita. É ampla porque, se pensada sob a ótica da formalidade – entenda-se legalidade –, acaba se dispersando num leque variado de atividades que no Brasil ocupa quase 50% da mão de obra ativa. Ao mesmo tempo, o conceito de informalidade é restritivo, pois focaliza apenas os aspectos jurídicos e tributáveis. Naturalizando os parâmetros legais, a noção de “informal” transforma as práticas do comércio de rua em meros desvios de conduta, empobrecendo, sobremaneira, os seus significados contextuais (Aguiar, 2007; Cunha, 2006; Machado da Silva, 2002; Mafra, 2005; Noronha, 2003; Pinheiro-Machado, 2004; 2009; Rabossi, 2004; Ribeiro, 2006; 2010).

<sup>3</sup> Depois de 16 anos, ou quatro gestões consecutivas, o bloco liderado pelo PT perdeu as eleições de 2004.

<sup>4</sup> De acordo com o site da prefeitura de Porto Alegre, uma PPP “é uma parceria onde o setor privado projeta, financia, executa e opera uma determinada obra/serviço, objetivando o melhor atendimento de uma determinada demanda social. Como contraprestação, o setor público paga ou contribui financeiramente, no decorrer do contrato, com os serviços já prestados a população, dentro do melhor padrão de qualidade aferido pelo Poder concedente”. Em Porto Alegre, o Programa Municipal de PPPs foi instituído em 2005, e buscava regular os contratos de concessão estabelecidos no município, que podem ocorrer na modalidade administrativa ou patrocinada. Fonte: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/>>, acessado em 14.08.2010 e 04.02.2012.

construção de um espaço capaz de abrigar, contiguamente, 800 camelôs devidamente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC). A empresa assumiria o ônus da construção do edifício e, como contrapartida, lhe seria concedido o direito de exploração do empreendimento através da cobrança de alugueis, de valores pré-ajustados, das 800 bancas. O projeto previa, igualmente, a criação de uma área de “livre aluguel”, prevista para “lojistas”, e destinada ao “equilíbrio financeiro” dos investidores. O contrato teria validade durante 25 anos, prorrogáveis por mais 10.

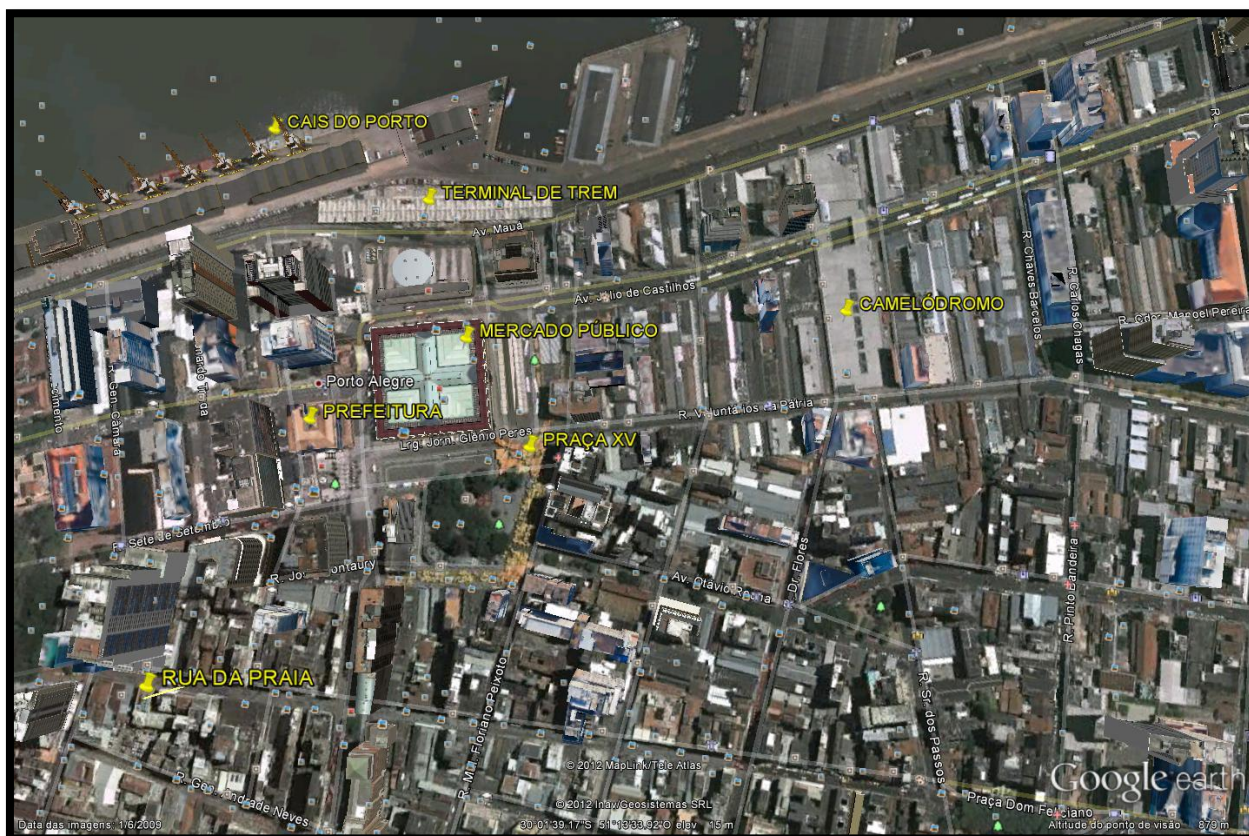


Foto 1: localização geográfica do camelódromo, a algumas quadras do Mercado Público, do Terminal de Trem, da Prefeitura, do Cais do Porto. No centro, o entorno da Praça XV, ainda com as bancas amarelas de camelôs que, durante décadas, cobriram a região. Mais abaixo, a Rua da Praia, próximo de onde meus informantes atuavam – cujo comércio de rua, mais difuso, não é retratado pelo mapa. Fonte: Google Earth, fev. de 2012.

Ao longo das negociações dos critérios de implementação da obra, entre camelôs, prefeitura e empresa, diversas alterações foram realizadas no projeto. O modo como se delinearam os contornos pragmáticos de sua constituição coloca em cena, por conseguinte, uma *configuração*, no sentido eliasiano do termo, isto é, o resultado da composição relacional das partes que determinam as características concretas de uma unidade complexa (Elias, 1990; 1994; 1995; Delzescaux, 2001; Quintaneiro, 2006). Logo, o ponto de partida etnográfico está em propor uma análise multissituada, no tempo e no espaço, dos *processos* que compõem o cenário da transposição de mercadores ambulantes, das ruas para um “shopping popular”, enquanto *configuração social*. Com isso, sugiro que, longe de *inferir* dedutivamente as conclusões, a observação participante procura acompanhar os desdobramentos de processos sociais de múltiplas escalas e variáveis (Comaroff, 2003),

conectados entre si pelas configurações a que os sujeitos dão origem na prática. Assim, somente a etnografia poderá dar conta dos caminhos e contornos assumidos pela transição – vale dizer, durante a implementação do camelódromo –, na medida em que estes dependem do jogo de forças que se estabeleceu entre as partes envolvidas. É essa configuração que deverá ser reconstituída, progressivamente, ao leitor, nas páginas que seguem.

### **Do Orçamento Participativo ao Camelódromo: a trajetória de pesquisa**

A primeira vez que me deparei com o anúncio da construção do camelódromo, foi pela boca de um sujeito de baixa estatura, que agarrava o microfone com voracidade e falava para o público com estertor, a voz permanentemente em tom alerta, diante da audiência que lotava a Sala 10 do Mercado Público, numa noite de quarta-feira, dia e local onde aconteciam as reuniões do Fórum Regional de Delegados e Conselheiros (FROP) da Região Centro do Orçamento Participativo (OP). O ano, 2007; o nome do orador, Juliano Fripp, à época conselheiro titular do mesmo FROP. Na ocasião, recém havia iniciado minha trajetória de pesquisa no âmbito do projeto “Cultura e Democracia Participativa”<sup>5</sup>, que tinha por escopo captar a produção e circulação de lideranças comunitárias pelos espaços da democracia participativa, particularmente em uma das regiões historicamente destacada do processo<sup>6</sup>.

Em pouco tempo, percebi que as eloquentes colocações de Juliano a respeito do empreendimento eram uma constante naquelas reuniões, e estavam vinculadas às alianças com o então titular da SMIC, Idenir Cecchim, que assumira a pasta tão logo o prefeito José Fogaça ascendera ao poder, em 2005. Assim, cedo dei-me conta de que, conquanto o OP permitisse a observação *in loco* das dinâmicas de representação e de reputação entre diferentes líderes comunitários, as performances de quem quer que fizesse uso da palavra sugeriam que não bastava acompanhar, etnograficamente, seus espaços *protocolares* de atuação. Na transição para outros lugares e temporalidades, resquícios dessa frequentação e da retórica ali exercitada se faziam sentir não apenas na forma como certas pessoas, grupos e interesses *permanecem*, mas, sobretudo, na recriação de uma modalidade de ação que pode ser mais bem traduzida na conversão e sobrevivência das formas poéticas de expressão *da e na* política – o que inclui um amplo espectro de recursos retóricos, entre os quais, por exemplo, a expressão das emoções, da intimidade, do gosto pelos embates acirrados, e por aí afora. É no ato de recriar essa estilística da participação que os contornos do engajamento no OP reaparecem, transubstanciados na plasticidade semântica e poética com que os mais

<sup>5</sup> Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Arlei Sander Damo, de que fizeram parte os colegas Francieli Ruppenthal, Liziane Gonçalves de Matos e Marcos Andrade Neves. Tinha o objetivo de captar, em perspectiva ampliada, o papel de mediação desempenhado pelas lideranças comunitárias que têm assento nas instâncias diretivas do OP, bem como as estratégias por eles desencadeadas para constituir e assegurar suas reputações.

<sup>6</sup> Dentre as dezessete regiões geopolíticas e seis temáticas que compõem o OP, a Região Centro é a mais populosa (21,1% dos porto-alegrenses). Ademais, abrange uma dúzia de bairros onde se concentra parte da classe média e média-alta de Porto Alegre, embora a grande maioria dos frequentadores do FROP Centro sejam moradores das vilas, agrupamentos populacionais de pequena escala, localizadas em diferentes bairros dessa região.

diferentes agentes se apropriam e transitam, diferencialmente, pelos espaços urbanos de expressão da palavra pública (Damo, 2006; 2008; Ghasarian, 2007).

Desde as primeiras observações no FROP Centro, muitas das discussões que eram travadas por um dos grupos participantes sugeriam que havia um problema em configuração no que dizia respeito ao estatuto do comércio informal praticado nas ruas do centro da cidade. A Associação Feira Rua da Praia, ASFERAP, como era denominada pelo seu principal líder, Juliano Fripp, figurava no seio desse processo, por razões que a etnografia deixará claro ao longo do primeiro capítulo. Embora tivessem apenas demandas pontuais – a exceção sendo o próprio camelódromo – os membros da ASFERAP estavam articulados a outras comunidades que, juntas, mantinham o monopólio das decisões políticas de alocação de verbas orçamentárias na região.

A trajetória da ASFERAP no espectro do OP pode parecer, num primeiro momento, pouco convencional, já que, por razões óbvias, esperar-se-ia que estivessem mobilizados em torno da temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo – que, entretanto, àquela altura, já estava ocupada por outro grupo de camelôs, liderados por Alfonso Limberger, com quem Juliano travaria uma série de disputas por ocasião da implementação do camelódromo. Também não são menos inusitadas suas origens enquanto *associação de feirantes*, em fins dos anos 1990 – expressão cunhada para verem-se livres do termo “camelô”, então legal e politicamente malquisto. A permanência no entorno da Rua da Praia, onde se instalaram desde bem antes de sua organização formal, nunca foi expressamente regulamentada pelo poder público, razão pela qual tiveram de empreender diversas disputas – junto à prefeitura, mas também pelas entranhas do OP, que lhes garantia a cidadania política necessária ao reconhecimento como *sujeitos de direitos* – para assegurar os horários de trabalho em períodos curtos e específicos do dia, em geral ao cair da tarde.

Com as alterações na composição político-partidária do governo municipal, em 2005, as disputas – que até aquele momento eram travadas em nome da permanência nas ruas – passaram a se concentrar sobre a execução de uma obra vultosa para onde seriam transferidos os ambulantes do centro. Rapidamente, o FROP Centro se converteu numa arena de tensões. De um lado, algumas lideranças comunitárias que alegavam publicamente ser o camelódromo insuficiente para possibilitar aos trabalhadores uma transição sustentável. Como boa parte dessas lideranças eram vinculadas ao PT (Partido dos Trabalhadores), que acabara de desembarcar da gestão municipal depois de quatro mandatos consecutivos, era evidente que havia no contraponto razões político-partidárias. De outro lado, estavam os simpáticos da nova administração, instaurada no mesmo ano do anúncio do projeto – composta de um bloco de partidos, liderados por José Fogaça, então do PPS (Partido Popular Socialista)<sup>7</sup>. Entre os argumentos empregados por estes últimos, estava o

---

<sup>7</sup> José Fogaça é um dos quadros mais antigos do PMDB; foi prefeito de Porto Alegre entre 2005 e 2010, exerceu os cargos de deputado estadual (1978-1982), deputado federal (1982-1986) e senador (1987-2002). Em 2001, em

fato de que o PT, em seus 16 anos de governo, não resolvera o problema do comércio itinerante, preferindo contentar-se em adotar soluções paliativas – tais como a concentração de camelôs, antes dispersos pelas ruas centrais, no entorno da Praça XV.

O projeto de um camelódromo agradava tanto aos lojistas instituídos, em sua inequívoca pretensão de eliminar a camelotagem, quanto à mídia local, afinada ao discurso higienista segundo o qual era passada a hora de devolver as ruas aos transeuntes. Do ponto de vista do poder público, e com o respaldo da grande mídia, tratava-se de reurbanizar e higienizar o centro de Porto Alegre<sup>8</sup>, tomando como ponto de partida a ideia da cidade cosmopolita e multicultural – o que, por sua vez, pode ser pensado como parte de um conjunto de políticas de *gentrificação* do espaço público urbano (Leite, 2001; 2002), resultado de alterações no modo de gestar e gerir o Estado (Souza Lima, 2002: 11-22). Da mesma forma, a iniciativa permitiria privilegiar certos setores dos próprios camelôs que, tratados como categoria homogênea, tornar-se-iam afeitos ao controle por parte do Estado a partir de processos de cadastramento, remanejamento e fiscalização.

Não demoraria muito para que iniciassem as obras, em setembro de 2007. O processo foi acompanhado de perto pelas principais lideranças políticas e representantes dos camelôs. Na Câmara de Vereadores, a lei que instituiu a criação de Centros Populares de Compras na cidade fora aprovada com unanimidade, em janeiro de 2006. Em menos de um ano do início das obras, contudo, quando se começou a discussão dos critérios de implementação, surgiram, entre meus informantes, as primeiras contestações abertas ao projeto.

A discussão em torno da distribuição dos boxes, realizada nos espaços do OP, foi empreendida pela principal liderança da ASFERAP, Juliano Fripp, e coincidiu com o anúncio de sua candidatura a vereador de Porto Alegre, em 2008. Esse evento marcou, igualmente, uma inflexão na forma como foi conduzido o trabalho de campo, na medida em que possibilitou, concretamente, o acompanhamento da mediação política, da circulação de pessoas e dos fluxos de poder que se estabeleciam entre as comunidades locais e o Estado. Ao mesmo tempo, também colocava no centro dos debates sobre o OP a tensa relação entre a explicitação de um projeto pessoal de caráter político e sua completa negação, materializado na forma como alguns líderes, sob o pretexto de posicionarem-se a favor dos interesses das comunidades locais, colocavam-se *contra* a política representativa. Assim, passei a tomar parte, diretamente, do cotidiano de *Juliano Fripp*, acompanhando sua rotina de campanha

---

função de divergências internas, deixou o PMDB e ingressou no PPS, pelo qual tentou obter o terceiro mandato como senador. Em 2004, elegeu-se prefeito pela coligação PPS-PTB, apresentando-se como o “candidato da mudança”, diante dos 16 anos de hegemonia petista na capital gaúcha. Ao longo do mandato, regressou ao PMDB.

<sup>8</sup> As principais modificações previstas pela reurbanização do centro constam do programa “Viva o Centro”, que “procura estimular, além do seu caráter predominantemente de comércio e serviços da área central, outras vocações importantes e compatíveis com seu potencial econômico, cultural e ambiental, melhorando as condições gerais do bairro. Volta-se, desta forma, para questões como a paisagem, a recuperação de prédios e áreas públicas, o transporte coletivo e individual, a segurança, a moradia e o comércio informal”. Dados extraídos do site <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/>, acessado em 18.07.2010.



eleitoral, realizada em eventos de natureza diversa – panfletagem, recepções, etc. – sobretudo aqueles junto às comunidades participantes do FROP Centro.

Ao mesmo tempo, ficava cada vez mais evidente que, sustentando esse projeto político, estava uma questão basilar de fundo: os problemas que passariam a ser associados à construção do camelódromo – processo de cuja implementação Juliano participara como ferrenho defensor, enquanto representante de um dos vários grupos de camelôs atuantes nas ruas do centro. Era preciso destrinchar etnograficamente o caminho percorrido pelo líder, de uma adesão irrestrita, encantada e inequívoca ao projeto de remoção de camelôs e fabricação de microempresários, para seu completo rechaço. Não menos importante, parecia-me que a etnografia poderia dar conta de mostrar como tais reviravoltas estavam amarradas à política local. As eleições municipais instauraram um novo espaço a partir do qual argumentos sobre o camelódromo foram fabricados: de um lado, seriam decisivos à reeleição de Fogaça como prefeito municipal, de outro, permitiam a Juliano propulsar sua imagem pública, ao mesmo tempo em que fazia uso dos sentimentos de insegurança e insatisfação gestados por sua comunidade quanto à integridade do prédio, para tornar visíveis problemas que seriam associados, doravante, à concretização do camelódromo enquanto *projeto social*.

Com efeito, não demorou muito para que eu percebesse, apenas pelas performances proferidas nos “púlpitos” do FROP Centro e do COP, a inversão no espectro de posições e de ânimos que fizera da ASFERAP, de um importante ator de negociações junto do governo, um inimigo de primeira ordem da gestão Fogaça, particularmente dos secretários da SMIC que se sucederam no cargo, ao longo do período. Tal era o caso de Leo Antonio Bulling e, sobretudo, de Idenir Cecchim, com quem Juliano – que inicialmente compartilhara com ele o “coração” e a amizade – passaria a dividir apenas as intenções de voto dos camelôs durante as eleições de 2008 a vereador. A propósito, a primeira campanha política, empreendida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), rendeu a Juliano 885 votos, o que o deixou bastante aquém do esperado, na distante 13<sup>a</sup> posição de suplência da legenda. Cecchim, por seu turno, reeleger-se-ia com 7577 votos, segundo candidato mais votado do PMDB.

Após as eleições municipais, em outubro daquele ano, meu trabalho de campo, até ali preocupado em conciliar o projeto político individual de Juliano com as expectativas coletivas em torno da viabilidade do camelódromo, passou a concentrar-se diretamente sobre o processo de acomodação da transição dos comerciantes – àquela altura já em andamento. As disputas travadas entre Juliano e outros setores de camelôs, durante os anos que precederam à apresentação do projeto, seriam decisivas para o entendimento das estratégias tomadas por Idenir Cecchim, o principal secretário a ocupar a titularidade da SMIC no período, que soube usá-las para negociar benesses e o apoio do governo, diretamente com os líderes locais, de acordo com seu grau de importância para a consecução e a “lisura” da implementação do projeto.

Assim, a aliança com a ASFERAP provou-se estratégica enquanto fosse preciso assegurar para setores da mídia e da sociedade organizada que o governo contava com a concordância unívoca de todos os camelôs do centro – ou ao menos de suas entidades representativas. Se assim não fosse, o projeto seria desacreditado. Sem a anuência dos camelôs, o Estado teria de usar a força para expulsar os dissidentes ou tolerá-los nas ruas, tornando o projeto inócuo em um de seus pilares – o da higienização estética, moral e comercial. Foi o que ocorreu de saída, mas até que a realocação se completasse haveria fissuras importantes. Elas começaram assim que Alfonso Limberger, representante da comissão “Praça XV, Vigário José Inácio e José Montauray”, assumiu a mesa de negociações com a SMIC – afinal de contas, era sob sua jurisdição que se concentrava a maior parte dos camelôs legalmente cadastrados desde a década de 1990. Mesmo que usado pelos seus detratores, o argumento de que Juliano (junto com a ASFERAP) era apenas um comerciante *tolerado* em uma rua histórica do centro da cidade, onde o comércio de rua era problemático e nunca fora aceito pelo poder público, fez mais sentido que em qualquer outro período do processo de transição.

Os reveses políticos tiveram como efeito visível a destinação de meu grupo de informantes para o bloco B do empreendimento, que, além de menos prestigioso e presumidamente de menor fluxo de vendas, também concentrava as bancas de menor tamanho – aliás, aquém das características arquitetônicas previstas pelo projeto original. Assim, a observação participante que passei a conduzir junto da ASFERAP deslocar-se-ia também no espaço. Desde meados de 2008, várias entidades passaram a ser acionadas estrategicamente pela ASFERAP para a revogação dos privilégios concedidos a outros grupos de camelôs: comissões da Câmara de Vereadores (sobretudo a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul)<sup>9</sup>, Prefeitura Municipal, Ministério Público<sup>10</sup>, e por aí fora. Tal estratégia, ao mesmo tempo em que tornava públicas as reivindicações, protestos e reuniões, através da cobertura dos meios de comunicação, impedia que o desencantamento com o projeto fosse formulado como uma quebra no circuito de reciprocidades entre Juliano, sua comunidade e o governo, razão pela qual as decisões mais graves, que àquela altura já estavam tomadas e consolidadas entre a mídia e a sociedade, jamais foram revertidas.

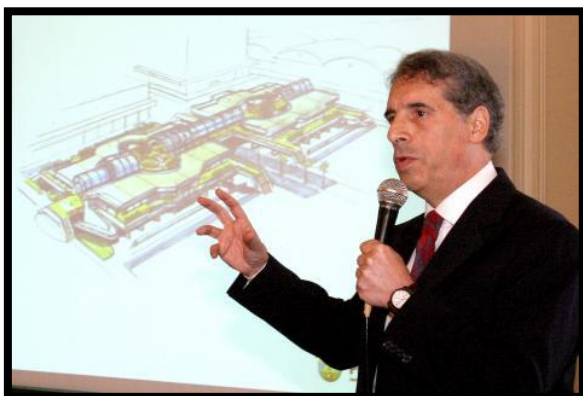
Um desses argumentos consistia numa crítica ao projeto arquitetônico do novo espaço de trabalho, inicialmente concebido com aberturas e cúpulas de vidro bem acabadas, cercadas de área verde, com múltiplos acessos para as áreas laterais e dos fundos – modelo,

---

<sup>9</sup> As Comissões são grupos de Vereadores reunidos que têm competência para examinar projetos oriundos do Executivo ou da própria Câmara Municipal. Podem ser permanentes ou temporárias.

<sup>10</sup> O Ministério Público é uma instituição pública autônoma, criada pela reforma constitucional de 1988, cuja atribuição é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Trata-se de um ator importante na defesa dos interesses do conjunto da sociedade brasileira, sendo seguidamente acionado por entidades de interesse coletivo, não raro contra ações do próprio estado, em especial do poder executivo.

este, que efetivamente foi propagandeado em outras oportunidades pelo governo Fogaça, mesmo após sua construção. Tal concepção – e nisso baseavam-se todos os queixumes – contrastava com sua execução real, na mesma medida em que as práticas concretas dos agentes diferem do escopo ordenador e categorizador do Estado. Assim, o prédio, cuja construção foi edificada em tempo recorde (num intervalo de cerca de um ano, entre 2007 e 2008), estava baseado no uso de blocos de concreto – os mesmos utilizados para a construção de presídios pela empresa Verdicon S.A. –, com poucas aberturas e acessos, e exigia que os clientes se deslocassem por meio de uma *escada de acesso* até onde estavam situadas as novas lojas, no segundo pavimento, acima dos terminais de ônibus urbanos e intermunicipais (realocados para o térreo do prédio com o fim da construção). Os boxes, por sua vez, à semelhança de *gaiolas* fechadas por grades de ferro, estavam envoltos por mais e mais cimento: um resultado que, se era esteticamente pouco interessante, provar-se-ia, do ponto de vista da sociabilidade espacialmente forjada através da disposição contígua das 800 bancas, providencial para o surgimento de conflitos e disputas entre os atores envolvidos.



Fotos 2 e 3: À esquerda, prefeito Fogaça divulgando o “modelo” de camelódromo de Porto Alegre, em evento fora do país; à direita, o contraste com o desenho final do projeto que efetivamente foi realizado na cidade.

Fonte: Blog Portoimagem, acessado em 07/02/2011.

Desde o fim da campanha para vereador, em 2008, minha relação com Juliano Fripp já sofrera significativas alterações, estreitando-se consideravelmente. A produção de material audiovisual, durante o período das eleições, contribuía para adquirir sua confiança, de modo que os espaços cotidianos da camelotagem, nas ruas do centro da cidade sob o domínio da ASFERAP, me foram abertamente franqueados. No final de 2008, acompanhei alguns de meus novos informantes em suas rotinas diárias na Rua da Praia, na José Montaury e na Praça XV. Àquela altura, muitos deles já haviam se retirado das ruas para iniciar o processo de preparação para a transposição ao novo prédio – que deveria ocorrer em pouco tempo. Outros tantos aproveitavam o período de fim de ano – o último que passariam nas ruas do centro – para capitalizarem-se e poderem investir na configuração das novas bancas. Enquanto isso, Juliano, acompanhado de outras lideranças locais que se somaram ao movimento após os reveses sofridos com a distribuição dos boxes, empertigava-se com tentativas de postergação da inauguração da obra, valendo-se de supostas irregularidades na



infraestrutura do prédio para retardar a transferência para janeiro de 2009 e, logo depois, para fevereiro do mesmo ano, quando o camelódromo foi, efetivamente, aberto à população<sup>11</sup>.

Com a abertura do empreendimento iniciou-se uma nova etapa do processo de transição e, com ele, igualmente, do trabalho de campo. Percorrer os inúmeros e intrincados corredores do prédio – que tentavam, a muito custo, acomodar as ínfimas e numerosas bancas – exigia novas estratégias etnográficas. Era preciso colocar a alteridade em movimento, na própria dinâmica de deslocamento entre antropólogo e informante. Ao mesmo tempo em que o trabalho de campo abria-se para as narrativas e práticas de apropriação do espaço e do tempo da transição – numa dinâmica em que diferentes projetos de sujeito estavam por desvelar-se através das próprias estratégias colocadas em prática no diálogo com o pesquisador –, não deixei de aprimorar minhas relações com a comunidade de Juliano. Este já se elegera para a primeira gestão do Comitê Gestor do camelódromo<sup>12</sup> e estava a ponto de iniciar um novo ciclo de mobilizações políticas, por dentro das entranhas do Estado, no acionamento de instituições cardinais da democracia, como a Câmara de Vereadores, a Prefeitura Municipal e a mídia local. Tratava-se, doravante, de tentar impedir que seus colegas, então já com dificuldades de adaptação e de pagamento dos novos encargos, fossem despejados pela empresa encarregada da administração do prédio – a mesma que assinara o contrato com a prefeitura e construía o camelódromo.

Ao longo desse período, que se estendeu de fevereiro a outubro de 2009, acompanhei quase diariamente as movimentações e fluxos de sujeitos, ideias e protestos. Em muitos dos casos, minha participação apenas como documentador audiovisual da história do grupo era insuficiente para justificar a presença no local; isso ficava explícito, sobretudo, nas reuniões realizadas entre os membros mais íntimos da ASFERAP, Juliano, e autoridades políticas – isto é, quando os resultados não podiam ser divulgados e exigiam a cumplicidade de todos os presentes. Embora o silêncio nunca fosse completamente resguardado, afinal de contas sempre havia entre os presentes a possibilidade do *traidor* ou do *fofoqueiro*, não demorou para que eu fosse excluído dessa zona de perigo destinada aos menos confiáveis, e figurasse entre os homens de confiança de Juliano. Como resultado, fui “nomeado” seu assessor pessoal para assuntos políticos, “carteiraço” que garantiu, por exemplo, minha presença – não sem problemas – numa reunião particular entre Juliano e o secretário da SMIC, Idenir Cecchim, em seu gabinete, ainda nos primeiros meses de atividades do camelódromo. Na verdade, vim a descobrir, o rótulo de “assessor pessoal” de Juliano me foi conferido pelo

---

<sup>11</sup> De fato, como veremos ao longo da dissertação, as constantes postergações impediram que houvesse uma cerimônia oficial de inauguração, apenas um ato de abertura, coordenado pelo secretário da SMIC, Idenir Cecchim, que declarou o espaço oficialmente aberto à população, sem a presença do prefeito. Isso não impediria, contudo, que, no ano seguinte, ano eleitoral, durante a comemoração do primeiro ano de atividades, Fogaça estivesse presente, tendo realizado, inclusive, um pequeno discurso em “homenagem” aos novos “comerciantes”.

<sup>12</sup> O Comitê Gestor é, essencialmente, um órgão que prevê a atuação tripartite dos principais atores envolvidos com a transição, na forma de reuniões mensais entre as partes. São elas: um representante indicado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; um representante indicado pela empresa Verdicon e, finalmente, um representante eleito pelos comerciantes populares.

próprio Cecchim, que contestou minha presença naquela que, segundo ele, era para ser uma reunião a “portas fechadas”. A tensão assim armada entre antropólogo e secretário se estenderia por vários meses, e seria resolvida, apenas, no fim da pesquisa, durante a entrevista que realizaria com o secretário.

Ao mesmo tempo, Juliano passou a exigir-me um engajamento mais incisivo nas questões do movimento. Em uma das oportunidades, tomei parte na confecção de um pequeno documentário que seria exibido, não sem conflitos, em uma das primeiras seções da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Mercosul (CEFOP), em maio de 2009, que tinha o propósito de substituir o período destinado à sua fala, como representante da associação.



*Fotos 4 e 5: exibição do documentário que produzi em parceria com Juliano. Na foto à esquerda, Dona Diva, uma de minhas principais informantes, aparece no vídeo. Na foto à direita, de baixo para cima, da direita para a esquerda: Juliano Fripp, vereadores Airton Ferronato (PSB), Elias Vidal (PPS), Mauro Pinheiro (PT), Ervino Besson (PDT), secretário Idenir Cecchim (PMDB), gerente da Verdicon, Noedi Casagrande. Fonte: Câmara de Vereadores, maio de 2009.*

Inevitavelmente, esses eventos se tornaram parte de meu acompanhamento de campo – o que, ao mesmo tempo em que me colocava mais próximo de minha rede de informantes locais, me permitindo observar aquilo que, de outra maneira, permaneceria inacessível –, também implicou um dilaceramento ético diante da necessidade colocada pelos objetivos de pesquisa, de dar conta do contexto mais amplo acerca das diferentes perspectivas de engajamento em jogo. Colocar-se de tal modo a favor do grupo de Juliano significava, na mesma proporção, afastar-se simbólica e politicamente das narrativas e das experiências de outros sujeitos – assim como da possibilidade de captá-los –, fossem eles agentes estatais, financeiros, administradores ou mesmo camelôs que rechaçavam a mobilização política.

A intensidade com que eram performatizados os protestos por vezes investia meus informantes de uma viva esperança, capaz de alterar, em longo prazo, os rumos da transição. Não foram poucas as vezes que, no cotidiano das conversas pelos corredores do prédio, ouvi divagações a respeito de como seria o camelódromo caso suas proposições fossem aceitas e as condições de comercialização alteradas. Estas, entre outras coisas, incluíam a proposição de períodos de carência no valor semanal dos alugueis que eram cobrados pela empresa, além de

um zoneamento consoante os fluxos diferenciados de clientes. O ciclo das festas do fim de 2009, contudo, intensificou as vendas e arrefeceu os ânimos políticos.

Nesse período, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2010, acompanhei diversas vezes o líder até às reuniões nos gabinetes dos principais vereadores envolvidos – onde também ocorriam as reuniões com os advogados da empresa para a definição dos últimos ajustes quanto à Lei do Fundo<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, os sucessivos encontros com a vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), que sistematicamente acompanhara o movimento até a repartidarização de Juliano para o PSOL<sup>14</sup>, em meados de 2009, em seu gabinete, deixavam claro que uma nova campanha política estaria em marcha, desta vez a deputado federal. Nem mesmo o arquivamento da Lei do Fundo e o despejo de onze comerciantes, ocorrido em março de 2010, entre os quais o próprio Juliano, diminuiriam o entusiasmo com que alimentava o projeto de ver-se membro do legislativo.

A nova campanha eleitoral colocaria, entretanto, novos desafios do ponto de vista etnográfico e de meu engajamento no processo de pesquisa. Juliano procurou fazer uso irrestrito dos capitais simbólicos que estavam à sua disposição, exigindo-me um engajamento ao qual eu não poderia corresponder de modo irrestrito. Após uma série de negociações, ficou acertado que eu assumiria a coordenação da “campanha digital”, isto é, das estratégias de divulgação eletrônicas, através da circulação de emails em larga escala e, sobretudo, a partir da confecção de um blog pessoal do candidato. Ao mesmo tempo, fui solicitado a fazer entrevistas curtas e pontuais com cerca de vinte aliados de Juliano, no camelódromo, indagando-os acerca dos motivos que os levavam a votar no candidato; de minha parte, procurava ainda instigá-los a respeito de outras questões – o que não raro deflagrava contradições em relação àquilo que Juliano pretendia ouvir de sua comunidade.

Quanto ao blog, o resultado<sup>15</sup>, cerca de 2500 acessos, ficou aquém do esperado pelo líder comunitário; ainda assim, permitiu, enquanto ferramenta metodológica, estreitar as relações com o informante, de maneira a oportunizar um contato cotidiano e reflexivo acerca das estratégias de campanha, de escrita e apresentação dos resultados e, sobretudo, de manipulação e editoração do material que vinha sendo produzido. Em pouco tempo, ficou claro que eu não poderia estar presente em todos os eventos de campanha, de modo que Juliano passou a relatá-los, a fim de fazer uma espécie de “balanço” do que ocorria, ao mesmo tempo em que enviava fotografias e textos, de sua autoria, a serem postados no blog. O endereço eletrônico continua em aberto, à espera de suas palavras e contribuições – o que, junto com o uso do Facebook, permitiria projetar sua imagem para públicos mais amplos que

---

<sup>13</sup> Edificado a céu aberto sobre o pavimento onde se situam as lojas, com capacidade para cerca de 200 automóveis, o projeto do estacionamento foi incorporado no decorrer das obras – com o apoio incondicional de Juliano que, num primeiro momento, acreditava que sua instalação poderia repercutir no aumento das vendas.

<sup>14</sup> O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é um partido de esquerda, fundado em 2004, a partir de dissidências com o PT. Em Porto Alegre, em 2008, elegeu dois vereadores, no vácuo da eleição de Lucina Genro (filha do atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do PT) à deputada federal, com mais de 185 mil votos, a maior parte deles obtidos em POA.

<sup>15</sup> O blog pode ser acessado no endereço “[www.julianofripp50633.blogspot.com](http://www.julianofripp50633.blogspot.com)”.

aqueles do camelódromo. Tão certo quanto a sua vontade de projetar uma candidatura a vereador, pelo PSOL, em 2012, era o seu desejo de ascender, algum dia, ao poder político e canalizar as expectativas de sua comunidade junto às instâncias diretivas da cidade, do estado e, quiçá, do país. Terminada a segunda campanha, desta vez a deputado estadual, Juliano Carriconde Fripp faria 995 votos, o que o deixaria na distante posição de suplência do partido. Do total de votos, 398 vieram de Porto Alegre, o que representava um nítido declínio em relação ao que fizera para vereador, em 2008, quando somou 885 votantes.

### **Da Experiência ao Texto: Etnografando o Camelódromo**

Até o momento da redação desta dissertação, a compilação da produção escrita, desde o início de minhas investigações sobre o processo de transição ao camelódromo, totalizava mais de 130 diários de campo, ou cerca de 900 páginas redigidas. Boa parte desse material refere-se ao acompanhamento dos itinerários de meu principal informante, Juliano Fripp, embora os reveses sofridos como liderança – entre os quais, sobretudo, o despejo e a rejeição nas urnas – o tivessem afastado do Camelódromo e da maioria dos comerciantes que, outrora, o apoiaram. A inflexão no espectro de forças deixava claro que era preciso alterar, também, o direcionamento do trabalho de campo e, com ele, das questões, teóricas e metodológicas, que compunham o leque de preocupações e interesses etnográficos.

De forma que, ao longo do restante de 2010 e de 2011, meu trabalho de campo passou a ser realizado com maior intervalo de tempo entre uma observação e outra, concentrando-se, quase que exclusivamente, sobre os aspectos econômicos da transição. Além de acompanhar o cotidiano das vendas de informantes cuja rede foi estabelecida ainda nas idas e vindas dos protestos políticos, debruçei-me sobre a realização de uma pesquisa quantitativa – um *survey* –, realizado com base numa amostra de cerca de 10% dos comerciantes distribuídos proporcionalmente nos blocos A e B do empreendimento.

Um ponto particularmente problemático de minha trajetória de pesquisa está associado aos usos feitos e demandados por meus informantes do material audiovisual produzido ao longo da etnografia. De forma particular no caso de Juliano, durante sua campanha eleitoral, tratava-se da demanda pelas fotografias em espaços em que sabidamente o uso da câmera era proibido. Assim, não foram poucas as vezes em que me indispus com os agentes de segurança do camelódromo, enquanto Juliano bradava em tom colérico que continuasse com o aparelho em punhos, sacando as fotos.

Numa dessas ocasiões, um deles pediu-me que desligasse o equipamento, que eram “ordens da administração”. Juliano reagiu instantaneamente, num ímpeto de raiva e fúria, a face completamente tomada pelo vermelho e o calor do momento, bradando ao segurança que “Não! Ele vai continuar tirando fotos! Pode continuar tirando fotos! *Eu te autorizo!*”. Acenei com um leve toque de cabeça, sem saber ao certo como proceder. Os seguranças, que

continuavam nos acompanhando de perto, acionaram então novamente o rádio e disseram que “era o Juliano quem estava ali”, que precisavam de reforços, que eles tinham pedido para desligar o “dispositivo”, mas que se negavam a fazer “o mesmo”. Durante os cerca de 30 minutos da caminhada, fui negociando com os agentes de segurança (e comigo mesmo!) o uso da fotografia, procurando fazê-lo o menos explicitamente possível.

Simultaneamente uma questão ética, política e simbólica, tratava-se, para Juliano, de firmar comigo certo pacto de lealdade, ao ordenar-me: “continua fotografando, não cede às pressões, mostre de que lado você está!”. Nesse contexto político, qual “ética” seguir? Aquela que preserva os direitos dos indivíduos à preservação de sua própria imagem – e que, naquele contexto, significava, também, uma adesão à perspectiva dos seguranças ao fazerem a defesa daqueles que, sabia-se, posicionavam-se disfarçadamente contra Juliano – ou priorizar a lealdade ao grupo com quem construía minha inserção em campo e que, afinal de contas, render-me-ia uma dissertação de mestrado?

Outro exemplo paradigmático, ainda em relação à produção de imagens e audiovisuais como moeda de troca em campo, diz respeito aos usos *arquitetados* por Juliano desses materiais. Com o passar do tempo, meu informante não se contentou apenas em receber os CDs e DVDs que eu produzia ao longo dos eventos políticos que acompanhava – para constituir uma espécie de memorial particular da história do movimento. Além de propor a confecção de vídeos estratégicos para demonstrar a “força” e “vitalidade” de sua comunidade diante da Câmara de Vereadores ou da Prefeitura Municipal, Juliano passou a sugerir-me a ideia de compilar os vídeos num único DVD de modo a reproduzi-los e comercializá-los em larga escala entre os próprios camelôs. O dinheiro arrecadado seria revertido em benefícios para a sua campanha. Diante de tais situações<sup>16</sup>, respondia-lhe que poderia fornecer-lhe os vídeos, embora não me dispusesse para a gravação, dada minha relutância pessoal em colocar o material etnográfico como possibilidade de barganha para um projeto político baseado em um movimento que fora, em sua essência, coletivo.

A possibilidade de intercâmbio com meus principais informantes dos resultados preliminares da pesquisa de campo não se deu somente por meio de troca de materiais audiovisuais. Embora, nesse sentido, haja uma nítida assimetria entre o grupo de Juliano e o de seu principal adversário político – Alfonso Limberger, com quem troquei artigos acadêmicos produzidos em 2010 –, meu principal informante não disfarçou a alegria de ver-se estampado no centro de uma complexa rede social total, baseada nos modelos teóricos de Barnes (1987), Lomnitz (2009), Landé (1977) e Mitchell (1974), confeccionada para a

---

<sup>16</sup> Lembro-me de outras situações igualmente embaraçosas do ponto de vista ético, em que fui solicitado a fazer ligações de celulares desconhecidos para o gabinete do representante da construtora que administra o camelódromo, de modo a conseguir informações estratégicas, ao passar-me por assessor de um dos secretários da prefeitura. Em outros momentos, outro de meus informantes sugeriu-me, à semelhança de Juliano, produzir um documentário sobre o processo de transição dos camelôs, sob o argumento de que “venderia bem”, e que cada um precisava dar um jeito de ganhar dinheiro com essa história: “Tem que ficar esperto pra esse tipo de coisas! Fazer algum dinheiro! Tu pega esses DVDs a um pila e vende a dois, ou três, todo mundo ia comprar por esse preço! E tu ia tirar um bom dinheiro!”.

disciplina de Metodologia do PPGAS, e que consta como anexo desta dissertação. Tampouco foi indiferente ao pôster apresentado no XXI Salão de Iniciação Científica de 2009, que problematizava sua agência (Ortner, 2006) enquanto mediador político, e que me ajudou a alcançar o prêmio Jovem Pesquisador daquele ano. Da mesma forma, pediu-me uma cópia da dissertação de mestrado de Cleber Ori Cuti Martins (2004), acerca da relação entre a prefeitura, a Câmara de Vereadores e os vendedores ambulantes, no período que antecederia a proposição de um camelódromo em Porto Alegre – já que sua entrevista, concedida à época, constava dos anexos da pesquisa.

O abandono progressivo da questão política, se permitiu a abertura da pesquisa para o cenário propriamente econômico, deixou lastros significativos que, se bem não impedissem, ao menos complexificaram o andamento das entrevistas em profundidade, que vim a realizar durante o mês de julho de 2011, com outras figuras de proa do processo de transição, o ex-secretário da SMIC, Idenir Cecchim, e a administradora do prédio, Elaine Deboni. Em pelo menos três ocasiões foi discutida como problemática para a concessão da entrevista a minha adesão inequívoca à perspectiva de Juliano – em alguns casos também sugerindo uma suposta filiação partidária esquerdista e um gosto duvidoso pelo militantismo e anarquismo.

Por questões éticas, não deter-me-ei nesses aspectos, muito embora, de todas essas aproximações, aquela que certamente mais rendeu frutos foi a de Elaine Deboni. Desde a abertura do camelódromo, quando assumiu a administração, ela tratou de colocar em prática um projeto estético e muito pessoal de conduzir, com o apoio da prefeitura, a revitalização das ruas do centro da cidade a *partir* do trabalho com os próprios camelôs. Isso implicava, por exemplo, sobrepor táticas de reeducação da sensibilidade comercial com alianças de bastidor com a SMIC para fazer valer seu alegado direito de reaver os investimentos da empresa ou, alternativamente, procurando manter nas bancas, tanto quanto possível, apenas aqueles camelôs dispostos a arcar com o projeto de tornar-se um “comerciante popular”. Assim, não surpreende que, durante e após os protestos políticos empreendidos por Juliano, ela tenha sido sua principal adversária quanto às estratégias empreendidas para consolidar diferentes projetos de sujeito, ao longo da adaptação aos novos espaços de trabalho.

Finalmente, a alteração dos outdoors e, com eles também, dos slogans e nomes de apresentação do empreendimento – que passaria, não sem conflitos



Foto 6: nova campanha de marketing do camelódromo. Fonte: Revista Shopping do Porto, junho de 2011.

com o grupo de Juliano, de “Centro Popular de Compras” para “Shopping do Porto – Camelódromo” –, deixaria evidente que um novo “conceito” de comércio popular estava em lapidação, com importantes consequências, inclusive, para o entendimento, a médio e longo prazo, dos rumos tomados pela informalidade no centro de Porto Alegre.

Encerrado o trabalho de campo em Porto Alegre, realizei pesquisa empírica na cidade de Buenos Aires, Argentina, entre os meses de agosto e novembro, graças à concessão de bolsa de estudos de intercâmbio com o Instituto de Altos Estudios Sociales, vinculado à Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), e o Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES). Durante o período, desenvolvi atividades de pesquisa exploratória em complexos comerciais ao longo da zona urbana de Buenos Aires, chamados pelos meios de comunicação, preocupados com sua classificação e delimitação de suas práticas, de “Las Saladitas”, uma referência direta à maior feira informal latinoamericana, “La Salada”<sup>17</sup>. Tais organizações são, por sua vez, decorrências diretas da crise de 2001, na medida em que sua instalação, além de contribuir para o afixamento de ambulantes, lhes garante a possibilidade de sobrevivência comercial e econômica, através da criação de associações e organizações civis, dotadas de regulamentos próprios e de um maior poder de negociação para a defesa do espaço de trabalho, frente às autoridades públicas e aos vizinhos, que se opõem à sua presença (Beccaria 2000; 2001; Molina, 2010). Tais contextos, embora diferissem substantivamente do caso que me ocupa nesta dissertação, propiciaram comparações por contraste, entre semelhanças e diferenças, o que conduziu a importantes insights teóricos.

\* \* \*

Esta dissertação está dividida, por questões estratégicas, em dois grandes blocos, denominados, respectivamente, de Unidade I e II. Tal clivagem justifica-se, como sustentarei nas próximas páginas, em função da argumentação narrativa, que na primeira parte privilegia a dinâmica processual e descritiva dos principais eventos que pontuaram o processo de transição, e que num segundo momento concentra-se sobre os seus efeitos em termos da organização e acomodação do tempo e do espaço pelos sujeitos afetados. Assim, no primeiro capítulo, debruço-me sobre os antecedentes que conduziram o grupo de camelôs que acompanhei até à proposição, elaboração e negociação de um determinado projeto de realocação do comércio informal em Porto Alegre. Os eventos que pontuaram o período de preparação à remoção dos camelôs são narrados a partir da perspectiva da ASFERAP e de seu encantamento inicial com o projeto, dramatizado em diferentes espaços públicos. No segundo capítulo, apresento os principais agentes e eventos a partir do que se configurou o

---

<sup>17</sup> Situada às margens de uma vala de esgoto a céu aberto do rio Riachuelo, que separa Buenos Aires e Lomas de Zamora, La Salada é um dos mais rentáveis negócios imobiliários da Argentina. Funciona duas vezes por semana, comercializando, em sua maioria, roupas e calçados falsificados, em horários pouco convencionais, e movimenta, anualmente, em média, 2,7 bilhões de dólares (Girón, 2011; Hacher, 2011). Possui importância estratégica na discussão das grandes questões nacionais, sobretudo em épocas de eleição, como pude presenciar, em outubro de 2011 – o que coloca seu principal representante no centro dos debates sobre o futuro da economia nacional.

cenário de desilusão e esboçaram-se as primeiras tratativas de acomodação da transição e proposição de novos critérios acerca da transferência.

Nos capítulos três e quatro, concentro-me na narração etnográfica dos principais eventos que pontuaram o período que se estende da abertura do prédio até o despejo dos primeiros comerciantes, cerca de catorze meses depois. A etnografia busca abordar, nesse interstício temporal, a diversidade de espaços acionados, de estratégias empregadas, de estéticas elaboradas para a expressão das insatisfações geradas com a transição, bem como dos sentimentos e vínculos cotidianos acionados para justificar permanências ou rupturas.

O capítulo cinco inicia a contextualização da ambiência do camelódromo após os movimentos políticos, tratando de demonstrar o que restou do quadro de forças colocado em marcha durante o primeiro ano de funcionamento. Trata essencialmente dos conflitos de sociabilidade que se estabeleceram, mesmo após o despejo, entre dois modelos paradigmáticos de subjetivação da transição – Elaine e Juliano –, a partir do que a paisagem cotidiana das relações, das intrigas e das disputas é reclassificada e redimensionada. O capítulo seis segue nessa perspectiva, incorporando dois novos atores: de um lado, o papel dos agentes de governo, através da atuação dos fiscais da SMIC, e, de outro, de Alfonso Limberger – a partir do que discuto o modelo baseado na profissionalização do camelô, por meio de conceitos-chave como tempo, espaço, dinheiro, parcerias, rotas e circuitos.

Por fim, se é legítimo sustentar, como venho fazendo, que a especificidade desta dissertação está menos nos problemas teóricos que procura resolver do que em seu caráter etnográfico, experimental, aberto e processual (Elias, 1990; 1994; 1995), então uma análise distendida no tempo e no espaço, apresentada no capítulo sete, da trajetória de meus principais interlocutores de pesquisa, se faz imprescindível para a compreensão do que efetivamente mudou na vida dos sujeitos afetados pela transição. Se há um nó górdio que subjaz às consequências da implementação do projeto – e se ele está, como suponho, vinculado ao estatuto, em rearranjo, do comércio informal – então somente a etnografia, poderá responder, concretamente, às especulações em torno de sua dinâmica.



## UNIDADE I

### NO ESPECTRO DA TRANSIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CAMELÓDROMO DE PORTO ALEGRE

Esta unidade é dedicada à descrição densa (Geertz, 1989) dos principais eventos e sujeitos que pontuaram o processo de transição ao camelódromo. Para tanto, faz-se necessária uma distinção heurística entre, pelo menos, três ciclos temporais distintos, apresentados na Figura II. O primeiro deles deve ser compreendido como situado entre o início das discussões que implicariam na conformação do projeto de camelódromo que vingou em Porto Alegre, até a sua efetiva abertura à população, em fevereiro de 2009. O segundo circunscreve desde a abertura do empreendimento até o despejo, cerca de catorze meses depois, da primeira leva de camelôs organizados em torno de um projeto coletivo de adaptação aos espaços. O terceiro ciclo da transição segue, então, desde março de 2010 até o presente ou, alternativamente, enquanto estiverem sendo empregadas estratégias econômicas *inventivas* de sobrevivência no novo espaço – o que é, como pretendo mostrar, concomitante à própria coexistência da figura do camelô e do comerciante popular.

A primeira unidade desta dissertação debruça-se sobre os dois primeiros ciclos. Uma das razões que explica tal estratégia pode ser encontrada na conotação *política* dos eventos que os pontuam. Desde a discussão dos critérios de implementação da obra, diferentes grupos de camelôs alternaram-se nas negociações de bastidor junto à SMIC – e mesmo após a abertura, o grupo que acompanhei impetrou uma série de tratativas que visavam sua permanência no novo espaço de trabalho. Embora inadimplentes, tratava-se de questionar a aplicação pura e simples das regras contratuais por parte da administradora. O acionamento dos espaços públicos, a partir de múltiplas instâncias, visando a diferentes objetivos, e no uso de distintas performances reivindicatórias é, portanto, a primeira característica que especifica os dois primeiros ciclos da transição.

Em segundo lugar, a articulação política implica, ao menos da parte do grupo de camelôs que acompanhei ao longo dos cerca de três anos de pesquisa, uma sólida organização coletiva. Tal corporação estabelece, como condição de sua eficácia, a existência de um líder,

em torno do qual gravitam as principais questões reivindicadas e as estratégias cotidianas de persuasão e de fabricação das estratégias empreendidas para sua reprodução.

Em terceiro lugar, para esses sujeitos, foi ao longo dos primeiros dois ciclos de transição que se forjaram os sentimentos mais efusivos, dando origem aos distintos engajamentos e sectarismos. Posições foram tomadas, lados foram assumidos, sentimentos estiveram em jogo. Da parte dos sujeitos afetados, foi o período que demandou uma readequação de si e das sensibilidades comerciais. Antes que estratégias de sobrevivência econômicas pudessem ser empregadas, era preciso acomodar, de alguma maneira, as consequências que a transição envolvia para a vida de cada uma das perspectivas em jogo.

Como se pode ver, a divisão da transição em ciclos obedece, assim como a própria estrutura textual binária (em termos das unidades propostas) desta dissertação, à maneira como se desenrolou o trabalho de campo. Isso quer dizer, essencialmente, que, ao invés de concentrar-se em *uma* dimensão da realidade – ou, alternativamente, em uma única questão teórica a ser problematizada –, a etnografia dos processos procura esgotar os problemas de pesquisa que surgem ao longo da empreitada de campo, com base num único objeto, decomposto no conjunto de questões que encerra. O ponto de partida epistemológico está, assim, em dar conta de múltiplos problemas de pesquisa – diríamos, distintos aspectos teóricos que emergem a partir de eventos empíricos – através de uma única narrativa, ela mesma fruto da circulação do antropólogo pelos espaços e tempos que configuram a realidade. É com base, portanto, numa abordagem microsociológica e processual, inspirada pelo método etnográfico, que a divisão em ciclos adquire sentido.

Como se pode observar na primeira linha da tabela, muitos dos eventos ali apresentados – alguns dos quais já foram aduzidos à introdução, devendo ser trabalhados com maior detalhamento ao longo dos primeiros quatro capítulos –, não dizem respeito, diretamente, à construção do camelódromo. Isso porque, para tomar como ponto de partida o processo de transição, o que está em jogo é, prioritariamente, a configuração de um campo de forças (Bourdieu, 1983) a partir do qual a remoção dos camelôs das ruas pôde ser efetivada e a sua transposição para um prédio fechado adquiriu inteligibilidade. Da mesma forma, o que os eventos do primeiro ciclo de transição deixam claro é a inseparabilidade entre o trajeto etnográfico de pesquisa e o desenrolar dos acontecimentos. Para dizê-lo de outro modo, o conceito de transição pressupõe, necessariamente, múltiplos trajetos de deslocamento, de acordo com a biografia dos sujeitos que a experimentaram. Nesse sentido, não há, a rigor, uma sequência de eventos mais ou menos legítima, apenas rítmicas temporais e espaciais diferenciadas que – à semelhança de camadas mais ou menos espessas de acontecimentos –, se sobrepõem umas sobre as outras para a produção da “estrutura da conjuntura” (Sahlins, 1990: 14-15) ou, se preferirmos, a gênese histórica dos eventos (Bourdieu, 1989). Dessa maneira, vale a pena repeti-lo, a dinâmica temporal que permite pensar o encadeamento dos eventos de campo – e, nesse sentido, também, a experiência do

próprio antropólogo – é homologa às experiências e trajetos de transição delineados, metafórica e geopoliticamente, histórica e espacialmente, pelos meus principais informantes.

O segundo ciclo – foco dos capítulos 3 e 4 – inicia, para fins meramente didáticos<sup>18</sup>, com a abertura do camelódromo, que é concomitante ao surgimento dos primeiros protestos e gestação dos sentimentos de insatisfação. Instaure-se, assim, uma espécie de ciclo ou tempo da política (Palmeira 2001: 176-177; Palmeira e Herédia, 1995: 31-94), em que facções são formadas e posições de engajamento fixadas. Logo na segunda semana, o grupo de camelôs liderado por Juliano elegeu-o, com mais da metade dos votos válidos, para o cargo de representante dos comerciantes populares no Comitê Gestor do Camelódromo (Kopper 2009: 42-44), processo que se mostraria fundamental para a consecução da mobilização – que perduraria, com maior intensidade, até meados de 2009. Apesar de algumas parcerias com a empresa – que à época não figurava entre os alvos das manifestações –, tais como desfiles de modas e viagens a São Paulo, pequenos protestos foram realizados durante os dois primeiros meses. Estes culminariam na realização da Tribuna Popular<sup>19</sup>, na Câmara de Vereadores, em abril de 2009 (Kopper 2009: 44-50), seguida de seis reuniões na CEFOR.

Tais eventos colocam em jogo uma etnografia multissituada dos processos políticos em torno da viabilidade do bloco B, na medida em que pressupõem a intermediação de um líder comunitário capaz de canalizar, para a esfera pública, por meio do acionamento estratégico de certos capitais oratórios, performáticos e linguísticos, a experiência ritual coletivamente construída do que significa “ser camelô” em tempos de transição. Assim, os usos persuasivos da palavra pública pressupõem uma *comunicação*, que remete, de um lado, ao problema da *reputação* e da *representação*, enfim, da legitimidade em dispor da palavra em nome de alguém (cf. Bourdieu, 1989; 1998; Abélès, 1997; Bloch, 1989; Clastres, 1979; 2004; Turner, 2008; Tambiah, 1997; Peirano, 2001) e, de outro lado, ao processo criativo de mediação (cf. Kuschnir, 1999; Velho e Kuschnir, 2001), através da formulação de um discurso oratório específico. Por sua vez, o domínio de tal *arte oratória* (cf. Kopper, 2009) exige a incorporação e a invenção (De Certeau, 1994) de diferentes estilos de expressão, cada qual, por sua vez, adequado a um determinado espaço de interação social.

Além de revelar uma série de narrativas e imagens em tensão associadas ao Estado, à Política e à Justiça, esses casos deixam entrever, como veremos, a dinâmica de negociações dos critérios estéticos e performáticos de expressão das emoções em tais arenas (Bakhtin, 1993): de um lado, os agentes estatais, preocupados em contê-las, na maneira como se preparam subjetiva, emocional e discursivamente para “enfrentar” a população ou, em sua

<sup>18</sup> De fato, a seleção deste evento como ponto de ruptura para o início da transição é aleatória e cumpre tão somente o papel de definir, do ponto de vista temporal, o marco desse deslocamento. Como as próprias narrativas de Juliano deixam entrever, o tempo narrado da transição é tão variado quanto o são as experiências biográficas distintas de cada um dos sujeitos afetados, e não raro fazem referência a várias décadas anteriores, simultâneas ao início da atividade informal, nas ruas de Porto Alegre.

<sup>19</sup> A Tribuna Popular é utilizada por entidades e associações com estatuto jurídico, ocorrendo nas sessões plenárias da Câmara. O orador possui dez minutos, sem apartes, para a explanação do tema a que se propôs (cf. <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/>).

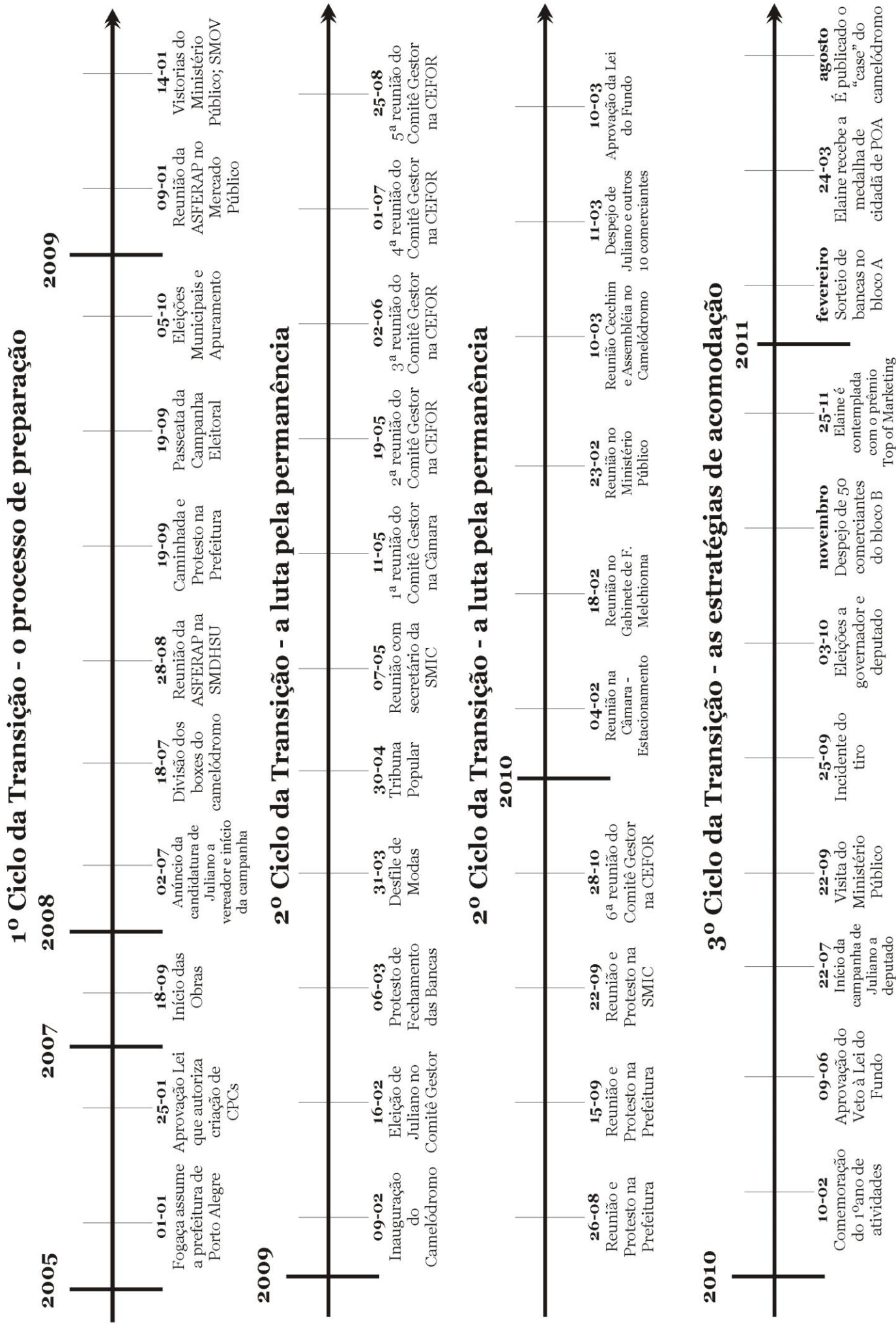
própria linguagem, o “cidadão” que demanda; de outro lado, a maneira como são gestadas, nas próprias narrativas dos comerciantes populares, as insatisfações e imagens com relação ao mundo da política, que passa cada vez mais a ser compreendido como o lócus, por excelência, ao qual deverão ser dirigidas e depositadas todas as insatisfações e agruras subjetivas decorrentes do reassentamento.

A riqueza desses eventos está, ainda, em conduzir o foco da análise etnográfica para outros espaços e tempos – tais como, neste caso, os bastidores e corredores do Camelódromo – em que essas emoções específicas são gestadas na produção de um engajamento experiencial e cotidiano da participação política enquanto um *valor* em si. É isso, ainda, que permite situar o evento aparentemente isolado em um quadro mais amplo em que são discutidos os rumos da cidade, da política, das relações com o Estado e a sociedade circundante. Na circulação pelo – e por isso também *produção do* – espaço urbano, seus passos apontam não só para a sobrevivência, mas sobretudo para a reinvenção cotidiana das táticas de saber-fazer associadas ao universo da cultura popular e transfiguradas nas gramáticas e espaços, colocados em articulação pela sua agência, da política e da economia.

Aqui, o que está posto, de antemão, não são lutas contra o Estado, mas por dentro dele. O que está em jogo é menos a forma como o espaço circunscreve as práticas dos sujeitos, do que a constatação de que existem certos espaços estratégicos que, operando à semelhança de entrepostos de mediação, articulam instâncias específicas para a circulação dos sujeitos que o habitam ou frequentam. As situações experimentadas no cotidiano do Bloco B permitem, assim, o fluxo, mesmo que desigual, de pessoas, categorias e coisas e, num certo sentido, articulam os universos de sentido da classe popular ao léxico da participação que emana do Estado – seja através do OP, seja através da Prefeitura, da Câmara de Vereadores ou do Ministério Público. Com efeito, para esses grupos, só é possível pensar o enfrentamento *ao* Estado como condição de sua anterior socialização pelos espaços *do* Estado, isto é, na circulação, negociação e apropriação dessa agência (Clastres 1979; Lanna 2005).

O caso do grupo de camelôs que acompanhei é emblemático. Quando eles estavam na rua, seguidamente debatiam-se contra as forças repressivas do Estado – os fiscais da SMIC, a Brigada Militar – em nome do alegado “direito de ganhar a vida”, um direito elementar, mas também difuso, porque não discrimina os meios usados para tal fim. Quando aderiram ao CPC, fizeram uma escolha, que pode não ter sido a mais acertada, mas a fizeram sabendo que não teria volta. Eles não imaginaram que teriam de empreender uma luta política em nome de sua permanência, mas ao realizá-la não havia muitas alternativas, a não ser por dentro das entranhas do próprio Estado.

# Figura 2 - Linha do Tempo da Transição - Principais eventos de campo



## **1 – DA RUA AO SONHO DE UM CAMELÓDROMO: Os camelôs e o encantamento com o projeto**

A Rua dos Andradas – antiga Rua da Praia, como ainda é conhecida informalmente –, nasceu com a cidade de Porto Alegre, e é em seu entorno que se estabeleceu o Centro Histórico. Receptáculo de cafés, confeitarias, cinemas, igrejas, museus e centros culturais, foi o centro cívico da cidade e do estado, ponto de encontro de políticos e estudantes (Franco, 1988). Em 1954, o compositor Alberto do Canto assim a descreveu: “Rua da Praia que não tem praia, que não tem rio, onde as sereias andam de saias e não de maiô. Rua da Praia do jornaleiro, do camelô...”. A mais antiga rua da cidade começava na ponta do Gasômetro, onde foram implantados os Armazéns Reais e o Arsenal da Marinha, e ia até à General Câmara, junto à Praça da Alfândega, na época Largo da Quitanda, onde se aglutinavam os comerciantes. Com a crise econômica de final dos anos 1980 e a consequente reconfiguração do perfil do centro, a Rua da Praia passou a receber toda sorte de camelôs, de diferentes biografias e de distintas cidades da região metropolitana, numa espécie de “realocamento para a periferia” daqueles ambulantes para os quais já não havia mais espaço na Praça XV e imediações<sup>20</sup>. Alguns deles se afixaram, inicialmente, próximo à Praça da Alfândega, de onde, progressivamente, “desceram” até onde estavam instituídas as lojas do comércio formal.

Um deles foi Alex, um dos futuros coordenadores da ASFERAP, que seria fundada em 2001. De acordo com sua narrativa, houve pelo menos dois momentos distintos de acomodação do comércio ambulante em Porto Alegre. O primeiro deles, associado ao desprestígio do centro, teria coincidido com a produção das primeiras leis que tinham o propósito de regulamentá-lo, e seria fruto, sobretudo, do êxodo rural, do abandono da classe

---

<sup>20</sup> Como mostra Pinheiro-Machado (2004: 57-62), a Rua da Praia era o último reduto onde se poderia experimentar o glamour da pequena classe média burguesa que tomou conta do centro de Porto Alegre entre as décadas de 1930 e 1950, quando, ao mesmo tempo em que a cidade se urbanizava e verticalizava, com a construção de grandes arranha-céus, uma série de políticas higienistas foi implantada com o objetivo de promover uma renovação urbana e tecnológica. Talvez isso explicasse por que, na lógica de ocupação das vias públicas do centro, ela tenha sido alvo de especulação apenas após a repartição e ocupação de espaços como o da Praça XV, para onde o comércio ambulante fora transferido pelo poder público já em 1815, e que se consolidou como principal local desse tipo de mercado em Porto Alegre.

média da região central<sup>21</sup>, bem como da acomodação de comerciantes ambulantes nas vias, em sua maioria sem habilidades técnicas para outras profissões. Após a crise econômica dos anos 80, um mundo de pessoas teria adentrado à informalidade; sujeitos que, como ele, vinham de uma trajetória de classe média em ascensão, mas que tiveram repentinamente seus trajetos interrompidos por reviravoltas econômicas. A rua teria passado, então, a comportar outros perfis de comerciantes, incluindo aqueles com diferentes graus de instrução, oriundos de outros ofícios mais prestigiosos, muitos dos quais inclusive com fortes posicionamentos políticos e ideológicos<sup>22</sup>.

Não menos importante, a Rua da Praia também passou a concentrar sujeitos oriundos de outros espectros, como minorias étnicas e pequenos artesãos, cuja permanência é, até hoje, problemática<sup>23</sup>. Assim, espalhados em distintos setores e quadras, de maneira difusa, o modelo de organização do comércio ambulante na Rua da Praia contrastava com aquele do entorno da Praça XV, onde centenas de ambulantes – de acordo com a SMIC, metade daqueles que ocupavam as vias do centro – concentrava-se intensiva e, muitas vezes, conflituosamente (Pinheiro-Machado 2004: 61-68). Objeto de atenção do poder público, desde a criação da lei n.º 3187, de outubro de 1968, que deu forma jurídica e regimental à exploração do comércio ambulante em Porto Alegre, as tentativas de circunscrição dos mercados de rua não são prerrogativa dos últimos dez ou vinte anos, embora estes tenham introduzido novos elementos – como os fluxos globais de mercadorias e bugigangas – que complexificaram significativamente tal cenário.

O objetivo deste capítulo é reconstituir, com base na trajetória de Juliano e dos principais membros da ASFERAP, a configuração dos principais eventos que pontuaram o primeiro ciclo da transição. Para tanto, é fundamental retomar as experiências, narrativas e engajamentos do grupo de comerciantes em torno do qual desenvolvi o trabalho de campo – desde a ocupação da Rua da Praia até a discussão dos critérios de implementação da obra, em espaços públicos estratégicos, como o OP da capital. É isso que permitirá compreender, em última instância, a gênese dos conflitos que se acumulariam em torno da ocupação do novo prédio, que os situaria a meio caminho *entre* a lógica do “camelô” e a gramática do “lojista”.

---

<sup>21</sup> A reconfiguração do perfil de ocupação do centro tem a ver com o remanejamento dos principais espaços de sociabilidade, à medida que a classe média passava a ocupar e privilegiar os shoppings centers (Frúgoli Jr., 2008). Isso é válido, sobretudo, para os cinemas, cujos prédios situados ao longo da Rua da Praia foram reapropriados para outras atividades (tais como igrejas, por exemplo), enquanto o cinema era deslocado para os shoppings.

<sup>22</sup> Tal era o caso de Alex que, como veremos no último capítulo, vinha de uma sólida classe média socialista, radicada no Chile, cuja família jamais aceitara o fato de ele ser camelô exilado em outro país.

<sup>23</sup> A presença de cerca de 30 bancas de pequenos artesãos nas proximidades da Praça da Alfândega foi tolerada pela SMIC mesmo após a abertura do Camelódromo. O trabalho de campo revelou que mesmo no caso daqueles que arriscaram alguns meses no camelódromo, negociações com a secretaria permitiram que retornassem ao velho ponto na Rua da Praia, sob a condição de que vendessem apenas artesanatos. Já a presença de indígenas, que se multiplicou em 2011, é motivo de debates há mais de um ano; as críticas em relação à sua presença partem tanto dos feirantes artesanais quanto dos comerciantes instituídos. Curiosamente, de acordo com matéria de jornal publicada no jornal Zero Hora, em 08/07/11, “diferentemente dos vendedores da Feira, eles comercializam mercadorias industrializadas – principalmente luvas, mantas, gorros e polainas –, o que tem revoltado alguns comerciantes e feirantes (...). Alegam que vendem produtos manufaturados porque já não encontram matéria-prima na natureza para fazer seus artesanatos”. De sua parte, a SMIC sustenta que a presença dos indígenas, apesar de problemática, conta com a tutela do Ministério Público Federal (MPF), o que impediria sua atuação.

## 1.1 – A ocupação da Rua da Praia

Juliano Fripp, um dos principais líderes de camelôs envolvidos com o processo de transição ao camelódromo, estabeleceu-se na Rua da Praia no início dos anos 1990, em meio ao inchaço provocado pela instabilidade econômica, pela hiperinflação, e à possibilidade de afixar-se nalgum ponto das ruas, dada a crise econômica que assolava o país. Repleta de altos e baixos, sua trajetória incluía, até aquele momento, breves incursões na agricultura latifundiária, no ramo da produção de iogurtes e derivados de leite, na produção e venda de algodão doce e, finalmente, no ofício de extração e garimpo de ouro, por vários estados da região norte do Brasil. Entre uma ocupação e outra, envolveu-se com a criação de associações, cooperativas e sindicatos. No final dos anos 1980, com a extinção das pistas de garimpo pelo então presidente Collor de Melo, Juliano altera seus projetos e decide que é hora de retornar à sua terra natal: Esteio, uma cidade de pouco menos de cem mil habitantes da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Começar a falar em Camelódromo, pra mim, pra muitos é bem antes, mas pra mim é falar em 1990, quando a gente foi pra Rua da Praia trabalhar com o comércio informal, por uma questão de necessidade pura, por não ter emprego (...). Então esta luta começa desde 1990, a gente se organizando pra chegar o momento de que os espaços que a gente pudesse trabalhar fossem dignos, um espaço que a gente pudesse mostrar pra sociedade o valor que nós temos [trecho de discurso proferido durante reunião na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, dia 28/08/2008].

De volta a Esteio, ele retoma velhos saberes – entre os quais, sobretudo, o ofício da serigrafia, que o permite trabalhar com confecção de roupas e outros produtos que demandassem algum grau de personalização. Não demorou muito para tomar conhecimento das ruas do centro da capital, num movimento acompanhado por vários outros trabalhadores que eram, em sua maioria, produtores independentes de roupas e confecções. Em um de seus atendimentos, Juliano conheceu a Rua da Praia, observou o regime de trabalho e se interessou pelo lugar, até que, algum tempo depois, permitiu-se dividir o tempo entre a confecção de roupas, em seu atelier, e a venda dessas mercadorias, nas ruas de Porto Alegre. O processo de consolidação na Rua da Praia foi acompanhado, igualmente, do aproveitamento estratégico de seu capital simbólico adquirido e acumulado durante o tempo que esteve envolvido com o movimento sindical, no Norte, ao mesmo tempo em que fez uso de sua crescente reputação, entre os camelôs locais, como “corredor” de fiscais. Isso lhe permitiu entrar no jogo da distribuição dos espaços, até se instituir e legitimar entre os pares, ao mesmo tempo em que dava andamento às suas tentativas de “organizar” as quadras e os espaços de trabalho. Em pouco tempo, elegeu-se para coordenar as atividades da própria quadra – num processo, segundo o próprio Juliano, “transparente” e “democrático”.

Uma das primeiras iniciativas, nesse sentido, consistiu num consórcio improvisado, em que Juliano “recolhia” dinheiro, mensalmente, dos colegas de trabalho, a fim de promover uma espécie de “sorteio” do montante acumulado entre os participantes, de modo a que, em cada mês, os contemplados se alternassem e pudessem ampliar os investimentos



de sua banca. Outras ações consistiam em fortalecer as coordenações de cada quadra, na Rua da Praia, para promover eleições anuais e, com isso, eliminar, paulatinamente, a concorrência dos “mafiosos” – aqueles sujeitos que, seja pelo seu poder de influência, seja por critérios de antiguidade e reputação, detinham o monopólio da maior parte das bancas, operando como arrendadores e negociadores dos espaços. Juliano, além de “fortalecer a coordenação” e estipular uma divisão em onze quadras de cerca de vinte e cinco pessoas cada, também conseguiu eleger os principais nomes que apoiava – gente que “tinha interesse de fazer a coisa andar de fato”.

De posse da organização do espaço e do fortalecimento de suas bases “políticas”, Juliano inveterou por um processo de *negociação das condições de comercialização* na Rua da Praia, de início dando sequência à discussão quanto à regulamentação dos horários de trabalho junto aos fiscais da SMIC – os mesmos que lhes exigiam propina em troca do ponto – e que, num segundo momento, eram os encarregados de levar as discussões de tais reuniões ao secretário e aos diretores de fiscalização. Juliano passou a defender a realização de reuniões diretas com o secretário – que, por sua vez, demandariam o suporte institucional e jurídico que somente uma *corporação* poderia oferecer. Assim, ele propôs a criação de uma associação de camelôs e feirantes, que viria a ser fundada em 2001 – a ASFERAP que, de início, incluía as cerca de 200 pessoas que trabalhavam ao longo da Rua dos Andradas em períodos específicos do dia, geralmente a partir das 17h e que, por conseguinte, demandavam o tratamento jurídico de “feirante”<sup>24</sup>. Com a realização da assembleia que decidiu a sua implementação, estava consolidada a institucionalização de Juliano enquanto liderança na Rua da Praia – um processo que alijou de vez os sujeitos menos afeitos às suas estratégias e ideias de centralização organizacional do espaço.



Fotos 7 e 8: Membros íntimos da ASFERAP, comemorando as vendas de Natal, no último ano nas ruas (2008).  
Fonte: Acervo pessoal de Dona Diva (informante de pesquisa).

<sup>24</sup> A noção de feirante, em detrimento da de camelô, é ilustrativa desse processo de legalização das relações da associação com a SMIC. Era necessário fundamentar o processo identitário e político de mobilização em alguma categoria que excluísse a ideia da camelotagem e do ambulante. Daí porque a noção de feirante, que permitia aos seus membros, de início constrangidos pelo carregada expressão “camelô”, considerarem-se, como microprodutores independentes de artigos de vestuário, algo “mais” que simples vendedores de quinilhariás.

Desde a fundação da associação, Juliano disputou os espaços de coordenação com sujeitos como Alex e Lindomar, mentores intelectuais do movimento. Suas divergências com relação às táticas e estratégias de ação políticas remontam à época das primeiras decisões quanto à condução dos debates com o poder público, no início dos anos 2000. Alex, de forma particular, sempre acusou o líder de excessiva centralização; à maneira da organização esquadrihada dos espaços, Juliano teria tomado as decisões mais importantes de maneira isolada, sem consultar seus colegas, sobretudo aqueles que, intelectualizados como ele, detinham um capital estratégico para avaliar suas consequências a médio e longo prazo. Não menos importante, o demasiado autoritarismo com que coordenava a associação fechavam-no na mesma proporção para o que acontecia à sua volta; era preciso, sugeria Alex, que o líder se “reciclasse”, que estivesse aberto às sugestões; que, enfim, se dispusesse a aprender – o que até poderia incluir, sugeriam-lhe, inscrever-se em algum curso de Ciência Política para melhor incorporar o traquejo e a lógica das estratégias que ordenavam a política convencional, fundamental para as negociações com a secretaria.

Muitos dos camelôs filiados à associação e liderados por Juliano não eram sequer domiciliados em Porto Alegre. Boa parte vinha diariamente de cidades da região metropolitana, como Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo, num movimento acompanhado por outras centenas de trabalhadores informais que descobriram a possibilidade de vender as confecções, de fabricação própria, como ambulantes, nas ruas do centro de Porto Alegre. De início irregulares, passaram a ser alvo fácil dos agentes de fiscalização da SMIC, que eram, no mais das vezes, acionados pelos próprios camelôs instituídos, àquela altura já cadastrados junto à secretaria, que os acusavam de balbúrdia e desorganização do espaço público. A criação de uma associação não alteraria significativamente o quadro, embora investisse tais atores de poder suficiente para negociar sua permanência nas ruas por períodos específicos do dia.

Com efeito, ao mesmo tempo em que se organizavam do ponto de vista jurídico como corporação, surgiram as primeiras ideias em torno da constituição de um espaço fechado que abrigasse os camelôs cadastrados que atuavam ao longo das ruas do centro – razão pela qual nunca chegaram a ser, efetivamente, licenciados pela SMIC. A partir de meados da década de 1990, as reformulações legislativas trataram de incorporar mecanismos que circunscreviam a ocupação do espaço público urbano no centro da cidade, inicialmente suspendendo a renovação dos cadastros de camelôs que mantinham suas atividades em pontos específicos. Para o processo de seleção e acomodação desses comerciantes em outros pontos da cidade, foram realizados sorteios públicos que objetivavam conceder as vagas, prioritariamente, aos porto-alegrenses e àqueles que estivessem desempregados por mais de um ano – embora, na prática, segundo Martins (2004), tais mecanismos nem sempre funcionassem da forma como se propunham na carta da lei. Assim, num primeiro momento, tratou-se de remover os camelôs que atuavam ao longo da Avenida Voluntários da Pátria, Dr. Flores e Alberto Bins (e,

em seguida, de outros espaços que haviam servido, inicialmente, como receptáculo da reacomodação) para dentro de outras vias, como a Rua da Praia – incitando, com isso, conflitos de sociabilidade, de organização e de divisão do espaço entre os camelôs instituídos e os que estavam por chegar<sup>25</sup>.

Durante a última gestão do PT na prefeitura de Porto Alegre (2001-2004), enquanto Adeli Sell (PT) assumia a pasta da SMIC, constituiu-se o tripé que sustentaria a parceria com a Brigada Militar<sup>26</sup>, na pressão e repressão de ambulantes, fossem eles irregulares ou ilegais<sup>27</sup>. A intensificação dos debates resultou em diversos confrontos da polícia com setores de camelôs, entre os quais, sobretudo, os trabalhadores da Rua da Praia – que, empertigados com as tentativas de trabalhar a partir das 17h durante o mês de dezembro, haviam encetado uma negociação política diretamente com o secretário da SMIC. Um dos primeiros episódios que dá conta dessa tensão trata de uma reunião que ocorreu entre Juliano Fripp, líder da ASFERAP, e Adeli Sell, no City Hotel, convocada pelo secretário, com o objetivo inicial de sondar a personalidade de seu interlocutor e observar quais eram os caminhos possíveis para uma negociação ou, alternativamente, um enfrentamento. O evento ocorreu num sábado em que, de acordo com Juliano, as ruas do centro da cidade precisaram ser desocupadas para limpeza por agentes da prefeitura – uma “invenção” da gestão de João Werle.

E nesse dia o Adeli me chamou. Pra conversar. Conversa vem, conversa vai, eu entendi que o bicho tava me puxando pro lado dele! E a ideia do cara era simplesmente retirar o pessoal da Rua da Praia! Porque a Rua da Praia não vai ficar mais aqui! E eu disse pra ele, ‘oh, secretário, eu tenho posição. Eu não vou me render e não vou me vender pro *sistema*. Eu defendo uma *categoria*. E é essa categoria que eu vou continuar defendendo’. Aí ele bateu no meu ombro e disse ‘eu não imaginava outra coisa de ti’. E eu digo ‘pois é’ [trecho extraído de entrevista realizada com Juliano Fripp em 13/09/2010].

O objetivo do secretário consistia em deslocar os camelôs que ocupavam outras vias do centro da cidade – tais como a Dr. Flores e a Alberto Bins – para os espaços da Rua da Praia – e, com isso, “desarticular” o processo de seleção interna de divisão e organização do espaço estruturado a partir de “listas de espera”, que seriam atendidas à medida que os pontos ficassem disponíveis:

Ele tentou botar os caras da Alberto Bins, da Doutor Flores, essa região, contra nós! E eu explicava pros caras: ‘oh, cara, entende o que esse cara ta fazendo... Vocês vão perder os espaços de vocês, que trabalham o dia inteiro, e vão ter que se submeter a trabalhar das sete horas em diante, aqui na Rua da Praia. Ele não ta sendo bonzinho

<sup>25</sup> É possível pensar o processo de negociação e ressignificação do comércio ambulante em Porto Alegre nas interfaces de duas práticas que, por distintas razões, escapam à regulamentação da informalidade por parte do Estado: a ilegalidade (ou ilicitude) e a irregularidade (Martins, 2004). Enquanto a primeira faz referência à qualidade intrínseca das coisas comercializadas – tais como bens de origem clandestina, contrabandeada ou falsificada e, portanto, não tributados –, a última refere-se aos enquadramentos (e à falta deles) nos processos de regulamentação do comércio de rua, que avançaram, progressivamente, desde o final da década de 1960.

<sup>26</sup> A Brigada Militar do Rio Grande do Sul é um corpo de segurança de nível estadual que tem por função primordial o policiamento ostensivo, correspondendo à Polícia Militar de outros estados.

<sup>27</sup> Naquela época, uma das propostas em andamento consistia em fazer um camelódromo na Avenida Voluntários da Pátria. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as reivindicações organizadas por setores da economia formal, apoiados pela mídia, que passaram a exercer pressão sobre a prefeitura, com o objetivo de retirar camelôs e ambulantes de frente de suas lojas e corredores. Entre os argumentos empreendidos em sua defesa, estavam os de que, além de “atrapalharem” a circulação e movimentação de pessoas, camelôs também prejudicavam as vendas e, por extensão, causavam o desemprego dos funcionários das lojas instituídas.

com vocês. *Ele tá tirando os espaços de trabalho de vocês!* [trecho extraído de entrevista realizada com Juliano Fripp em 13/09/2010].

A retirada de Adeli Sell coincidiu com a formação de uma nova etapa do processo de negociação com o governo, que agora investira Edson Silva (PCdoB) para o cobiçado cargo-chefe na SMIC. E, como se aproximasse o fim de ano, novos embates foram necessários em nome da permanência dos camelôs na Rua da Praia, para as vendas relativas às festividades natalinas. De acordo com Juliano, tratava-se de um acordo que já havia sido previamente instituído entre a ASFERAP e a SMIC, mas que o secretário insistia em não cumprir. Contrariando todo o corpo de fiscais, Juliano exigia dos membros de seu grupo que fizessem a montagem de suas bancas pontualmente às 17h.

E um belo dia, lá vem polícia armada... E daí o Edson Silva, o secretário do PCdoB, o cara que enfrentou a ditadura, um cara que sofreu nas mãos da polícia, age da mesma maneira que os ditadores fizeram com ele! (...) Então, nesse dia, nós resistimos, até que os policiais conseguem agredir uma pessoa, um neguinho, e eu to por perto e fui pra cima dos caras. E nisso, os caras já estavam me esperando né, já me prenderam, me algemaram, me levaram aqui no postinho, e no postinho começou a chegar camelô. Daí eles viram que a coisa ia pegar... E me levaram para a 13<sup>a</sup>. Eu nem sabia onde eu tava! Me isolaram num espaço! Todo mundo correndo atrás... E aí eu consegui um contato, eu tava algemado pra trás, né, e me ligaram. E aí veio o brigadiano, tomou o telefone e desligou. Mas eu consegui uma comunicação. E dali a pouco chegou um pessoal, eles conseguiram entrar em contato como Raul Carrion, que mandou alguém do gabinete, e ele ficou comigo até o final, até tudo se resolver [trecho extraído de entrevista realizada com Juliano Fripp em 13/09/2010].

Com a mudança de gestão na prefeitura de Porto Alegre, em 2005, e a ascensão de um bloco de partidos anti-PT à prefeitura, comandado por José Fogaça como prefeito e Idenir Cecchim como secretário da SMIC, o debate dirigido em torno de um projeto de Camelódromo que acomodasse grande parte dos ambulantes distribuídos pelas calçadas e avenidas do centro da cidade ganhou forma. A proposta sugeria a construção de um shopping vertical, fundamentado no modelo arquitetônico de Belo Horizonte/MG, que não demoraria a ser apresentado aos camelôs pela secretaria. Ainda assim, foi, sobretudo, com a mobilização e o poder de persuasão do comércio formal, ainda durante a gestão de Adeli Sell à frente da secretaria, que o grupo de Juliano percebeu a inevitabilidade do processo de transição e, com ela, a necessidade de articular-se em torno de modelos alternativos de camelódromo que privilegiassem, tanto quanto possível, os seus interesses e expectativas de comercialização e sociabilidade. O embate já não consistia em tentar *evitar* a remoção das ruas, mas, sobretudo, em tratar de organizar-se e articular-se para o debate dos critérios de implementação da obra, na esfera pública. Foi a partir dessas estratégias e, sobretudo, da realização de mais uma série de protestos públicos, acompanhados de abaixo-assinados, que o projeto vertical de camelódromo pôde ser postergado em favor da rediscussão dos critérios que pontuariam a transição e o acesso aos boxes do novo estabelecimento.

O secretário Cecchim me chamou para uma reunião e disse 'Juliano, eu estou com um dossiê teu aqui na minha mesa. Foi deixado pelo secretário anterior. E aqui diz que tu é o *diabo em pessoa!* Mas aí eu to vendo que tu não é, eu quero discutir contigo, to vendo que tu é um cara do bem, um cara...'. O Cecchim já preparando o meu caminho... E eu sou muito otário, né, Moisés, eu sou otário! Eu acabei acreditando muito nas conversas do infeliz! (...) Quando eles vieram com o projeto de camelódromo vertical, nós criamos uma comissão que representava um todo em

Porto Alegre. A gente conseguiu pegar as lideranças de toda a região. E aí traçamos uma estratégia. O que nós vamos fazer, como nós vamos agir, aonde que nós vamos bater. [trecho extraído de entrevista realizada com Juliano Fripp em 13/09/2010].

Um desses protestos foi emblemático para a ascensão de Juliano enquanto liderança da ASFERAP, na medida em que teria reunido mais de 700 pessoas na Tribuna Popular da Câmara de Vereadores. De acordo com o líder, ainda no caminho da passeata até a Câmara teriam sido *atiradas* pedras de dentro do prédio da SMIC; homenagens à Brigada Militar teriam sido *inventadas* no mesmo horário da manifestação; e uma chamada telefônica, da parte do próprio secretário, teria sido empregada para *desestabilizar* o protesto: “Nesse meio tempo o Cecchim me ligou. ‘Juliano, o que tu acha de nós fazermos um camelódromo na Praça Ruy Barbosa?’. Ele quis, na verdade, *parar* a mobilização, porque ali tava toda a imprensa. Eu disse que a ideia era boa, mas que nós *não vamos parar a caminhada*”. O evento seria considerado emblemático do ponto de vista da reorganização política da simbologia associada ao comércio de rua; era necessário provar à sociedade que a imagem de degradação, precariedade e desorganização associada à itinerância não poderia justificar o pouco caso dispensado, até então, à sustentabilidade econômica e social desses trabalhadores, se realocados para espaços desprivilegiados do centro da cidade.

Então ali começou a se definir um outro projeto de camelódromo, que nós passamos a apoiar, em todos os lugares que se discutia o camelódromo eu ia pra frente, porque era um projeto que nos levava em consideração! Eu acreditava que seria na Praça Ruy Barbosa, com critérios que beneficiariam o nosso povo, que seria uma construção onde ia passar cem mil pessoas, os valores iam ser só taxas a serem cobradas, os espaços iam ser de dois por dois para todo mundo, sorteio universal, por aí afora [trecho extraído de entrevista realizada com Juliano Fripp em 13/09/2010].

A partir de então, as tratativas de negociação com o Estado, da parte do bloco de camelôs encabeçados pela ASFERAP, resultariam favoráveis à discussão de um projeto *horizontal*, que obedecesse aos critérios tidos pelos comerciantes como legítimos e necessários à sua transição ao novo espaço de trabalho.

## 1.2 – Os camelôs no Orçamento Participativo

Entre as razões que conduziram Juliano à construção da associação de camelôs está a sua afiliação partidária, paralela à intensificação dos debates e das mobilizações em torno das negociações quanto aos horários de funcionamento da feira, na rua, junto à SMIC. Apesar da relação apaixonada com o Partido dos Trabalhadores, nutrida desde a infância e adolescência – quando, durante as épocas de campanha eleitoral, tornava-se um assíduo militante –, foi o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que procurou o movimento – ainda em fase de institucionalização através da criação da associação. Assim, a relação de amizade, de longa data, com Raul Carrion (PCdoB) transformou-se em aliança política. Outra figura central nesse processo de conversão foi Lindomar – um antigo militante do PCdoB para quem Juliano fizera “sacolas personalizadas”, logo que chegara a Porto Alegre, no início dos anos 1990 – e que o convidara para uma janta do partido em que Juliano finalmente conheceu as

figuras políticas de quem mais se aproximou. De modo que a rede assim constituída por dentro da máquina partidária permitiu-lhe colocar à disposição do grupo de camelôs em constituição as ferramentas necessárias para a formalização da associação. A relação com Raul Carrion converteu-se rapidamente em apoio partidário durante o período eleitoral – e, coincidências à parte, foi durante esse período que este último se elegeu, pela primeira vez, vereador de Porto Alegre. Engajado na causa dos camelôs – que, mal ou bem, contribuíram para a sua eleição, em 2000 –, Carrion sentiu-se na obrigação de retribuir, auxiliando com o processo burocrático da associação.

Paralelamente, outra razão para a sua ascensão enquanto liderança política no processo de condução das questões relativas ao comércio informal – sobretudo quando o que está em jogo é uma pedagogia popular de como atuar performaticamente nos espaços públicos (Bakhtin, 1993; Damo, 2006) –, pode ser encontrada em sua participação estratégica nas esferas de discussão pública dos investimentos de Porto Alegre, o Orçamento Participativo, onde ingressou mais ou menos à mesma época em que fundara a associação. Ainda assim, apenas uma parte dos camelôs da ASFERAP frequentavam as reuniões do OP, e o grupo não está entre os pioneiros a participar do FROP Centro. Tampouco chegou a emplacar demandas ao longo dos vários anos que estiveram engajados no processo – a exceção sendo o próprio camelódromo que, para efeitos formais, acabou sendo apropriado pelo governo como principal realização da primeira gestão de José Fogaça (2004-2008). Ainda assim, a participação no OP contribuiu para alavancar a trajetória (e o traquejo) de Juliano como líder comunitário, que passaria a se reproduzir, durante vários mandatos, como conselheiro titular da Região Centro.

A chegada de Juliano ao Orçamento Participativo é concomitante à formação de uma aliança com a ONG Integração dos Anjos, representada por “Chiquinho dos Anjos”. Este grupo, designado de “Unidade” (Kopper, 2009; Ruppenthal, 2010), reuniu sob seus auspícios um vasto conjunto de comunidades, e foi, durante cerca de dois anos, a facção hegemônica em termos de poder decisivo no FROP Centro. Juntos, monopolizaram a conquista e reivindicação de demandas, bem como o uso da palavra durante as reuniões. O que estava em jogo, à época, era a construção de um condomínio para dezenas de famílias, e a demanda por outros serviços que seriam disponibilizados no mesmo local, como creches e



Foto 9: Juliano discursando durante plenária do FROP Centro, no auditório Dante Barone, Assembleia Legislativa. Fonte: acervo de pesquisa, maio de 2011.

escolas de educação infantil. Apesar de não afetarem diretamente ao grupo de Juliano, considerava-se essencial apoiá-los, diante do fato de que se esperaria a mesma reciprocidade quando a questão do camelódromo estivesse em pauta – o que efetivamente não demoraria muito. De outra parte, o projeto de um segundo condomínio, ao lado do primeiro, estava em curso – que desta vez deveria receber não somente as famílias que, nesse ínterim, haviam se expandido, mas também frações das comunidades que participavam das reuniões do FROP Centro, da Integração dos Anjos, e que demandavam “junto com” a Unidade.

A adesão inequívoca da ASFERAP à proposta de construção do camelódromo estava vinculada à sensibilidade dos grupos populares na relação com os políticos de ofício – que os fazia prognosticar sua própria remoção das ruas como algo inevitável em longo prazo. Mas foi, também, a possibilidade de discussão e proposição de um modelo *específico* de camelódromo, nos espaços da democracia participativa, na interlocução direta com autoridades municipais, que recrudesceu a convicção na eficácia do projeto – em que pese as advertências de alguns conselheiros e delegados, frequentadores do FROP Centro, de que a saída da rua não seria um bom negócio para eles. Travaram-se muitas discussões acaloradas, pois além dos argumentos mais pontuais, sacados de ambas as partes, havia as clivagens partidárias, entre outras diferenças, em jogo. Juliano, de maneira particular, vinha de uma tentativa frustrada de eleição a vereador, em 2008, durante o período de finalização de construção da obra – o que o colocava em tensão direta a outras perspectivas de lideranças, empenhadas em fazer desaparecer seus compromissos ou vínculos partidários. Juliano, pelo contrário, não via problemas em conciliar, do ponto de vista discursivo, seus projetos de introduzir-se no universo da democracia representativa e, paralelamente, representar os interesses de seu grupo de camelôs pelos canais da participação direta.

Ao menos duas pautas foram realizadas, ao longo do trabalho de campo, com os secretários da SMIC no FROP Centro para tratar do tema da transição ao camelódromo. Uma delas, no dia 14 de novembro de 2007, foi conduzida pelo então subsecretário Leo Antonio Bulling, e é providencial para o entendimento de como se configurou o cenário das indisposições entre Juliano e Felisberto Luiz – um advogado em fim de carreira que via na militância efervescente do PT sua motivação para engajar-se nas esferas do OP (cf. Kopper, 2009: 31-38). Naquela época, Juliano não aceitava posicionamentos contrários nem tampouco críticas quando o assunto era camelódromo: em uma das reuniões, chegou a pedir que aqueles que fossem contrários ao projeto que ficassem de pé, obrigando os poucos sujeitos que ainda perambulavam pela sala a se sentar em qualquer canto. Em outra ocasião, sugeriu que *camelô* deixaria de ser uma categoria pejorativa e seria promovida a símbolo identitário da ASFERAP. Assim, quando Felisberto duvidava da idoneidade do projeto e se colocava contrário ao secretário da SMIC e à forma como a “Unidade” encarava a natureza do vínculo com as autoridades públicas, era imediatamente alvo de vaias generalizadas – incitadas por Juliano e prontamente apoiadas pelo grupo de Chiquinho dos Anjos.

Diante de Bulling, Felisberto iniciou o relato do “caso Valdecir”, seguindo a dinâmica protocolar das reuniões do OP, de acordo com a qual aos secretários e autoridades municipais presentes, “pautados” com algumas semanas de antecedência segundo as demandas da plenária, é conferido um tempo inicial, seguido de intervenções de três minutos de oradores interessados.

Eu quero lamentar a atitude da SMIC, que anda tratando alguns camelôs como autorizados e legalizados, e outros como não autorizados e ilegalizados! O problema da ilegalidade ocorre em função da falta de planejamento do governo! A SMIC, por falar nisso, age como se fosse dona da cidade! Tem que se discutir quais são os critérios que eles usam! Eles apreendem as mercadorias e demoram dois, três meses pra sair o relatório... E o que é feito com essas mercadorias? Então nós precisamos começar a discutir o que é essa legalidade.

E, na sequência, emendou o que ocorrera com Valdecir – um antigo camelô da Avenida Voluntários da Pátria que teve suas mercadorias falsificadas apreendidas – numa cena de horror, descrita por Felisberto, em que policiais militares teriam tomado a golpes de cacetete todos os seus bens – a poucas semanas de cadastrar-se para ocupar uma das bancas do camelódromo, frustrando, portanto, suas expectativas de finalmente ver-se num espaço fechado e digno de trabalho. O advogado criticava não somente a violência brutal com que policiais associavam-se a fiscais no confisco de mercadorias ilegais, como também o fato de que muitos camelôs “merecedores” seriam despistados e deixados de lado pelas políticas excludentes da secretaria na distribuição dos boxes.

A esse respeito, Juliano foi enfático, fazendo questão de reafirmar seu pacto de lealdade com Leo Bulling e, através dele, com o secretário da SMIC daquele governo:

Olha, o pessoal, no início, era contra a construção do camelódromo, e agora esses aí são os primeiros a pedir pelo espaço! Os únicos que apoiaram a construção, desde o início, contra todo mundo, foi o pessoal da ASFERAP! E eu digo isso, porque participei e vi tudo o que aconteceu! (...) Então o que precisa existir, e que a gente aprendeu com o OP da Região Centro, é diálogo! Nós estamos dia-a-dia aprendendo a respeitar uns aos outros! Acredito, sim, que na SMIC exista diálogo, porque eu acredito no Secretário Cecchim que fala que o que ele diz é de *coração para coração!*

Bulling rapidamente agradeceu às palavras de Juliano, reforçando o sentimento de que entre eles haveria uma parceria que redundaria na aceitação do projeto de camelódromo que estava então em vias de finalização:

Juliano, tu sabes que quando tu me convidas, eu venho e estou presente. Bom, o nosso projeto é o de ter, em curto prazo, um Centro limpo e desocupado, em que as pessoas possam circular com tranquilidade e certo conforto. E pra isso, uma das coisas que é preciso fazer é eliminar a pirataria de uma vez por todas! Não adianta, a pirataria é crime, está previsto no Código Penal, e é caso de polícia!

E, quanto ao *indivíduo* Valdecir Hoffmann, Bulling muda o tom da narrativa:

Felisberto, eu posso te dizer que nós temos em nosso depósito uma apreensão da ordem de 35mil itens. Ele tinha um depósito com esses produtos de forma irregular. Como é que eu vou deixar uma pessoa dessas concorrer com um cara honesto, que vende coisas legais para sustentar sua família? Então eu não posso fazer escolha. Entre uma pessoa que trabalha honestamente há anos na via pública e um indivíduo que tem 35mil itens irregulares, eu vou conceder o ponto pro primeiro! Nós estamos preservando e incentivando aqueles que têm o seu direito regulamentado!

Duas semanas antes daquela reunião, Felisberto usara palavras ainda mais duras para referir-se ao episódio: “Aquele coronel da SMIC foi muito mal educado! Pra mim coronel e



merda são a mesma coisa, ainda mais esse autoritário que ta na SMIC! Eu acho que as pessoas que ocupam cargos públicos deveriam respeitar a dignidade das pessoas!”. E seguiu vaticinando aos futuros comerciantes populares que seriam transferidos ao camelódromo sobre o que os aguardava no novo espaço de trabalho:

Abram o olho com o camelódromo! Nada contra o camelódromo, pessoal! Mas essa história de estacionamento no terceiro piso não estava no projeto inicial! E outra coisa: o que vai acontecer com esses camelôs que não tiverem como pagar a taxa de aluguel das salas do camelódromo? Porque o contrato de locação diz perfeitamente que se não pagou, rua! Isso ta no Código Civil, pessoal! Então o que quero saber é onde vai ficar a dignidade dessas pessoas que não tiverem como pagar nada!

Com efeito, a incorporação de um estacionamento no terceiro pavimento do empreendimento, ao lado das salas da administração, ainda durante a construção da obra, foi o primeiro sinal evidente de que havia algo errado com o andamento do projeto negociado entre camelôs e governo municipal, nos anos anteriores. As ameaças, da parte de alguns vereadores de esquerda, como Sofia Cavedon (PT), de embargar a obra, diante das alterações não aprovadas pela Câmara de Vereadores, fizeram com que Juliano defendesse arduamente, meses depois, a incorporação do estacionamento, como forma de aumentar a circulação de transeuntes e, logo, supunha-se, de clientes, pelos corredores do futuro shopping popular: “Eu quero fazer um abaixo assinado! Nós estamos fazendo uma grande cruzada em favor do estacionamento do camelódromo! Até porque isso vai ser um benefício de todo o centro, vai desafogar o trânsito e o acúmulo de carros no centro!”.

\* \* \*

Os problemas, contudo, passaram a vir de todos os lados, seja na forma de reclamações, dos outros conselheiros e lideranças, relativas à sistemática ausência de Juliano nas instâncias do OP, em função de sua campanha eleitoral a vereador, anunciada em julho de 2008, seja porque no interior da própria ASFERAP havia lideranças que, como Alex, não concordavam com seus posicionamentos e estratégias de aliança com o governo. Não tardaria para que Juliano percebesse que ele tampouco se enquadraria naquilo que o secretário chamara de “cara honesto”, pois seu apoio seria descartado tão logo se iniciasse o processo de distribuição dos boxes e de negociação dos critérios de acesso a eles. A retirada de Juliano do “front” de apoio ao governo coincidiria com a ascensão de Alfonso Limberger – com quem a prefeitura passaria a negociar, doravante, os termos de implementação da obra.

Da mesma forma, Juliano parecia não se intimidar pela brusca inflexão de seu espectro político, um movimento que caminhava da plena adesão à construção do camelódromo – bem como aos políticos e burocratas que o fomentavam – ao completo rechaço da gestão Fogaça, particularmente através dos embates com o então secretário da SMIC, Idenir Cecchim – também candidato a vereador no mesmo ano. Essa inversão ideológica foi propícia para conduzir com maior visibilidade as demandas de sua comunidade, assim como a própria campanha eleitoral; ao mesmo tempo, ela implicava a

negociação de uma série de conflitos decorrentes de sua *adesivação*<sup>28</sup> – que teriam repercussões não somente no FROP Centro, como também marcariam a inseparabilidade, doravante, entre política e economia na forma como as expectativas e os debates relativos à permanência no camelódromo seriam conduzidos.

Ainda assim, importantes parcerias foram estabelecidas durante este período. A maior delas consistiu, como já vimos, na formação de um bloco hegemônico em torno do qual passou a se concentrar o núcleo duro de tomada das decisões participativas, no interior do FROP Centro. Este agregado de comunidades – a “Unidade” – permitiu a Juliano criar um espaço próprio de articulações discursivas que, durante a adesão ao projeto do camelódromo, autorizava a dramatização dessa aliança com o governo e, após o rompimento, passou a operar como contraponto ao discurso hegemônico em torno da criação do camelódromo. Em algumas ocasiões, o líder comunitário chegou a oferecer descontos para conselheiros e delegados nas novas bancas daqueles que representava, crente de que haveria essa espécie de “moeda de troca universal” que seria a “Nossa Unidade”. Na época, o discurso criou alguns adeptos, entre os quais Chiquinho dos Anjos, líder popular de perfil semelhante ao de Juliano (cf. Kopper, 2009: 26-31), e presidente fundador da Integração dos Anjos (cujo nome carrega na própria assinatura), que se dizia satisfeito com a construção do camelódromo – conquanto certo ar de ironia sempre estivesse subjacente em seus comentários sobre o assunto: “Dizem que ser camelô é ilegal. Desde a época de Cristo já tinha camelô. Que nem prostituta, a profissão mais antiga, antes pra ser homem precisava ir na zona. É brincadeira pessoal, educação popular”.

Paulatinamente, contudo, as paralisações na obra em função de problemas técnicos mal explicados, aliados à quebra do projeto original – que fora aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores –, por parte da prefeitura, instauraram um clima de dúvidas no OP, que rapidamente se transformaria em indisposição e enfrentamento. A partir de outubro de 2008, a ASFERAP passaria a demandar com efusividade a presença da SMIC como pauta das reuniões do FROP Centro, não mais para celebrar a parceria com o governo, mas para cobrá-lo sobre as alterações e reveses sofridos com as mudanças no espectro político que passariam a definir a ocupação das futuras bancas. Dona Diva, uma senhora de cerca de 60 anos e uma das integrantes mais antigas da ASFERAP – que, junto de Juliano, estivera à frente dos principais eventos de enfrentamento ao Estado, comentou, em certa ocasião, no FROP Centro:

Não sei se vocês já observaram, pelos jornais e pelo rádio, a polêmica desse camelódromo. A ideia veio daqui de dentro, do OP, do Juliano. E agora ele tá sendo tomado por grandes empresários paulistas! Eles vão ficar com os melhores espaços! Eles cortaram meio metro de cada um de nós pra construir uma mega loja pros paulistas, no fundo do prédio. Quando o secretário da SMIC teve aqui, ele garantiu

<sup>28</sup> Termo cunhado no FROP Centro para alcunhar os delegados e, sobretudo, conselheiros que explicitavam suas filiações e predileções partidárias – em oposição àqueles que, se dizendo apartidários, circulavam pela política de maneira mais difusa, isto é, tratando de ocupar, simultaneamente, distintos espaços estratégicos (inclusive no OP) e variando seus vínculos partidários ao sabor das oportunidades políticas.

que seria dois por dois. Tem algum paulista aqui sentado? *Demandando?* Eu não to vendo nenhum! Então se a coisa nasceu aqui dentro, a última palavra deve sair daqui de dentro! (...) As empreiteiras só querem tirar lucros por causa da iniciativa privada! Só que isso não diminui o nosso aluguel no camelódromo!

Como medida de cautela, a ASFERAP contratou o escritório de advocacia do genro de Chiquinho dos Anjos, um sujeito franzino, de aproximadamente 30 anos, de nome Fábio, que ocupou, por um mandato, o conselho do FROP Centro, e que é pleiteante a sucessor do sogro na presidência da ONG Integração dos Anjos. Além de formado em Direito, ocupou cargos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU). Ainda assim, diante dos fatos que cada vez mais se consumavam, pouco restava a ser feito para além de críticas ao governo. Já em tom de denúncia, Juliano proferiria: “Nós da ASFERAP, legítimos na demanda do camelódromo, estamos infelizmente entrando na Justiça contra o camelódromo. (...) A ASFERAP não vai se render à SMIC. Nós fomos traídos por esta secretaria, e nós vamos ganhar porque a Justiça está do nosso lado”.

Ao mesmo tempo, aproximando-se o prazo final para o cadastramento dos camelôs interessados nos boxes, bem como a relutância de Juliano em se “render” ao que então já via como “sistema”, dezenas de integrantes da ASFERAP renunciaram à espera e ao protesto coletivo e conseguiram, ainda, apropriar-se dos poucos espaços laterais do bloco A, mediante uma espécie de acordo informal com a secretaria. Diante desses fatos, Juliano comentaria, em outra reunião do FROP Centro:

Fomos traídos dentro de nossa própria classe! Sonia Gonzáles não é mais da ASFERAP, não é delegada e não tem mais direito à casa [no segundo Condomínio dos Anjos, em tramitação], pois virou *secretária* do secretário da SMIC. Traiu a ASFERAP. Depois de tudo que a gente fez, somos macaquinhos adestrados da SMIC!

Como vimos até aqui, a frequência e circulação de Juliano e da ASFERAP pelos espaços da democracia participativa seria fundamental para consolidar uma determinada experiência de engajamento no processo de implementação do camelódromo, que colocava problemas de adequação ética e estética quando contrastada com o que se da política convencional. Ao longo dos próximos capítulos – quando ficarão claros os conflitos e critérios adotados durante a divisão dos espaços – veremos que seria necessário, de alguma maneira, justificar *ad hoc* (e desresponsabilizar-se) (d)a transição de posições ideológicas, de um comprometimento irrestrito com o projeto estatal ao total rechaço, colocado em evidência na quebra do vínculo de reciprocidade pela negação da contraditória da secretaria, que preferiu conceder os melhores espaços aos alegados “amigos do rei” – na verdade, àqueles que souberam o momento exato de vincular-se exitosamente ao projeto, vale dizer, aos agentes do campo que detêm o poder de autorização.

Apesar de tudo isso, o Centro Popular de Compras foi edificado em tempo recorde, com grande alarido midiático, visto que a finalização da obra se deu a poucos dias das eleições municipais de 2008 – e coincidiu com a proibição do comércio ambulante nas ruas do centro, que doravante seriam fiscalizadas por um arrojado sistema coordenado pela SMIC.

## **2 – DA RUA À REALIDADE DO CAMELÓDROMO: O desencantamento e as estratégias de acomodação**

Para os membros da ASFERAP a transição para o Camelódromo foi vivida com dramaticidade. No início das tratativas eles se mostraram muito otimistas e aderiram ao discurso oficial sobre o novo eldorado. Imaginaram que o deslocamento das ruas para o novo espaço de trabalho lhes proporcionaria melhoras em todos os planos. Além de aumentar a renda, ficariam ao abrigo das intempéries, deixariam de ser molestados pela polícia, seriam tratados como comerciantes e, portanto, mudariam de status. Na medida em que se aproximava a conclusão da obra e o deslocamento tornara-se iminente, tais certezas foram se decompondo e se traduzindo em sentimentos de indignação e revolta.

Essa inversão nas expectativas coincidiu com um momento crucial do processo de elaboração do projeto de transição, do qual nos ocuparemos neste capítulo: a negociação dos critérios de acesso e de distribuição dos boxes, de acordo com os diferentes grupos de camelôs registrados oficialmente na SMIC. Como não constassem pormenorizadamente no projeto original, tais parâmetros eram passíveis de modificação, de acordo com o movimento das negociações de bastidor entre os agentes envolvidos. Trata-se, também, de um momento decisivo para consolidar a inflexão de forças entre os dois principais grupos de camelôs: de apoiador irrestrito do projeto, Juliano Fripp passou a ferrenho opositor, enquanto Alfonso Limberger passaria a substituí-lo nas negociações e parcerias com a SMIC.

Com isso, não somente inverteram-se posições, como também sentimentos e expectativas foram afetados, particularmente daqueles camelôs diretamente afligidos pelo jogo institucional de posições dos líderes. É essa dramaticidade que é elaborada nas últimas páginas do capítulo, com base na etnografia de um dos vários eventos preparatórios da transição, realizado a um mês da abertura do prédio, na sala 10 do Mercado Público.

### **2.1 – Os camelôs da Praça XV**

Alfonso Limberger assistiu à chegada e consolidação de Juliano Fripp na Rua da Praia, desde o início dos anos 1990, com certa desconfiança. Filho de brasileiros, criado na

Argentina até os 17 anos, quando regressou ao país natal em função da Guerra das Malvinas, seu primeiro emprego foi na Avenida Voluntários da Pátria, como açougueiro, onde se casou com a filha de um camelô, que ocupava a frente do estabelecimento de que era funcionário. Instigado pela possibilidade de abrir o próprio negócio, nem que fosse na rua, em 1985 Alfonso iniciou-se no comércio ambulante, e fez dinheiro com a venda de eletrônicos. Durante a gestão de Alceu Collares (PDT) como prefeito (1986-1988), novas regulamentações estabeleceram que aos casais competia apenas uma única banca, de modo que um de seus dois pontos foi fechado e a titularidade foi transferida para a sua esposa.

Com isso, Alfonso passou a se ocupar, basicamente, das viagens em busca de mercadorias e da organização de feiras para o interior do estado. Com a troca da gestão municipal, em 1989, Olívio Dutra (PT) daria início a um complexo e arrojado sistema de cadastramento dos vendedores ambulantes na região central de Porto Alegre. Promessa de campanha do PT, Olívio conferiu regulamentação legal ao então *Camelódromo da Praça XV*, em que foram cadastrados 420 ambulantes, doravante nominados, pela carta da lei, de camelôs (Pinheiro-Machado, 2004: 14-18). Assim, ambulantes, transeuntes e diversos outros ofícios e personagens passaram a integrar legalmente, conquanto na prática já compusessem desde longa data, a paisagem das ruas do centro de Porto Alegre, particularmente do quadrilátero central (perímetro formado pelas ruas Mauá, Dr. Flores, Riachuelo e Caldas Júnior) – o mais afeito à recepção do comércio informal e, por extensão, das regulamentações do poder público, ao longo dos anos 1990.

Como vimos no capítulo anterior, os camelôs que se instaurariam em outros pontos da região, como foi o caso de meus informantes, na Rua da Praia, enfrentariam uma série de disputas e negociações com os diversos governos que se sucederam no poder, na medida em que a listagem com o cadastramento dos ambulantes regularizados não foi atualizada ao longo dos anos, permanecendo estanque. Obviamente, isso ensejou uma série de disputas e hierarquias locais de honra e prestígio, em que camelôs regularizados e irregularizados, além de competirem cotidianamente pelos espaços de trabalho, responsabilizavam-se mutuamente pelos ataques e acusações de incivilidade, degradação e barbárie – muitas vezes proferidos pelo comércio instituído das redondezas e propulsionado pela mídia local (Barroso 2009; Pinheiro-Machado 2004).

Em outros casos, particularmente de vias mais próximas do entorno da Praça XV, o governo tratou de reorganizá-los no interior de grupos cada vez menores e mais concentrados, o que gerou conflitos de sociabilidade e disputas pela sobrevivência comercial. Assim, entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, Alfonso negociou sua realocação da Avenida Voluntários da Pátria, onde iniciara suas atividades, para a Vigário José Inácio e, de lá, para a Praça XV. Com as regulamentações estabelecidas durante o governo de Olívio

Dutra, ficou proibida a ocupação de calçadas, razão pela qual o Camelódromo da Praça XV passou a ser o ponto regimental de maior concentração desses trabalhadores<sup>29</sup>.

Ao longo dos anos 1990, diversos novos camelôs, grande parte deles irregulares, trataram de estabelecer-se nessas imediações, assim como em outros setores do centro. Eram, em sua maioria, sujeitos oriundos da região metropolitana, que vinham diariamente ao centro de Porto Alegre, instalavam suas bancas, ao mesmo tempo em que enfrentavam a concorrência dos estabelecidos e da fiscalização da SMIC. De acordo com Alfonso – que, percebendo o inchaço de ambulantes na Praça XV, àquela altura já negociara sua transferência para a esquina da Rua José Montauray –, duas razões contribuíram para a progressiva circunscrição das ruas destinadas ao comércio informal, assim como das ideias em torno da sua remoção das vias. Uma delas estava associada à instalação, precária e irregular, desses novos camelôs que, prognosticando a existência de um mercado informal aquecido e a possibilidade de ganhar dinheiro<sup>30</sup>, instalaram-se itinerantemente nas ruas do centro. Outra tinha a ver com a criação de associações de ambulantes e camelôs, como a ASFERAP, de Juliano Fripp – que, ao suscitar um acirrado debate político sobre a permanência de *irregulares* ou *tolerados* nas ruas, justamente quando sua população não cessava de crescer, teria antecipado a retirada dos camelôs das ruas.

Eu trabalhava que nem boi ladrão. É assim que se arruma alguma coisa. Aí esse pessoal começou a fazer política em cima. E o Adeli a dar pressão, e pessoas informando, e bababa, e aí criaram a Feira da Rua da Praia. Com pessoas que a maioria não era de Porto Alegre. E esse grupo se politizou e tentou ignorar os outros que tavam, que são entranhados, que não têm pressa, sabem como é que funciona...

Assim, os rumores de que havia uma associação de camelôs em constituição, nas proximidades da Rua da Praia, lhe chegavam de forma difusa e pouco convincente, até o dia em que, repentinamente, um sujeito, a passos rápidos e decididos, de camiseta vermelha e baixa estatura, lhe interpelara, entregando-lhe uma folha de papel e anunciando que, daquele momento em diante, Alfonso seria *representado* por Juliano. “Mas como assim, *quem é tu* para chegar e dizer que tu me representa?”. Desde aquele dia, suas atenções passaram a se concentrar mais detidamente na observação das movimentações do novo adversário. Apesar da boa performance em público e de sua habilidade de convencer – e da possibilidade de que Juliano seja, apesar de tudo, uma *boa pessoa* –, Alfonso considera que o acionamento da política, através da associação, o teria conduzido a caminhos, no mínimo, equivocados.

Tais clivagens, que ficariam cada vez mais evidentes ao longo do processo de transição – quando entram em jogo outras categorias estratégicas como a noção de “camelô” em oposição à de “comerciante”, por exemplo – encerram, na origem, distintas imagens ou

<sup>29</sup> Na verdade, as imediações da Praça XV sempre foram, desde quando ainda era Praça do Paraíso, em meados do séc. XIX (de acordo com Pinheiro-Machado, 2004), o espaço privilegiado de concentração do trabalho ambulante, tanto em função de sua localização privilegiada (próximo a terminais de ônibus, ao Mercado Público, ao Centro Histórico), quanto pelas regulamentações estatais, que acabaram direcionando os ambulantes para esta região.

<sup>30</sup> Afinal, como o próprio Alfonso lembra, muitos dos camelôs que, assim como ele, eram cadastrados junto à SMIC, deslocavam-se até cidades como Novo Hamburgo ou São Leopoldo para consumir calçados e confecções, o que teria suscitado a curiosidade e o interesse desses sujeitos em iniciar-se na atividade ambulante na capital.

concepções acerca do engajamento dos grupos populares na política representativa. Nesse sentido, a criação de uma associação com o objetivo declarado de negociar diretamente com o secretário municipal, se não chegou a representar a introdução inédita do comércio ambulante no domínio da política, ao menos deflagrou e propulsionou, através da criação de um canal direto, um conjunto de tensões locais em relação àqueles que, até então, resolviam seus problemas de maneira intermitente e pontual, no acionamento esporádico de autoridades políticas, negociando estrategicamente sua adesão, numa economia simbólica que obedece a trocas de favores interpessoais.

Assim, não surpreende que, paralelamente ao recrudescimento dos conflitos entre camelôs – e ao seu adensamento em espaços cada vez menores e mais restritos –, as primeiras ideias concretas em torno da constituição de um espaço fechado que os abrigasse tenham surgido durante a última gestão do PT na prefeitura de Porto Alegre (2001-2004). É isso que explica, de um lado, por exemplo, a pressão dos setores da economia formal pela remoção dos camelôs, advinda sobretudo de instituições como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre (Sindilojas). Da mesma forma, não deixa de ser significativo que, do ponto de vista do Estado, doravante interessado na urbanização e higienização do centro, os camelôs, de párias sociais, tenham rapidamente se convertido em “interlocutores” substanciais: uma passagem que para Juliano pareceu natural, em função de suas demandas por reconhecimento político, mas que por Alfonso sempre foi visto com certa desconfiança – uma vez que isso tornava *visível* a articulação entre política e economia e sujeitava, assim, os camelôs à adesão ao projeto. Em outras palavras, colocava-os num caminho sem volta, em que o Estado estaria predisposto à negociação dos critérios de construção e distribuição do espaço, mas sem colocar jamais em discussão o objetivo ou a imprescindibilidade da obra.

## **2.2 – As disputas pela divisão dos boxes**

Deslocar-se ao novo camelódromo e garantir, minimamente, seu futuro seja como comerciante popular, seja como camelô, passou a depender, repentinamente, de assegurar que se fizesse um “comércio decente” – ou, o que é o mesmo, cultivar relações estratégicas com os agentes de Estado a fim de garantir a benevolência classificatória de que se é, *realmente*, camelô. Desde os últimos meses da gestão de Adeli Sell à frente da SMIC tratou-se de estabelecer que o número de pleiteantes a uma possível vaga no novo camelódromo não se aproximasse, em demasia, do limite arquitetônico de 800 bancas – afinal, sempre há os “seus” para contemplar com favores e concessões. Durante a administração de Idenir Cecchim (PMDB), que assumiu a pasta em 2005, a listagem de camelôs que operavam com o cadastro da secretaria – que remontava a 1989, como vimos – seria atualizada com base num critério que procurava diferenciar o comércio irregular (passível de ser incorporado ao

projeto de remoção) do comércio ilegal (cuja atividade deixaria de ser tolerada). Enquanto o primeiro referia-se à possibilidade (e às disputas) de se ocupar as vias públicas para o exercício do comércio ambulante, o segundo fazia referência à qualidade das mercadorias comercializadas, o que incluía piratarias, falsificações e contrabandos<sup>31</sup>.

A forma como Juliano e Alfonso negociaram a inclusão de seus grupos nas listas *oficiais* de camelôs que seriam “contemplados” pelo Estado com os novos boxes – e o modo como asseguraram, através de aproximações políticas, que esta lista não “diminuiria”, vale dizer, que ninguém desistiria do projeto – seguiu diferentes caminhos. Para Juliano, que durante o período da rua se empertigara com o estigma da categoria camelô e se considerava algo mais que um simples vendedor de quinquilharias, as dificuldades não estavam tanto em aceitar a remoção em si. Diante de uma configuração que estabelecia como inevitável o processo de transição, tratava-se, antes, de assegurar, para a sua gente, que as condições simbólicas desse rompimento fossem as menores possíveis: vale dizer, que o projeto como um todo produzisse sustentabilidade financeira e social. Isso incluía, num primeiro momento, rechaçar o modelo *vertical* de camelódromo, inspirado no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, que havia sido proposto pelo governo de José Fogaça (PMDB), tão logo este assumiu a prefeitura – afinal de contas, se era no chão da rua que se vendia bem, por que inverter a ordem *natural* das coisas e obrigar o cliente a *deslocar-se* para o alto?

Até aquele momento, Alfonso não havia entrado diretamente na discussão. Nem ao menos a comissão que presidiria – que seria formada às vésperas da saída das ruas, chamada de Comissão “Praça XV, José Montauray e Vigário José Inácio” – estava ainda formada. Uma coisa, contudo, lhe estava suficientemente clara: Juliano havia *estragado* tudo ao resolver apoiar irrestritamente a criação do camelódromo – com direito, inclusive, a faixas e cartazes na Câmara de Vereadores no dia da aprovação unânime do projeto de lei que autorizava a criação de Centros Populares de Compras pela cidade. O grande problema estava em que isso implicava uma série de alianças políticas de bastidor – que seu adversário teria aceitado sem nem, ao menos, questionar-se a respeito de suas consequências futuras. Para Alfonso, era evidente que Juliano servira de peça de manipulação da parte de diferentes facções políticas interessadas na supressão dos camelôs das ruas do centro.

A aliança com Moacir Gutierrez de Souza, então presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Comércio Varejista de Feirantes no Estado do Rio Grande do Sul, seria emblemática desse processo: há décadas como presidente da instituição, era conhecido pelas suas filiações partidárias ambivalentes, que incluíam várias tentativas de

---

<sup>31</sup> Para resolver o problema daqueles que ficariam sem alternativas com a transposição ao novo empreendimento, Cecchim convocou uma reunião para definir o futuro dos vendedores de CDs e DVDs falsificados. Ofereceu-lhes a possibilidade de entrarem em outro negócio: “Antes de fazer o acordo com a Brigada Militar, eu disse pra eles ‘larga essa porcaria, larga esse troço de vender ilegalidade, que vai vir a Brigada, e a Brigada não é eu nem os caras da SMIC, a Brigada é *fôda*, vocês vão se incomodar. Aí eles, dali a algum tempo, apareceram presos, lá no postinho. E eu tava lá, e aí o cara me disse: ‘pô, secretário, o senhor me avisou, não posso me queixar do senhor [risos]’”. [trecho extraído de entrevista realizada com Idenir Cecchim em 04/08/2011].



candidatura a vereador e mesmo a vice-prefeito da cidade de Viamão. Como se não bastasse, Moacir era, ainda, militante do PPS, mesma legenda do então prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, antes de repartidarizar-se ao PMDB, no final de sua primeira gestão. Assim, manipulado de todos os lados, pela SMIC, pelo sindicato, pelos partidos políticos, Juliano teria arrastado grande parte da categoria de trabalhadores em sua ruína pessoal.

Alfonso, por outro lado, estava disposto a encabeçar a resistência política com os órgãos públicos competentes, apoiado por líderes como Evaristo Mattos, então secretário-geral do Sindicato dos Camelôs e Ambulantes de Porto Alegre. Da mesma forma, tratou de ocupar, desde cedo, como conselheiro, o fórum temático do OP denominado “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, de cuja coordenação não mais sairia. Nunca teve maiores problemas em aceitar seu status de ambulante enquanto estivera na rua – afinal era este o ofício que o sustentava e que investia suas demandas políticas da legitimidade necessária para torná-las eficazes. Da mesma forma, sabia que, uma vez deslocados para o novo camelódromo, seu status jurídico-formal se alteraria profundamente e, por extensão, também, o tratamento legal dispensado pelas autoridades com as quais dialogava. Logo, se havia algo a ser feito diante da inevitabilidade da transição, tratava-se de qualificar os sujeitos que, de camelôs, seriam plasmados em comerciantes populares. Tais problemas, que poderiam ser de ordem identitária e simbólica no caso de Juliano, para Alfonso se resolviam na carta fria da lei e do contrato: “O que vale é o que vai pro papel. O resto não adianta espernear em volta, que tu não vai levar. A negociação política acabou. A partir do momento em que tu ta negociando um espaço público de rua pra estar trabalhando, onde tu ta ali tolerado, é porque tu é transitório. A prefeitura te tira a hora que quer!”.

Os dois grandes blocos nos quais o CPC está subdividido, conhecidos como A e B, foram percebidos, desde o princípio, como muito desiguais. A sensibilidade de anos no comércio de rua indicava, para ambos os grupos, que o bloco A era nitidamente privilegiado em termos de localização, o que haveria de se confirmar posteriormente. A ASFERAP defendia, em função de sua história, mais recente, a ocupação das 800 bancas – de aproximadamente 4m<sup>2</sup> – por sorteio aberto a todos os camelôs devidamente credenciados. Outro grupo, conhecido como camelôs da Praça XV, exigia que se aplicasse o critério de antiguidade, de modo que eles, por estarem a mais tempo “na rua”, seriam privilegiados.

Para Juliano, os primeiros sinais de que havia algo errado apareceram no dia 18 de julho de 2008, enquanto ele e Cecchim realizavam as respectivas campanhas a vereador. Na época, Leo Bulling assumira a secretaria, e não demorou para que Juliano fosse deixado de lado em nome de um pacto com outros setores de camelôs:

Eu fui lá na SMIC, foi coisa de Deus. E naquele momento eu fiquei sabendo que já estavam predefinidos os pontos do camelódromo. Naquele momento um subalterno lá da secretaria me passou, que naquele dia, de tarde, as pessoas iam vim escolher os seus lugares. Em primeiro lugar a Praça XV. Eu digo, ‘ah, não pode estar acontecendo isso!’. Eu esperei o coronel Bulling, ele chegou e a princípio não quis falar comigo, entrou pra sala dele e eu entrei atrás dele. E questioneei ele. Daí ele disse que a princípio a Praça XV iria pegar o miolo central do camelódromo, que a ASFERAP ia

pegar as laterais, corredor 1 e 7, e que os outros iam ficar lá no bloco B, os piores lugares do camelódromo. Aí o que eu fiz. Nós tava em pleno final de curso de qualificação do SEBRAE. E era o último dia do curso, ia ter uma confraternização inclusive. E quando eu descobri eu liguei pra nossa turma da Feira Rua da Praia e disse 'ta acontecendo isso, isso, isso, e isso'. Bom, a festa lá de confraternização não terminou. As pessoas vieram pra frente da SMIC. De taxi, a pé, de ônibus, encheu a SMIC. E ali começou uma outra luta [trecho de entrevista, 13/09/2010]

Algum tempo depois, quando chegou o derradeiro dia da definição dos critérios de divisão dos boxes, Juliano já havia tratado de compor uma complexa rede de aliados, que incluía, na ocasião, além da ASFERAP, a Praça da Alfândega, a Praça Osvaldo Cruz e a Praça da Ughini – todos grupos minoritários se comparados ao complexo formado pela Praça XV, Vigário José Inácio e José Montauray. Ainda assim, cada um deles tinha direito a um voto – o que representava uma nítida vantagem, de quatro votos contra três, a favor da coligação de Juliano. “Só que eles fizeram uma jogada”, continua o líder da ASFERAP, em sua entrevista; “dividiram a Praça XV, que era só um grupo, em quatro, e agregaram o Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes”, representado por Moacir Gutierrez.

O voto de minerva coube aos agentes da SMIC, daí porque, ao privilegiarem a posição da Praça XV, os membros da ASFERAP passariam a associá-los ao espectro político do Estado. Essas animosidades – entrecortadas de filiações e predileções partidárias – acabariam pontuando todo o cenário mais amplo no interior do qual se travariam as disputas pela permanência dos camelôs nos boxes, e se incrustariam na própria geografia espacial do prédio, peremptoriamente dividido entre bloco A (favoráveis à política de remoção dos comerciantes) e bloco B (contrários).

Nós entramos na justiça, e infelizmente perdemos na primeira instância! E fomos lá escolher os pontos porque a SMIC ia usar isso contra nós. Nós chamamos a ASFERAP e fomos os últimos a escolher, os últimos! Porque a gente tentou até o fim! Mostrar pra sociedade e pros políticos! Escolhemos o nosso ponto pra não perder. Mas mesmo assim a gente não se entregou.

No período compreendido de julho até setembro de 2008, Juliano dividiu suas tarefas entre a campanha a vereador e a realização de protestos, através do acionamento de Comissões específicas da Câmara de Vereadores. Em muitos casos, ambas as “agendas” coincidiam no mesmo dia, de modo que, após as passeatas em nome do camelódromo, os

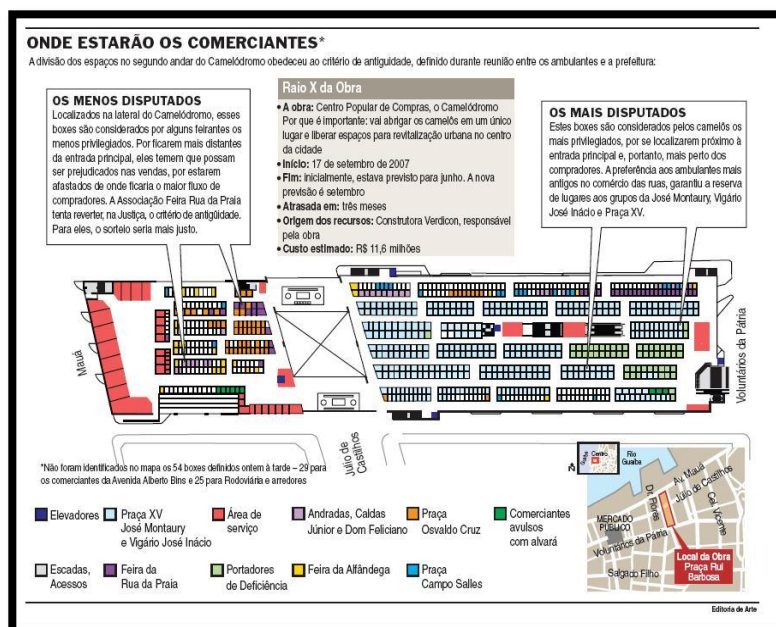


Figura 3: distribuição dos boxes do camelódromo, de acordo com os diversos grupos envolvidos. Fonte: Jornal Zero Hora, julho de 2008.

revoltosos eram convidados a seguir marcha até as comunidades que participavam do FROP Centro, onde seriam realizados os eventos de campanha. Um dos episódios mais efusivos que acompanhei, realizado no dia 19 de setembro de 2008, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, é apresentado ao leitor, na forma de *fotoetnografia* (Achutti, 1997; 2004), no apêndice deste capítulo.

### Novo tumulto em discussão sobre o camelódromo<sup>32</sup>

As negociações para definir como será ocupado o novo camelódromo da Capital, na Praça Rui Barbosa, voltaram a provocar confusão ontem.

Inconformados com os critérios de ocupação definidos por reunião no dia 17, camelôs liderados pela Associação Feira Rua da Praia (Asferap) tentaram ontem impedir a entrada de colegas no prédio da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic). A Brigada Militar conteve os manifestantes sem confronto.

Cerca de 200 ambulantes estavam reunidos em frente à sede da Smic para participar de reunião que deveria definir os espaços a serem ocupados por proprietários de bancas da Rua da Praia, mas apenas 40 participaram do encontro. Segundo o presidente da associação, Juliano Fripp, o boicote foi feito porque a entidade discorda que comerciantes da Praça XV tenham sido privilegiados com a chance de escolher antes a localização de suas bancas, deixando ambulantes da Rua da Praia em desvantagem.

- A gente sempre soube que seria sorteio, não aceitamos isso. É injusto, por isso não queremos entrar e participar dessa reunião - justificou.

Segundo a SMIC, os camelôs da Rua da Praia terão até amanhã para decidir se querem ou não participar da negociação. Se desistirem, os espaços serão sorteados aleatoriamente. Até agora, 431 dos 800 espaços já foram escolhidos. Desses, 56 boxes serão ocupados por deficientes visuais, 375 pelos atuais camelôs da Praça XV, da José Montauray e da Vigário José Inácio com base no critério de antiguidade aprovado pelas representações dos ambulantes do Centro no último dia 17.



Foto 10: Juliano em entrevista à radio Guaíba, durante protesto. Fonte: acervo de pesquisa, setembro de 2008

A essa altura, Alfonso, já instrumentado pelo léxico da qualificação dos sujeitos e da preparação dos novos espaços de trabalho, estava suficientemente seguro de si para colocar-se como narrador protagonista desses processos:

Pessoas com qualificação mesmo eram em torno de 500 a 550 pessoas. Só que aí existiu esse terceiro bloco que era dos *feirantes*, e que não poderiam ficar de fora. E eu achei muito justo. E aí também trabalhei junto com a secretaria, junto, na época, com o coronel Leo Antonio Bulling. Nós sabíamos que haveria uma queda de 25%. Os vereadores sempre me perguntaram com seriedade, 'Alfonso, o que nós vamos fazer com esse percentual aí?' Se tivessem qualificado e não trancado o pé, aceitado a nova realidade, eu acho que nós teríamos diminuído pra no máximo 10% de quebra. Não quiseram ficar por enfrentamento, não quiseram negociar, faltou habilidade à pessoa que conduzia eles de negociar. Então, houve uma migração de pessoas pra conosco, pra conversar com nosso advogado, com todas as pessoas ligadas à direção dessa associação, e quando não é conosco a gente reencaminha pra não perder tempo. (...) Não tem essa de eu sou o dono da bola. Quando eu consigo ajudar, bom... Ou seja, a gente fica o dia todo dando assessoria pras pessoas *graciosamente*.

<sup>32</sup> Trecho extraído de meu acervo pessoal de levantamento midiático, datado do dia 29 de julho de 2008, publicado originalmente no jornal Zero Hora.

A derrota da ASFERAP no embate pontual da distribuição dos boxes gerou novas incertezas entre os camelôs, mas àquela altura eles já estavam demasiadamente comprometidos com o processo de deslocamento para que pudessem oferecer resistência. Juliano tentou um amplo espectro de medidas protelatórias – entre as quais o recurso ao Ministério Público, devido a supostas irregularidades na infraestrutura do prédio, e, ao nível do grupo, a produção de um documentário, ao som de “Fábrica” (Legião Urbana), intitulado “O último ano da ASFERAP na Rua”. Uma série de reuniões preparatórias e cursos de capacitação em parceria com órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foram realizadas. Tudo isso teve por efeito retardar o reassentamento, mas não reverteu nenhuma decisão, sobretudo as mais graves, dentre elas a destinação da ASFERAP para o Bloco B e a cobrança de aluguel das bancas, tão logo a ocupação fosse realizada. Não passaria uma semana para que os novos comerciantes confirmassem suas piores expectativas, pois o baixo movimento de público no Bloco B fez as vendas declinarem de forma generalizada. Um misto de desapontamento, pânico, revolta e ameaça de insurreição tornou-se rotina entre meus principais interlocutores de pesquisa.

### **Juliano e Alfonso: a tensão entre “Ser” e “Estar” Camelô**

Os trajetos delineados por Juliano e Alfonso sinalizam uma tensão de base entre “ser” e “estar” camelô. Enquanto o primeiro, presidente fundador da ASFERAP, sempre fez questão de escapar ao rótulo estereotipado da categoria de “camelô”, valendo-se, em detrimento, da expressão – politicamente mais polida e amena – de “feirante” para justificar a sua atuação ao longo da Rua da Praia, o segundo jamais negou sua “condição” de camelô ao longo dos mais de 25 anos em que atuou no entorno da Praça XV. Com a abertura do empreendimento, as posições se inverteram: Juliano passaria, com a implantação e as consequências do projeto, a reinventá-la e mesmo invocá-la em favor de uma categorização identitária do movimento social, como o baluarte das lutas e disputas políticas que seriam travadas para resguardar seu direito de permanência nos boxes do shopping popular; enquanto Alfonso a negaria veementemente, sob o pretexto de que, uma vez “inaugurado” o novo negócio, este operaria um rearranjo global da vida desses sujeitos, doravante sob a responsabilidade de manter um patrimônio com endereço fixo e bem estabelecido que, por sua vez, demandaria também novas táticas subjetivas de acomodação que deveriam passar longe da noção de camelô.

O itinerário de Alfonso, desde o período anterior à inauguração do prédio, era pontuado por entrevistas concedidas a diferentes veículos de comunicação, enaltecendo as consequências positivas e construtoras de um sentido autônomo de individualidade materializado na própria fluidez e naturalidade com que empregava, discursivamente, a categoria de “comerciante popular”. Trata-se, aqui, de forjar, criativa e individualmente, uma nova interioridade pela qual a experiência da transição adquire sentido imediato: gestada no interior de um campo de possibilidades afeito ao movimento ascético do empreendedor comercial, a transição é elaborada progressivamente ao longo dos meses que antecedem à inauguração e adquire a ideia de uma mudança global das condições objetivas e subjetivas de vida. Nesse caso, portanto, a transição equivale à preparação e elaboração imagética de um futuro esperado e projetado, em que o ritual da inauguração do prédio aparece apenas como a passagem para uma nova fase cuja absorção e realização das condições objetivas encontra correspondência no sujeito que as desejou e imaginou (Berger e Luckmann, 1983; Wagner, 1979).

### **Centro de Compras vai mudar a vida de 800 camelôs<sup>33</sup>**

A rotina diária de incertezas de Alfonso Limberger, 43 anos, ambulante da Praça XV, vai mudar com a construção do Centro Popular de Compras. Agora, os dias passados na rua, sob calor, frio, vento, sol ou chuva, e a precariedade do local para

<sup>33</sup> Reportagem extraída do portal da prefeitura, acessado em 12.09.2010, disponível em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=94545&p\\_secao=3&di=2008-08-25](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=94545&p_secao=3&di=2008-08-25).



Foto 11: Alfonso Limberger, em frente a sua nova loja no camelódromo – Fonte: Prefeitura Municipal, 2008

profissão. Já são quase 25 anos na atividade, e ele, que foi um dos primeiros comerciantes da Praça XV, não consegue esconder ansiedade por estar vivendo esse novo momento. (...) São 800 histórias semelhantes à de Alfonso que iniciam novos tempos em suas vidas e também de suas famílias. A começar pelas suas novas nomenclaturas: comerciantes populares, no lugar de camelôs (...).

Aqui, não é tanto a percepção e a realização das mudanças objetivas (em termos de uma readequação total do perfil da clientela, da estrutura física do prédio e, conseqüentemente, da oferta de mercadorias específicas) que conduz e explica o sucesso, mas, antes, a predisposição à aceitação do projeto como produtor de positividade, isto é, de um novo sujeito que é capaz de atribuir a todas estas mudanças o sentido do “progresso”, da “dignidade”, da ascensão social, enfim, da percepção e do léxico do “sucesso”. A predisposição subjetiva à aceitação das novas condições de comercialização e sociabilidade permite que os entraves que emergem no traçado desse deslocamento para a legalidade sejam situadas, invariavelmente, no sujeito que as experimenta: é porque este não se adequou completamente à imagem do novo comerciante e, logo, porque a transição não foi completamente incorporada, que as vendas não alavancaram. De fato, a adesão incondicional ao léxico do “sucesso” coloca em jogo a necessidade de superação dos entraves à conversão: não é que as condições objetivas da transição (como os encargos com alugueis, as novas obrigações em termos de horários, práticas, técnicas e expectativas de comercialização) não desempenhem um papel importante no processo de aceitação do projeto, mas, antes, que não se pode explicar a predisposição subjetiva à incorporação dessas práticas exclusivamente por uma avaliação de custo-benefício econômica.

Para Juliano, contudo, e sua comunidade – que se constitui nos marcos de um projeto *coletivo* de transição –, a dinâmica das relações entre a apropriação simbólica do Camelódromo e as implicações deste campo de possibilidades em termos das formas de sociabilidade pode ser mais bem sintetizada no próprio uso discursivo que se faz da categoria “camelô”, em oposição à de “lojista” ou de “empresário”. Trata-se, aqui, de um jogo estratégico e ambivalente: ao mesmo tempo em que não se está preparado para assumir os encargos financeiros e simbólicos da nova posição social e cultural que a figura do “comerciante” impinge, Juliano também não despreza – chegando, inclusive, a postular – as novas prerrogativas e vantagens que a mudança de status institui: “*Aqui nós somos diferenciados!*”. É uma tomada de posição que tem em vista as sensações, as impressões e os impactos subjetivos do processo de transposição, e que pressupõe o acionamento dinâmico e concomitante do léxico individualista e holista (Dumont, 1985) na definição dessa diferenciação como a espessura da fronteira que caracteriza a ambivalência existencial de seus interlocutores – que não se situam, ainda, nem aqui nem ali (Turner, 2008: 215-252), mas neste espaço liminar entre o universo anônimo da rua e o da visibilidade e da legalidade intrínsecas ao Camelódromo. É o jogar e flertar estratégico e parcial com cada um desses universos de significado, sem comprometer-se a uma adesão axiomática e irreversível, que caracteriza a transição enquanto uma fronteira que promove a mediação e articulação (De Certeau, 1994: 194-197).

comercialização dos seus produtos, serão substituídos pela proteção, segurança, aconchego e certezas do camelódromo.

“Quem tem um trabalho como o meu sabe das dificuldades do dia a dia. Não temos como planejar a nossa vida, não sabemos como o dia irá nascer, não sabemos se teremos o mesmo espaço para trabalhar na manhã seguinte. Mas as incertezas começam a ficar de lado com a vinda do camelódromo. Teremos o nosso espaço, em um lugar muito bem projetado, e isso é uma conquista”, revela Alfonso, coordenador da comissão que representa os vendedores ambulantes.

**Novo momento** - Com apenas 19 anos, Alfonso casou-se com uma vendedora ambulante e deixou a profissão de açougueiro para acompanhá-la na sua



### 2.3 – Os últimos dias na rua e o processo de preparação da transição

Foi a partir do mês de dezembro de 2008, não obstante o excelente fluxo de vendas que caracteriza essa época sazonal do calendário comercial, que os discursos de incerteza, medo e apreensão foram tomando forma e se cristalizando na geografia social da rua, com a formação paulatina de zonas de liminaridade e o estabelecimento de novos horizontes de percepção ou imaginação (Crapanzano, 2005). Os jornais da época não cessavam de revelar as manifestações de insatisfação e insegurança que tomavam conta dos camelôs afetados, perfilados no entorno da Praça XV, da José Montauri, da Vigário José Inácio, da Feira da Rua da Praia, da Praça Osvaldo Cruz, da Campos Sales, ou da Feira da Praça da Alfândega. Aos poucos, surgiram as primeiras contestações abertas ao projeto de formação de microempresários, já em marcha através dos cursos de capacitação empreendidos pela prefeitura – e que sugeriam, por extensão, a extinção da categoria “camelô”. As primeiras formulações em torno da reivindicação de um prazo de carência do valor dos alugueis, bem como da revisão e do zoneamento dos seus valores, adquiriram voz no discurso dos líderes de algumas associações de camelôs, entre as quais a própria ASFERAP.



Fotos 12 e 13: à esquerda, o grupo de Juliano nas obras do futuro camelódromo, durante a gravação do documentário da ASFERAP, em 2007, junto de Bulling; à direita, foto posada no camelódromo, antes da abertura, entre as principais lideranças envolvidas na sua consolidação, em 2008. Fonte: acervo de pesquisa.

Em uma de minhas várias incursões pelo centro, no segundo semestre de 2008, encontrei Juliano fazendo os últimos preparativos para a entrega de sua documentação na SMIC, para o cadastramento dos comerciantes populares que ocuparão os boxes do camelódromo. O dia ainda era de campanha eleitoral, um sol escaldante que não dava trégua diante da movimentação e da intensidade dinâmica que caracterizavam aquela época do ciclo coletivo. À tarde, paramos um pouco – no meu caso, também para conhecer pela primeira vez as tendas de dona Ângela, dona Maria de Lourdes, dona Marilda, dona Diva e de Alex, algumas delas situadas na José Montauri. Enquanto tomávamos um cafezinho, descansávamos para a reunião de logo mais, na sala 10 do Mercado Público, da Região Centro do OP. Em meio à intensidade dos clientes e dos transeuntes, meus informantes circulavam entre as bancas cujos limites físicos não eram claros; atendiam uns às bancas dos outros, numa rede de trocas infundável e quase impossível de ser mapeada. Alguns clientes já avistavam de longe os produtos, e cabia ao camelô apenas atraí-los com gestos efusivos: a venda já estava feita. Volta e meia, meus informantes desapareciam no fundo das bancas, que já eram também a fronteira com o vizinho; pediam que eu cuidasse do local por alguns instantes; alimentavam, enfim, esse deslocamento tão característico de suas movimentações no espaço público tornado, de alguma forma, particularizado. O circuito de bebidas e bebidas continuava: chimarrão, cafezinhos, alguns quitutes oferecidos pelos camelôs que transitavam. A circulação das conversas e jocosidades se intensificava cada vez mais, de modo que era impossível dar conta de etnografá-las. Decidi, ao invés disso,

acompanhar interagindo e ouvindo as narrativas dos últimos dias na rua e das periculosidades que os aguardavam no camelódromo, enquanto imaginavam o seu próprio trajeto até a entrada do prédio, na Avenida Voluntários da Pátria.

A reclamação de traições, tanto da SMIC como de membros da ASFERAP, era notória. Outras pessoas contaram também que foram maltratadas pelos funcionários da prefeitura que teriam mandado calarem a boca, como se estivessem fazendo um favor e não sua obrigação. Algumas pessoas ainda denunciavam as vendas e barganhas dos novos pontos do camelódromo, em troca de benesses ou vantagens advindas da prefeitura.

Em meio aos boatos de paralisação das obras, corriam soltas as denúncias sobre violência, vindas não somente da parte de fiscais e policiais, mas também da mídia. No círculo de fofocas que rapidamente se formou, uma senhora comentou: “a imprensa ta metendo pau em nós mesmo. A violência que a gente observa acaba prejudicando os nossos trabalhos, o que a gente vai fazer? Eu acho que apesar de todas essas coisas a gente continua cumprindo com os nossos horários, e como dizia o Zagallo, ‘eles vão ter que me engolir!’”. Outra senhora da ASFERAP complementou: “Só quem está lá junto pra ter noção do que acontece. Eu acho que todo mundo é gente, ninguém é animal. Esses dias os *brigadianos* correram atrás de um guri, trabalhador, até ele bater a cabeça e sangrar, depois fugiram”.

Outros convidaram-me a sentar e aguardar uma ação da polícia, que circulava nas imediações; de fato, não demorou e os agentes passaram em frente às bancas, dirigindo aos meus informantes um olhar enviesado, como que demarcando o espaço social que os distinguia. Um pouco adiante, uma viatura preparava-se para deixar o local, até que alguns guardas decidiram abordar um sujeito que circulava anônima e desconexamente pelas ruas: seus movimentos inusitados, a roupa esfarrapada, as gesticulações incompreensíveis faziam suscitar as suspeições em torno do que ele estivesse fazendo naquele lugar. Bastava que fizesse menção de abordar qualquer pessoa na rua para que os policiais agissem: e foi exatamente o que ocorreu. Enquanto tentava abordar desastradamente os clientes que passavam, foi interrompido e cercado por três *brigadianos*, que recolheram suas mercadorias e fizeram-no deitar-se no chão. Alguns camelôs vieram acudir e gritar e, diante do ocorrido, comentaram, logo depois, que o sujeito tinha sido alvo de golpes e chutes por parte dos “agentes de Estado”. O evento foi motivo de inúmeros protestos e xingamentos, além do que permitiu suscitar lembranças de outros acontecimentos semelhantes que apontariam para a desumanidade de fiscais e policiais no trato com os camelôs. Diante dessas situações cotidianas, o camelódromo subitamente era ressignificado como uma espécie de símbolo ou avatar de novos tempos, na idílica expectativa de que as inumeráveis mudanças objetivas – antes negativadas – poderiam ao menos trazer consigo o acesso à cidadania e à dignidade subjetivas.

Entre os conflitos e as incertezas de apropriar-se do espaço ou de debandar dele, entre movimentos que buscam a rua ou a legalidade, há todo um acumulado de fragmentos, de dados, de “fatos” que permitem que essas narrativas sejam formuladas: trata-se de uma “natureza” tornada discurso, memória e prática, de acontecimentos traduzidos e narrativizados, de uma discursividade prenhe de sentimentos e percepções. Se os órgãos midiáticos constituem a sua argumentação – e reputação – em torno da construção de eventos enquanto fatos, tais como a propulsão de *denúncias* ou de *irregularidades* na distribuição das bancas ou na infraestrutura do prédio, é fundamentalmente a reapropriação destes a favor de uma tradução em termos das inseguranças ontológicas e subjetivas dos sujeitos afetados que realmente importa nessas narrativas.

Amparado pelo discurso da “resistência” e instrumentado pela falta de vendas, Juliano sondou os espaços a partir dos quais poderia propulsionar este “estado de coisas” para a esfera pública. A um mês da abertura do prédio, em reunião ocorrida na Sala 10 do Mercado Público – com a presença de consultores de marketing e do subsecretário da SMIC, Leo Antônio Bulling – ele comemorou, junto de sua comunidade de camelôs, a suspensão do alvará de abertura do camelódromo, ao mesmo tempo em que reconheceu a centralidade de se “ocupar” o novo prédio para poder, então, “implodi-lo de dentro”.

Antes mesmo de iniciá-la, Juliano veio ao meu encontro e me confessou algumas de suas inseguranças e incertezas. Comentou que “eles hoje estão esperando uma notícia que eu não estou pronto para dar. Eu não vou me arriscar mais uma vez como já fiz, isso é besteira.

A gente tem que ser mais cauteloso daqui para diante”. Em seguida, mostrou-me as fotos que tirara no interior do camelódromo, no mesmo dia, em vários pontos, que atestariam seu argumento de que a construção não estaria preparada para comportar o excesso de chuvas. Finalmente, após um longo atraso, ele se assentou na mesa principal, convidou alguns de seus pares para fazerem o mesmo, e iniciou o evento. O dia era de calor excessivo, razão pela qual os ânimos daqueles que circulavam irrequietamente pela sala estavam ainda mais aguçados.

O objetivo hoje é a gente ter um momento especial, uma palestra motivacional para se ter uma ideia mais ampla do que a gente vai ter que enfrentar a partir de agora. (...) Porque nós tínhamos planejado outra coisa. O nosso camelódromo era outro, era diferente! A coisa mudou! Infelizmente a gente vai ter que entrar, mesmo com todas essas dificuldades, com tudo isso que ta aí e a gente vê que ta errado! (...) Meu filho disse esses dias: ‘ta então quer dizer que os camelôs foram vendidos para a Coca-Cola?<sup>34</sup>’; bom, é isso que querem que aconteça! (...) Todos nós sabemos que esse espaço era pra ser só para camelô, só para nós! Mas depois deram privilégio para as pessoas que tavam comprando o ponto, os grandes empresários e atacadistas, que a gente não tem como concorrer! (...) Nós que temos que fazer aquele espaço dar certo! Nós temos essa obrigação, senão para onde a gente vai? Para onde nós vamos??

A seguir, Juliano repassou a palavra para Braga, um dos representantes governamentais, encarregado na ocasião de dirigir algumas palavras de motivação para todos os camelôs presentes:

Eu fico imaginando como vocês estão se sentindo com tudo isso que está acontecendo, toda essa transição... Eu imagino que seja como um passarinho preso, da rua e da liberdade para uma *gaiola*. Porque a empresa que está investindo no camelódromo vai tratá-los a partir de agora como pequenos empresários, lojistas. Em outras palavras, vocês estão entrando no mercado capitalista! A partir de agora, vocês vão ter que aprender a controlar as receitas, as despesas, a pensar nessa lógica que o sistema tem, de estarem legalizados. E vocês vão ter inúmeras vantagens com isso! Vão ter acesso, por exemplo, ao crédito! É um momento sério, porque vocês não vão ter como voltar atrás! Não vão poder voltar para as ruas, então vão ter que aprender a lidar com esses novos desafios. (...) Capacitação, visão de negócios, gestão, planejamento, organização financeira! Esses são alguns dos termos que serão importantes a partir de agora! (...) A questão da identidade vocês vão ter que resolver agora. Vocês serão empresários, serão camelôs? Porque vocês se sentem camelôs, mas serão tomados como novos empresários. E diante disso, quais as vantagens de se trabalhar com o mercado formal? E vice-versa? São coisas a se pensar...

Nessa altura da fala de Braga, adentrou a sala, sob aplausos e gritos de fervor, o Coronel Bulling, antigo secretário da SMIC, que muito auxiliara Juliano ao longo do segundo semestre de 2008 em suas empreitadas e projetos. As autoridades que o acompanhavam foram prontamente acomodadas, para que a palestra de Braga pudesse continuar. Após mais alguns minutos, Juliano retomou a palavra, saudando inicialmente a presença de Bulling, que retribuiu com um olhar de satisfação e um leve sorriso de cumprimento. Ao longo da exposição de Braga, um senhor sentado logo à minha frente, aparentando estar bastante insatisfeito com toda aquela situação, interrompeu abruptamente o andamento da reunião. Bradava algumas frases de efeito tão logo era mencionado o termo “empresário”. As interrupções tornaram-se cada vez mais renitentes, de modo que a plenária exigiu a retirada do velho senhor.

<sup>34</sup> Boa parte dos primeiros cartazes e placas de indicação do camelódromo foi patrocinada pela multinacional Coca-Cola, que deixava clara sua presença financeira no local através do uso de setas no formato das garrafas da bebida que a marca representa.



Resolvido o conflito, chegou a vez de Daniel fazer sua exposição. De gravata, trajando roupa social, ele procedeu à distribuição de papéis entre os presentes. Logo todos perceberam do que se tratava: Daniel era representante de uma empresa de consultoria privada, “D.S.S. Assessoria Contábil”, que pretendia oferecer “todas as condições para realmente terem sucesso nesta nova empreitada. Conceitos terão que ser mudados, novos métodos adotados, enfim, vida nova, novos rumos”<sup>35</sup>. Seu discurso reiterava essa perspectiva:

Vocês estão subindo um degrau na vida de vocês hoje. E vocês vão precisar ter um acompanhamento profissional nessa transição. E nós estamos aqui para isso! Nós queremos ampliar um pouco mais os horizontes de vocês! Vocês estão começando uma nova carreira. Eu quero dizer para vocês que empresário não é uma palavra feia, assim como camelô também não é, porque isso mostra a dignidade de vocês”.

Na sequência, Daniel apresentou, com nível crescente de detalhamento, os dez itens elencados no papel distribuído, como sendo os “motivos para, a partir de agora, fazer questão de contar com uma assessoria Contábil, Econômica e Empresarial”.

Enquanto explicava a todos, um novo foco de conflitos surgiu de uma pergunta realizada por uma das senhoras sentadas ao fundo da sala. Bastante exaltada, bradou a quem quisesse ouvir que não tinha interesse em formalizar-se, tampouco em tornar-se pequena empresária – suscitando, então, o debate em torno da necessidade da *legalização*. Daniel esclareceu tudo, asseverando que tal procedimento seria *facultativo*, o que foi imediatamente reiterado pelo Coronel Bulling. Algumas pessoas continuavam insistindo na sua obrigatoriedade, o que irritou um dos líderes dos camelôs presentes: “Pô, o cara ta aqui explicando pra gente quais são as vantagens de ser legalizado, agora legaliza quem quer, não precisa fazer isso se tu não quiser, é isso que ele ta tentando dizer!”. Com os ânimos um pouco mais esfriados, ouviu-se somente mais alguns burburinhos localizados, enquanto Daniel finalizava sua exposição. Uma senhora ao meu lado comentou com ar de deboche: “Eu não vou legalizar nada! Depois tem que pagar impostos, impostos e mais impostos, e os honorários desse cara aí!”.

Finalizada a exposição, Juliano convidou Nice, uma das integrantes da ASFERAP, a fazer seus questionamentos dirigidos a Bulling. Levava consigo um pequeno papel amassado, de onde lia com cuidado todas as perguntas, “para não esquecer de nada”, como ressaltou.

Eu quero saber, secretário, o Camelódromo vai ser inaugurado sem a blitz? Sem o alvará? Sem o habite-se? Porque tem gente por aí dizendo que isso vai acontecer... Outra coisa, nós vamos receber uma notificação para sair da rua, ou simplesmente o governo vai chutar os camelôs da rua sem comunicar ninguém? Tão dizendo também que será cobrado uma taxa de condomínio de mais de 200 reais de cada camelô para manter o local, isso confere? Porque se for assim, eu acho um absurdo! Também disseram que a SMIC vai cobrar uma taxa mensal para que a gente possa usar o espaço, com juros, também quero saber se isso é verdade!

Imediatamente, Bulling, com ar de superioridade por dominar as perguntas que lhe foram dirigidas, retrucou:

Nenhuma taxa será cobrada que não o aluguel dos boxes. Não haverá taxa de manutenção do prédio, e se esta existir, será pequena, simbólica, nunca, jamais na faixa de 200 reais ou algo parecido! Quanto à blitz, nós certamente não

<sup>35</sup> Trecho extraído da propaganda da empresa, distribuída no próprio local.

inauguraremos sem uma vistoria ou qualificação de segurança, isso seria dar um tiro no pé! E é claro, todos os camelôs receberão notificação com um prazo máximo e pré-estipulado para saírem das ruas, isso já está tudo definido e será assim!

Respondidos os questionamentos de Nice, Bulling passou a se dirigir para o grande público. Ficou de pé, esboçou um sorriso de satisfação, e iniciou seu discurso.

Boa tarde a todos e todas vocês. É uma grande satisfação para mim poder estar aqui, mais uma vez, acompanhando, mesmo que não seja mais na direção da secretaria, o andamento do CPC – Centro Popular de Compras. (...) Vários anos se passaram, e a ideia de construir um espaço específico para o comércio popular continuou em gestação. Até que finalmente realizamos esse sonho! (...) Como em toda construção, também no camelódromo existem problemas com relação a infiltrações de água. Agora, enquanto não entregarem o prédio em condições de ocupação, não haverá condições de nós fazermos a inauguração.



Foto 14: Bulling discursando em reunião da ASFERAP. Fonte: acervo de pesquisa, janeiro de 2009.

O restante de sua exposição versou sobre as adaptações necessárias para o bom acomodamento do processo de transição. Este seria, com efeito, o último pronunciamento público de um agente de Estado a respeito dos novos cenários econômicos e comerciais que aguardavam os camelôs em vias de tornarem-se comerciantes populares. Com a remoção dos ambulantes, o governo municipal limitar-se-ia a ofertar cursos de capacitação esporádicos e pouco divulgados, em que, conforme o próprio secretário da SMIC, Idenir Cecchim, “vai quem quer. Quem quis aprender foi, quem não quis, deu azar”<sup>36</sup>.

Uma questão muito importante, é que todos vocês têm que ser motivadores para atrair o público para lá. Esse camelódromo é de vocês! (...) E por isso mesmo vocês devem ser tratados como profissionais; devem, a partir de agora, também se organizar com responsabilidade: chega de amadorismo! (...) Cada um de nós tem que ser um motivador. Nós não podemos depreciar o nosso próprio negócio! Tem que investir, tem que acreditar que aquilo vai dar certo! Tem que apresentar ao cliente o melhor que puder. Eu tenho acompanhado o Juliano e sempre puxamos em favor da ASFERAP. Vocês todos sabem muito bem disso. (...) Eu pessoalmente resolvi ficar mais um pouco na secretaria em consideração a vocês. Para auxiliá-los e dar uma melhor condição de trabalho nessa nova etapa da vida. Eu quero estar com vocês no dia que vocês irão para lá e também no dia-a-dia.

A seguir, a cena mais engraçada e pitoresca do dia. Um senhor, com os traços e feições da idade bastante acentuados, magro, de tez altiva e ao mesmo tempo preocupada, rompeu, mais uma vez, com o protocolo da reunião:

<sup>36</sup> Trecho extraído de entrevista realizada com Idenir Cecchim em 04/08/2011.

O que é que é tudo isso, secretário? Que pouca vergonha é essa? Não tem nada certo naquela espelunca! Um telhado *furado*, sujeito a desabar! Um monte de coisa errada! Tudo isso tem um nome! Chama in-com-pe-tên-cia!! Não é possível que ninguém veja isso, ninguém se importe com isso! Um telhado furado desses e ninguém faz nada? Se é para ficar na chuva, eu prefiro ficar na rua!

As indignações prosseguiram, mas a voz, apesar dos gestos resolutos e ríspidos, já não conseguia acompanhá-las. Enquanto continuava o discurso com seu peculiar furor, a plenária se manifestou, desta vez não mais com indignação e apatia, mas com ar de complacência, tentando aquietá-lo. Enquanto prosseguia com sua performance, entrecortada por risos empolgados de Bulling, alguns indivíduos adentraram a sala aos berros e gritos e, enquanto tentavam se manifestar em meio à confusão, soou a notícia de que o Ministério Público havia embargado a obra:

- EMBARGARAM! EMBARGARAM A OBRA! AEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEE!!!
- ISSO AÍ!!! NÃO VAMO MAIS PRECISAR ENTRAR!!!

Os gritos de euforia e alegria se alardearam rapidamente. Em instantes, toda a sala estava comemorando a notícia, algumas pessoas levantadas, se abraçando, e novamente o decurso protocolar da reunião havia drasticamente sido interrompido. Juliano tentou em vão acionar os dois microfones disponíveis, que falhavam intermitentemente a comunicação com a caixa de som, resultando em mais ruídos externos ao invés de controlar a confusão. Giza, uma de minhas informantes, filmava atentamente tudo que acontecia com seu celular, ao mesmo tempo em que fotografava todas as principais cenas – inclusive a mim, de longe – com a câmera de Juliano. O documento passou de mão em mão, para que todas as pessoas interessadas pudessem lê-lo ou, ao menos, tocá-lo. Finalmente, chegou às mãos de Bulling que, após uma leitura prolongada e atenta, interrompeu a festa coletiva:

Bom, pessoal, isso aqui não é um termo de embargo da obra; simplesmente o Ministério Público está exigindo uma série de compromissos e termos que precisam ser revistos para que a obra possa ser inaugurada. Diante dessas questões, eu não tenho mais nada a dizer.

No mesmo instante, Bulling se reuniu com as demais autoridades que o acompanhavam e se retirou da sala, muito provavelmente irritado pelos novos rumos que a intromissão do Ministério Público estava causando à política governamental. A reação do coronel não ofuscou a felicidade daqueles que nem haviam ainda silenciado para ouvir suas palavras. Juliano tomou novamente o microfone e, em tom de felicidade e alívio pelo ocorrido, pronunciou:

Aqui o Ministério Público diz que a prefeitura tem que responder a uma série de quesitos para que o camelódromo possa ser inaugurado. Parece que o Ministério Público está vendo que essas irregularidades têm que ser sanadas para que o prédio possa ser ocupado. Então para nós só resta ficar no aguardo. Porque nós só vamos entrar no CPC com os problemas todos devidamente resolvidos!

E passou a ler, em voz alta, a íntegra do documento.

\* \* \*

Se, pois, Juliano servira, de um lado, de instrumento para convencer os que nele acreditavam da necessidade do projeto – e a presença do secretário na reunião preparatória à

transição não deixava dúvidas a esse respeito –, de outro lado, juntava-se a eles para salvaguardar seu direito ao enfrentamento e à resistência – o que o colocava na linha de frente do processo de mediação, em relação aos espaços para onde a mobilização seria canalizada, e de persuasão dos sujeitos que adeririam à causa e lhe confeririam a reputação necessária para representá-los. Uma nova imagem da rua estava em processo de lapidação, uma rua que pudesse fazer frente ao “destino” simbólico que inelutavelmente os aguardava e a partir de cuja perspectiva as piores agruras do tempo vivido (as intempéries da natureza, as incertezas das vendas de oportunidade, etc.) eram *mais desejáveis* que o mais tênue sinal desse novo horizonte que estava por ser desenhado, ou melhor, que redesenharia a própria imagem perceptiva e subjetiva desse horizonte, desse sujeito que imagina e projeta.

O debate travado naquele momento inseria-se, assim, num quadro mais amplo acerca das diversas postergações com relação à inauguração do prédio sugeridas pela intervenção dos movimentos sociais e homologadas, pelo governo municipal, nos termos jurídicos apropriados à caracterização do atraso nas obras (tais como a interdição do prédio em função de problemas infraestruturais, da estipulação de critérios relativos à segurança, ou ainda de irregularidades decorrentes do processo de licitação e de fiscalização da obra). De outra parte, igualmente, as estratégias de postergação significavam uma alternativa de resistência ao futuro incerto e imprevisível projetado pelo sentido do jogo incorporado dos camelôs afetados (Bourdieu, 1983), materializada, por sua vez, na criação de figuras e narrações mitopráticas de periculosidades que operavam como signos e depositórios de expropriação ou extravasamento dos sentimentos associados e acionados pelo processo de transposição física e cultural da rua para a “gaiola”, como faziam questão de ressaltar.

Após uma série de negociações e intervenções estatais, de vigas que subitamente apresentavam rachaduras, de incompletudes na estrutura de segurança, de lapsos na sinalização do prédio, de modificações de última hora nos dispositivos de prevenção a incêndios – enfim, desse conjunto de elementos pré-figurados que permitiram a elaboração nativa de uma série de narrativas metonímicas e metafóricas, de lendas urbanas catastróficas sobre a destruição prematura do prédio com a conseqüente morte dos comerciantes populares<sup>37</sup> –, o complexo foi aberto à população no dia 9 de fevereiro de 2009, segunda-feira, e a proibição do comércio informal nas vias públicas, declarada e notificada oficialmente às nove horas da manhã do mesmo dia<sup>38</sup>. O evento contou apenas com a

---

<sup>37</sup> Essas narrativas, de fato, não fazem outra coisa que dramatizar, por homologia, o “destino”, imaginado por esses comerciantes populares, de seu próprio processo de transição diante de uma conversão ao projeto de *self* proposto pelo Camelódromo, impossível de ser concebido completamente: resistir-se-ia com todas as “fissuras” da transposição, enquanto fosse possível (por homologia à série de postergações da inauguração do prédio, em decorrência de “fissuras” e “rachaduras” no prédio que abalaram a sua segurança), até que o despejo se tornasse o fim inevitável (por homologia à morte dos comerciantes através da sucumbência da infraestrutura diante de todas as irregularidades apresentadas).

<sup>38</sup> Como os meios de comunicação fizeram questão de (re)afirmar, o ritual de passagem implícito na abertura do novo prédio trouxe consigo, também, o sancionamento de multas relativas ao comércio informal nas ruas do centro (de cerca de R\$ 1.200,00, de acordo com o secretário municipal, aplicáveis a qualquer ambulante irregular, seja nas ruas, seja no Camelódromo), isto é, de um corpo jurídico que deveria, doravante, ser observado e aplicado

presença do então secretário da SMIC, Idenir Cecchim – que declarou o novo espaço definitivamente inaugurado e consagrado pela população, após o primeiro ato de compra no local, que ele mesmo veio a realizar. O gesto simbólico foi amplamente noticiado pelos agentes midiáticos, propagandeado enquanto o início de uma nova era do comércio popular – não mais informal –, bem como o “pontapé inicial” para o grande “canteiro de obras” que teria por objetivo final a restauração histórica da região central de Porto Alegre<sup>39</sup>.

Passada a abertura do prédio, nem Alfonso nem Juliano escaparam incólumes, muito embora tenham adotado, cada qual, estratégias distintas. Enquanto o primeiro empertigou-se com a impetração de processos jurídicos contra a empresa, a partir da associação que fundaria e passaria a presidir com a abertura do camelódromo – Associação dos Comerciantes do CPC –, o segundo lançaria mão da expertise apreendida em anos de militância no Orçamento Participativo e na política partidária de esquerda – particularmente ao fazer uso da esfera pública e ao ocupar espaços estratégicos da cidade para a canalização de suas reivindicações.

Aqui, novamente, distintas noções acerca da tomada de posições no âmbito da política estão em jogo. Enquanto Alfonso deixa claro que suas intervenções são, no máximo, protocolares – no sentido de cobrar e fiscalizar a aplicação das normas contratuais estabelecidas antes da transição – Juliano, ao contrário, sugere que o problema está, na origem, em imaginar a gestão de um espaço *público* por agentes *privados*. Poderíamos mesmo avançar e antever, aí, o prenúncio de grande parte dos conflitos que estariam por vir quando da abertura do prédio – quando a noção de “ser camelô”, em detrimento da de “lojista” ou “comerciante popular”, passaria a ser cada vez mais acionada como balaústre dos embates em torno da permanência nos novos espaços de trabalho –, ao mesmo tempo em que ficaria claro que o camelódromo traria consigo uma série de consequências que iriam além dos projetos de Juliano, Alfonso e do próprio Estado.

---

por intermédio dos fiscais estatais, encarregados de fazer cumprir os desígnios da lei, auxiliados pela Brigada Militar na tarefa de execução, e pelos administradores da empresa que detém a concessão do espaço, para a fiscalização dos novos comerciantes, do cumprimento da nova rotina (traduzida na pontualidade, assiduidade, na comercialização de produtos legalizados e autorizados pelo Estado, etc.).

<sup>39</sup> Declarou triunfalmente o jornal Zero Hora, em matéria publicada no dia 04/02/2009: “O fim da novela ‘Camelódromo’ - Enfim, a prefeitura da capital conseguiu a liberação para o funcionamento do CPC. A vistoria da SMOV, nessa tarde, não constatou irregularidades. Com isso, o tão esperado Habite-se já está nas mãos do – agora aliviado – secretário da Smic, Idenir Cecchim. É o desfecho de uma novela que se arrastava por semanas. É o início de um novo centro de Porto Alegre com o fim dos camelôs na Praça XV e na José Montauray”.

2.4 – Apêndice: *fotoetnografia* de um protesto







### **3 – A LUTA PELA PERMANÊNCIA: O acionamento da esfera pública**

Na manhã do dia 9 de fevereiro de 2009, a paisagem das principais ruas que, durante décadas, abrigaram o comércio ambulante, no centro de Porto Alegre, foi drasticamente alterada. Em vias como a Rua da Praia, cuja arquitetura, semelhante a um amplo calçadão, não permitia o trânsito de automóveis, apenas de transeuntes<sup>40</sup>, a diferença saltava aos olhos.



*Fotos 15, 16 e 17: à esquerda, duas fotos do acervo de Dona Diva, tiradas meses antes da remoção, na Rua da Praia; à direita, foto de meu acervo de pesquisa, tirada no final de 2009, da mesma perspectiva.*

Ainda assim, o reordenamento paisagístico e arquitetônico forjado pelo projeto de remoção dos camelôs das ruas do centro da cidade não significou o fim dos conflitos, ao menos do ponto de vista da SMIC. Esta já havia tratado de repassar o problema da

<sup>40</sup> Refiro-me, aqui, somente ao setor da Rua da Praia que, entre a Esquina Democrática e a Praça da Alfândega, abrigava a maior parte de meus interlocutores de pesquisa.



ressocialização dos camelôs à empresa que administraria o novo camelódromo, e estava agora ávida em se ver livre dos “caixinhas”, como eram chamados os camelôs irregulares que se instalavam, volta e meia, sem se afixar, nas vias do centro.

Os dados veiculados pelos principais meios de comunicação locais, logo após as primeiras semanas de funcionamento do camelódromo, acerca do papel da SMIC no controle das ruas do centro, não deixaria dúvidas a esse respeito. A partir da realização de 27 ações de fiscalização, foram autuados 117 ambulantes, por manter atividades fora do Camelódromo. Ao mesmo tempo, a SMIC tratou de providenciar a instalação de uma “área azul” para o estacionamento tarifado de veículos, no local anteriormente ocupado pelos camelôs da Praça XV – regulada pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), órgão vinculado à prefeitura e que tem por escopo a gestão do trânsito em vias municipais.

Na transição geográfica para o Centro Popular de Compras, doravante ocupado pelos recém consagrados comerciantes populares, é a *escada de acesso* que mais bem condensa a mediação entre o antes e o depois – ou, alternativamente, entre os novos “lojistas” e os antigos “camelôs” que voltariam a ocupar as ruas. Acessar o novo espaço de trabalho passou a depender, literalmente, de ultrapassar-se a barreira que gradualmente se avoluma na frente do prédio. Trata-se de um conjunto de diferentes personagens, que podem incluir desde pequenos traficantes, até “caixinhas”, vendedores de CDs e DVDs, de calçados falsificados, além de “cavalos” – sujeitos que, em sua maioria contratados pelos novos estabelecidos<sup>41</sup>, têm o objetivo de “chamar” os clientes até a banca.



Fotos 18 e 19: à esquerda, a escada de acesso ao camelódromo e a presença dos “novos” camelôs e “cavalos”; à direita, da perspectiva do camelódromo sobre a Av. Voluntários da Pátria, a presença de “caixinhas” e vendedores de CDs e DVDs pirateados. Fonte: acervo de pesquisa, fev. de 2009 e dez. de 2010, respectivamente.

Quem segue à revelia da escada de acesso dá para os terminais de ônibus, o primeiro dos quais situado sob o bloco A, acomodando as linhas urbanas municipais; o segundo, situado na continuação do camelódromo, entre a Avenida Júlio de Castilhos e a Avenida Mauá, que faz a conexão com as cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Aqui e ali, o

<sup>41</sup> Apesar disso, não são raras as denúncias de meus informantes de que, em meio aos “cavalos” dos lojistas do camelódromo, convivem pacificamente aqueles que procuram “chamar” clientes para as lojas situadas ao longo da Avenida Voluntários da Pátria.

espaço é preenchido pela ocupação de vendedores de hortifrutigranjeiros, flores e fruteiros, que também foram reacomodados em bancas fixas no chão, bastando ser fechadas por meio de cadeado ao fim do expediente.



Fotos 20 e 21: à esquerda, fachada do prédio; à direita, corredores vazios durante a primeira semana de trabalho. Fonte: acervo de pesquisa, fevereiro de 2009.

Lá no alto, mais especificamente, no segundo pavimento onde se situam as novas lojas dos comerciantes populares, sete corredores com 800 bancas enfileiradas compõem o cenário de trabalho, das quais 600 estão dispostas no bloco A e 200 no bloco B. A monotonia cinza da cor do concreto, aliada aos ferros rudimentares empregados na edificação dos boxes, montados uns nos outros, contrastam com a efervescência, diversidade e multitonalidade com que a paisagem das ruas era ocupada e reapropriada pelos camelôs. Muitos dos corredores já haviam sido levemente adaptados, por meio da instalação de pisos no interior dos estandes e, sobretudo, de placas, no alto do box, que indicavam a razão social ou o “nome fantasia” de cada novo comerciante. Não obstante, eles permaneciam, em sua maioria, vazios.

Além dos investimentos iniciais, realizados por cada novo comerciante, estavam também as novas despesas com aluguel, que seria cobrado semanalmente pela empresa Verdicon S.A., a mesma que vencera a licitação e construíra o camelódromo. O valor inicial, estipulado nos Contratos de Locação, sugeria R\$ 25,00/m<sup>2</sup> por semana; some-se a isso, ainda, o montante de rateio do condomínio, equivalente a uma parcela de aluguel. Assim, se considerarmos uma média de quatro semanas ao mês, e se partimos da metragem média de 4m<sup>2</sup> por banca, chegamos a um valor mensal aproximado de R\$ 500,00 – dos quais ainda estão excluídas outras despesas, tais como luz, água, telefone, cartão de crédito, internet, mercadorias, infraestrutura da banca, e por aí fora.



Foto 22: acima, um dos boletos que me foi apresentado por um de meus informantes, durante trabalho de campo realizado na primeira semana de funcionamento do CPC.

A nova rotina de trabalho seria regida e regulamentada, doravante, por um rol de sete documentos jurídicos, que fazem referência, ou melhor, jurisprudência, tanto à prefeitura quanto à empresa vencedora da licitação. São elas: Lei Municipal 9941/2006; Decreto Municipal 15472/2007; Contrato de Concessão de Uso de Bem Público; Regulamento do CPC; Contratos de Locação; Caderno de Obrigações; Planta de Localização da Área Locada.

De todos os documentos, aquele que melhor resume as atribuições de cada parte é, sem dúvidas, o regulamento interno do CPC. Entre outras coisas, é ele quem estipula a criação do Comitê Gestor, que funcionaria como uma espécie de órgão consultivo da administração, a quem caberiam as principais decisões, tais como contratação de serviços ou ordenamento de reparos e bens tidos como necessários à segurança e conservação do prédio. Obtive o documento por intermédio de um de meus principais informantes, seu Zé, que havia tratado de assinalar à caneta os pontos que lhe pareciam mais problemáticos. Entre eles, aquele que sugere ser atribuição da administração “dirimir controvérsias entre os usuários e prevenir litígios”; “encaminhar ao respectivo usuário as reclamações que lhe forem dirigidas”; “ingressar, a qualquer tempo, nos estandes, nas lojas e nas demais unidades comerciais, para realizar reparos ou determinar modificações nas instalações” (p. 8-9). Ao Comitê Gestor caberia, por seu turno, regulamentar sobre a “decoração das lojas e estandes, especialmente, das suas fachadas, (...) que deverão ser identificadas mediante placa de uso obrigatório a ser afixada junto ao seu local de comércio” (p. 17). Estava claro que o regulamento previa, além da estipulação de atribuições, uma nova proposta de sociabilidade que em tudo diferia daquela da rua: entre os camelôs e o seu negócio, havia, doravante, a empresa, a regulamentar horários de funcionamento; marcas e logotipos; propagandas, publicidade e comunicação; instalações, vigilância, limpeza e manutenção; reformas e adaptações, obrigações e penalidades – apenas para citar alguns dos tópicos do regimento.

No que se refere à atuação da SMIC no novo camelódromo, noticiada pelos meios de comunicação locais, esta se circunscreveu à realização de apreensões de equipamentos proibidos e à interdição de comerciantes irregulares – entre os quais, também, alguns “cavalos”. Um primeiro enfrentamento entre comerciantes, agentes de fiscalização e Brigada Militar, acabaria em tumulto e mereceria destaque especial da mídia: com o intuito de mostrar à sociedade sua intolerância para com os ambulantes sem cadastro que insistiam em atuar pelos corredores do prédio, a SMIC, acompanhada da polícia, teria interrompido uma negociação em uma das bancas do bloco A; Cecchim, em sua defesa, alegou que teria recebido relatos dos lojistas de que um ambulante, de origem uruguaia, estaria atuando irregularmente no local. Finalmente, o evento teve repercussões, também, sobre o fechamento de bancas em processo de sublocação, isto é, em troca de propina como condição de concessão do negócio ilícito. O mês de abril de 2009 encerrou com a notificação de 186 bancas por irregularidades estruturais e/ou inadimplência.

Assim, não surpreende que, na transição ao novo prédio, pouco tempo após a eleição de Juliano Fripp ao Comitê Gestor do Camelódromo, surgissem as primeiras reclamações de falta de vendas que, associadas a outros problemas apresentados pelos trabalhadores e prognosticados antes da ocupação, foram canalizados para o espaço público. Após os primeiros dias de atividades, muitos aproveitaram o surgimento de novas goteiras e irregularidades na infraestrutura do prédio para protestar pela falta de vendas. Da mesma forma, o arrombamento e o furto de materiais na subestação de energia que alimenta o complexo, a depredação de parte do prédio (sobretudo de calhas, banheiros e portas), bem como o assalto e roubo de produtos eletrônicos em um dos boxes, foram usados como estratégias de legitimação dos queixosos.

### **Vendedores ambulantes ameaçam voltar às ruas<sup>42</sup>**

Antes mesmo do comitê gestor do Centro Popular de Compras (CPC) da Capital ser formado, representantes dos ambulantes, escolhidos em votação ontem, anunciaram que parte dos camelôs quer abandonar o local e voltar para as ruas.

O motivo seria o baixo nível de vendas desde inauguração, na semana passada. Um dos representantes eleitos, Juliano Fripp, afirma que 70% das lojas não venderam praticamente nada até agora. Na semana passada, o grupo entregou à Verdi construtora, empresa responsável pela administração do CPC, um abaixo-assinado com 607 assinaturas pedindo a isenção dos aluguéis até abril.

– Tem gente que até me entregou as chaves da loja porque não consegue dinheiro para trabalhar. Querem voltar para as ruas – aponta Fripp.

A Verdi, que já tinha se posicionado na semana passada, descarta qualquer possibilidade de não receber as locações, que podem chegar a R\$ 400 por mês. O titular da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio, Idenir Cecchim, disse que a prefeitura não aceitará mais ambulantes na rua.

Ainda no mesmo mês, foi proposto, de início ao então administrador da empresa, Noedi Casagrande, a isenção ou carência dos dois primeiros meses de trabalho aos comerciantes populares. Apesar da realização de um abaixo-assinado com 600 nomes, o pedido foi negado pela administração. Já em março, após reunião realizada por Juliano com os principais representantes de corredor por ele nomeados para a exposição dos problemas experimentados nos primeiros dias de trabalho (tais como o baixo fluxo nas vendas do bloco B e a concorrência desleal de grandes empresas, como companhias de celular, que estariam ocupando espaços destinados aos comerciantes), uma primeira paralisação geral dos trabalhos – com o fechamento coletivo das bancas – marcou as páginas dos principais jornais da capital gaúcha. Para a ocasião, o líder procurou colocar em prática toda sua rede de reciprocidades, que incluía deputados estaduais, vereadores, agentes da mídia e, sobretudo, conselheiros, delegados e representantes governamentais que atuavam nos espaços do OP<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> Trecho extraído de meu acervo pessoal de levantamento midiático, datado do dia 17 de fevereiro de 2009, publicado originalmente no jornal Zero Hora.

<sup>43</sup> Outras estratégias do grupo, ao longo destes dois primeiros meses, incluíam a confecção de um pequeno documentário de narração, por parte dos comerciantes, a respeito do processo de transição – em cuja produção tomei parte como uma espécie de “moeda de troca” do trabalho etnográfico e que viria a ser exibido, posteriormente, numa das reuniões da CEFOR como argumento principal de Juliano –, e a negociação de bastidores da política convencional, a partir de algumas reuniões que ocorreram – e das quais pude



Em abril, após os dois primeiros meses de atividades – marcados por turbulências, confusões e tímidas tentativas de negociação interna das condições de comercialização e de divulgação do novo empreendimento –, Juliano convocou todos os “comerciantes” com espírito e identidade de “camelôs” a assumirem seu quinhão de responsabilidade e comparecerem à Tribuna Popular da Câmara de Vereadores, que veio a ser realizada no dia 30 de abril de 2009. O evento reuniu cerca de 600 pessoas – entre camelôs e simpáticos à causa – no auditório principal da casa, e é tido como estratégico para o redirecionamento dos debates para aqueles que, segundo Juliano, tiveram papel central na aprovação unânime do projeto, tal qual fora executado, e que, por conseguinte, deveriam assumir as consequências de sua implementação. Os canais da democracia representativa seriam acionados reiteradamente nos meses seguintes, na realização de mais seis reuniões no âmbito da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Mercosul (CEFOR), entre os meses de maio e agosto de 2009, seguidas de dois protestos em frente à prefeitura, que tiveram lugar entre agosto e setembro do mesmo ano.

Este capítulo é, nesse sentido, uma tentativa aberta de experimentação retórica, que toma como eixos narrativos os mais relevantes eventos e mobilizações políticas desencadeados pela ASFERAP, ao longo do primeiro ano de atividades no camelódromo. Com base no compartilhamento da autoridade etnográfica com os principais interlocutores de pesquisa, busca dar conta da diversidade estética e da riqueza expressiva inerentes ao acionamento da esfera pública, daí porque o leitor encontrará citações, exclamações e narrativas em primeira pessoa de tais experiências de circulação pelos espaços em que é fabricada, artesanalmente, a etnografia cotidiana dos processos políticos.

### 3.1 – *Quem é quem*: as políticas demarcatórias no espaço público



Fotos 23 e 24: Reunião na Câmara de Vereadores durante a mobilização política. Fonte: Câmara Municipal

“Eu infelizmente não posso ficar muito tempo, às 11h30min tenho cardiologista, ele me proibiu de algumas comidas e vai me dar remédio” – iniciou o então secretário da SMIC,

---

privilegiadamente participar como uma espécie de “assessor para assuntos políticos” de Juliano – entre o secretário da SMIC e o representante dos camelôs.

Idenir Cecchim, durante a primeira reunião da CEFOR, celebrada no dia 19 de maio de 2009. O intervalo, de cerca de três semanas, que separava esse encontro da realização da Tribuna Popular, em meados de abril, foi providencial para a formulação das estratégias sobre como proceder no acionamento da esfera pública. Ao mesmo tempo em que se acordara sobre a formação de uma comissão especial de vereadores – que, efetivamente, discutiu o tema no dia 11 de maio, na sala de reuniões do então presidente da Câmara, Sebastião Melo (PMDB) – todos concordaram que era preciso ampliar a discussão, de modo a incorporar atores centrais para a definição do estatuto, legal e simbólico, dos novos comerciantes populares. Assim, a primeira reunião realizada no âmbito da CEFOR tinha por escopo a problematização dos aspectos “técnicos” associados às definições dos papéis dos principais atores envolvidos: além do secretário da SMIC, haviam sido convidados, também, Moacir Gutierrez, presidente do sindicato do Comércio Varejista, Ambulantes e Feirantes, e Noedi Casagrande, gerente administrativo da empresa Verdicon S.A.. Portanto, é em tom de superioridade e impaciência que Idenir Cecchim prosseguiu sua fala, após a abertura dos trabalhos feita pelo vereador Ayrton Ferronato (PSB), presidente da Comissão:

Não há má vontade, é que a gente já sabe tudo o que tá sendo dito, eu acompanho, vou lá no camelódromo, inclusive algumas pessoas são mal-educadas, insensíveis... Eu um dia desses fui lá na banca de uma, disse ‘eu tive problemas, oh, morreu meu pai...’, ‘ah, mas isso não me importa!’... Então um depoimento desses eu desqualifico! (...) Eu to olhando por exemplo a loja do Juliano fica muito pouco aberta, não tem como vender! *Eu to olhando lá quem é que ta aberto e quem é que não abre a loja!* Não vende porque não abre! (...) Não é justo, nós temos uma fila com mais de 150 pessoas de espera querendo entrar no camelódromo! Esses dias uma senhora veio reclamar que fazia 36 dias que não vendia, aí a gente foi dar uma olhada e ela chega de Astra pra trabalhar. E aí? *Nem todo mundo aqui ta de olho fechado*, Juliano.

Diante do olhar atento de seus interlocutores, alguns dos quais pigarreando ante cada *alfinetada*, Cecchim continuou discursando, em tom irônico, a respeito das demandas dos comerciantes revoltosos. Estas se referiam, basicamente, aos valores cobrados pelo aluguel e à possibilidade de carência pelo prazo de um ano do montante da dívida.

O problema não é pagar o aluguel! *Vamos parar de fazer esse enfrentamento!* Lá na secretaria é todos os dias o mesmo assunto... Nós não podemos ficar dando toda hora, fazendo *favor*... Não pagar aluguel é um favor! *Ninguém quer esmola*, Juliano... Todo mundo quer pagar! (...) *O camelódromo é um grande sucesso!* É 700 ou 600 que estão felizes, e tem 100 e poucos que nós temos que achar solução! E pra *quem quer trabalhar!* Porque tem muita gente que não quer trabalhar! *Só faz política!* (...) No primeiro mês já se fez um *apagão*, baixa as cortinas! Uma semana depois, ‘não vamos pagar!’. Como é que as pessoas da rua se sentem pra entra lá? Elas não sabem se não tem uma coisa que vai *baixar*...! As pessoas ficam *temerosas!* (...) Eu preciso me retirar pra chegar no médico. Eu prefiro cuidar da minha saúde, porque o que esse senhor [aponta na direção de Juliano] vai dizer eu já ouvi 45 vezes!

Juliano não se deixou intimidar diante das acusações de que estaria *fazendo política*, ou então cooptando sua comunidade em benefício de *favores* políticos. Em resposta, seu discurso concentrou-se na distância entre o papel previsto pelo contrato e aquele praticado pelos diferentes agentes envolvidos no processo. Uma questão de fundo, contudo, que se referia ao pagamento da taxa sindical como condição para a obtenção do alvará, mereceu especial atenção da parte do líder: “Nós não temos sindicato que representa nós lá dentro do camelódromo! Usando a lei como regimento maior, diz que o sindicato representa

ambulantes. *Nós não somos mais ambulantes! Nós somos comerciantes populares!*”. Moacir Gutierrez, presidente do sindicato do Comércio Varejista, Ambulantes e Feirantes do estado, fez uso da palavra na sequência, a fim de justificar a *sua* pretensão ao monopólio da representação dos novos comerciantes, cujo estatuto estava, ainda, por ser definido:

Sobre o imposto sindical, Juliano. Tu ta fazendo uma confusão tão grande... Aliás, tu vem fazendo muita confusão. O imposto sindical é uma *lei!* É uma lei! E tu não pode dizer nada, porque *tu nunca foi ambulante!* Tu era um *expositor de roupa* à noite na Rua da Praia! Tu nunca pertenceu ao nosso sindicato, de fato tu tens razão. Pra explicar bem, o nosso sindicato não é dos ambulantes. Comércio dos varejistas. Nós somos comércio. Aquele comerciante que tá lá sim pertence a nós, mais uma vez tu ta fora da realidade do que acontece. O imposto sindical é uma lei trabalhista, aqui não é o fórum ideal pra se discutir isso, mas sim no *Ministério do Trabalho*. O senhor tá até *constrangendo* todos nós e os vereadores.

Passadas cerca de duas semanas, no dia 2 de junho de 2009, durante a segunda reunião da CEFOR, seguiram as discussões relativas à constituição das fronteiras identitárias do grupo de camelôs representado por Juliano, que é quem deu início aos debates do dia, ao investir na regulamentação legal como fundamento de legitimidade para justificar suas atuais reivindicações de manutenção das bancas no novo espaço de trabalho. Se o princípio da reciprocidade era o que permitia entender as várias concessões feitas pelos camelôs às autoridades públicas ao longo da elaboração do projeto, era ele, também, que era acionado para fazê-las lembrar de seus compromissos com *aquele* grupo particular – e não com outro –, evitando que se tornassem *coisas* sem importância – *peças de reposição* –, isto é, aplicáveis à letra dura e fria da lei. Sua exposição foi seguida das palavras trêmulas de Dona Maria da Silva Carneiro, uma velha senhora cuja aparência fazia lembrar as décadas de trabalho árduo sob o céu aberto, as pernas cambaleantes denunciando a pouca familiaridade com aquele espaço. Levantou-se, dirigiu-se até a mesa principal e apontou na direção do representante da empresa Verdicon S.A., o advogado Noedi Casagrande:

- Seu Casagrande...
- A senhora não vai me ofender! –, retruca o interlocutor.
- Dá licença que eu vou falar!



Foto 25: dona Maria durante sua narrativa, na Câmara de Vereadores.  
Fonte: Câmara Municipal, maio de 2009.

- A senhora fale pros vereadores!
- Na primeira vez que eu estive aqui eu falei que o senhor deu pra nós uma *gaiola!* Eu tenho vontade de lhe pagar! Toda vida lhe dei satisfação! *Não tem* como pagar! Fui pra Farroupilha com uma bagagem [voz embargada], com quatro malas, sozinha, tão aqui os meus exames médicos, tudo, *sou doente!* [joga a papelada sobre a mesa] O senhor sabe que eu sou doente do coração, tenho 7 safenas! O senhor disse que quem não ta pagando é porque não quer [aponta para Cecchim]! Eu não to pagando porque *não posso pagar!* A minha *gaiola* e a que tem lá da minha filha não tem nada dentro! Tirei tudo de lá, que eu não to com saúde para trabalhar! A minha filha

tá em Sapiranga cuidando de uma senhora pra ganhar R\$ 10 real por dia! Seu Casagrande, o senhor disse pra minha filha que *não queria me enxergar na sua frente!* Vontade eu tinha de pegar todo o dinheiro e entregar tudo na sua mão!

Casagrande se debateu, tentou esfernejar, acionou o microfone, mas foi em vão. A velha senhora retornou ao seu assento com o olhar em lágrimas, sob o impacto deixado pelo lastro emocional de suas palavras no semblante de cada um dos presentes, que silenciaram sem esboçar reação. De volta ao seu lugar, alguém lhe estendeu um lenço para que pudesse se recompor. Na sequência, dona Fátima Alves, uma comerciante do bloco A, discorreu sobre a mesma questão, embora de uma perspectiva quase inversa:

A gente vê que tem problemas, eu sou *permissionária*, trabalho lá, estou com dificuldades, estou! Mas estou *continuando* as minhas vendas e a minha vida! O que eu percebo é que as pessoas que estão com extremas dificuldades lá dentro é que já vieram da rua com problemas! (...) *E esses casos vão ter que ser avaliados um a um!* A nossa vida tá lá, a gente trabalhou 20, 30 anos na rua e é lá que a gente vai *continuar* o nosso trabalho! Só precisamos de trabalhos efetivos, não de *discussões partidárias!* (...) E até sugiro ao Comitê Gestor, ao Juliano, que já faça esse levantamento! Mas tenha cuidado que *pode se levantar muuuita gente!* Dizendo que não tem condições, porque essa que tá se retirando daqui, a Neca do Comitê Gestor, tá *expandindo* a loja dela! Então quer dizer que a coisa não tá tão difícil assim!

Enquanto Neca, colega de Juliano no Comitê Gestor, se retirava diante das acusações proferidas pela oradora, dona Ângela, uma senhora de cerca de 40 anos, que faz parte do círculo de reciprocidades de Juliano desde longa data, deixou a sua impressão do processo.

Eu também trabalho lá dentro e digo que o fluxo de gente tá começando a ter, mas tem que ver os cadernos também, as vendas da gente vocês têm que ver! Não é só fluxo de vendas! Porque cada dia tem gente nova circulando lá dentro e eles só vão pra conhecer. (...) Agora, tá lindo ali dentro, tá! Mas *quem* que fez aquilo? Fomos nós que botamos lá dentro o dinheiro e nós estamos fazendo a propaganda, os nossos *marketings* tão aparecendo, porque a gente bota os slogans na frente, tá muito bonito lá dentro, tá! Mas tem que entrar dinheiro e tem que ter solução! Obrigada.

Antes do fim da reunião, Cecchim retomou o caso de dona Maria que, ainda se recuperando dos prantos em que mergulhara após sua fala, permanecia imóvel na cadeira:

- É só a dona Maria que tá escuro lá, ou não?

- [Plenária] Não, tem mais bancas...

- Mas *só quem não pagou*. Nem a luz, dona Maria! Eu queria propor uma coisa: a dona Maria tem uma loja e a filha dela tem uma loja. Onde é que a filha dela tá trabalhando? É em Sapiranga, não é isso? E as duas lojas? Tem que discutir essas coisas aí! Por que tem duas lojas? Ela e a filha?

- [Maria] A gente não tem nem mais o que comer... Nós *duas éramos camelôs!*

- Ahhh, tá bem... Então deve haver uma solução! Eu não sei qual é, mas tem que pagar! O condomínio é coisa sagrada! Se o apartamento e a casa das pessoas for pra justiça só perde quando não paga o condomínio! Isso aqui é *comércio*, não é direitos humanos. Se fosse na casa dela... Não é na casa dela! A filha ainda tem outra renda...

- [Juliano] Até a próxima reunião fica assegurado então as notificações dessas pessoas que *tem que mudar o mix de mercadorias*, que tão com dificuldades, que precisam do fundo de emergência, isso aqui tá assegurado até o dia 23 junto à SMIC...

- [Cecchim] Eu não posso vender ilusões aqui. Tem gente que não quer pagar! Quem eu digo que não quer pagar? É aqueles que nem *sequer* foram pra negociação. Quem nem sequer senta pra renegociar é porque não quer pagar. Esses têm que começar a fazer o que *a lei manda*. Tem que dar lugar pra quem quer entrar e quer trabalhar. Aquele que quer fazer a negociação eu acho que por si só já garante esse prazo.

- [Juliano] Da maneira que tá as pessoas não tem condição de fazer negociação. Eu acho que tem que ter assegurado isso, de que não pode ser despejado ou ter notificação. *Como representante de uma associação*, nós já sentamos para negociar



com a Verdi e com a SMIC e acreditamos que *vai vim um fundo para nos salvar*. Essa negociação é uma negociação *coletiva* onde a comissão tá assinando embaixo!

- [Cecchim] Mas tem que negociar, porque senão não pode jogar as pessoas no fundo do poço vendendo uma ilusão ou solução mágica que não existe! Tem que negociar com a Verdi pra jogar a dívida para mais tarde, porque carência *não existe*! Tem que fazer como manda a lei!

- [Juliano] Mas não é isso que nós estamos falando! Nós tamos pedindo apoio da comissão pra mediar isso daqui e agora chega o Cecchim e diz que será do jeito dele??

- [Ferronato] Já ta mediado! Já ta mediado! Até o dia 23, que se faça negociações lá com o Casagrande, que ninguém vai ser retirado! Era isso! Obrigado pela presença!

Há, nitidamente, uma tensão identitária subjacente às falas de dona Maria, de um lado, e de dona Fátima, de outro. A primeira senhora, ao apresentar, ou melhor, *representar* as novas condições de trabalho na imagem da *gaiola*, não está fazendo outra coisa que dramatizar por analogia mitoprática e alegórica, o processo pelo qual a sua subjetividade foi redesenhada pelos limites temporais e espaciais decorrentes da ocupação do prédio. O desajuste entre suas expectativas pessoais e as condições objetivas com as quais inevitavelmente se deparou operam, ao nível discursivo, como agravantes de sua compleição fisiológica, ao mesmo tempo em que são empregados como justificativas mais ou menos conscientes de sua inadequação e inaptidão ao trabalho, bem como da impossibilidade de arcar com os novos custos e ônus materiais envolvidos que, afinal de contas, nem tinham sido previstos pelo projeto inicial que assinara compulsoriamente. Trata-se de um discurso que, a partir de uma fundamentação biográfico-subjetiva, encontra sua especificidade no próprio contexto de sua enunciação: em uma arena eminentemente política, como traduzir suas palavras de desespero – embebidas na efervescência com que emoções são produzidas e acionadas para definir experiências – para o léxico da Câmara de Vereadores, que deverá, então, valer-se do caso como mais um indício para propulsionar as expectativas do grupo liderado por Juliano?

Esta é justamente uma das críticas apontadas por sua interlocutora indireta, dona Fátima, que antevê nesse processo a possibilidade de beneficiar aqueles que, ao contrário de dona Maria, não fundamentam sua inadimplência em decorrência do desajuste entre as expectativas subjetivas e a realidade vivida (Bourdieu, 2007). Ao sustentar que a inadequação ao projeto pode derivar de antecedentes anteriores à transposição, está sugerindo que devemos buscar os fundamentos desse desajuste numa predisposição apática que antecede a inauguração do camelódromo e, portanto, que teria mais bem a ver com questões biográficas e, fundamentalmente, com a negação crônica da legalidade de suas práticas e dos saberes oriundos da economia informal. Por fim, não menos importante, postula como critério de negociação do montante de dívidas a *análise individual*, isto é, caso a caso, a fim de discernir entre aqueles que fazem uso estratégico da categoria camelô e aqueles que de fato ainda estão num processo subjetivo de indefinição.

Vê-se muito bem que, a partir de uma questão comum – a demanda pela decomposição da categoria de *camelô* em suas múltiplas especificidades socioculturais –

cada narradora seguiu caminhos até certo ponto inversos: dona Maria reclama que a noção é demasiadamente ampla para dar conta dos casos em que a inadimplência decorre de um desajuste subjetivo, resultado de ritmos diferenciados de transição; dona Fátima, ao contrário, aponta para os casos de “inadimplência política”, em que o atraso no pagamento dos encargos financeiros não decorre diretamente de dificuldades nas vendas, podendo até resultar de oportunismos ou dissidências partidárias. Por fim, dona Ângela complementa o quadro de percepções acerca da transição, ao sustentar que “não há vendas, há somente movimentação de pessoas” – apontando, de certa forma, para a dinâmica das novas formas de sociabilidade decorrentes de um empreendimento público que, à maneira de um grande shopping popular, opera também como rota privilegiada em percursos e circuitos de lazer ao nível da arquitetura social da cidade como um todo (Frúgoli Jr., 2008). No seio de sua narrativa, há uma tensão entre a criatividade e inventividade forjadas e empregadas pelos camelôs durante o processo de preparo das bancas, e o seu desprestígio da parte dos clientes, que desdenham seus espaços ao não comprar suas mercadorias, constituindo seus itinerários somente através dos corredores abertos à circulação e, portanto, destituídos de humanidade.

A circunscrição do espaço e do tempo e, mais importante, seus efeitos em termos de percepção (de que se é apenas mais uma partícula num todo indefinível e que, ainda assim, se presta ao esquadramento pan-óptico), produzem, como corolário, os discursos e experiências de expropriação e de exploração, característicos, em maior ou menor grau, das primeiras semanas e mesmo meses de apropriação do novo espaço no camelódromo. O léxico acionado por dona Maria para a definição de seus sentimentos é ilustrativo a esse respeito: junto com a *dívida* como condição necessária para a dramatização da expropriação do sujeito no espaço público, de um corpo que sofre e clama por amparo (Fassin, 2005), os novos espaços de trabalho são constantemente associados a *jaulas* e *gaiolas*, cujo conjunto formaria algo como um presídio de camelôs (um “Carandiru”, diria outro de meus informantes). Tais referências, longe de fazerem sentido apenas pela estética parcimoniosa e monótona do prédio, dão corpo à sensação de subjugação e de exploração simbólicas decorrentes do esquadramento funcional dos espaços de venda. Juliano complementaria esse vocabulário de termos figurados, acrescentando-lhe, em diferentes momentos, expressões como “urubu na carniça”, “terrorismo”, “perseguição” ou mesmo “exposição de pessoas” para definir experiências específicas diante do poder público.

### **3.2 – O alvoroço na Câmara de Vereadores**

Esta seção objetiva descrever um dos momentos mais dramáticos da luta política desencadeada pelos camelôs do Bloco B – em sua maioria membros da ASFERAP e liderados por Juliano – para reverter a periclitante situação econômica acarretada pelo reassentamento. A atenção recai numa das últimas reuniões da CEFOR – em primeiro lugar,

porque é dada à comunidade a oportunidade de se expressar diante das autoridades políticas; em segundo lugar, porque a reunião marca também uma inflexão na maneira como vinha sendo conduzido o processo de acionamento do legislativo pela comunidade de camelôs. Várias confabulações e pequenas reuniões nos bastidores do camelódromo davam conta de que havia chegado a hora de deixarem de ser espectadores, de converterem-se não só em protagonistas discursivos, mas também de tentar outros mecanismos mais radicais de protesto.

O segundo semestre de 2009 iniciou em meio a um clima de tensão e efervescência para os comerciantes populares envolvidos com a mobilização política na Câmara de Vereadores. De um lado, o evento da Tribuna Popular, em meados de abril, produziu um ambiente de expectativas positivas com relação à tão aguardada intermediação das autoridades públicas em relação aos conflitos que se acumulavam entre os comerciantes inadimplentes e a administração do Camelódromo. De outro lado, a intensidade dos debates durante as duas primeiras reuniões na CEFOR, realizadas num intervalo de apenas duas semanas – com a presença maciça de vereadores e, inclusive, do próprio secretário da SMIC, Idenir Cecchim – deu novas razões que motivaram esses comerciantes a acreditar numa possível solução das pendengas, ao mesmo tempo em que fortaleciam os ânimos para suportar as incertezas da transição, acumuladas nas dívidas, nos problemas e nas crises de identidade. Os meses de junho e julho, contudo, arrefeceram as tramitações – foram realizadas apenas duas reuniões rápidas e protocolares que sequer contaram com a presença de todos os vereadores envolvidos com a comissão. Era preciso, enfim, dar nova prova dos interesses e expectativas que conduziam esses sujeitos ao espaço público.

No dia 25 de agosto de 2009, aproximadamente seis meses depois da ocupação do camelódromo, o auditório principal da Câmara de Vereadores estava tomado de comerciantes populares enfileirados ao longo das cadeiras reservadas ao público. A reunião contava com a presença de apenas dois representantes da casa – o vereador Ayrton Ferronato (PSB) e a vereadora Fernanda Melchionna (PSOL). Se a ausência sistemática das demais autoridades legislativas poderia indicar qualquer desinteresse em relação à pauta – já um tanto desgastada por conta das intermináveis reuniões – o mesmo não se podia afirmar em relação ao clima pesado que pairava no auditório. De alguma forma, o olhar atento e surpreso de Ferronato, que iniciou os trabalhos do dia, diante da plenária, denunciava que a presença maciça de comerciantes populares não era esperada – e, mais importante, que era preciso convencê-los de que “valera a pena” deslocar-se até aquele espaço. O discurso de Fernanda ampliou essa perspectiva: procurou instigar o processo de mobilização e constituição política da comunidade através de seu líder, ao mesmo tempo em que clarificou o dilema vivenciado pelos próprios vereadores nas tentativas de mediação entre os anseios existenciais dos camelôs, de um lado, e a agência centralizadora do Estado, de outro – preocupado com a

construção (e fiscalização) de um novo indivíduo, supostamente autônomo e responsável, legalizado e adimplente.

Mas é Juliano quem melhor canaliza o tom acumulado de angústias, incertezas, hesitações, esperanças e frustrações daquele grupo de camelôs.

- Vereador Ferronato, a gente vendo aqui em torno de 100 pessoas das 800 que estão no Camelódromo, eu lembro do dia 30 de abril, onde essas galerias aqui tavam lotadas, e esse movimento permaneceu firme e constante em busca de uma solução pro camelódromo que parece não ter fim! (...) Infelizmente tem 100 pessoas aqui, porque acabaram *desacreditando* da Câmara de Vereadores, que não têm força para fazer o prefeito voltar atrás e *assumir que ele errou* [aplausos e gritos da plenária]!! *O que é isso!!* Eu não consigo entender como, depois de 194 dias, ainda não houve uma solução para essas pessoas que tão morrendo à míngua lá dentro. O que nós temos que fazer hoje: nós temos que sair daqui e ir pra frente da prefeitura!

- EEEEEHHHHHHHHHHH!!!!

- É LÁ!! É LÁ!! É lá que tá o prefeito! É lá que vai estar o secretário!

- COVARDEEEEEEEEEEEEEEE!

Juliano dá o tom acalorado das intervenções na tentativa de jogar estrategicamente com a reputação dos vereadores e com os sentimentos de reciprocidade que lhes são dirigidos pela comunidade. Ao mesmo tempo, encoraja seus colegas, que até então somente ouviam e interagiam por meio de aplausos, gritos e xingamentos, a fazerem uso da palavra e a reelaborarem suas experiências constituídas nos bastidores da transição, ao longo das conversas de corredor, no cotidiano, enquanto esperavam pelos clientes que não vinham.

A fala de Seu Leal inaugura esse processo, no uso de termos como “suspeita”, “desconfiança”, “roubo”, “exploração” e “engano” que, quando articulados com a retórica do



Foto 26: seu Leal (acervo de pesquisa, 2009).

cidadão de direitos<sup>44</sup>, produzem narrativas metafóricas e conjecturais que possibilitam expiar-se ou desautorizar-se da responsabilidade individual que lhes é dirigida pelo poder público.

Eu gostaria de citar que lá eles tão *se intitulado dono*: o prefeito, o seu Cecchino [sic] e antes o coronel Bulling também que mandava nessa história, quando eu tive uma discussão *séria* com eles. (...) To *suspeitando* que aqueles empreendedores lá são *laranjas*, entendeu, to *suspeitando* e tenho *direito de suspeitar*, como *cidadão!* (...) Isso aí é roubo e exploração! Eles querem enriquecer acima de nós! Aquilo lá é um *shopping comercial*, pessoal, só não vê quem não quer! Aquilo lá não vai ser pra nós, vai ser pra eles, que já tão vendendo lojas lá dentro! (...) Então eles tão tirando vocês aí, deputados, vereadores, pra *palhaço!* Eu acho que é, vocês tão aí pra *palhaço!* Vocês votaram uma lei, tudo bem, vocês tem o *direito de errar*, eu tenho o direito de errar, todo mundo tem o direito de errar. Vocês pensaram que ia ser bom pra nós, não, não foi bom pra nós, foi ruim pra nós, e aí nós temos que ir à *luta* pra ficar bom! *Agora!* E vamos, e vamos pra luta pra ficar bom! Entendeu [aplausos e gritos]!

<sup>44</sup> Como procurei deixar claro nos capítulos anteriores, o processo de mobilização que gravita em torno da comunidade de pertencimento organizada por Juliano se constitui nas interfaces entre a sensibilidade dos grupos populares para com a política convencional e a militância, desde longa data, pelos espaços do OP – que enfatiza, a seu modo, a retórica do “cidadão de direitos”. Este argumento será retomado na conclusão do capítulo.



Foto 27: Carla (acervo de pesquisa, 2009).

Carla – outra comerciante estabelecida no Bloco B e participante da ASFERAP – fala de experiências de aliança e ruptura, de proximidade e distanciamento em relação à esfera da política convencional. Sua narrativa demarca percepções subjetivas ao mesmo tempo em que ataca a reputação das autoridades legislativas para conferi-la, ao fim e ao cabo, ao líder de sua associação. Um movimento em que o retorno à rua é, sempre, dramatizado como legítimo para satisfazer as necessidades mais prementes, cujo acesso lhe foi aviltado pela transição.

O que eu quero dizer é uma coisa que ta aqui [aponta para o pescoço] principalmente pro senhor que é vereador há muitos anos. (...) Sempre fui uma pessoa que aprendi desde pequenininha a nunca ficar em cima do muro: vote em alguém, em algum partido, e sempre lutei pelos partidos que eu acreditava. E hoje eu vou dizer uma coisa pro senhor: se eu tiver que votar, provavelmente vai ser em branco, porque isso aqui que eu to vendo é uma *vergonha* [aplausos]! Lá dentro do camelódromo eu estava me sentindo uma *coisinha*, (...) aí eu vim aqui e me senti um *nada*! Cadê o pessoal, cadê os vereadores que querem os nossos votos?! Cadê?! Eu vou dizer uma coisa pro senhor, vereador Ferronato, o senhor já teve o meu voto...

- Obrigado...

- Mas eu estou totalmente desacreditada, e eu acho que a gente tem que acreditar numa pessoa assim, oh, que nem o Juliano, que eu muito critiquei, mas que ta lutando, que eu não sei nem como é que não *mataram* esse guri ainda porque ele *luta* com gente muito *grande*... (...) O que vai acontecer com a gente enquanto espera por uma solução? Eu estava passando fome até a semana passada, eu tenho uma bebezinha que todo mundo conhece. Eu não sei vocês, mas eu, de vez em quando, vou pra Rua da Praia pra poder comer e trabalhar. E é isso que eu to fazendo e eu to dizendo bem claro isso, com a ameaça da SMIC dizendo que se me pegar vai me tirar de lá. Paciência, mas fome eu não posso passar [aplausos]!

Valdir – que até aquele momento só ouvia – atribui, em sua performance, os problemas de venda às condições infraestruturais de comercialização. Sustenta que o projeto do camelódromo teria sido mal concebido desde a sua gestação: “Tudo que foi falado aqui até agora já era premeditado. (...) Eu digo e repito: eu não conheço nenhum shopping de Porto Alegre que tenha 800 pessoas num lugar só e que comece no andar de cima! Isso já é o primeiro erro”. A ideia de horizontalização e de extensão da rua (isto é, de um projeto que dispense a *escada de acesso*) é tomada, mais uma vez, como o indício da *boa transição* – aquela que demanda o menor esforço de adaptação em relação aos contextos vividos na rua. Igualmente, as várias narrativas de *especulação* – que produzem um conjunto de histórias metafóricas e de lendas urbanas catastróficas – voltam a operar como dispositivos mnemônicos de condensação dos problemas vividos no cotidiano de corredores mal iluminados e pouco frequentados.

Eu sempre denunciei isso lá nos *corredores* do camelódromo e agora vou falar isso aqui. Agora eu acho que tem que chutar o pau do barraco, *pra mim aquilo lá não foi feito pra nos ajudar*! Aquele projeto é de *ódio político*, e tudo que é feito com ódio não pode dar certo! (...) Tá *comprovado*, ta *gravado* isso, que os representantes do



Foto 28: Valdir (acervo de pesquisa, 2009).

comércio do centro de Porto Alegre admitiram que se hoje eles pudessem voltar atrás, eles seriam *contra* a retirada dos camelôs da rua! Tá provado que nós não *causamos* desemprego! Nós *geramos* emprego! (...) Ontem nós falamos sobre o estacionamento. Porque não inaugura? Será que *realmente* aquele troço tá liberado pela SMOV e pelos bombeiros? Será que *realmente* aquilo suporta 250 carros? Será que não é isso que eles tão *escondendo de nós*?

- EEEEEHHHHHHHHHH [aplausos e gritos da plenária]!!!

- Pra encerrar eu quero deixar uma coisa: pra quem *não conhece* o povo gaúcho, pra aqueles que não têm origem gaúcha, fiquem sabendo de uma coisa. Eu sou um cara revolucionário, sim! Porque uma pessoa de quarenta e poucos anos *não tem* outra alternativa! Se eu perder a minha banca no camelódromo, eu não vou ter mais nada!

- NÃO TEM OUTRA ALTERNATIVA! NÃO TEM [aplausos e gritos]!!

- Se tiver que ir pra luta, se tiver que enfrentar polícia, se tiver que pegar em pau, então vamos pro pau!

- EEEEEHHHHHHHHHH [aplausos e gritos da plenária]!!!

- Não é possível esse negócio! Afinal de contas, nós somos ou não somos um povo diferenciado? Culturalmente nós *marcamos época* neste país, e não vai ser agora que *meia dúzia de políticos interesseiros e safados* vai nos *patrolar*! É a nossa vida que tá em jogo! E essa aqui é a *última* reunião que nós participamos! CHEGA!

- É ISSO AÍ!!! É ISSO AÍ!!! CHEGAAAAAAA [aplausos]!!!

- Eu conclamo todo mundo pra ir pra frente da prefeitura, e se não resolver hoje, nós vamos articular outra passeata e vamos *fechar as ruas de Porto Alegre*!

Os aplausos e gritos efusivos, vindos de todos os lados – alimentados pelo acionamento dos brios da identidade local do *gaúcho* –, e acompanhados de xingamentos e gesticulações na direção da mesa principal, tomam conta da plenária. Diante do coro uníssono de vociferações que se institui, algumas exclamações se fazem destacar:

- AAAEEEEEEEEEEEEEE!!!!!!!

- RUAAA!!! RUAAA!!!!!! VAMO PRA RUA!!!!!!

- É MELHOR APANHAR E TER O QUE COMER DO QUE FICAR LÁ PASSANDO FOME!

- É ISSO AAAEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEE!!!

Diante da empolgação e do clima de efervescência da plenária, pouca margem de manobra restava àqueles vereadores interessados em manter sua reputação como mediadores políticos diante de seus interlocutores. De modo que Ferronato tornou público o seu posicionamento, tão logo se fez um período de silêncio no auditório.

- Os vereadores estão juntos nessa empreitada com vocês!

- AAAEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEEE!!! É ISSO AAAEEEEEEEEEEEEEE!!! [aplausos]

Seu Noé, o próximo inscrito a fazer uso do microfone, discursou durante seis minutos – o dobro do tempo previsto pelo protocolo. Sua *performance* – condensada nas posturas corporais e entonações da voz, ao mesmo tempo em que ostentava um pequeno caderno de orações na mão esquerda – e, de forma particular, as estratégias empregadas para a produção do convencimento, enredam a todos os presentes. Noé é pastor de uma Igreja Neopentecostal, e comercializa artigos religiosos em sua banca do camelódromo. Nas segundas-feiras pela manhã, reúne parte dos comerciantes populares no terceiro pavimento e



realiza uma oração coletiva pela semana que está iniciando. Seu discurso, portanto, aciona uma economia discursiva que faz referência a elementos *bricolados* do campo religioso e político, a fim de narrar o tempo vivido de experiências da rua e do camelódromo. O emprego estratégico dos sinais distintivos do estrato inferior, da experiência simbólica do que significa estar às margens da sociedade (Turner 1974; 2008: 215-252) coloca em cena uma série de símbolos que fazem menção à *animalização* da subjetividade, *ferida* pelo deslocamento, de uma natureza reapropriada por um corpo que luta e que sofre os efeitos funestos produzidos pela transição.



Foto 29: seu Noé (acervo de pesquisa, 2009).

- Pelo visto os vereadores tão batalhando, mas a gente não ta vendo o *resultado*! E a cada semana a nossa dívida aumenta, e a comida na nossa panela ta faltando. Temos dificuldade pra comprar roupa pros nossos filhos, material escolar, a nossa loja ta ficando com menos mercadoria, e a dívida aumenta rápido, e a prefeitura e o empreendedor posa de *dono* lá dentro, não nos permitem fazer nada, nós estamos com as mãos amarradas! (...) Eu parabenido vocês, *que tão aqui pra suportar*, mas tem gente lá chorando, com problema, e eles seguem fazendo propaganda de um Camelódromo falido, usando *a nossa gente*, os nossos filhos, a nossa vida, o nosso sofrimento, pra vender pros empresários! Eles querem nos tirar dali!

- AAAEEEEEEEEEEEEEE [aplausos]!

- Amigos, eu sempre morei e nasci aqui na beira do rio. E trabalhei. A primeira vez que a SMIC pegou a minha mercadoria eu tinha cinco anos de idade, que a minha mãe colocou ali pra mim não correr pra frente dos carros, pra não sair de perto dela. A SMIC veio e *prende*! E até hoje a gente não vê *uma* atitude! (...) E se vocês não tiverem condições de nos ajudar, nós vamos comunicar isso pra mídia nacional [aplausos], e vai ficar conhecido, *que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre não faz nada pelo povo da cidade, pelos trabalhadores da cidade!*

- AAAEEEEEEEEEE!!!! É ISSO AAAEEEEEEEEEE!!! TÁ CERTOOO!!!!

- Eles querem vender aquilo ali, pois bem, que venda, mas que retirem o nosso nome do SPC, do SERASA, que, de alguma forma, *tire essa dívida da gente* e nos coloque novamente *na rua*! Que abram um lugar pra nós trabalhar na rua!!! Porque nós temos que sustentar a nossa família! Nós temos que sustentar os nossos filhos!

- É ISSO AAAEEEEEEEEEE!!!! PRA RUA!!!! VAMO PRA RUAAAAA!!!!

- É como disse o colega ali: *não tá morto quem peleia*! Nós somos gaúchos [aplausos]! *Essa gente não nos conhece*! Eles não sabem com quem tão lidando!

Enquanto a plenária ovaciona o orador, dona Diva se encaminha até a frente da mesa principal para fazer o seu discurso. Além de dar sequência às demandas por reciprocidade encaminhadas na direção das autoridades legislativas que compõem a mesa, ela cumpre o papel – enquanto uma das pessoas da rede de sociabilidades da ASFERAP mais próximas de Juliano – de auxiliá-lo na formulação das táticas futuras sobre como proceder, permitindo-se dirigir publicamente recomendações ao líder do grupo.

Essa *Casa* se preocupa com o que a gente ganha lá dentro? Não! Eu não to vendo o povo levar nada daqui! Eu to vendo aqui o *Zé povinho* [aponta para a plenária], pros senhores pouco interessa! ‘Virem-se’! Mas não é assim, senhores [aplausos]! O salário de vocês, a mesa de vocês tá *farta*! E como é que ta a nossa mesa?! (...) Aquilo lá é uma exploração, é *beber o nosso sangue de canudinho*! (...) Vocês acham que o secretário vai fazer alguma coisa, com aquela arrogância, o prazer dele é *pisar em cima de camelô* [aplausos]! É como ele disse na TV: ‘os camelôs eu pego um por um e quebro eles e boto eles pra casa!’. Não é bem assim! Nós vamos pra rua *de novo*! E eu



Foto 30: dona Diva (Câmara Municipal, 2009).

acho que ta na hora, gente, a ASFERAP sempre foi pacífica, o Juliano nunca deixou brigar. (...) Mas agora, senhores, tá cansando. As nossas forças de lutar pacificamente *acabou!* Nós vamos *botar pra fora!*

- VAMOS PRA RUA!!!

- VAMOS PRA RUA!!! VAMOOOOOOOO!!!

- A nossa paciência já se esgotou, Juliano! Já tamos cansados de dialogar! Já tamos cansados de *pedir*, de *implorar!* *Se é preciso chegar nesta Câmara e dizer* [e se prostra diante da mesa principal]: ‘*Senhores, pelo amor de Deus, resolvam o nosso problema!*’, a gente faz, mas mesmo assim os senhores estão com os olhos tapados pela vontade do senhor prefeito e do secretário Cecchim.

O vocabulário da subserviência – do “pisar em cima”, da prostração diante das autoridades públicas, das ameaças e tentativas de assenhorear-se de um espaço que outrora sempre fora administrado pelos próprios camelôs – dá o tom, frequentemente, dos discursos empreendidos pela plenária. Fruto de

um processo sistemático de engajamento no OP, de um lado, e de uma circulação difusa pelos espaços de bastidor da política convencional, de outro, a demanda pelo reconhecimento da figura do *cidadão de direitos* funciona como uma representação em gestação, cujo acionamento estratégico não raramente coloca contradições lógicas que refletem a própria movimentação discursiva entre esses universos de significação a partir dos quais a performance é elaborada. Se, por um lado, é preciso exigir os direitos enquanto trabalhador, por outro, nada impede que o mesmo indivíduo se ajoelhe diante de um vereador, caso isso resolva os problemas e as demandas comunitárias.

José Carlos – ou, simplesmente, Seu Zé, como é conhecido entre os colegas –, aproveita a oportunidade que lhe é concedida para exercitar o uso público da palavra e, com ele, do *jargão democrático*. Ao mesmo tempo, ele não abandona completamente o privilégio



Foto 31: seu Zé (Câmara Municipal, 2008).

que concede às experiências locais e êmicas do processo. A gramática da *honra* pessoal, bem como da construção de gênero a ela associada, é justaposta, assim, à estética de sua expressão, como dispositivo de ordenamento do mundo, a partir do que são dimensionados e classificados os quadros em que se dão as disputas e negociações políticas atinentes ao Camelódromo.



Sob a atenção dos vereadores, Seu Zé circula por todo o espaço que lhe é concedido, em frente à mesa principal, sem que lhe seja possível, ainda, coordenar articuladamente as gesticulações das mãos e dos braços em convergência com as palavras que, por sua vez, lhe caem com certa intermitência e lentidão.

- Pela segunda vez que eu to aqui presente, de novo, pra uma luta que veio lá da rua. (...) *Foi falado aqui muita bobagem!* Já começando que chamaram nós de miserável! *Nós não semo miserável!* Miserável é aquele que tá debaixo da ponte e que não tem ninguém por si! Nós temo lutando por aquilo que nós queremos [aplausos]! (...) Já foi falado antes aqui, oh, que tinha 30 dias pra resolver o nosso problema. E eu digo, também, que se não resolverem o nosso problema, *nós vamos pra rua!*

- EEEEEEEHHHHHHHHH!!!!

- Infelizmente quem deveria estar aqui hoje não tá, que seria o prefeito e o Cecchim. E já digo mais: ele não é *homem de palavra!* Infelizmente, eu vou ter que dizer uma coisa que eu não gostaria de dizer pra vocês: *Ele é um mentiroso!* [aplausos e gritos]! E se ele tivesse aqui, eu ia sê bem homem pra dizer! (...) O cara tem que *ser homem* e vir aqui e falar! Não dar conversa pelos cantos lá! E o *homem que é homem* não pode ter *rabo* pros outros pisar! E eu digo pra vocês: *eu não tenho rabo!* Eu sou mais um que to devendo, mas não vou fugir da raia! O que nós queremos é uma *solução imediata* pro nosso problema! (...) Quando que o Cecchim foi camelô?! Nunca foi! Quem *sabe vender* é o pessoal que ta aqui! Essa história de ensinar nós a vender é bobagem! Nós temo calejado! Aquilo lá é um *presídio!* (...) E eu quero que vocês passem pro Cecchim, que quem falou foi o *José Carlos*. Eu não tenho medo de ninguém [aplausos]! E se *ameaçar* ele ali [aponta para Juliano], vocês tão ameaçando *os 800 camelôs!* Homem que é homem olha na cara do outro e fala! Eu falo de peito aberto! Sou da Alvorada, e to junto na luta aí!

Romeu, o próximo a argumentar, é uma figura ambígua. Companheiro próximo de Juliano nos principais atos públicos, ainda assim não possui banca no camelódromo, e está longe de ter exercido a profissão no passado. Não obstante, o vínculo de amizade criado na rua, quando vendia guarda-sóis de maneira itinerante para os próprios camelôs – e, de outra parte, a predisposição ao esquerdismo político – parecem justificar seu engajamento e, não raro, também, sua ausência e, portanto, inconstância, nos movimentos impetrados por Juliano. Essa tensão fica evidente no seu argumento: ao mesmo tempo em que se trata de buscar a “dignidade” ou a tão propalada “qualidade de vida” – materializada na ascensão social proporcionada pela concretização do endereço fixo de comércio, de um prédio fechado e relativamente isento às intempéries naturais –, a discrepância entre o projeto de Camelódromo levado a cabo pelo poder público e aquele gestado (“sonhado”) coletivamente pelos camelôs o autoriza a desresponsabilizar-se dos custos e ônus que acompanham a mudança nas condições objetivas de comercialização.

Se, por um lado, valoriza-se a liberdade e a possibilidade de autogestão do próprio negócio, sem interferência direta do Estado, por outro lado, persiste a ideia de que, se o governo não os consultou a respeito das condições de implementação da obra, logo não é legítimo que os camelôs arquem com as consequências decorrentes de um projeto através do qual não se reconhecem; um projeto que, de mais a mais, os coloca a serviço da empresa que detém a concessão de *exploração* – e o termo, nesse contexto, não é jamais fortuito – e a serviço do poder público que *homologou* o contrato. Não é por outra razão que seu Noé demandava não só o retorno à rua, mas o *cancelamento* das dívidas – afinal, qual o sentido de pagar por um projeto mal-concebido, que trouxe consigo, invariavelmente, a negação da



Foto 32: Romeu (acervo de pesquisa, 2008).

perguntou se as pessoas podiam pagar aquilo! (...) Se o prefeito assinou alguma coisa, fez algo lá faraônico, o prefeito que pague! Pra nós o prefeito é o faraó!

A sequência da reunião é caracterizada pelas respostas das autoridades legislativas que ocupavam a mesa. De um lado, o presidente da comissão, Ayrton Ferronato, procurou reconduzir a dinâmica da reunião, ao mesmo tempo em que redirecionava as críticas esboçadas pelos oradores através de estratégias de expiação que tratavam de culpabilizar o Executivo pela morosidade do processo: “Eu disse desde o primeiro momento que os vereadores estão juntos, nós precisamos compreender que *a tarefa é do executivo!* E nós da Câmara estamos tentando negociar, auxiliar, pra viabilizar o processo que seja bom pra vocês!”. Sofia Cavedon (PT), que havia chegado durante os pronunciamentos da plenária e acompanhara parte da euforia discursiva, junto do vereador Tony Proença (PPS) e de Elias Vidal (PPS), que a seguiam, é a próxima a fazer uso da palavra. De pé, motivada pela ambiência produzida pela reiteração dos discursos de insatisfação proferidos até o momento, tratou de reafirmar o *pacto* de reciprocidade com o grupo de camelôs e definir como foco de animosidades o poder público e a empresa que administra o camelódromo:

- Eu quero dizer que vocês estão escolhendo o inimigo errado. Eu to quase *braba* com vocês! Que nós estamos a dois anos lutando juntos e vocês sabem! Se tem *um* responsável pelo que vocês estão vivendo é o prefeito José Fogaça! *Ele* é o responsável! (...) Tem prefeito nessa cidade, ele se esconde, mas tem. Eu sou parceira de ir na frente da prefeitura [aplausos e gritos]!

- É ISSO AEEEEEEEEEEEEEE!!! EU SEMPRE FALEI!!! [aplausos se seguem]

- Nós aqui na Câmara fizemos tudo que dava pra fazer, e vamos fazer mais. Eu acho que a gente deve montar uma CPI! Nós vamos montar uma CPI aqui!!

- EEEEEEEHHHHHHHHHHHHH!!!! [aplausos da plenária]

Juliano, por fim, encerrou a reunião com um pronunciamento de conciliação entre as partes, convocando a todos para a mobilização do dia seguinte, em frente à prefeitura: “Então, assim, vereadores, camaradas, amigos, companheiros que tão junto com nós, *não se ofendam!* Quem tem que se ofender é quem não tá com nós!”. Assim, se a manifestação dos participantes da plenária dramatizava a possibilidade de ruptura com o Estado, ao concentrar os argumentos em torno da urgência dos resultados, e os vereadores, por sua vez,

subjetividade do camelô, a deterioração das condições objetivas e materiais de vida, e ainda lhes impõe subserviência na forma do cumprimento de prazos, datas, valores e regras de apropriação do espaço e técnicas de comercialização?

Na minha opinião tá havendo uma inversão de valores. Porque o que querem? Que o rico fique e que o pobre saia! Lá nem tem mais loja, tem *magazine!* Mas aquilo lá *é ou não é* uma área pública? Se alguém tem que pagar, é a *prefeitura!* Porque a prefeitura não

procuravam a explicação alhures, na própria lógica do sistema de percepções e julgamentos que estrutura o campo político (Bourdieu, 1989: 163-207) – caberia ao líder articular tais perspectivas, construindo, pela aproximação das diferenças e pela subtração das distâncias sistêmicas dessas posições, a *ponte* que os colocaria em convergência. Tal ponto de contato, Juliano o encontrou na mobilização para o protesto do dia seguinte, ao fazer confluir vereadores e camelôs na direção da prefeitura.

### 3.3 – O dia seguinte: os camelôs ganham as ruas<sup>45</sup>

O primeiro vestígio de movimentação daquela manhã se fazia sentir já na avenida que me conduziria até a prefeitura: era dona Rosa, uma das integrantes da ASFERAP, que distribuía alguns panfletos aos transeuntes, de modo a fazê-los convergir ao Paço Municipal, onde um carro de som microfonado dava o tom do que estava acontecendo. A polícia percebeu o caráter da manifestação e passou a cercar, imediatamente, as imediações da entrada do prédio, ao mesmo tempo em que formava cuidadosamente um cerco humano em frente à porta de acesso principal da prefeitura. Ao mesmo tempo, Valdir fazia manifestações ao microfone, chamando os transeuntes e curiosos que circulavam a visitar o camelódromo e a conhecerem as condições de *penúria e fome* por que passavam os comerciantes do bloco B.

Juliano parecia tenso. Estava cercado pelo seu tradicional grupo de aliados, que incluía, na ocasião, dona Ângela e dona Diva. Perguntei-lhe se a reunião, que estava prevista para a manhã, com o secretário de Gestão e Planejamento, Clóvis Magalhães, estava confirmada. Ele retrucou positivamente, dizendo que em instantes seria formada a comissão que incluiria os vereadores presentes e alguns representantes dos camelôs. Ao longe, encontrei os filhos de Juliano, escorados próximo a algum poste do prédio, observando as ações do pai. Thaís, a mais velha, circulava pelo local, à procura dos melhores ângulos de onde fotografar. Seu irmão, mais jovem, agarrava-se firmemente à sua mochila, talvez um pouco ressabiado pela pouca intimidade que as questões que ali se discutiam lhe trazia.



<sup>45</sup> As fotografias que seguem, para efeitos narrativos, embora listadas na tabela de ilustrações, não estão numeradas nem descritas no corpo do texto.

Aproveitei a ocasião para sacar a filmadora e fazer algumas tomadas de vídeos mais gerais sobre o cenário que estava se compondo. Valdir prosseguia sua oratória, com seu jeito característico e empolgado de posicionar-se; sem pestanejar, as palavras lhe caíam com naturalidade e suavidade. Juliano caminhava, a impaciência aumentando e subindo-lhe à face, com alguns pincéis atômicos em mãos, procurando quem estivesse com os cartazes ainda em branco para serem preenchidos com dizeres antigovernistas. Tentou me acessar para colocar algumas frases de efeito, mas logo percebeu que eu estaria entre os que participariam da reunião de logo mais. Dirigiu-se, então, para sua filha: *Escreve aí alguma coisa do tipo ‘Fora Fogaça!’, ‘Camelódromo é para Camelôs!’*, etc.

Alguns minutos transcorridos, e vejo saírem de dentro do prédio da prefeitura alguns vereadores, entre os quais o presidente da CEFOR, Ayrton Ferronato, e as vereadoras Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna. Eles vão ao encontro de Juliano e solicitam que seja formada a comissão que participará da reunião. Juliano, então, apontou na minha direção e sugeriu que eu seria um dos participantes. Enquanto subíamos os degraus de acesso à entrada, discutiram-se quantas pessoas poderiam ser levadas para a sala. *No máximo dez pessoas, e como são cerca de seis vereadores, vocês poderão levar umas três pessoas, porque talvez venha mais algum vereador* – ouvi a voz, à minha esquerda. Entramos, portanto, Juliano, outro comerciante de nome Vicente – provável candidato ao Comitê Gestor do ano seguinte – e o *antropólogo*, tido por *assessor para assuntos políticos*.

Enquanto seguíamos pelos corredores, filmei os passos até a porta de acesso à sala de Clovis Magalhães. Permaneci de pé, enquanto os participantes da reunião se assentavam na mesa quadrada e envidraçada que ficava no centro da sala. Ferronato abriu os trabalhos e foi seguido de várias intervenções, inclusive de Juliano, ao longo de mais de uma hora de negociações. Ao fim e ao cabo, novamente, os encaminhamentos foram postergados para outra reunião, que deveria ocorrer após a discussão destas questões com o prefeito, sob a intermediação do secretário de Gestão e Planejamento. A saída, pela porta principal da



prefeitura, foi coroada por sequências de aplausos e gritos da comunidade, que esperava pacientemente na parte de fora do prédio. Durante toda a reunião, ouviam-se os berros microfônados e alternados de diferentes oradores, ao carro de som. Juliano foi diretamente ao encontro de seus representados, numa cena prototípica do líder se

dirigindo à comunidade: com as palavras e as gesticulações que lhe são características, estendeu-se a todos e comunicou, através do microfone, os primeiros resultados. A cada nova palavra, o grupo, de cerca de 200 pessoas – que crescera enquanto estivéramos lá dentro –, aplaudia e gritava, os cartazes ainda em riste, na tentativa de sensibilizar os transeuntes e a mídia.

Pessoal, assim oh! A gente saiu de uma reunião agora com o secretário Clóvis Magalhães e com os vereadores Elias Vidal, Sofia, Fernanda, Todeschini, Émerson... Eeee! Essa reunião eu acho que se tirou um encaminhamento que foi bom! O secretário Clóvis Magalhães vai fazer uma nova avaliação de todas as propostas que a gente já havia feito desde o dia 30 de abril! Então nós tivemos uma resposta positiva e a princípio vai ser marcado uma nova reunião. (...) Não! Não vai haver despejo!

- EHHHHHHHHHHHHH!!! É ISSO AÍÍ!!!

Atravessamos o cordão de isolamento que inicialmente havia sido erigido pelos guardas que tentavam assegurar o acesso controlado à prefeitura. A seguir, uma cena esdrúxula: após ter feito seu pronunciamento, Juliano faz um breve elogio ao vereador Ferronato, concedendo-lhe a palavra, em plena praça pública, através do microfone sem fio acoplado ao carro de som. O vereador, talvez um pouco constrangido por se ver inadvertidamente parte de um protesto escancarado no Paço Municipal, tenta se concentrar para esboçar calma e retoricamente os principais pontos de discussão abordados durante a reunião, enquanto a comunidade intercalava suas palavras frias e intermitentes com gritos de louvor e alegria. Após uma série de outros pronunciamentos, de diferentes vereadores, um grito desconhecido saudou a todos os presentes:

- VAMOS DAR UMA SALVA DE PALMAS PRA VOCÊS, QUE VOCÊS MERECEM!

- O POVO! UNIDO! JAMAIS SERÁ VENCIDO!

- O POVO! UNIDO! JAMAIS SERÁ VENCIDO!

Algum dos presentes solicitou uma salva de palmas aos vereadores, em seguida a Juliano, e por fim a todos que fizeram parte do “movimento”. O clima de animosidade sob o qual havia iniciado a reunião, no início da manhã, já não encontrava mais lugar: as mesmas pessoas que postulavam que se colocasse *a baixo*, com uso de força, os novos boxes construídos pelo empreendedor, agora já sorriam e juntavam suas vozes ao coro que se formava com cada vez mais solidez. Juliano logo percebeu a predisposição da comunidade em prosseguir com o protesto até o camelódromo e anunciou triunfalmente a sequência do movimento em direção ao prédio. Aproveitou, ainda, para fazer uso do microfone, antes de iniciar a caminhada, para sugerir que um taxi suspeito carregando um representante da Verdi Construções havia encostado nas proximidades para observar a *balbúrdia* dos camelôs:

É um *espião* lá da Verdi que veio ver o que nós estamos fazendo! [gritos de euforia]. Isso prova que o nosso movimento está aí com peso e nós estamos *cutucando* eles, eles estão começando a se preocupar! Vamos ir pra frente do Camelódromo, pessoal! *Pacificamente!* Mostrando pro povo qual é a nossa reivindicação! Tranquilo! Sem aceitar provocação! Tranquilo, lá pra dentro do Camelódromo!

Tentei, ao longo da passeata, registrar os principais momentos da caminhada em vídeo, acompanhando Juliano de perto na comissão de frente dos comerciantes populares. Os

vereadores, *homens*, intimidados com as proporções tomadas pelo protesto, haviam debandado. Restaram somente Fernanda e Sofia que, não por acaso, tomavam a frente, junto com Juliano, incitando inclusive os *gritos de guerra*, que se sucediam aos montes e apelavam ao poder público e ao abandono simbólico de Fogaça como autoridade política.

- CAMELÔ, NA RUA, FOGAÇA A CULPA É SUA!

- CAMELÔ, NA RUA, FOGAÇA A CULPA É SUA!

- O CAMELÔÔÔÔ! QUER TRABALHAAAAAR! MAS O FOGAÇA NÃO QUER DEIXAAAAAAAAR! O CAMELÔÔÔÔ! QUER TRABALHAAAAAR! MAS O FOGAÇA NÃO QUER DEIXAAAAAAAAR!

- CAMELÔ! UNIDO! JAMAIS SERÁ VENCIDO!

- CAMELÔ! UNIDO! JAMAIS SERÁ VENCIDO!

Por mais irônico que pudesse parecer, ao longo da caminhada ouvia-se o grito solitário de alguns camelôs distribuídos pela Avenida Voluntários da Pátria, que tinham tomado o lugar daqueles que migraram para o Camelódromo, no início do ano:

- CD, PLAY 2, DVD!!! CD, PLAY 2, DVD!!!

- Eu avisei que isso ia acontecer! Agora vocês tão com a corda no pescoço! É por isso que eu não fui pra lá! – proferiu outro dos camelôs da rua, ao mesmo tempo em que mantinha o olhar atento, na busca pelos fiscais da SMIC que volta e meia faziam inspeções naquela região, em busca dos refratários que retornaram para as vias do centro da capital.

Quando atingimos a frente do Camelódromo, nas proximidades da entrada principal, Juliano levantou o braço e pediu, aos gritos, para que o povo se concentrasse naquele ponto, continuasse com as frases de efeito orquestradas, e em seguida prosseguisse pela rua lateral, que conduziria até a Avenida Júlio de Castilhos. Lá no alto, nas paredes laterais do camelódromo e na própria escadaria de acesso, as pessoas observavam a todos os manifestantes com ar de desconfiança e de susto, muitos chocados com o protesto, outros tantos envergonhados e insatisfeitos com as reclamações – que partiam de colegas da “categoria”. Improvisando rapidamente alguma frase de efeito que pudesse atingi-los, o grupo de Juliano suspende momentaneamente o apelo ao governo Fogaça e passa a bradar:

- DE CAMAROTE NÃO, A LUTA É AQUI NO CHÃO!

- DE CAMAROTE NÃO, A LUTA É AQUI NO CHÃO!

Alcançamos a Avenida Júlio de Castilhos. Juliano joga o braço direito para o alto, na tentativa de novamente pará-los em frente à rua. Observa atentamente a movimentação incessante de carros no entorno, à procura de uma brecha para ocuparem a via. Pergunta em segredo a Fernanda sobre a proposta de *invadir* a avenida e fechá-la por algum tempo, para chamarem a atenção dos transeuntes e, quiçá, arrancarem alguma matéria ou cobertura midiática. Ela pareceu um tanto desconfiada, mas, afinal, não poderia mais negar, àquela altura, o seu envolvimento com a manifestação. A polícia, que os escoltava desde o início do movimento, parecia haver se dissipado, quando, de repente, ao longe, encosta e se aproxima com algumas viaturas, pela Júlio de Castilhos. Fica de espreita, no canto, à espera de algum excesso que justifique sua incidência sobre os manifestantes.



Aos poucos, as primeiras pessoas adentram a avenida, movimentando as mãos em sinal de redução de velocidade, para que os veículos percebessem o que estava se passando. Os cartazes são agitados com maior movimentação, os gestos tomam novas formas e adquirem maior amplitude, a voz entoada quase que em coro parece assumir um novo vigor. Alguns carros já começam a acionar as buzinas, o que, paradoxalmente, confere novo fôlego aos manifestantes, incitados pelos barulhos que vinham se somar ao protesto. O sinal fecha, e o grupo avança para a outra metade da avenida, fechando as duas vias de trânsito, impedindo qualquer movimentação, em qualquer uma das direções. Juliano prossegue gesticulando com o braço; ao perceber, contudo, que seu pessoal estava se encaminhando para a calçada, como que seguindo a caminhada, solta alguns brados e pede que estes permaneçam no meio da via, impedindo o fluxo de veículos e, assim, prolongando o efeito de sua visibilidade.

Um ônibus vem ocupar uma das pistas principais da avenida. O sinal abre. Os gritos de insatisfação e as buzinas se intensificam; o ônibus tenta uma arrancada, mas é imediatamente barrado pelos manifestantes, que tentam se agarrar e socar levemente a carcaça externa do veículo, a fim de fazê-lo parar e obedecer ao movimento que ali se desenvolvia. A Brigada Militar, finalmente, aparece aos montes, na tentativa de barrar os manifestantes e afastá-los do centro da avenida. Fazendo uma espécie de cerco, eles conduzem os remanescentes para fora da pista. O ônibus tenta, então, arrancar, mas novamente é barrado pelas pessoas que ainda ocupavam a rua, algumas das quais desferiam alguns socos contra a lataria e os vidros. A polícia, então, aciona as sirenes e encosta com maior veemência nos manifestantes; uma das viaturas atravessou paralelamente a avenida, na tentativa de *abrir* novamente a Júlio de Castilhos. Os protestantes, observando certa hostilidade da parte do policiamento, alternaram, novamente, o foco de seus protestos:

- AQUI TEM TRABALHADOR, NÃO TEM LADRÃO!
- OU, OU, OU, POLÍCIA É PRA LADRÃO!
- OU, OU, OU, POLÍCIA É PRA LADRÃO!



Aos poucos, a manifestação prossegue, mas na parte lateral da rua, de frente para a polícia, que fechou o acesso à rua com suas motocicletas. Dona Marilda foi uma das senhoras que ficou ao lado de Juliano durante todo o período, na tentativa de *protegê-lo* de qualquer possível atentado que pudesse vir a sofrer da polícia. Mais tarde, Juliano viria a me comentar, *indignado*, na mesa de almoço, que sentira vontade de tirá-la *a chutes* da linha de frente do protesto: *É muito perigoso para uma senhora de idade como ela ficar ali, do lado dos policiais; daqui a pouco sobra pra ela, se eles tivessem começado a dar porrada, e aí o que iria acontecer. Tem que deixar a linha de frente pro pessoal mais jovem.*

Ao longe, as escadarias de acesso lateral ao Camelódromo estavam tomadas de pessoas e curiosos que tentavam acompanhar visualmente o que se desenrolava. A caminhada seguiu, então, pela rua lateral do prédio, até atingir a rampa de acesso ao futuro estacionamento. Algumas pessoas ainda tentavam, em vão, conversar com os policiais, muito provavelmente na tentativa frustrada de explicar a situação de miserabilidade e insustentabilidade a que chegaram no Camelódromo. A escolta, por sua vez, estendia-se até a entrada do prédio, para onde paulatinamente os manifestantes se encaminhavam.

Enquanto subíamos a rampa, acompanhei uma de minhas informantes até chegarmos ao terceiro piso. Conversamos durante o período, enquanto ela me contava algumas das novidades e de seu ponto de vista sobre o ocorrido. Lá em cima, uma cena inusitada: todos os protestantes se dispersaram, conformaram um grande círculo que se estendia por todo o estacionamento, deram-se as mãos e, num ato coletivo e repentino, bradaram:

- ESTE CAMELÓDROMO É NOSSO! É NOSSO!

Em seguida, algumas pessoas se encarregaram de pegar um pequeno manequim sem utilidade que estava tocado em algum canto, vestiram-no com roupas velhas e, no centro do peito, colaram um cartaz com os dizeres “FORA FOGAÇA!”. Penduraram uma corda em seu pescoço, se dirigiram até a lateral que dava para a Avenida Júlio de Castilhos e desceram o boneco, até que ficasse à altura da visão dos motoristas que passavam pela avenida. O ato simbólico foi assistido por uma série de pessoas, que se enfileiravam ao longo da lateral do prédio e testemunhavam a reação do protesto.





Enquanto as pessoas se dissipavam e voltavam à rotina de suas bancas, o policiamento se afastava vagarosamente. O encerramento do protesto, contudo, não impediu que alguns percebessem que uma caminhonete importada saía do fundo do estacionamento em direção à rampa de descida; um vulto muito semelhante ao de Cecchim pilotava o veículo, e o incidente logo transformou-se em *fuga do secretário* da SMIC pela saída dos fundos.

\* \* \*

O recrutamento dos camelôs dispostos a fechar suas bancas e, não raro, deslocar-se pelas ruas até a frente da Prefeitura Municipal ou à Câmara de Vereadores – mesmo quando vendiam satisfatoriamente e sacrificavam-se em nome dos poucos cuja situação era, realmente, insustentável – fez sentido durante algum tempo, especificamente até o início do segundo semestre de 2009, isto é, enquanto as estratégias discursivas empregadas por Juliano – em busca, alegadamente, de sustentabilidade, zoneamento dos espaços de acordo com o fluxo de pessoas, e mesmo um ano de carência no pagamento de alugueis – vinham ao encontro das expectativas gestadas pelo grupo. Este incluía um leque bastante amplo de engajamentos; desde aqueles que, tendo condições para pagar, se baseavam na repercussão da mobilização para não fazê-lo, até aqueles que, mesmo sem vender, titubeavam em colocar-se explicitamente *contra* a Prefeitura e a Administração do camelódromo, e que demandavam, por isso mesmo, as competências de persuasão do líder comunitário. O espectro ideológico acionado para o seu convencimento variava, nesses casos, desde o universo religioso (e suas várias subdivisões), passando por noções de justiça, merecimento e enriquecimento igualitário, até o apelo à cidadania e à participação popular como armas contra a concentração de poder político e/ou econômico nas mãos de elites privilegiadas.

Mesmo para Juliano e seus apoiadores irrestritos, a decisão de recorrer aos espaços públicos da política não se fazia sem ambiguidades, na medida em que a estratégia incluía, ao mesmo tempo, a *responsabilização política*, no próprio auto-reconhecimento como cidadãos autônomos que *reivindicam* determinadas políticas sociais diante do Estado, e a *desresponsabilização econômica* diante do acúmulo de dívidas e outros encargos financeiros decorrentes da transição, posto que uma das propostas incluía o subsídio de alugueis durante período pré-determinado em corredores específicos que careciam de fluxo de vendas. Em outras palavras, tratava-se de uma tensão simultânea entre dois *sistemas de dádiva* distintos (Caillé, 2002; Godbout, 2002; Mauss, 1974: 185-314): de um lado, a lógica local pressupunha que, em troca de abrir mão de sua liberdade como comerciantes ambulantes pelas vias públicas e sujeitar-se ao projeto estatal de camelódromo, receberiam o tratamento de cidadãos de direitos sociais *diferenciados*, ratificado, por sua vez, na assinatura do contrato com a empresa que administra a concessão de exploração do espaço, no âmbito de uma Parceria Público-Privada com o governo municipal. De outro lado, a lógica do Estado, que pressupõe a liberdade igualitária de expressão e de garantia dos direitos individuais, desde

que, como condição *sine qua non* de sua concessão pelo poder público, o sujeito em vias de se tornar cidadão arque com as despesas de sê-lo: em poucas palavras, que pague seus impostos ou, para usar um termo em voga no âmbito da transição dos camelôs, que se *formalize*. Ora, nem o séquito de Juliano estava disposto a encarar o projeto de camelódromo como produtor de formalização, nem tampouco o Estado pretendia aquiescer com a clivagem operada pelos seus interlocutores entre a exigência de direitos políticos e a informalidade de suas práticas econômicas, materializada na *falta de responsabilidade* para com as dívidas e, pior ainda, atribuindo-a ao próprio Estado<sup>46</sup>.

Assim, se a desresponsabilização econômica encerra uma crítica velada ao neoliberalismo e ao capitalismo financeiro e global, ela não o faz sem ambivalências, vale dizer, às custas de uma responsabilização de seu papel como cidadãos de direitos que, como condição para o exercício da cidadania econômica, precisavam do poder e da visibilidade públicas para existirem enquanto “camelôs” num espaço projetado e previsto para “comerciantes populares”. A grande ironia desse processo de politização está, assim, em que ele teve como corolário a produção e projeção de uma imagem pública do Bloco B como qualitativamente diferenciado, isto é, portador de necessidades especiais, situado nos limites da formalidade e da dignidade humanas, assumindo, estrategicamente, o discurso da inferioridade ou liminaridade estrutural, da subserviência e expropriação de sua autonomia como sujeitos que decidem sobre o destino de seus trajetos econômicos (Mello, 2011).

Da mesma forma, a politização da experiência coletiva de transição ressignificou, em partes, a imagem do camelô: de um pária social – responsável pela degradação das ruas e calçadas – a mobilização produziu uma nova figura, capaz de se apresentar diante da mesma sociedade, de quem exigirá *reparação*, baseada naquilo que de visível restou do “ambulante”. Como uma planta em extinção, que se perde diante do desejo voraz de expansão industrial, as mercadorias artesanais, o atendimento “diferenciado” porque personalizado, a banca “diferencialmente” decorada, passam a ser tomados como sinais diacríticos do novo “camelô” que clama por sobrevivência num mundo capitalista, regido pelas leis do Mercado, que tende a suplantá-lo. “Ser camelô” transfigura-se, assim, para todos os efeitos, nessa espécie de personagem histórica marginal e contra-hegemônica, em contraposição às práticas *profissionais* do lojista ou do comerciante popular; como veremos na próxima unidade, um sujeito cujas experiências é preciso, de algum modo, resgatar das forças englobantes que pretendem domesticá-lo ou reeducá-lo em suas sensibilidades comerciais (Abramoway, 2009; Taussig, 2010).

---

<sup>46</sup> Mesmo na tensão entre a responsabilização política e a desresponsabilização econômica, há nuances importantes a serem consideradas. De um lado, a adesão ao léxico de direitos não exclui as críticas ao governo e, particularmente, aos “vícios” da democracia representativa – que incluem as esferas inacessíveis ao sujeito ordinário (na proporção direta de sua descapitalização econômica e cultural), sobretudo no caso das cadeias de favores acionadas para o funcionamento do campo. De outra parte, mesmo a desresponsabilização econômica, como veremos na próxima unidade, não exclui a possibilidade de obter ganhos financeiros e, particularmente, a existência de uma complexa rede de sujeitos e de hierarquias locais que colocam em relação os agentes e suas habilidades de jogar com técnicas de venda, apresentação de si e com as articulações entre o formal e o informal.

#### 4 – O ESFACELAMENTO DA MOBILIZAÇÃO COLETIVA

Se, para Juliano e sua comunidade, de uma perspectiva pragmática, o espaço da rua acionava e trazia consigo uma reflexão acerca dos limites da comoditização operada pelo capitalismo na transição ao camelódromo, e se a mesma rua passaria doravante a existir apenas nas memórias daqueles que a experimentaram, numa relação orgânica de mútua definição com os sujeitos que a ocuparam, é porque o deslocamento rumo à formalização, longe de se constituir numa passagem que propulsionaria o espírito comerciante de ambulantes preocupados em “ganhar dinheiro” – como era o caso de Alfonso e da Praça XV – , implicava um rompimento radical em termos de experiências de vida. Nesse sentido, o trajeto coletivo, desenhado na arquitetura do espaço, foi condição *sine qua non* para a sobrevivência dos primeiros dias, semanas e mesmo meses.

Essa espécie de ficção coletivamente gestada foi responsável pela produção de um trajeto liminar que sobre-escrevia o universo imaginado da rua às novas bancas, que progressivamente foi sendo decomposta, à medida que seus participantes experimentavam os impasses decorrentes do desejo de permanecer sendo “camelô” num espaço que tendia a absorvê-lo. Primeiramente, isso significou, para os comerciantes do bloco B afeitos ao discurso de Juliano, adotar uma postura *passiva* de vendas – resultado do súbito confinamento, da perda do sentido de espacialidade, das cobranças temporais, bem como das incertezas acerca do que os esperava a médio e longo prazo. Logo em seguida, implicou o reconhecimento dos encargos financeiros decorrentes da nova situação, quando os primeiros camelôs, angustiados com a morosidade da mobilização política proposta pelo líder, debandaram e resolveram “correr atrás do prejuízo”, assumindo os alugueis e rateios de condomínios atrasados como de *sua* responsabilidade pessoal e intransferível.

Por fim, e é disso que nos ocuparemos neste capítulo, isso representou o afrouxar do engajamento coletivo no processo de mobilização política – diante da morosidade burocrática com que o processo se arrastava indefinidamente na Câmara de Vereadores – bem como o arrefecimento no clima de efervescência que caracterizava os primeiros meses no camelódromo. Diante desse quadro, era preciso empregar, novamente, as habilidades de

persuasão que tornaram Juliano um líder destacado entre tantos outros, durante o processo de preparação da transição, a fim de convencer sua gente da necessidade de segui-lo nos espaços da democracia representativa em nome de um projeto *coletivo* de transição – e, obviamente, também, da proposta subjacente, cada vez mais evidente, de *adentrar* tal universo como *político de ofício*.

#### **4.1 – A política do cotidiano: o líder e a construção do vínculo coletivo**

Enquanto as pessoas pareciam cada vez mais apavoradas pela postergação, no tempo, das decisões e negociações, o acúmulo das dívidas de aluguel sem uma resolução objetiva, Juliano parecia atipicamente sereno. Várias são as pessoas que, no cotidiano da experiência da transição, nos boxes e corredores do Camelódromo, interceptam o trajeto de seu líder para perguntar-lhe sobre o andamento das reuniões; ao que ele retruca, simples e vagamente, “que as coisas estão avançando”. Esses momentos de convocação para dar explicações são as ocasiões em que ao mediador é dada a oportunidade de reiterar a confiança nas instituições políticas – mesmo que, num primeiro momento, ele seja o primeiro a suspeitar e hesitar – e, por extensão, reafirmar os laços que vinculam os sujeitos uns aos outros, articulando com afinidades, diferenças, problemas e soluções. Como adequar os interesses dos políticos de ofício com os interesses comunitários? Como explicar àqueles que confiam na eficácia de sua palavra que algumas reuniões não surtem efeito, de que se trata de um longo e demorado processo de conquistas e litígios – permeado por muitos reveses – que colocam em jogo uma diversidade de interesses? Como não deixar perecer a relação de confiança instituída, naqueles momentos em que o líder se torna impotente e depende de outras instâncias decisórias? O que recomendar à comunidade – pagar ou não pagar o aluguel? “O que eu vou dizer praquela gente? Como vou explicar que nada está acontecendo?”.

A atividade de liderança requer do sujeito disposto a tomá-la como parte substantiva de seu cotidiano a disposição e disponibilidade necessárias ao recrutamento diário de novos personagens para a comunidade, em permanente expansão. Ao mesmo tempo, a sua circulação pelos espaços – e as estratégias empregadas para o convencimento – não devem deixar de lado a atenção que precisa ser dispensada aos correligionários e colegas mais íntimos que, tal como ele, dedicam boa parte de seu tempo e energias para as atividades de mediação e lhe demandam, enquanto líder, satisfações. Nesses casos, a chegada de Juliano ao camelódromo é motivo de grande algazarra e quase sempre interrompe as atividades e conversas corriqueiras em curso. Após os cumprimentos calorosos, um a um, cabe-lhe dar sequência à “pauta” do dia: rapidamente, uma espécie de fila informal se forma ao seu redor, de indivíduos que desejam trocar alguma ideia ou simplesmente ouvir e dar conselhos.

Naquela tarde, quem teve a sorte de ser a primeira foi dona Marilda, por quem Juliano nutria um respeito quase maternal, em cuja banca fazia questão de iniciar suas

visitações de rotina para testar a “temperatura” e os “ânimos” de seus colegas. A senhora se aproximou, entrou a sós com Juliano nos fundos de seu box e mostrou-lhe um pequeno bilhete listando as pessoas que ali passaram e deixaram recados para o presidente da associação. O assunto parecia sério; enquanto eu aguardava por alguma solução na parte de fora, duas outras senhoras se aproximaram, que presumi serem as seguintes na “fila”.

De fato, quando Marilda encerrou, ela saiu da banca e outra das senhoras “alugou” Juliano – que sabia atendê-las todas com cuidado e dedicação, tecendo considerações e fazendo piadas para aliviar a tensão que se fazia entrever nas declarações graves e cheias de inseguranças e nervosismos. “Th, não me venha com essa cara triste e preocupada, porque senão eu também vou tirar o meu sorriso do rosto...”. Enquanto conversavam, no fundo da banca que então já servia como uma pequena sala de atendimentos improvisada, dona Vera se aproximou, e formamos uma roda de conversas, junto com dona Marilda. Esta última estava, ainda, exaltada com a pequena reunião que tivera com o líder há instantes:

É incrível como tem um pessoal que gosta de ferrar com o Juliano! Tem uma senhora que não pagou o plano de saúde da associação! E não é uma só, são várias pessoas que deixam de pagar, e aí cai tudo nas costas do Juliano, coitado! Assim não dá, as pessoas, muitas delas, não pagam porque não querem, e aí quem se ferra é o Juliano! Essa senhora por exemplo não pagou não porque não pode! Não pagou porque não quis! Ela é ruim! Mas o dia dela vai chegar! Ela tem muita coisa, tem três casas alugadas! Dois táxis circulando pelas ruas! Funcionários e tudo! E diz que não quer pagar pra quem quiser ouvir! E aí cai tudo nas costas do Juliano! Esse menino tem que tirar do seu bolso para pagar o que essa gente deve! Eu lembro de como o Juliano tinha coisas, há alguns anos atrás, ele tinha umas economias guardadas! Agora foi-se tudo! Ele investe tudo e mais um pouco nessas pessoas! E elas tão pouco se lixando pra ele!

Dona Vera corrobora a argumentação de Marilda, acrescentando exemplos ilustrativos de como a referida senhora de fato não poderia ser tomada como modelo de “pessoa íntegra” para o que quer que fosse. Alguns minutos e algumas críticas depois, Marilda decide que é hora de deixar o Camelódromo; com uma vassoura que mantém no interior de sua banca, ela faz o procedimento de praxe: alcança a alça da porta corrediça de seu box e consegue descê-la até uma altura sustentável. Em seguida, recoloca a vassoura no interior e apaga todas as luzes; pega alguns pertences, empurra algumas mercadorias que estavam muito próximas da porta para dentro e, num só impulso, desloca a portinhola móvel até a extremidade inferior, onde coloca os cadeados em cada um dos lados. Por fim, se despede de cada um dos que ali estavam e parte em direção à saída do prédio.

Juliano já estava encerrando a “reunião paralela” com a senhora, enquanto Vera fazia suas considerações finais. Convidou-nos para um café na praça de alimentação, para que pudesse falar melhor com sua nova interlocutora e fazer-lhe uma *proposta*. A conversa entre ele e dona Vera se estendeu durante vários minutos; nesse ínterim, várias pessoas os interceptaram, cumprimentando o líder e o interpelando a respeito das novidades. Passada a vez de dona Vera, eu estava crente de que havia chegado a hora do “meu” atendimento pessoal; bastou, entretanto, que pronunciasse as primeiras palavras para que outro camelô se

dirigisse a Juliano. Em tom de preocupação pelos aluguéis e dívidas em atraso, ele procura se explicar:

Eu estou devendo cerca de quatro mil reais, somando todas as dívidas de aluguel, de condomínio... E eu estou deixando de pagar as contas lá de casa! Tá ficando muito complicado a minha situação! Nós estamos devendo água, luz, e cortamos da alimentação! São quatro mil reais! Essa manhã o Casagrande veio me entregar o papel do advogado, convocando pra negociar a dívida! Se eu não entrar em contato com eles, eu vou perder o meu ponto! É aí, o que é que eu vou fazer? De que eu vou viver daí? Eu não tenho como pagar!

Juliano ouve atentamente, ao mesmo tempo em que atende a uma chamada telefônica de seu celular. Enquanto seu interlocutor se recuperava emocionalmente das palavras que havia proferido, o líder tenta explicar-lhe da mobilização que está sendo realizada junto à Comissão, na Câmara de Vereadores; esclarece que as coisas estão se encaminhando no sentido de uma decisão da prefeitura e, enquanto esta não chega, Casagrande, o agente da empresa, não poderá interferir nas negociações com o poder público. Quaisquer notificações perderiam seu efeito jurídico até nova reunião. Para que não haja dúvidas com relação à recepção de sua mensagem, ele resume a situação da seguinte maneira:

O importante é que a gente tá conseguindo lutar *de igual pra igual* com essa gente! Eles vão ter que nos ouvir, eles não vão poder fazer nada enquanto a gente tiver o apoio dos vereadores! Com eles, o buraco é mais embaixo! A situação está muito boa a nosso favor! É só a gente manter a unidade e participar da luta! Se não participar, Deus sozinho não vai poder fazer nada por nós!

### **A senhora não parece que tem fé!**

Dona Maria, uma senhora extremamente velha, veio de bengala até onde estavam Marilda e Eloá, mal conseguindo manter-se de pé, para reportar-lhes que tinham entregado uma notificação de despejo de cinco dias, caso não entrasse com pedido de negociação junto à Verdi. Ela estava apavorada, pediu para falar com Marilda em particular, pois envergonhava-se de sua situação de inadimplência. As mulheres improvisaram um copo de água a partir de suas garrafinhas de plástico, sentaram-na em um dos bancos. Marilda levou o documento até mim, na tentativa de que eu descobrisse algum ponto falho que reduzisse a gravidade da situação. Mas era em vão, de fato tratava-se de uma notificação para que a senhora se regularizasse ou então entregasse o ponto. “Ta na cara o que eles querem!”, falou dona Eloá, outra devedora vultosa, “tão querendo nos pressionar, ou tu acha que o Casagrande não tá sabendo que existe um prazo até dezembro? Ele foi o primeiro a saber, mas querem nos desarticular!”.

Juliano se aproximou em instantes, quando a velha senhora já havia se afastado. Estava com o semblante triste, desanimado, mas apesar disso nos cumprimentou com felicidade. Havia saído de uma reunião com o empreendedor, no terceiro piso, para resolver, de antemão, as novas pendengas colocadas pelas notificações que já estavam em circulação. “O secretário, é claro, quer lavar as mãos, ele passa para a Verdi emitir as notificações, assim ele fica duplamente comprometido, tanto com o nosso acordo, quanto com o lado do Casagrande. Eu pedi uma reunião com o Clóvis [secretário de Gestão], pra ver o que pode ser feito, porque se eles estão em posição de romper a sua parte do acordado, nós também estamos!”.

Enquanto conversávamos, na praça de alimentação, a velha senhora veio ao seu encontro, o semblante abatido, a notificação



Foto 37: Dona Maria, sentada na escadaria da prefeitura, enquanto descansava da participação nos protestos. Fonte: acervo de pesquisa, setembro de 2009.

em mãos, recebida a pouco por um dos fiscais da SMIC. Ela chorava, balbuciava, insegura, e Juliano reanimou-a, utilizando-se de quatro estratégias discursivas: primeiro, fazendo crer de que aquela senhora era parte de uma coletividade, de um movimento social reivindicatório, e de que havia um acordo político que assegurava a permanência de todos os comerciantes populares no Camelódromo. Segundo, pela manipulação do vínculo religioso e, em particular, do léxico cristão; terceiro, através da diminuição simbólica da figura do fiscal, na tentativa de fazer perder o medo do poder coercitivo e vigilante da secretaria contra os camelôs; quarto, na ênfase na gramática cidadã, na ideia de que não há somente deveres, mas também direitos a serem respeitados, e que participar de um movimento organizado e deixar de obedecer a uma injunção legal pode significar, igualmente, o respeito aos direitos do indivíduo.

*- A Senhora não pode ficar assim! A senhora faz parte de um movimento! Nós temos um acordo com a prefeitura! Até o dia 15 de dezembro não haverá despejo! A senhora não pode aceitar passivamente as notificações desses fiscalzinhos de merda! Eles não têm nenhum poder! Só querem plantar o terrorismo aqui dentro! A senhora é uma cidadã de direitos! Não precisa ter medo e sair correndo entregar o dinheiro que a senhora não tem para a empreendedora!*

*- Mas eu tenho medo de ficar devendo... Eu nunca fiquei devendo na minha vida e não é agora que eu vou começar... Eu tenho muita fé em Jesus e no Espírito Santo!*

*- Então use a sua fé e o nosso movimento e não assine mais esse papel. Porque essa é a estratégia deles! Eles querem que todo mundo assine com medo, fazer todo mundo refém da empresa! Só que eles não são ninguém! A senhora não parece que tem fé! Tem que ter fé que as coisas vão melhorar, a senhora vai ver! Mas não saia correndo pra pagar as suas dívidas! Não se entregue!*

*- Sabe que tu tens razão! Eu não vou mais me preocupar tanto com isso! Muito obrigado, viu, Juliano! Deus te abençoe!*

Ao mesmo tempo, a preocupação das várias senhoras que compunham o círculo mais íntimo de sociabilidades de Juliano estendia-se sobre a sua subjetividade. Sobretudo no caso de dona Marilda e dona Diva, mais do que a disposição do líder, interessava-lhes o bem estar do indivíduo, alertando, tanto quanto possível, para as consequências nefastas sobre sua saúde e bem estar físico. O principal argumento defendido por dona Marilda, em uma de minhas várias visitas à sua banca ao longo de 2009, foi de que Juliano deveria se ausentar, a partir de 2010, da discussão pública e política das questões que envolvem o camelódromo e o movimento social, de forma geral. Além da visibilidade – e, por extensão, também, da periculosidade – que vem acompanhada de tal processo, atuar em público implicava, para elas, a negação do âmbito privado ou, ao menos, a falta de consideração pela família:

Ele não ta mais tendo tempo nem de cuidar bem de si, ele vive na correria, não almoça, não come, não toma água, não cuida da família, os coitados dos filhos e a esposa estão largados às traças... Sem contar as ameaças, estão ligando para ele direto, ameaçando os parentes e familiares. A gente vê no semblante dele que ele ta passando por esses problemas. E ele não compartilha essas coisas negativas com os outros. (...) Nós estamos avisando ele, eu digo, ‘olha, Juliano, ta na hora de parar... Vai acontecer alguma coisa contigo e aí, o que vai ser da tua família? Cuida deles, dos teus filhos, aproveita a tua vida, porque ninguém reconhece o teu trabalho. Deixa que as pessoas percebam a tua falta!’. Aí ele fica dizendo que isso é ‘entregar o ouro pros bandidos’, mas e daí? Deixa entregar o ouro, não vale a pena se *sacrificar* tanto! (...) Então eu acho que a gente tem que reunir essas pessoas que são verdadeiros amigos e perguntar a opinião de cada um: ‘oh, Marilda, o Diva, o Vera, o Moisés, tu acha que o Juliano tem que continuar ou ta na hora de ele cuidar de si?’.

#### **4.2 – Nos bastidores da transição: a preparação para o enfrentamento**

Se a trajetória político-partidária e a inserção participativa de Juliano apontavam a Câmara e a prefeitura como espaços “naturais” de convergência dos interesses coletivos, as

reuniões de bastidor realizadas alguns dias antes, no terceiro pavimento do Camelódromo, sugeriam o contrário. De fato, havia quem suspeitasse da idoneidade dos políticos de carreira em conduzir com transparência os interesses dos camelôs; outros questionavam a morosidade típica do sistema político; um terceiro grupo, enfim, que incluía desde os mais afeitos à esquerda radical quanto aqueles completamente apolitizados, cujos discursos permaneciam no registro do *dom*, preferia os convencionais métodos de protesto, com destaque para o “bater panelas”, ou mesmo o cercamento e fechamento do espaço de trabalho; no caso, do próprio camelódromo. Nas palavras de Juliano:

Algumas [pessoas] continuam se queixando, se preocupando com as contas e com o futuro, outras nem tanto, sabem que isso é um *processo*, e que a partir de agora as coisas já estão se encaminhando e vão se resolver. Mas a gente tem que resolver isso rápido, porque senão isso começa a virar uma bola de neve que vai se acumulando. Não que isso seja ruim, mas depois vai ficar cada vez mais difícil da Câmara e da Prefeitura derreterem essa bola de neve. Quanto a isso, não é um problema nosso, é eles que têm que dar um jeito de derreter!

O ciclo de reuniões na Câmara de Vereadores, mesmo após o protesto em frente à prefeitura, teve que ser, novamente, interrompido, desta vez para que os membros da ASFERAP dessem sequência ao seu calendário anual de feiras e circuitos de comércio. Tratava-se, neste caso, do maior deles, a Expointer – Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários – que, realizada anualmente na cidade de Esteio, permitia aos integrantes da associação completar seus rendimentos (na ausência de vendas no camelódromo) e, ao seu líder, assegurar que havia outras causas, ainda que politicamente menos relevantes, a exigir suas competências de intermediação. Nesse sentido, a parceria, firmada ainda durante a gestão de Germano Rigotto (PMDB) no governo do estado, com a prefeitura da cidade, permitia ao grupo concentrar cerca de 40 bancas, às margens da entrada do Parque Assis Brasil, como expositores e vendedores independentes.

Encontrei-me com um pequeno grupo da ASFERAP na Expointer, passada uma semana desde os eventos na prefeitura – e, como não poderia deixar de ser, o assunto eram os problemas no camelódromo. Ainda assim, prevalecia a ideia de que aquele não era um bom momento para empreender outro levante:

*- Nós não podemos simplesmente tirar essa gente daqui, porque não podemos negar o direito de conseguir o seu próprio pão! E o pessoal que realmente pega junto tá aqui! Nós precisamos dessa semana para concentrar os nossos ânimos e, na semana que vem, voltar com tudo pra frente da prefeitura. Se eles não encaminharem nada, nós vamos voltar a pressionar a prefeitura!*

Mas o assunto que mais se debatia eram as gravações feitas pelo SBT na semana anterior, no camelódromo, logo antes do protesto na prefeitura. Juliano garantia, apesar da apreensão de seus colegas, que a reportagem e os depoimentos seriam exibidos na íntegra:

*- Até o Seu Leal deu uma entrevista pra eles. Apareceu lá o Casagrande, disse que tava tudo muito bom, mas queria levar a reportagem lá pra frente, pra mostrar como tão vendendo bem. Eu disse que não, que eles filmassem todo o prédio! Eu fui junto com eles, aquele repórter [refere-se a Herberth de Souza] parece ser honesto e sério, eu sei que ele fala o que tem que ser falado, quando precisa. Então a gente tá ansioso, esperando o resultado.*

Com a aproximação de seu Anselmo, Alex e seu Leal, três “veteranos” da ASFERAP, o círculo de sociabilidades parecia, de início, se restringir ao universo masculino. Permanecemos por um bom tempo conversando sobre os problemas clássicos do camelódromo – uma espécie de cartilha básica aos menos íntimos –, ao mesmo tempo em que cada indivíduo dava a sua versão sobre como resolver



os impasses, suscitando questões e apontando brechas, aqui e ali, que pudessem evidenciar fatos para a instauração de uma CPI na Câmara Municipal. Como de costume, Seu Leal parecia o mais empolgado. Não somente porque monopolizava as falas em torno de um assunto que para os demais poderia parecer já sem importância, naturalizado e desgastante, senão que o faz de maneira absolutamente singular, com discursos recheados de narrativas emotivas, jocosas e coléricas, especialmente quando se trata de sua relação “pessoal” com o secretário Idenir Cecchim.

*- Eu quero pegar ele, amarrar ele numa árvore, encher a cara dele de socos, dar umas porradas bem dadas nele. (...) Quero pegar ele pelo pescoço, destroçar aquela cobra que só fala mentiras. Nem que nós dois vamos morrer! Pelo menos eu arrasto ele junto comigo pro inferno! (...) Um dia eu ainda vou pegar ele com um gravador, quando ele me oferecer alguma maracutaia, ‘Oh, Siquim [sic], chega aí, eu só vou te dizer que tu foi gravado e que a partir de agora tu vai pro saco!’. Ele já me ofereceu trocar de banca por uma melhor e tal, eu me faço de desentendido, eu não mostro o ódio que eu sinto pelo secretário... ‘É, amigo Siquim, a gente se dá muito bem, mas eu to bem onde eu to...’. Aquele ali não me pega tão fácil!*

Juliano era o único a ouvir atentamente as palavras do amigo. Alternando feições de angústia, espanto, horror e ironia diante das falas de seu interlocutor, ele não retruca nada, apenas permite às palavras de seu Leal uma atenção que, muito provavelmente, não teria de outro sujeito. Este gesticulava cada vez mais incisivamente, por vezes substituindo as próprias palavras pelo silêncio, deixando que o rosto rubro, marcado de cólera, falasse por si. Seu único consolo parecia ser a atenção e o respeito que adquirira de seu interlocutor conhecido, Juliano, e do pesquisador, que mal conhecia, mas que parecia entender, ainda que minimamente, o seu sentimento de insatisfação extrema.

Passada a euforia, um senhor aproximou-se com os crachás e a *lista de presença* da ASFERAP, para que todos os *sorteados* e *contemplados* com bancas na Expointer assinassem-na. O mesmo senhor carregava um longo cartaz de acolhida, que ele mesmo confeccionara, em que se lia “ASFERAP saúda a todos os expositores da Expointer”. Em seguida, convidou-nos para visitar o estande de seu filho, especialista em informática, no interior do parque. Alex – colega intelectualizado de Juliano – se divertia com aquela cena, sorrindo ironicamente para si, enquanto o senhor prosseguia seus discursos com a empolgação de quem vende algum produto para qualquer cliente. *Eu me divirto... Esse cara era um pé rapado até muito pouco tempo atrás, agora ele ta querendo bancar o empresário rico. Só que ta faltando um cartão! O que é isso! Empresário sem cartão não dá!* – E cai em sua gargalhada solitária de eterno incompreendido pelos colegas.

Na semana seguinte, Juliano tratou de oficializar uma nova chamada entre os seus coordenadores de corredor, convocando a todos os comerciantes populares insatisfeitos com a situação no camelódromo a planejarem, em conjunto, a “derradeira” solução de seus problemas. Recebi o convite enquanto fazia trabalho de campo, da boca de uma de minhas informantes, que se preparava, então, para fechar sua banca e dirigir-se até o terceiro piso do prédio, onde uma pequena multidão já aguardava. Ao longo da escadaria, as falhas de projeto ficavam evidentes. Aqui e ali percebiam-se pequenas inundações no chão, alagamentos quase intransitáveis. Lá no alto, o vento soprava e trazia a chuva para perto daqueles que já se concentravam nas proximidades do sofisticado restaurante de grelhados. O automóvel de Elaine Deboni – uma das proprietárias da empresa Verdicon –, um Passat alemão, era o único que estava estacionado na longa pista com vagas para mais de 200 carros. Isabela, uma das contratadas para a promoção do marketing em torno do “Shopping do Porto”, conversava com Valdir e seu Noé, responsável por conduzir, semanalmente, às segundas-feiras pela manhã, o ritual de bênção e oração para a semana.

É entre paredes de concreto mal acabadas, logo em frente à bem construída sala de conferências e reuniões, que se concentrava grande parte da população. Cumprimentei Juliano, e este gritou, entre tantas pessoas, para que me assentasse em um dos belíssimos

bancos que ali estavam. Muitos indivíduos soltaram risadas, diante da piada. Enquanto Juliano terminava os preparativos para o início da reunião, os presentes, que deveriam totalizar cerca de cem pessoas, já um pouco impacientes, trocavam comentários irônicos e jocosos sobre o fato de não estarem vendendo naquele momento: “não tem importância, a gente igual nunca vende nada”; ou então “esse camelódromo tá tão cheio que as pessoas mal conseguem se mexer, eu por exemplo tô vendendo horrores, nem deveria estar aqui, as pessoas vêm me procurar pra comprar de mim! [risos]”. Outras pessoas colocavam um copinho de plástico para que Juliano nele subisse e de lá se pronunciasse. O ambiente era, enfim, de relativa descontração, apesar da gravidade do assunto que estaria em discussão.

Após alguns instantes, Juliano iniciou a reunião. De imediato, perguntou se eu tinha algum papel para que os presentes pudessem registrar seus nomes, numa espécie de ata improvisada, à semelhança do que se passa nas reuniões do OP. As pessoas cercavam-no de todos os lados, de modo que ele permanecia no centro de um “bolo” em permanente expansão. Tive de me espremer entre os que tentavam, a todo custo, se aproximar do líder para ouvir melhor suas palavras quase gritadas. Saquei meu bloquinho de anotações e enfim coloquei-me a escrever.

Hoje eu não quero falar tanto. Eu quero ouvir de vocês. Porque nós temos que tomar alguma atitude! Nós estivemos na prefeitura já faz duas semanas, e de lá não veio nenhuma resposta, então a gente tem que se mobilizar, se for o caso *acampar* na frente da prefeitura, até que a gente tenha alguma resposta! (...) Nós não podemos mais deixar assim, gente! Hoje apareceu o Moacir, do Sindicato, tá o Alfonso, pra cá e pra lá, tá o Casagrande circulando, *eles estão querendo desnortear as pessoas!* Tão querendo derrubar o nosso movimento! Ali na mesa do Casagrande existe uma pilha de papéis, prontas pra despejar as pessoas! E todo mundo que eu tô vendo aqui tá na lista deles! Então nós temos que nos concentrar aqui e sair daqui hoje com algum encaminhamento tirado, pra saber o que nós vamos resolver daqui pra frente!

Em pouco tempo, a concentração dos presentes se dispersou e Juliano foi obrigado a fazer uma pausa e chamá-los de volta às suas palavras: “Ei, pessoal, ei pessoal! Vamos concentrar aqui! Nós precisamos assegurar a nossa permanência aqui dentro! E isso nós temos que cobrar da prefeitura! Nós não podemos esperar mais e continuar nos escondendo aqui dentro! Nós temos que ir pra rua cobrar do poder público!”. Em seguida, volta ao assunto da famigerada reportagem produzida pelo SBT, que os acusava de baderneiros e incivilizados: “Nós temos feito folhetos para conscientizar as pessoas de não fazer *baderna!* Porque nós somos *trabalhadores!* Nós temos que vencer eles na palavra, no *argumento inteligente!* Nós temos que dar uma *paulada* na cabeça do prefeito usando a inteligência!”.

As pessoas já não ovacionavam fervorosamente como outrora; já não reagiam explosivamente às palavras do líder. Uma senhora retrucou-lhe que tal iniciativa não surtiria nenhum efeito; que não deveriam acampar em frente à prefeitura, uma vez que esta não faria nada por eles. O melhor a fazer seria entrar na Justiça coletivamente contra a empresa. Mais tarde, essa mesma senhora viria a confessar a Juliano que um dos vereadores, que residia nas proximidades de sua casa, teria lhe informado que estes não fariam nada por eles, que isso seria pura “ilusão”. Juliano não se deixou abalar; diminuiu o tom e respondeu-lhe que “tu tá

muito pessimista, mulher!”. Em seguida, voltou a se dirigir à sua comunidade, em tom de protesto, e resumiu o campo de possibilidades que se lhes desenhava: “Nós temos duas opções, dois caminhos a seguir: a justiça, que é uma coisa interessante, mas demora muito tempo; e a mobilização, na frente da prefeitura, que é o que nós estamos precisando nesse momento!”. Juliano, então, faz menção a um evento que ocorreu em 2008, também por ocasião de um protesto em frente à prefeitura, quando se discutia a liberação da lista dos 800 comerciantes e os últimos ajustes no projeto final do Camelódromo, que mobilizara mais de 700 pessoas: “E é assim que nós temos que estar na semana que vem! Cada um dos que estão aqui tem que trazer mais pessoas, nós temos que multiplicar isso daqui!”.

Nesse ponto, seu Leal – já conhecido como uma espécie de bobo da corte *necessário* do movimento – interrompeu a fala de Juliano aos berros que lhe são característicos. Todas as pessoas que escutavam atentamente se revoltaram contra a figura do tradicional intrometido, cuja principal ocupação constituía em atravessar-se indiscretamente nas falas das pessoas. Juliano tentou contornar a situação com suavidade e elegância, mas logo perdeu a compostura e berrou para que seu Leal respeitasse a vez dos outros de emitirem sua opinião. Algumas pessoas ao meu lado também jogaram berros para que o senhor, apoiado em sua bengala, mas suficientemente disposto para interromper as falas alheias, se calasse.

Mais alguns insultos e palavrões passados, e os palpites retornaram, agora, com maior veemência, multiplicando-se difusamente e vindo de todos os lados. Juliano não conseguiu controlar a multidão, cada qual na ânsia em exprimir a sua versão e sugestão sobre como proceder e como agir para protestar. Um deles sugeriu que “nós temos que fechar as bancas aqui dentro e ir pra frente da prefeitura! Nós temos que começar aqui dentro! E depois levar as pessoas pro Paço Municipal!”. Outras pessoas se juntaram à fala anterior e prosseguiram. As sugestões proliferaram por todos os lados; irrefreavelmente, iam se somando e Juliano ia tentando absorvê-las, ao mesmo tempo em que procurava coordenar a improvisada reunião, de modo que todos pudessem, ao menos, se ouvir e explicar suas ideias alternadamente.

As opiniões, cada vez mais radicais, começaram, aos poucos, a ser rechaçadas por outras pessoas, mais conservadoras, que propunham atitudes menos ousadas. Era o caso de Giza, uma de minhas informantes do bloco A que, vendendo bem, participava do movimento mais por apoio a Juliano que por necessidade pessoal – e que talvez não tivesse motivo concreto ou material para protestar: “Eu acho que a gente tem que pensar em soluções que não prejudiquem as outras pessoas que não querem participar. Nós não podemos envolver elas, porque elas têm todo o direito de não querer fazer parte disso”.

Novamente, uma senhora voltou a se posicionar mais incisivamente: “Nós precisamos fechar todas as lojas aqui dentro e sair daqui e ir pra frente da prefeitura!”. Pela primeira vez durante a reunião, aplausos efusivos e entusiasmados se fizeram ouvir entre quase todos os presentes. Outra senhora sugeriu, ainda, que se traga a mídia em peso para dentro do CPC, e que esta acompanhasse todas as etapas da manifestação, desde a saída em frente ao

Camelódromo, até o protesto em frente à prefeitura. Um problema, contudo, lhe ocorreu logo em seguida: “Mas a mídia sempre distorce tudo que a gente faz e fala. Ela sempre ta do lado do empresário. Então a gente precisava filmar tudo e jogar isso no Orkut, na internet, no Youtube! Pra que as pessoas percebam o que ta acontecendo! E aí vai rápido para todo o mundo! Todo mundo acessa a internet!”.

Juliano tentou fazer a recapitulação sintética de tudo o que fora dito até ali, operando como mediador entre as diferentes manifestações dos membros de sua comunidade.

Qual é o nosso foco principal? Qual é o nosso objetivo? É a prefeitura! Então nós temos que acampar na prefeitura! E outra coisa! Nós não podemos fazer *que nem eles* que implantam o terrorismo aqui dentro! Nós não podemos fazer enfrentamento aqui dentro! Os que não querem participar não precisam! (...) Outra coisa: a gente pode tranquilamente jogar isso aí na internet! Tem aqui o Moisés que ta acompanhando o nosso movimento e que sempre ta filmando, ele pode jogar na internet pra nós, ele tem o conhecimento e sabe fazer isso! (...) Então, pra gente fazer o encaminhamento: terça-feira, no início da tarde, às 13 horas, concentração aqui dentro do camelódromo, pra gente sair daqui e ir direto pra prefeitura!

Todos que o circundavam e que tinham aguardado pacientemente por alguma solução aplaudiram as palavras. O cerco em seu entorno foi sendo desfeito paulatinamente, enquanto cada um se dirigia pelas escadarias abaixo, sem perder, contudo, a empolgação e o novo sopro de vida que a reunião lhes injetara. Enquanto se felicitavam, Juliano partiu para uma conversa particular com seu Leal, duramente criticado por diferentes pessoas, em função de suas constantes e inoportunas intromissões nos discursos que, não obstante fossem legítimos de um ponto de vista democrático, deixavam claro a falta de traquejo político-participativo, apreendido nas arenas do OP e reproduzido na circulação por outros espaços da cidade.

### 4.3 – O Despejo

Uma última reunião na SMIC, que veio a ocorrer no dia 22 de setembro de 2009, contou com a presença de um número menor de manifestantes. Nem a confecção de um dossiê de mais de 200 páginas – uma espécie de processo ou “retrato” das irregularidades que caracterizariam os desvios no projeto gestado pelos comerciantes populares –, ou as matérias midiáticas que estamparam as capas dos jornais locais, estimularam o engajamento. Em entrevista concedida logo na saída da sala de reuniões, o secretário Cecchim destacava que, apesar das diferenças em termos de fluxo de pessoas entre os blocos A e B do Camelódromo, o problema seria de outra natureza:

- Anistia não existe! Essa palavra não... existe *renegociação!*
- Eles chegaram a pedir pra retornar pra rua? – indaga um dos repórteres.
- É, isso não é um pedido *sério*, porque existe uma lei, né, e não é só a lei que não quer eles na rua. A população *consagrou* as ruas e as calçadas para serem *livres!* Porque a população *rejeita* qualquer possibilidade de eles voltarem pra rua, e por isso nós tivemos o cuidado de antes de começar a falar sobre o camelódromo, fazer a lei na Câmara que proíbe o comércio de camelôs no centro de Porto Alegre. Foi um avanço, a Câmara votou por unanimidade, então essa ameaça de rua não existe!

Nem mesmo a estipulação de um prazo para o início do processo de renegociação das dívidas – principal consequência do acionamento da Câmara de Vereadores – viria a arrefecer os ânimos. Apesar das boas vendas de final de ano, o período de bonança passou e, com ele, o prazo para o cumprimento do acordo junto à empresa. Assim, se as vendas de fim de dezembro conferiram novas esperanças, os meses de janeiro e fevereiro, pontuados pelo recesso comercial – que habitualmente desloca os consumidores e habitantes para fora do centro e mesmo da cidade – implicou uma nova inflexão na maneira como os trabalhadores do bloco B construíram suas narrativas.

Em fevereiro retornaram as notificações aos comerciantes que permaneciam inadimplentes. A intensificação dos conflitos e as tentativas *individuais* de acordo com a empresa fizeram emergir novas reuniões, no terceiro piso do camelódromo. Uma delas, ocorrida entre poucos membros da ASFERAP, no dia 17 de fevereiro de 2010, deu o tom da ambiência em vigor àquela época, ao mesmo tempo em que colocava novamente a questão do Camelódromo nas páginas de jornal e noticiários televisivos.



Foto 38: Juliano discursando em reunião improvisada no terceiro piso do camelódromo. Fonte: acervo de pesquisa, fevereiro de 2010.

- [Juliano] (...) muitos e muitos aqui não acreditaram! Acharam que em função de uma *vendinha* que tinha começado em dezembro... *A gente é camelô!!!* A gente sabe que em dezembro em toda a cidade, se botar um cocô numa esquina, vende! (...) Nós estamos enfrentando aqui um capitalismo puro, selvagem, onde a dona Eloá não tem dinheiro, tchau, não interessa se ela tem filho! Vai embora e dá lugar pra outro! E aí ela vai lá e passa pro *agenciador* que ta comprando banca aqui dentro! E tem pessoas que tão vendendo e tão ajudando o cara, esquecendo que existe um *movimento*! Se nós perder o espaço aqui dentro *nós estamos morto!* (...) Eu quero só saber uma coisa: se as pessoas confiam no movimento, DIGAM!

- EU CONFIOOOOO [palmas e gritos]!!!!

- EU PROVO QUE CONFIO: VO JÁ PRO ADVOGADO PAGAR MINHA PARTE!!!

- Tem gente aqui dentro do camelódromo que sai de uma reunião dessas, forte, boa, que tem quase 50 pessoas, e ouve alguém que ta plantando a *semente do mal!* E que ta querendo que o Valdir entregue a banca dele! Comprando!

- EU NÃO VOU VENDER!!!

- Houve um momento de desmobilização aqui, seu Luís, houve! Porque as pessoas ficaram deslumbradas que venderam 300, 500 reais num dia, e esqueceram que a dona Eva tava vendendo 10, que a dona Maria não ta vendendo nada! Parece que deu uma *amnésia*. O *dinheiro* faz isso com as pessoas! Nós não podemos esquecer o que nós passamos na rua! Quantas vezes vocês tiveram no frio, na chuva, no sol, se expondo pelo movimento! *As pessoas esqueceram disso!* Se a gente pensar que um precisa ajudar o outro, *eles não entram no nosso núcleo!* [aplausos e gritos]!

O mês de março de 2010 foi marcado por um intenso e turbulento debate acerca da iminência dos processos de despejo e, conseqüentemente, de novas propostas de renegociação da dívida, desta vez, novamente, com o acionamento da Câmara de Vereadores. No dia 10 de março, acompanhei uma comissão de camelôs que é formada a fim de

formalizar, no gabinete de Cecchim, uma proposta de negociação. Naquela mesma tarde, Juliano improvisou uma reunião em uma mesa de bar das imediações do camelódromo, que reuniu Valdir, Seu Zé e seu Anselmo – tidos, então, como os principais formadores de opinião do movimento –, para a discussão das estratégias a serem tomadas diante dos novos problemas. O que estava certo é que Juliano convocaria uma assembleia extraordinária a fim de debater a questão e encaminhar uma resposta direta ao secretário. Finalmente, o líder concordaria de que aos que não haviam pagado nenhuma parcela do aluguel não restava nenhuma legitimidade para propor qualquer reivindicação ou renegociação de dívidas; o pagamento dos montantes, por sua vez, teria a clara vantagem de certa “trégua” emocional diante do conflito e das incertezas dos comerciantes, sem poderem calcular as estratégias imprevisíveis dos fiscais que a qualquer momento poderiam trancar ou interditar bancas.

No dia seguinte, quinta-feira, 11 de março, a SMIC, apoiada pela Brigada Militar, daria início ao processo de despejo da primeira leva de comerciantes populares inadimplentes. Invadiu a banca de dona Isolda, diante dos gritos e xingamentos de protesto dos camelôs, que se interpuseram às ações da polícia, dando, assim, início ao confronto direto. Em meio ao tumulto, seu Zé – que resolvera comprar a briga – teve o braço machucado pela ação dos policiais que, então, lacraram a

banca de dona Isolda e se dirigiram até o box de Juliano. De maneira a se precaver do que esperavam que pudesse acontecer, dona Diva e dona Marilda, colegas e vizinhas de banca, esvaziaram e distribuíram os objetos que ainda permaneciam no ponto de Juliano, de modo que, ao chegarem ao local, os fiscais encontraram poucas mercadorias e materiais de exposição. Realizaram o mesmo



*Foto 39: Uma camelô tentando desfazer, simbolicamente, o lacre instituído pela SMIC. Fonte: jornal Zero Hora, março de 2010.*

procedimento e, diante da imprensa, que já havia chegado e acompanhava os gritos e tentativas eufóricas de impedirem a “tomada” à força dos espaços, retiraram-se do Camelódromo. Algumas pessoas ainda tentaram violar, mesmo que simbolicamente, o lacre instituído pelo poder público, arremessando artefatos, cadeiras e pertences contra os cadeados instalados nas trancas.

Diante do ocorrido, uma comissão de comerciantes populares, presidida por Juliano, dirigiu-se imediatamente até o secretário de Gestão, Clóvis Magalhães, e convocou uma reunião extraordinária para a resolução do problema. O secretário suspendeu momentaneamente o efeito das interdições que ainda estavam previstas e deu início a uma nova rodada de negociações – contrariando as declarações de Cecchim à imprensa, que

sugeriu que havia previsão de fechamento de mais nove bancas até o final daquela semana. A aprovação da Lei do Fundo<sup>47</sup> para o estacionamento do Camelódromo, na segunda-feira seguinte, viria a resolver o conflito entre os secretários de governo. Enquanto os comerciantes comemoravam a solução de seus problemas na Câmara de Vereadores, a SMIC realizaria a interdição sigilosa, durante a noite, de mais sete bancas do bloco B, além do fechamento das duas que já haviam sido lacradas na semana anterior.

Juliano e os colegas afetados dirigir-se-iam, ainda, juntamente com as vereadores Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, em duas ocasiões, ao Ministério Público, na tentativa de denunciar irregularidades na interdição realizada pela SMIC e de protelar o despejo para depois da efetivação da Lei do Fundo e do zoneamento dos espaços de comércio. Contudo, o escrutínio do novo Comitê Gestor, em abril – com a impugnação da chapa apoiada por Juliano e a eleição de um grupo de comerciantes associados ao bloco A e ao espectro político do governo –, viria a desarticular qualquer nova tratativa de resistência do grupo. Por fim, as trocas de autoridades nas secretarias, em função das candidaturas a deputado estadual, viriam a alterar o direcionamento das estratégias políticas e, conseqüentemente, do espectro político dos vereadores envolvidos, bem como de promotores públicos e do novo secretário da SMIC, Walter Nagelstein (PMDB), que exacerbaria a intransigência de Cecchim na condução das tentativas de reabilitação e reincorporação dos camelôs despejados em março.

\* \* \*

Como vimos até aqui, do ponto de vista das estratégias do líder da ASFERAP, Juliano Fripp, a imagem do que significava “ser camelô” passou a depender, peremptoriamente, do que ocorria na esfera pública – e a degenerescência da questão implicou, por extensão, a degenerescência do “camelô”. Assim, quando o camelódromo saiu das principais páginas de jornal e a Câmara de Vereadores cessou de debater a questão, o dilema e dilaceramento pessoal de Juliano – digamos, sua *utopia marxista* –, deflagrou a aporia de uma coletividade e, com ela, de todo o movimento político. Aqui, é fundamental levar em consideração a literatura política em torno da figura do líder ou do chefe – sobretudo sua parte menos explorada e quiçá mais instigante. Enquanto um agente *limítrofe* – seja na interação com o sistema de agentes e os espaços de posições que eles ocupam na política convencional, seja como ator social deslocado em relação à comunidade – o líder é simultaneamente prisioneiro do seu desejo de prestígio e da sua impotência para realizá-lo, dado que a fonte de seu poder político reside alhures, na própria sociedade que o institui e constitui (Clastres, 1979; Evans-Pritchard, 1978).

Assim, seguir com uma estratégia que visava o confronto político, mesmo quando alguns membros mais próximos da comunidade o alertavam de que esta já não seria

---

<sup>47</sup> A aprovação seria apenas momentânea, já que o prefeito vetaria o projeto de lei, e os vereadores aprovariam o veto em junho, diante do enfraquecimento do movimento político que exigira sua homologação.

uma boa solução, conduziria Juliano a um caminho sem volta. Progressivamente, as palavras inflamadas do líder – a chave de seu poder, o único artifício de que este se pode valer para investir de eficácia ilocucionária seus desejos (Bourdieu, 1998: 79-126; Clastres, 1979: 149-153) – perderam repercussão e persuasividade. A voz em tom alerta já não agregava multidões, como outrora; enquanto isso, Juliano via seus seguidores debandarem gradativamente do movimento: de 600 pessoas, as reuniões passariam a concentrar 200, depois 100, 50 e, finalmente, momentos antes do despejo, cerca de uma dúzia, todos bastante desconfiados acerca da efetividade daquilo que o líder propunha. Ao mesmo tempo, o projeto político e pessoal de reproduzir-se indefinidamente como político ficaria cada vez mais evidente – o que, somado às especulações sobre beneficiamentos financeiros oriundos das cobranças de planos de saúde coletivos e das parcelas de advogados que haviam aceitado impetrar processos judiciais contra a prefeitura, minariam a confiança que Juliano um dia já inspirara.

Por outro lado, o que parece estar em jogo, na narrativa de Juliano, é o caráter qualitativo de uma “diferença” – “aqui somos diferenciados!” – que não somente merece espaço, como também deve ser consumida por uma sociedade que, no entanto, não está – se é que algum dia estará – “preparada” para tanto<sup>48</sup>. Assim, institui-se um descompasso entre as expectativas subjetivas e as condições objetivas, cuja amplitude será progressivamente maior quanto o desejo do líder se afaste das esperanças nele depositadas por sua comunidade de pertencimento. Tal desajuste fica evidente quando analisamos, novamente, o anexo I desta dissertação, que reconstitui o campo de forças em torno do qual Juliano consolidou sua reputação. Enquanto rede social dinâmica, ela faz referência aos “tempos áureos”, isto é, quando o líder figurava, ainda, como o personagem principal em torno do qual se estabeleciam alianças, e pactos eram firmados.

Empenhado, antes de qualquer coisa, na luta pela própria sobrevivência, o líder se viu na iminência de rearranjar, diversas vezes, suas práticas e tomadas de posição. Ainda nos meses de janeiro e fevereiro de 2010 – às vésperas do despejo – Juliano esteve envolvido com o processo de discussão e implementação da Lei do Fundo, que instituía o repasse da receita arrecadada com o estacionamento do Camelódromo para um fundo administrado por um Comitê Fiscal que seria, por sua vez, administrado por representantes dos comerciantes populares. Sua preocupação era discutir os critérios de distribuição das percentagens do montante mensal de lucros, como condição para a aprovação do projeto de lei, na Câmara de Vereadores. Sobretudo, o que o interessava era a instituição do *Comitê Fiscal*, onde poderia

---

<sup>48</sup> Em outras palavras, estamos diante do dilema de Mozart, à luz da leitura que de sua biografia fez Elias (1995). Não deixa de ser, igualmente, a grande questão de Tada, principal informante de Hirokazu Miyazaki (2006), que a define como a problemática da esperança ou expectativa: para sobreviver como tal, é preciso que o líder reoriente constante e estrategicamente seu *conhecimento*, de acordo com o contexto pragmático das situações que enfrenta para sua reprodução naquele campo.



reproduzir-se na gerência dos recursos financeiros que deveriam ser repassados ao subsídio dos alugueis, de acordo com os fluxos diferenciais de vendas; esta era, ao menos, a proposta.

Se, portanto, o próprio despejo consagrou o rompimento com um certo universo de táticas associadas ao mundo da política e da economia – que já estava em crise mesmo antes da desocupação das bancas, com a concessão argumentativa a Cecchim de que, em alguma medida, tratava-se de uma inadimplência de *fundo político* –, a repartidarização de Juliano, ao longo de 2009, seria decisiva para esse reordenamento estratégico do conhecimento que deflagraria, nu e cru, sua adesão a um projeto partidário de esquerda. A sua candidatura fracassada a deputado estadual, em 2010, dessa vez pelo PSOL, fez ruir sua credibilidade, pois deixou a impressão de que esteve, desde sempre, travando embates visando seus próprios interesses eleitorais ao invés de salvaguardar aqueles dos comerciantes do Bloco B.

Ao mesmo tempo, os conflitos deflagrados com Chiquinho dos Anjos, no âmbito do FROP Centro, deixavam o desgaste evidente. O retorno maciço da ASFERAP aos espaços do OP passou a ser visto com desconfiança, entre outras coisas, porque sua demanda central – o próprio camelódromo –, mal ou bem, havia se efetivado. O Estado havia lhes oportunizado uma significativa mudança de status, através da concessão de um endereço comercial fixo – e negá-la, mesmo havendo razões suficientes para fazê-lo, poderia ser visto como uma desfeita diante de outros grupos que, em anos, nem ao menos haviam obtido pavimentação ou saneamento básico para a sua comunidade. Assim mesmo, essa espécie de “perda de argumento” por que lutar instrumentou outros setores da “Unidade” – então já em crise em função de disputas políticas iniciadas nas eleições municipais de 2008 –, tais como o próprio Chiquinho dos Anjos, que passaria a reivindicar, doravante, a exclusão dos poucos pleiteantes da ASFERAP às unidades habitacionais no segundo condomínio em elaboração (projeto, este, que também passava por dificuldades de aprovação junto ao governo). No COP, a instância máxima de deliberação do OP, Juliano enfrentaria uma série de problemas (inclusive uma tentativa de *impeachment*) decorrentes de seu retorno da segunda campanha eleitoral, período em que se afastara regimentalmente do processo<sup>49</sup>. Por fim, Alfonso Limberger, principal opositor político de Juliano no camelódromo, permanecia circulando pelos bastidores e corredores do prédio, recrutando cada vez mais membros para a sua associação, e reproduzindo-se indefinidamente como conselheiro na Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo do OP – volta e meia oferecendo, ainda que ironicamente, o apoio jurídico e infraestrutural de sua corporação ao já desiludido adversário.

Destituído progressivamente do apoio de sua comunidade, desprestigiado nos espaços que o engendraram como líder – tais como o OP – e desempossado do vínculo material com a

---

<sup>49</sup> As assembleias anuais da Região Centro eram episódios privilegiados em que tais clivagens se materializavam às últimas consequências: enquanto Juliano cooptava, de última hora, um ou dois integrantes da ASFERAP dispostos a desgastar-se pelo camelódromo, Chiquinho dos Anjos incitava vaias às suas palavras de ataque ao governo Fogaça e exigia de sua comunidade aplausos e gritos de apologia ao prefeito – na esperança de que aquela demonstração pública repercutisse favoravelmente na aprovação dos projetos expansionistas de sua ONG.

causa – a própria banca no camelódromo – restava a Juliano, tão somente, abraçar aquilo que, até o momento, não lhe havia, de todo, fechado as portas. Assim, a dedicação às atividades e agendas do partido, que lhe prometia uma possível conquanto muito improvável candidatura política a vereador, em 2012, rapidamente o convenceu da necessidade de ampliar as bases eleitorais. Numa tentativa desesperada, reuniu um secretário do PSOL, dois de seus colegas camelôs, que ainda o acompanhavam por consideração pessoal, e foi até uma das estações do Trensurb, em Canoas, para dar início à constituição de um *sindicato* de trabalhadores informais do estado – ao passo que o partido responsabilizar-se-ia por alugar uma sala comercial no *próprio camelódromo* para sediá-lo, esta era a promessa.

Em pouco tempo, contudo, complicações jurídicas fizeram-no abdicar da ideia. No lugar, surgiria a União de Associações de Trabalhadores Informais do estado (UATI)– que veio a emplacar algumas reuniões, no mesmo terminal de trem, contando com a presença de líderes desconfiados envolvidos à época com processos de remoção de camelôs das linhas de trem metropolitanas, em função da prognosticada vinda da Copa do Mundo de 2014. O protesto – chamado de “a grande mobilização” – previsto para ocorrer no centro de Porto Alegre, em novembro de 2010 – deveria reunir boa parte dos movimentos sociais de camelôs do Rio Grande do Sul. Apesar da criação burocrática da associação – que, de fato, durante algumas semanas, *existiu* – não é preciso dizer, aqui, ao leitor, que nenhum dos intentos foi efetivado.

No lugar da “grande associação de associações”, Juliano resolveu novamente dedicar-se, ao longo de 2011, às agendas do partido e à expansão das redes digitais<sup>50</sup>, insistindo numa outra perspectiva de sua crítica ao projeto do camelódromo: dessa vez, acentuando os processos de *sublocação* irregular de bancas e de *parcerias informais* entre os trabalhadores. O outro lado da moeda, fato é que Juliano comprou uma série de indisposições com velhos aliados que, àquela altura, já haviam agregado pontos ao box original e que estavam em pleno processo de ascensão econômica. A tais argumentos, os poucos que ainda ouviam suas palavras reagiram salientando a *rotatividade* e *automaticidade* do projeto: apesar de acionar o Ministério e a Defensoria Públicos para reintegrar os camelôs despejados pela Portaria Administrativa do governo, fato é que os espaços disponíveis estavam sendo ocupados de acordo com a hierarquia de comerciantes populares que compunham a “lista de espera” da SMIC para a ocupação dos boxes.

Se tais questões aparecem, do ponto de vista do líder já desgastado pelas suas estratégias políticas e econômicas, como meras especulações, o trabalho de campo etnográfico de longa duração, pelos corredores do camelódromo e bastidores da transição, poderia complexificá-las e nuançá-las a partir de suas configurações sociais concretas. É disto que nos ocuparemos na segunda unidade desta dissertação.

---

<sup>50</sup> Trata-se, aqui, de sua página pessoal do Facebook, volta e meia alimentada com enunciados de crítica atroz ao projeto, de fotos de sua circulação pelos espaços públicos da cidade, e com títulos de reportagens de denúncia defendidas pelos membros do partido na Câmara de Vereadores – Pedro Ruas e Fernanda Melchionna.

## UNIDADE II

### A DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

Dois meses após o despejo, alguns comerciantes populares ainda se ressentiam com a perda da banca de Juliano. Alguns desenvolveram, inclusive, planos de expandir o próprio negócio, “abrir as paredes” e ceder um espaço ao líder destituído. Estratégias à parte, todos consentiram que aquele lugar já não era mais o mesmo. Processos de sublocação, venda e negociação de pontos agora corriam à solta sem o mínimo pudor pelos corredores do camelódromo, com efeitos que se faziam sentir mesmo entre os membros da ASFERAP, agora empenhados em saldar individualmente suas dívidas, correr atrás do prejuízo e ampliar a banca. Dona Diva, a mais invocada, ainda insiste em *enfrentar* as poucas pessoas que lhe olhavam enviesada, negligenciando a importância da luta encabeçada por Juliano. Seu Zé e Dona Marilda – colegas de corredor e veteranos do movimento – preferem a via do silêncio, embora não deixem de fazer o impossível para manter-se em dia e conservar certa amizade com Casagrande, o administrador do CPC.

O sonho de assistir ao retorno triunfal de Juliano, “de cabeça erguida”, pela “porta da frente”, sob o olhar invejoso de todos aqueles que lhe fizeram oposição durante tanto tempo, ainda perseguia boa parte de meus informantes que compõem o círculo mais íntimo do líder. O clima de resignação parecia dividir espaço com um pesado ar de apreensão, resultado de um balanço ainda mal acomodado entre o “espírito” de lutas e disputas que os colocava em permanente tensão com o Estado e a necessidade de, doravante, repensar suas estratégias, fossem elas econômicas ou políticas. Cada qual parecia empenhado silenciosamente na tentativa de se convencer de que, de fato, o melhor que tinham a fazer era esquecer as disputas coletivas e cuidar de seu próprio empreendimento.

O menor sinal de irregularidade, contudo, era motivo suficiente para deflagrar inquietações e sentimentos de inconformidade profundos, que demandavam prontamente o acionamento e a agência de um “líder” para intermediar as insatisfações geradas pelo evento com a empresa ou com o poder público. Este foi o caso, numa tarde qualquer, do “estouro” de um dos canos do banheiro superior, que provocou o gotejamento de dejetos sanitários sobre

uma das bancas e mercadorias do bloco B, nas proximidades de onde estavam Seu Zé, dona Marilda e dona Diva. Curiosamente, o rebuliço foi alastrado por estes últimos, que nem ao menos haviam sido diretamente afetados pelo problema. O proprietário da banca, ainda sob o efeito do choque, nem sabia ao certo como proceder; muito desajeitadamente, sob os brados de indignação de seu Zé, colocou um balde que estava nos fundos de sua banca para estancar o gotejamento. Dona Diva gritava frases de indignação, responsabilizando a empresa e as condições precárias de construção do prédio. Seu Zé, na mesma direção, ensinava a como proceder: sugeriu ao proprietário que fosse reclamar *seus direitos* junto à administração do camelódromo e que não deixasse “por isso mesmo”, que fosse à procura de alguma espécie de ressarcimento moral – “exatamente como Juliano o faria”, lembrou.

Mas esta não seria a única novidade daquela tarde. Em meio ao conflito, com o olhar apreensivo, vagando pelos cantos, apareceu dona Eloá, outra veterana do movimento, que vinha arrastando um processo jurídico, impetrado pela empresa, de pagamento de suas dívidas de aluguel. Havia recém chegado do escritório de seu advogado particular, mas estava decidida a dar outro rumo ao futuro de sua banca: pretendia sublocá-la tão logo aparecesse alguém disposto a pagar um valor razoável pelo seu “aluguel” e capaz de assumir suas dívidas junto à empresa. A proposta, feita pelo juiz, durante audiência, lhe pareceu impraticável: consistia numa entrada de R\$ 3,500 reais (cerca de metade do valor total da dívida), adicionados de parcelas mensais de R\$ 200 reais que, por sua vez, somar-se-iam com as despesas correntes de aluguel e condomínio. Ela agradece às colegas que *cuidaram* para que os fiscais da SMIC não tomassem nota de sua banca que, naquela tarde, permanecera fechada em função dos trâmites na justiça. Apesar do clima aparente de amizade, não demoraria para que dona Marilda me confessasse que, assim como Eloá, muitos outros igualmente endividados atribuíam a culpa de seus infortúnios às ações e recomendações de Juliano, que os teria persuadido a não pagar em épocas em que possuíam o dinheiro para fazê-lo, e que, graças à sua hostilidade com o governo, estavam hoje com os piores pontos no camelódromo.

Eventos como estes se prestam à introdução da temática que nos ocupará ao longo desta unidade, na medida em que poderiam ocorrer, pelos temas, sujeitos e problemas que evocam e colocam em conexão, de maneira inadvertida, em quaisquer espaços ou tempos do camelódromo. Ademais, seu caráter corriqueiro advém de uma tensão mal resolvida entre, de um lado, os resquícios de uma expertise apreendida na circulação pelos espaços públicos e, de outro, do que poderíamos chamar – não sem incorrer em generalizações excessivamente difusas – de uma *pedagogia cotidiana da formalização*. Se este último é o ponto que interessa destrinchar, faz-se necessário, num primeiro momento, desvincular o termo de sua epistemologia comprometida com os marcos cognitivos propostos pelo Estado. O que está em jogo são, fundamentalmente, tensões resultantes de disputas pela apropriação do espaço e do tempo – e que, por isso mesmo, conduzem a outros campos de reflexão que não se restringem à dimensão econômica nem política do processo, mas têm repercussões na

maneira como são organizadas novas categorias de classificação e hierarquia do espaço, dos sujeitos que o produzem e das coisas que o constituem, uns em relação aos outros.

Se bem o espaço da rua nunca tenha sido, como pretendem os detratores desse tipo de comércio, completamente informal – na medida em que os mercadores ambulantes colocavam em circulação uma extensa cadeia de agentes e mercadorias que passavam, em algum momento, pelo pagamento de impostos –, e não obstante a existência de verdadeiras cadeias informais na produção de bens inequivocamente associados à autenticidade da “marca” original (Leitão e Pinheiro-Machado, 2006; Pinheiro-Machado, 2008; 2009), o camelódromo, desde seu projeto, de natureza Público-Privada, deflagrou um contexto em que tais práticas convivem, pacificamente, lado a lado. Conforme veremos ao longo dos capítulos, sua simultaneidade não decorre apenas das táticas de agentes locais em subverter o universo léxico e financeiro instituído pelo Estado para o dimensionamento de suas práticas, mas está presente, igualmente, na própria maneira como seus representantes, autorizados, se apresentam e encarnam, respectivamente, o papel do poder público e da iniciativa privada.

A rigor, ao analista desavisado, a formalização e legalização advinda do reassentamento dos mercadores de rua para um prédio cuja infraestrutura lhes permita constituir um endereço comercial fixo são acompanhadas, ao menos, de dois grandes avanços incontestes. São eles: fornece um espaço fechado, ao abrigo de intempéries naturais como chuva e sol excessivos, e os protege de furtos, de moléstias e de indivíduos mal intencionados – que, mais do que as ruas, povoam o imaginário sobre elas. Esses dois elementos articulados, supõe-se, seriam responsáveis pela *dignificação* do trabalho ambulante – doravante afixado em bancas permanentes, em que não seria mais preciso “correr” de fiscais diante de inspeções suspeitas e repentinas.

Ora, essa *passagem* argumentativa não é tão facilmente compreendida pelos camelôs como tal. Primeiro, como muitos de meus informantes fazem questão de deixar claro, era a *chuva* que propiciava a verdadeira venda de oportunidade, aquela em que é possível ao camelô improvisar a aquisição de guarda-chuvas e o seu preço diante de um comprador ávido por proteger-se do tempo. Da mesma forma, *quem garante* que o camelódromo seja, de fato, mais seguro que a paisagem da rua, do ponto de vista dos camelôs, tributários de uma sociabilidade econômica baseada na itinerância e seus habitantes?

Aqui, o problema do *sujeito* ou instituição que *garante* é central. O que a nova espacialidade projetada do camelódromo produziu, em sua dimensão mais fundamental, é uma arquitetura funcional tal que, amparada por políticas públicas e privadas (como cursos de capacitação, por exemplo, mas também micropolíticas de afirmação de um determinado sujeito econômico como legítimo), sugere uma *reeducação da atenção e da sensibilidade comercial*. Esse rearranjo – e esta é a primeira dimensão do projeto de formalização que inicia no Estado e passa a ser sustentado, como veremos, pela empresa que administra o prédio – postula a *interdição da violência física* como recurso de resolução dos conflitos

cotidianos (Elias, 1990). Em certa medida, era ela que garantia ao camelô da rua sua subsistência num espaço altamente concorrido por batedores de carteira, flanelinhas, pequenos traficantes de drogas, entre outras figuras ambivalentes do imaginário urbano – e que cotidianamente se renovava com a chegada de novos ambulantes<sup>51</sup>.

Os capítulos que seguem são uma tentativa de analisar, ainda que embrionária e provisoriamente, tais tensões que se estabelecem cotidianamente entre agentes de Estado, da Empresa, e Comerciantes Populares. Enquanto práticas dinâmicas, sua efemeridade não permite sugerir afirmações peremptórias, apenas pistas que permitirão esboçar algumas linhas de reflexão acerca do futuro do comércio informal em Porto Alegre, com base na trajetória de meus principais interlocutores de pesquisa, no tempo e no espaço. Assim, concentro-me no que chamei, no início desta dissertação, de Terceiro Ciclo da Transição, com o que designo o período que se inicia, simbolicamente, com o despejo dos principais líderes políticos, em março de 2010. Mais didática do que heurística, tal clivagem em termos de ciclos opera, simplesmente, como uma ferramenta de organização do material de campo produzido ao longo dos três anos de pesquisa, sem o que a dinâmica desses processos não permitiria maiores investimentos teóricos e etnográficos.

Dessa forma, inicio com as disputas travadas entre Juliano Fripp e Elaine Deboni, enquanto modelos distintos de engajamento, cujos efeitos se fazem sentir na acomodação diária dos trajetos subjetivos de transição dos sujeitos que aderiram aos seus projetos. Na sequência, prossigo a discussão em torno das formas de sociabilidade cotidianas que se estabelecem entre esses personagens, com base na introdução dos agentes de fiscalização da SMIC – cuja atuação cotidiana impõe novos problemas –, e com base na agência de Alfonso Limberger como uma espécie de pedagogo cotidiano da transição. Por fim, contextualizo tais projetos a partir das trajetórias de alguns de meus informantes, abordando diacronicamente suas práticas em termos das estratégias de apropriação do espaço e do tempo, dos usos sociais do dinheiro (Simmel, 1998), dos circuitos de obtenção, apresentação e comercialização de mercadorias, assim como de suas narrativas sobre o que significa estar no camelódromo em tempos de transição.

---

<sup>51</sup> A sensibilidade de anos e anos na ocupação de praças e calçadas sugeria que boa parte das disputas – em todo caso as mais graves, que gravitavam em torno da legitimidade de afixar-se nalgum canto – se resolviam seja no grito, seja na formação de pequenas facções ou conchavos que faziam uso da violência física, de linchamentos ou surras, para a garantia do alegado direito de “ganhar a vida”. Nesse contexto, era pouco provável que o camelô bem articulado tivesse maiores problemas em reproduzir-se e mesmo garantir que suas mercadorias não fossem roubadas por “colegas” ou outros ocupantes das vias. Agora, como assegurar que esse seria o caso no camelódromo, um espaço ambíguo mesmo para os fiscais da prefeitura, “sediado” por uma empresa que nem mesmo era de Porto Alegre e que procurava dar ordens de disciplinamento, ainda por cima cobrando alugueis exorbitantes?

## **5 – A SENSIBILIDADE E A SOCIABILIDADE DO COTIDIANO: De como ser camelô em tempos de transição**

Desde o segundo mês de funcionamento do prédio, Elaine Deboni assumiu as rédeas da empresa Verdicon S.A. na administração do camelódromo. Recém especializada em Consultoria de Imagem pelo Instituto Marangoni, de Londres, trabalhou durante 24 anos com o mercado de moda de luxo, em Erechim/RS, uma cidade de cerca de cem mil habitantes, situada no norte do estado, a cerca de 300km de Porto Alegre. Quando a empresa gerenciada pelo seu marido decidiu ingressar no processo de licitação para a construção do CPC – que serviria como uma espécie de aposentadoria de segunda ordem para a família Deboni –, poucos imaginaram que, como condição para reaver os investimentos financeiros realizados, seria preciso promover uma *reeducação da sensibilidade comercial* dos camelôs afetados pelo processo de transição. Em questão de dias, diante dos problemas deflagrados pelos protestos encabeçados pelo grupo de Juliano, a nova diretora deixaria evidente sua avidez por aplicar os conceitos aprendidos no exterior.

Juliano Fripp, por seu turno, demorou algum tempo para reconhecer o papel protagonista de Elaine na formulação da nova estética associada ao comércio popular em Porto Alegre. Ao analisarmos os diários de campo em perspectiva diacrônica, fica evidente que foi somente após a derrocada do ciclo de mobilizações políticas que Juliano passaria a citar o nome da nova adversária; o que, efetivamente, contrasta com o caso de Alfonso – que sempre teve como foco jurídico o *contrato* e como interlocutor das negociações os agentes da administração do prédio.

Da mesma forma, não deixa de ser interessante que, no conflito de longo prazo que se estabeleceria entre Elaine e Juliano, sobretudo a partir de despejo deste último, ambos postulem uma estética de enfrentamento e uma ética de ação que, se diferiam em seus argumentos, eram semelhantes na forma sistemática de suas manifestações. Não é por outra razão que tomo como ponto de partida, nas páginas que seguem deste capítulo, a agência (Ortner, 2006) paradigmática destes dois personagens para a compreensão dos eixos em

torno dos quais passaram a se desenvolver os ritmos e tempos da sociabilidade pelos corredores do camelódromo, com a derrocada do processo político.

### 5.1 – A pedagogia das sensibilidades comerciais

Como ressaltou Elaine em sua entrevista, “o que começou esse shopping foi uma empresa de construção civil” – a Verdicon S.A. –, que, à época da licitação, enfrentava, presumivelmente, problemas internos de equilíbrio econômico. Instigada pelo projeto de PPP proposto pelo poder público municipal, que estipulava um prazo total de 35 anos de exploração do empreendimento através de alugueis cobrados diretamente dos camelôs, além das áreas complementares formadas por salas comerciais, a empresa tratou de apostar as poucas fichas que lhe restavam num investimento que, dado seu ineditismo, poderia ser considerado, em termos mercadológicos, como de “alto risco”. “Chegaram aqui, colocaram uma pessoa para emitir boletos, contrataram a segurança e a manutenção. E ninguém tinha noção do “recheio” do negócio. (...) Limpou-se o centro. Aí esse lixo foi jogado aonde? Dentro de um edifício e virem-se!<sup>52</sup>”.

Não demoraria muito para que os agentes da empresa percebessem que, do ponto de vista do governo, um dos efeitos não premeditados da PPP consistia na remoção de um contingente de trabalhadores indesejados – o que implicaria, por extensão, a desresponsabilização do Estado diante dos problemas advindos da adaptação aos novos espaços de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que a opinião pública saudava a chegada do camelódromo como principal realização do governo Fogaça para resolver um problema que há décadas assolava as ruas do centro, para a Verdicon S.A. os impasses estavam apenas começando. Se, como vimos, a formalização dos ambulantes implicava na assinatura de um contrato privado entre locador e locatário, então era preciso forjar mecanismos que permitissem reaver os investimentos realizados no menor tempo possível: “Era comercial o projeto! E aí uma empresa só de engenheiros teve que fazer gestão de pessoas”.

Foi então que se vislumbrou a possibilidade de contratar Elaine que, paradoxalmente, trabalhara até então com comércio de luxo, em Erechim/RS. Como relatou, de maneira grandiloquente, na entrevista, sua trajetória, à maneira dos grandes profetas e dos políticos visionários, é pontuada de desafios que parecem, à primeira vista, *impossíveis*. Da mesma forma como conseguira resolver o problema de como “levar luxo onde não existia nem a menor situação para isso acontecer”, Elaine poderia, doravante, tratar dos camelôs – que insistiam em não aceitar as novas condições de trabalho advindas da formalização.

Quando eu cheguei, a situação era gravíssima! (...) Eles não tinham esperança de nada. A vida pra eles já foi ruim! Eles estão no meio da rua, então pra eles se um filho conseguir um trabalho na Colombo, lá não sei aonde, tava bom. (...) E daí o que eu pensei: tu não torce uma vara velha, mas um galho novo tu torce. E eu puxei esses

<sup>52</sup> Os trechos apresentados da narrativa de Elaine Deboni ao longo deste subcapítulo foram extraídos da entrevista que realizei com a empresária, em 04.07.2011.



filhos pra cá, porque eu só trabalho os jovens, o velho não adianta. (...) Uma das coisas que eu fiz foi tirar a cara de *bad boy* deles. Eles não têm personagem. Então tinha um cara com camiseta de física, todo musculoso, aquele cabelo todo levantado, e eu com um copo de água fui baixando [risos]. Aí ele dizia pra mim, ‘dona Elaine, o que a senhora ta fazendo comigo?’. Eu disse ‘fecha teus olhos, eu estou esculpindo um homem. Quando tu acordar, tu vai ser outro’. Aí colocamos uma camisa, um blazer... Pode ver quem é o cara hoje... Um *baita* homem, um *baita* empresário!

As investidas de Elaine parecem se situar nos limites da formulação de um novo sujeito que se prestaria à absorção de uma espécie de pedagogia do bom comerciante visionário – e seu ponto de inflexão estaria condicionado à experiência de um ritual de separação que envolve, de maneira privilegiada, os descendentes diretos dos antigos camelôs. Nesse caso, o processo da *communitas* (Turner, 1974: 116-159) não só lhes permite subverter a estrutura, senão mais bem aceder a situações e à própria possibilidade de imaginar seu futuro a partir de outros horizontes de perspectivas. Em poucas palavras, permite-lhes restituir o componente visionário que, na narrativa de Elaine, os longos anos de pedra se lhe foram achatando: “Hoje o que nós temos aqui é graças aos filhos! Que encararam! Aí, quando o jovem viu isso e sentiu o amor, quando a mãe ficava dormindo, de manhã, tava chovendo, ‘eu não vou trabalhar...’. ‘Aiiii, mãe, tu tem que ir, os *shoppings* abrem!’”.

Com isso, ao mesmo tempo em que a empresária lograva introduzir novos espaços de desejo entre os filhos – que poderiam ter repercussões importantes diante da postura dos que insistiam em “ser camelôs” – também garantia a constituição de uma espécie de “carta na manga” no processo de negociação da inadimplência. Deixar de pagar e correr o risco subjetivamente instável e desgastante do despejo deixaria de afetar somente aos pais, já que acabaria igualmente com os novos “sonhos” de seus filhos, àquela altura já demasiadamente envolvidos com projetos de constituir carreiras no mundo da moda. Assim, aceitar a transição do camelô ao comerciante passaria a depender, em certa medida, de decidir entre um projeto político (a luta por um camelódromo mais “justo” ou “sustentável”, por exemplo), de um lado, e um projeto familiar, de outro. Aos pais cabia a difícil decisão de dar sequência ao negócio – comprometendo suas finanças, esforços e ânimos até o limite – e, por extensão, garantir a integridade de sua família, ou então desistir da experiência do camelódromo e, com ela, da remota possibilidade de realizar seus sonhos frustrados projetados nos filhos.

E foi assim oh. Muito amor, carinho, verdade, dura! Você vai pagar! A gente controlava quem abria cedo, quem tava trabalhando. Não conseguiam pagar? Bom, ‘cuidem dos estoques de vocês. Vai sobrando, vai guardando. Dali a pouco eles mesmos já começaram a vir pagar. E vinham, e vinham.

Passado o primeiro desafio, Elaine precisava, agora, intervir na maneira como os comerciantes passariam a se perceber como sujeitos dessa nova realidade em gestação: “Bom, aí nós tínhamos um nome, Camelódromo. Mas eu não podia trabalhar a segunda geração deles de novo como *camelô*. Então se nós vamos trazer o jovem pra dentro, pra salvar aquele passado perdido, nós temos que dar um desejo pra eles, nós temos que dar um futuro melhor, uma *coisa*”. Se a tal pedagogia estética do bom comerciante poderia parecer, a essa altura, demasiada utópica para convencer aos camelôs, cuja sensibilidade e humanidade

havia sido destroçadas pelos anos na rua, era através da nova socialização dos filhos que se poderia atingir uma situação suficientemente equilibrada de *animalidade controlada*:

Isso é horrível! O que é camelódromo? Um camelô é a mesma coisa que chamar a pessoa de prostituta, que chamar de ex-presidiário, camelô: é o cara que anda com o trabalho nas costas. (...) E aí veio a Plenna, e fez pra mim o logo *Shopping do Porto*. Aqui nós usamos as cores da bandeira do Rio Grande do Sul... O que eu fazia de tarde, eu buscava *valores* na música gaúcha. Daí depois das seis horas eu trazia assim Pedro Ernesto Denardin, com os cantores dele, tudo na Praça de Alimentação. Pra fazer show pra eles. Pra buscar essa imagem, buscar aquilo que eles tinham perdido total. E a música gaúcha puxa muito isso: as cores do Rio Grande, a valentia do gaúcho...

Onde melhor buscar inspiração para a elaboração da nova estética do “ser comerciante” do que na música gaúcha – esse misto entre o orgulho de uma identidade local e a submissão à identidade nacional que a engloba (Oliven, 1989; 1992)? Diríamos, entre o espírito reminiscente de camelô e o de comerciante, uma condição tida como inevitável em longo prazo? Se a “selvageria” implícita ao “ser camelô” não poderia ser completamente domada, restava canalizá-la para aquilo que representava algo como um “estágio evolutivo superior” nessa escalada dos comportamentos sociais: da barbárie das ruas para a rusticidade controlada da figura subversiva e contra-hegemônica do gaúcho (Comaroff, 2003). Ao mesmo tempo, a música lhes permitia canalizar simbolicamente as agruras vivenciadas no cotidiano como consequência da transição para o espaço ritual e confinado da *letra* e, particularmente, dos momentos dos *shows*. Por outro lado, essa “sociabilidade” da Praça de Alimentação – à semelhança do uso que dela é feito em Shoppings Comerciais, como veremos adiante – passou a ser o receptáculo em que os dilemas cotidianos do “doutrinação” tomavam forma. A narrativa de Elaine é, a esse respeito, mais uma vez, paradigmática.

Eu fazia um show assim que eu gastava, sei lá quantos mil, e vinha 20 ou 30 pessoas. Os outros não queriam ir. Bom, aí um dia, um deles... Bom, *eu fui cuspidada na cara por um camelô!* De tanto que ele gritou comigo! Eu ia no *olho do furacão!* Quando eles tavam gritando eu pegava eles pelos braços e dizia ‘cala a boca, o teu grito espanta! Vocês têm que entender...’. Então eu ficava que nem um jesuíta lá no meio. Aí o cara gritou, gritou, gritou, ‘porque vocês são o poder, porque o poder é esmagador, não sei o que’... E eu escutei, escutei, eu tava toda lavada de cuspe. E daí eu disse pra ele, ‘não acredito em nada do que tu disse. Eu acredito que nós vamos vencer. E se você não acreditar, espere para ver’.

Certo dia, Elaine o chamou para acompanhá-la a um show de música nativista:

- E aí o show acontecendo, e ele ali no meu ouvido, ‘que isso aqui não adianta fazer isso ou aquilo, que a senhora tem que fazer não sei o que e não sei o que...’. Aí eu olhei pra ele, disse ‘sabe por que tu não vende? Porque *tu é mal educado!* Eu te convidei pra vir assistir um show, não pra vir me ensinar a administrar. E virei de costas pra ele, deixei o meu gerente da época louco, ele quase morreu. Porque eles tinham fama de que eram bandidos... Eu disse: ‘te convidei pra refrigerar a tua alma. Você tem que buscar o ser humano dentro de ti. Você não pode vir como uma pedra’.

- Esse sujeito não mudou depois? Ou é o fim da história? [risos]

- Mudooooou! Mudou! Vai lá, ver, depois que ele perdeu uma loja, que ele viu que não tinha outra saída, quando ele viu que o vizinho dele tava próspero, aí veio, me pediu desculpas, que nunca mais iria... Mas tentou até o último dia, ainda, então esse daí é um da corrente ainda, que nós temos no máximo 10 pessoas que sobraram daquelas, que tipo assim oh, tão domesticados, mas não chega perto porque ele morde [risos].

As conquistas de Elaine passaram rapidamente a ser catalogadas por uma poderosa assessoria de marketing e imprensa e deram origem a edições semestrais da “Revista Shopping do Porto”. Além das páginas centrais – dedicadas por inteiro às fotos dos “novos

modelos” vestindo roupas comercializadas pelos próprios vendedores – há espaços para os projetos de revitalização da prefeitura (com dizeres ou frases de efeito do próprio secretário ressaltando a “modernidade” do projeto) e textos de consultores de moda, abordando as diversas tendências sobre como “vestir-se com estilo” durante a estação, ou o que consumir de maneira saudável e elegante. Não obstante, é a coluna editorial, redigida pela própria Elaine, que anuncia o tom do projeto e nos apresenta os “case studies” das páginas seguintes:

E assim vai se desenhando a vida de cada um de nós. É o amor quem dá os matizes a esta nova tela. Trabalhar com estes jovens e crianças resgatou, em mim, uma vida nova, uma missão, uma vontade indescritível de vencer. Coraçõzinho batendo a mil, perguntas e muitas risadas. Disciplina... *E aí começa a nova caminhada*. Parabéns a cada pai e a cada mãe destes jovens que ilustram esta revista. *Estes* são seus filhos. A eles cabe a missão de amar, trabalhar e fazer crescer a oportunidade que vocês, pais, colocam em suas mãos. (...) O futuro já começou. Tenho certeza que em breve seremos o shopping com maior número de frequentadores do sul do país. E como se diz por aí: precinho de banca e conforto de loja [grifos meus] (Deboni, 2011: 3).

As histórias de ressocialização dos camelôs, inspiradas pelos trabalhos de percepção e imagem desenvolvidos com os filhos, seriam contadas posteriormente nos “cases”, pequenos excertos textuais, entrecortados por fotografias e citações, destinados a criar personagens emblemáticos e persuasivos, numa linguagem não menos pessoalizada como a que Elaine usa para se dirigir a seus leitores. De fato, há aqui um fino equilíbrio entre a gramática técnica do marketing e do empreendedorismo – que permite objetivar as trajetórias dos comerciantes em termos de graus distintos de sucesso e de profissionalização de suas estratégias – e a voz subjetiva e pessoal da narradora, que é homóloga à pretensão em atingir dois públicos amplamente diferentes. De um lado, tratava-se de seus circuitos próprios de sociabilidades – que incluíam desde colegas de ofício (entre os quais estilistas, consultores, assessores, etc.) até celebridades famosas – e, de outro, dos camelôs que, em vias de tornarem-se, pretensamente, empreendedores, demandavam táticas enunciativas mais próximas de sua experiência cotidiana como condição para sua persuasão: “Comprar ou frequentar um shopping popular não significa atestado de pobreza. A pobreza verdadeira está na mente, prova disso é que os ex-camelôs que saíram das calçadas em dois anos reconstruíram suas vidas dignamente, muitos em residências novas, com carros, filhos em escolas, e por aí vai”.

A última edição da revista reserva uma surpresa especial ao leitor. Redigida num linguajar nitidamente técnico, o texto dedica as 48 páginas à composição do principal dos “case studies”, analisando a trajetória de constituição do camelódromo desde a perspectiva da empresa. Trata-se, igualmente, do único relato ou documento escrito em que a Verdicon S.A. reconhece a existência de problemas de viabilidade do Bloco B, bem como de insuficiente fluxo de vendas para a sustentabilidade dos comerciantes nos novos espaços de trabalho. Tal concessão argumentativa, longe de ser desproposita, é providencial, na medida em que permitirá à narrativa geral do texto, amparada em conceitos técnicos da área da Administração e do Marketing, restituir o argumento de Elaine como protagonista do

processo de “inclusão social” dos camelôs, agora “empreendedores”. É assim que seu editorial resume a questão:

De camelôs para empreendedores. Uma mudança radical foi protagonizada. As conquistas oportunizaram uma melhora substancial na qualidade de vida dessas pessoas, não somente no âmbito material, com a aquisição de moradias, carros e filhos com melhores condições de ensino. A conquista foi tamanha que se refletiu no resgate da cidadania, valorizando-os como cidadãos que usufruem de seus direitos e ao mesmo tempo têm ciência de seus deveres. Os clientes estão cada vez mais presentes – em maior número – e cotidianamente estão consumindo mais. Sinal que seus desejos e necessidades estão sendo atendidos (Deboni, 2011: 3).

A lógica, aqui, parece concatenar a ideia do *empreendedorismo* – palavra repetida indiscriminadamente ao longo do texto para referir-se à habilidade dos comerciantes em lidar e administrar o próprio negócio – à “inclusão social” – cujo significado, não menos vago, envolve um amplo espectro de noções, desde a dignificação das condições de trabalho até a pretensa legalização dos produtos e as vantagens advindas de uma suposta formalização jurídica. Por outro lado, isso se reproduziria igualmente na *cidadanização* dos comerciantes – que, ao pagarem impostos e ao movimentarem a economia formal, estariam prontos a sentir-se cidadãos de direitos. Por fim, como consequência “natural” desse estado de coisas, isto é, uma vez os camelôs convertidos em comerciantes adequados às exigências mercadológicas e estéticas, haveria um incremento no número e na satisfação de clientes – que, não menos importante, passariam a ser vistos como cada vez mais exigentes e seletos<sup>53</sup>.

## 5.2 – No espectro da violência: o cotidiano e os conflitos de sociabilidade

Em fevereiro de 2010, ao completar o primeiro ano de atividades, a empresa Verdicon S.A. decidiu que havia chegado a hora de comemorar os resultados positivos de sua administração – cuja “competência” seria reconhecida, meses depois, pelo próprio prefeito municipal, em evento oficial, ao conceder a Elaine Deboni a medalha da Cidade de Porto Alegre pelos “serviços prestados”. Estes, de acordo com uma das várias reportagens sobre o laurel, incluíam a “transformação [sic] dos comerciantes ambulantes em lojistas”, através de “capacitação profissional” e “ações de valorização do espaço”. Se o evento contaria com a presença de autoridades políticas e coordenadores de marketing – que não deixariam dúvidas quanto ao sucesso do empreendimento – o intenso trabalho de bastidores, durante os dias anteriores, sugeria, antes, que era preciso “controlar” os rebeldes e descontentes. Seu Zé, um desses comerciantes, que estivera envolvido com o despejo<sup>54</sup>, relata o ocorrido:

Terça-feira as mulheres do escritório me chamaram: ‘oh, seu Zé, faz o favor, só um pouco... Amanhã é aniversário do camelódromo, e a dona Elaine ta preparando a festa aí, e eu queria saber do senhor o que o senhor acha, vai vim o prefeito aí com as autoridades, se nós precisamos de segurança aqui’ [risos]. Eu disse, ‘olha, eu falo por

<sup>53</sup> Como vimos na introdução, não demoraria muito para que o slogan do CPC, encarnado pela figura do camelo de boné, se transfigurasse em painéis em que se viam comportados e bem humorados membros de família, carregando sacolas de compras nas costas e vestindo roupas coloridas, em sinal de positivo para a câmera.

<sup>54</sup> Durante os despejos, seu Zé interpôs-se à ação da polícia, tendo sido agredido por um dos agentes. Na semana seguinte, durante visita de campo, mostrou-me o relho improvisado, escondido no fundo da banca, com o qual aguardava a chegada dos policiais para dar o troco da honra provisoriamente perdida.

mim, de mim ninguém precisa ter medo que eu não vou fazer nada... Agora, sobre os outros colegas eu não posso garantir nada não...’ Ela disse que eles tavam com medo... Aí eu disse: ‘eu sei que a nossa imagem não é muito boa, mas eu posso assinar em baixo pelo *peçoal nosso!* Vocês podem estar tranquilos aí que não vai acontecer nada não! Que o nosso pessoal é *educado!*’.

No dia do evento, a comitiva de Fogaça – acompanhada do gerente do prédio, Casagrande, da estilista, Isabela, da administradora, Elaine, e da representante substituta de Juliano (que se recusara a participar) do Comitê Gestor, Neca – circulou vagarosamente por entre os corredores, sob o olhar atento e suspeito de Seu Zé, o único do grupo a comparecer ao camelódromo. Os outros, em sinal de protesto, recusaram-se a trabalhar naquele turno. Quando se depararam com seu Zé, Elaine e Isabela tentaram amigavelmente iniciar uma conversa, para demonstrar sua boa relação com os *comerciantes e lojistas* diante do prefeito:

Sabe aquele fingimento, que a pessoa sabe, vem e te abraça, mas tu ta vendo que é fingimento... Aí eles chegaram em mim: ‘Seu Zé, o senhor é a nossa salvação!’, e dê-lhe beijinhos e tapinhas nas costas... E todo aquele *papo xarope*, que a gente não gosta de ouvir... Mas como eu tenho *educação*, né, eu ouvi... Aí eu disse, ‘olha, o assunto não é esse, *o assunto é outro!* Aí eu perguntei qual seria a situação dos que estão aqui atrás... Aí me respondeu que agora não seria o momento de falar nisso...

Essa economia da suspeição e do medo, dramatizada com maior intensidade durante o evento comemorativo, transubstancia-se para as experiências ordinárias do cotidiano – sobretudo quando aciona agentes limítrofes cujas tensões, se em alguns casos já vinham da rua, são reconfiguradas pelas políticas espaciais e econômicas subjacentes ao camelódromo.

E tudo o que a gente quer, tem que sair lá de dentro! É uma burocracia! Eles sempre tão no nosso bico, parece que nós somo ladrão! Eu vou ser obrigado a chegar e a dizer: ‘oh, eu não to fazendo nada que não tenha ordem! É o seguinte, eu entrei nessa sala aqui, que tá liberado pra nós tocar música, que eu sou músico! ‘não, não é isso...’, Eu digo: não, eu sei que é isso, é isso que vocês pensam de nós! Eu disse: ‘vocês tão fazendo o que? Cuidando a gente?’ Não é pra isso que eles são pagos! Eles têm que fazer a segurança dos camelôs! E não contra eles! Aí chamaram a Elaine, deu uma confusão, não queriam deixar a gente tocar! Disseram que ali não era favela, que era shopping! Eu digo “a senhora não é melhor que ninguém! Não é melhor do que nós!”.

Seu Zé não foi o único a experimentar, em diversas ocasiões, as tensas negociações com a nova administradora do prédio; outros de meus informantes tinham relatos de toda sorte a esse respeito. Uma delas merece especial atenção, em função dos códigos colocados em jogo durante o processo de mediação com a empresária. Dona Diva, vendedora prestigiada de toda sorte de chapéus, membro de longa data da ASFERAP e amiga íntima de Juliano, conta de quando recebera Elaine em sua banca como *cliente*. “Ela, que é toda chique, queria pagar 10 reais num chapéu! Aí eu pensei: eu também sei ser chique”. E passou a oferecer-lhe outros modelos, sob o pretexto de que aquele era simples demais para uma senhora tão elegante. Ao fim da visita, dona Diva conta, entre risos, que conseguira arrancar-lhe mais de R\$ 100 reais em mercadorias!

Em outra ocasião, dona Diva indispôs-se com Elaine em função do alto volume gerado pelas caixas de som, recentemente implantadas em todos os corredores do camelódromo, para acomodar a rádio “Shopping do Porto” – um canal de músicas e avisos criado exclusivamente para quem circulasse pelo prédio, projeto cuja autoria Juliano até hoje

reclama para si<sup>55</sup>. Depois de descobrir, por fontes não reveladas, que Elaine teria “enchido a boca” para divulgar valores muito acima daqueles realmente investidos na montagem do sistema – fato de que minha informante se vale para ilustrar a necessidade de a empresária sempre querer parecer grandiloquente e pretensiosa –, Dona Diva reclamou do som estridente e agudo das caixas. Segundo ela e diversos outros camelôs, as instalações só atrapalhavam a comercialização dos lojistas, sobretudo aqueles do bloco B, onde, na ausência de vendas, pairava um clima de tensão e estresse, recrudescido pelo som<sup>56</sup>. Dona Elaine, que já vinha se irritando em função da sistemática teimosia de dona Diva em recusar toda e qualquer tentativa de melhoria na infraestrutura do prédio, pediu a ela que sugerisse alguma outra alternativa para melhorar a ambientação do camelódromo, ao que ela retrucou, simples e calmamente, que uma climatização do espaço seria suficiente para apaziguar a todos.

Diante da impossibilidade financeira do projeto, dona Elaine, que na ocasião estava acompanhada do marido, proprietário da Verdicon S.A., teria perguntado, descaradamente: “a senhora não está satisfeita com nada nesse camelódromo... Por que a senhora continua aqui ainda? Por que não sai e vai fazer alguma outra coisa? A senhora não é aposentada? Então, vá fazer alguma outra atividade ao invés de ficar aqui importunando a gente, porque nós só estamos interessados no bem estar de todos”. Ante a provocação audaciosa de sua interlocutora, dona Diva manteve a maior calma e elegância, como gosta de reafirmar. Sem ao menos pestanejar, demonstrando bastante convicção em suas palavras, retrucou:

A senhora quer que eu vá embora daqui? Pois então aí está, enquanto a senhora quiser que eu vá embora, eu fico. Porque eu estou aqui justamente para isso, eu quero ver isso aqui dar certo, mas *dar certo para os camelôs*. E a senhora e o senhor são apenas empregados nossos, porque no momento em que todos aqui deixarem de pagar o aluguel, vocês vão à falência. Vocês, o vosso bem-estar e a vossa cara empinada para pisar sobre a gente, dependem do pagamento do nosso aluguel. E eu digo o seguinte: eu pago justamente para poder dizer o que eu quero e o que eu penso. E esse gostinho ninguém pode me tirar, nem a senhora nem ninguém. Pode vir aqui o Papa, que ele vai ter que pedir autorização primeiro para mim para entrar na minha banca. O mesmo vale pra senhora, aqui só entra quando for convidada!

Algum tempo depois, dona Diva encontraria um texto afixado no mural situado na entrada dos banheiros dos funcionários, no terceiro pavimento. No papel estava estampada a foto da senhora que, aos chutes e pontapés, havia tentado romper o lacre das bancas interditadas durante o despejo de Juliano – a mesma publicada pelo jornal Zero Hora e que consta no capítulo 4 desta dissertação. Junto, havia um texto que dizia tudo o que um comerciante popular *não* deveria ser; entre outras coisas, nunca rebelar-se contra o seu “patrão”. Dona Diva, após ver a montagem, simplesmente pegou o papel, o rasgou e tocou no lixo. Não se sabe como, o chefe da segurança, Anderson, veio a saber do ocorrido e foi tirar satisfações em sua banca. Dona Diva, da mesma forma resoluta com que contestara a Elaine, retrucou que ele era apenas um “empregado” que não tinha ingerência sobre a sua banca; que

<sup>55</sup> De fato, durante sua atuação como representante dos comerciantes, no Comitê Gestor, Juliano esteve às voltas com a criação de uma “rádio comunitária” – projeto que jamais vingara em função da alegada falta de recursos por parte da empresa. Juliano, é claro, exigia a instalação do dispositivo sem quaisquer ônus para os camelôs.

<sup>56</sup> Valdir, cuja trajetória abordarei no último capítulo, comentou, em uma das ocasiões em que conversamos: “de trilha sonora é mais bonito, a gente parece que está no Titanic, afundando aos poucos e com classe [risos]”.

em lugar algum admitiria que uma empresa capitalista denegrísse a imagem de um camelô; e que, além disso, não possuíam o direito de imagem daquela senhora: “Então se eu vir outro papel colado lá em cima, eu deixo lá, mas tiro uma foto e faço uma denúncia na polícia!”.

### 5.3 – Dois modelos de agência: Juliano *versus* Elaine

Se boa parte dos conflitos cotidianos de sociabilidade podem ser entendidos à luz das relações estabelecidas entre comerciantes e agentes da administração, o mesmo pode ser dito a respeito da tensão crescente entre Juliano e Elaine enquanto distintos arquétipos de sujeito. Para a empresária, o líder da ASFERAP passaria, cada vez mais, a concentrar tudo aquilo que remetia à rua e, por extensão, ao desemprego, à informalidade, à sujeira, à decadência e à desorganização. Para Juliano, Elaine seria a representante por definição da degenerescência do mundo capitalista, tanto mais quanto esta se interpunha às suas estratégias de reanimar a comunidade que, com ele, perfizera o primeiro e o segundo ciclos da transição. Assim, enquanto Elaine procurava converter e modificar os camelôs, Juliano tratava, com todas as forças, de fazer o mesmo com o camelódromo.

A primeira situação em que Juliano cruzou com Elaine não ocorreu nos espaços do camelódromo; foi durante a primeira Reunião da CEFOR, realizada em maio de 2009. Na ocasião, Juliano nem bem a conhecia, embora o discurso proferido, em nome dos camelôs – que contou até com choros da empresária, como eu mesmo presenciei –, o deixasse simpático em relação a ela. A predisposição à aceitação de Elaine rendeu até uma importante parceria – foi com ela que Juliano conduziu a primeira excursão de ônibus a São Paulo em busca de mercadorias; uma prática que, como veremos nos próximos capítulos, não duraria muito tempo. Elaine, por sua vez, tem outras lembranças desse contato, na Câmara de Vereadores. Segundo ela mesma narra, durante a entrevista:

Eu fui na Câmara com eles, tava um senhor Pedro Ruas (PSOL) falando, e ‘que nós vamos ver isso, nós vamos arrumar esse aluguel pra vocês’, e mentindo, né. Deixei ele falar, ele não sabia quem eu era... Aí depois que eles encerraram os trabalhos, eu disse ‘eu nunca vi tanta hipocrisia! Vocês tão mentindo pra essas pessoas pra ganhar espaço na mídia, vocês não vão dar aluguel de graça, porque isso não é, não foi preestabelecido’... Ihhh, Moisés! Eu falei aos prantos, porque eu me emociono, eu sou latina de verdade. Aí o cara me disse: ‘a senhora foi muito infeliz na sua colocação’. Eu disse ‘eu fui! Eu *sou* infeliz. Feliz é o senhor, que ninguém lhe arranca o microfone quando fala porcaria!’. Aí foi aquilo, os camelôs vieram todos em volta de mim, me acalmar, ‘dona Elaine, a gente sabe que não é...’. Aí eu disse ‘então *parem!*’. Porque o que eles precisavam entender é que eles tinham que trabalhar! E cada vez que eles faziam aquela balbúrdia, aquela baderna, eles afastavam as pessoas daqui de dentro!

Em pouco tempo, a forma como Juliano definiria sua parceria com Elaine sofreria uma brusca inflexão. Os primeiros sinais ficaram evidentes ainda no final de sua gestão como representante dos camelôs, no Comitê Gestor – quando Neca e Viviane, as suplentes, passariam a lhe substituir nas reuniões com a empresária e com a prefeitura, enquanto ele já estava envolvido com a negociação de bastidores pela permanência dos camelôs que seriam



despejados em março de 2010. O líder as acusaria de traição, sobretudo quando, em uma dessas ocasiões, os seguranças não autorizaram sua entrada na sala de reuniões.

À mesma época, circularia, pelos corredores do camelódromo, o primeiro de uma série de manifestos de indignação contra Juliano. O momento coincidiu com as eleições da temática de “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, do OP, em maio de 2010, razão pela qual Alfonso e Elaine constariam entre os principais suspeitos. Recheado de acusações e palavras obscenas, o papel era todo escrito em letras garrafais, em negrito, e não continha qualquer assinatura. Encerrava com os dizeres “Voltaremos...”. As críticas tinham como alvo o antigo Comitê Gestor – composto por Juliano, Viviane e “Neca” – e se valiam de adjetivos depreciativos, que apelavam às compleições físicas das vítimas: o “anãozinho” e “vermezinho”, a “gorda fedorenta”, e a “mulher de sapato GG”, respectivamente. Ao longo das declarações, Juliano era acusado em função de uma série de questões apontadas como problemáticas, entre elas de que havia sido ele o delator dos casos de apreensão de mercadorias e fechamento de boxes por pirataria e inadimplência; e, também, que teria sido sua a proposta de pagamento de taxas de implantação compulsória do Alvará de microempreendedor. Outra passagem faz alusão à baixa estatura de Juliano, sugerindo ao leitor que repare na voz estridente e aguda do “bonequinho”, e que deixe de ouvir, por um momento, o que este dizia para reparar na expressão e aparência física empolgada e extenuada do representante dos camelôs. O texto era coroado por uma expressão não menos ultrajante: “você tem certeza de que este é o seu representante??”.

A partir de então, Elaine passaria a ser conhecida, ao menos entre os membros mais próximos da ASFERAP, como a “Dama de Ferro” do camelódromo. Esta, por seu turno, passou a acompanhar com mais cuidado as movimentações de Juliano pelos bastidores do camelódromo. Rapidamente, percebeu que a reputação do líder não vinha apenas da comunidade de camelôs que o instituíra, mas de seu conflito pessoal com o então secretário da SMIC, Idenir Cecchim (PMDB), noticiado, volta e meia, nas principais páginas dos jornais locais. Tais disputas teriam ficado evidentes sobretudo a partir das candidaturas a deputado, de ambas as partes, no segundo semestre de 2010.

Sabe quanto custa uma página de jornal pra te pagar do bolso? Agora, se tem alguém que te dá motivos pra estar todos os dias no jornal, dando explicação, é ótimo, né. Então era ele [Cecchim] falando, defendendo o empreendimento, e o Juliano falando mal. Então todos os dias, tinha páginas e páginas dos dois e nós aqui dentro sofrendo.

Cansada de ser coadjuvante e ávida por participar da exposição que a mídia rendia ao camelódromo, Elaine teria tomado a decisão de entrar em contato com os jornalistas que, volta e meia, criticavam a administração do empreendimento.

Eu liguei pro Eduardo, do Diário Gaúcho, que batia na administração. Eu disse ‘Eduardo, meu nome é Elaine Deboni, eu sou consultora de imagem, eu vim trabalhar no shopping, pra tentar recuperar a imagem negativa, e eu gostaria de falar uma coisa. Eu entendo a tua parte como jornalista, a tua preocupação pelo oprimido... Agora eu te pergunto uma coisa: esta notícia que você vai colocar no jornal amanhã, digamos que você como pai, se seu filho disser que ele precisa comprar algumas coisas, o senhor vai mandar ele aqui, lendo o jornal que você escreveu? Eu disse não, porque se a tua escrita permite que um pai mande um filho passear aqui, você está ajudando o camelô. Do contrário, querido, tu ta indo no raciocínio do que os outros querem, ta sendo *usado* pela política. No dia seguinte eu abri o jornal: nem uma linha. Daquele dia em diante ele nunca mais escreveu sobre o shopping.

A fim de desestabilizar por completo os poucos insurgentes que restavam da mobilização política, Elaine contratou um micro-ônibus e marcou um encontro com os principais veículos de comunicação locais. Antes, porém, chamou a todos os que estavam dispostos a falar em nome do camelódromo para uma reunião na sua sala: “Vocês querem gente aqui? Então em vez do Cecchim ou do Juliano falar sobre vocês, vocês vão lá e vão contar para os diretores do jornal qual é a verdadeira história do shopping. Digam que vocês

estão bem, que estão felizes, que eles são políticos e não falam por vocês!”’. De acordo com a empresária, cerca de 20 pessoas teriam se candidatado a dar entrevistas aos diretores de jornais como Zero Hora, Correio do Povo e Diário Gaúcho. “E aí ficou combinado: quando tiver notícia ruim, nós vamos vir em equipe, com representação. Não com uma pessoa falando por nós. E aí o shopping foi, graças a Deus, como um balão pra cima”’.

Com o anúncio das candidaturas a deputado estadual, Juliano e Cecchim disputariam acirradamente os espaços do camelódromo para a realização das respectivas campanhas eleitorais. Não foram raras as ocasiões em que ouvi de meus informantes que Elaine favorecia a Cecchim, que teria distribuído panfletos pelos corredores do prédio com a anuência dos agentes da fiscalização, ao passo em que Juliano seria amplamente monitorado pelo circuito interno de câmeras. Assim, os conflitos travados com os agentes de segurança e com a administração do CPC constituíram um bom termômetro de como se configuraram as estratégias de Juliano após o despejo – bem como a que caminhos e conflitos de sociabilidade o embate prolongado dos reminiscentes da ASFERAP com a empresa conduziram.

A visita do Ministério Público à administração do camelódromo, no dia 22 de setembro de 2010, é, a esse respeito, paradigmática. Acompanhado das vereadoras Fernanda Melchionna (PSOL) e Sofia Cavedon (PT) – que haviam impetrado, junto com Juliano, um pedido de investigação das irregularidades crônicas associadas ao projeto, ainda no início do ano –, o promotor César Faccioli permaneceu algumas horas no gabinete de Elaine, enquanto as câmeras e repórteres dos principais órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul aguardavam ansiosamente na porta de saída. Entre as questões investigadas, estava a licitação do estacionamento, o valor abusivo dos alugueis, a falta de zoneamento do espaço, a vendagem e sublocação de bancas e a cobrança de dinheiro por serviços indevidos. Juliano, de sua parte, em plena campanha eleitoral, estava convicto de que o evento poderia ser positivamente ressignificado a seu favor. Assim, acrescentou outros fatos não declarados pelo promotor, tão logo algum camelô o interpelava para saber as razões da presença do Ministério Público no local. Não demorou para que, enquanto esperavam por uma resolução, iniciassem os tumultos com o chefe da segurança, Anderson, que já fiscalizava Juliano para que não usasse politicamente os corredores do camelódromo.

Eu sei que a questão aqui é pessoal! Eu sei que tu tá tentando me prejudicar! Tu coloca toda a segurança contra mim! Eu não posso nem mais pisar aqui dentro que vocês já estão todos em cima de mim! Que segurança é essa? Fazendo terrorismo em nome daquela Elaine, só porque ela paga vocês não tem que ser capachos dela! Vocês têm é que cuidar da segurança dos camelôs em primeiro lugar!

Anderson tentou manter-se impassível, explicando que apenas cumpria ordens. Mas assunto não estava resolvido. Algumas pessoas, dentre as quais notadamente seu Zé e seu Anselmo, dois veteranos da ASFERAP, juntaram-se ao debate, e o segurança teve novamente de se pronunciar. Disse que várias pessoas colocavam adesivos da campanha de Juliano em suas bancas, o que iniciou novo rebuliço. Seu Zé berrou dizendo que a banca era dele, que ali dentro era ele quem dava as ordens, e faria o que ele bem entendia! Anselmo concordou,

sinalizando com os punhos fechados, olhando fixamente para mim – que tentei concordar com um aceno de cabeça –, dizendo que, se alguém fosse se meter com ele, em sua banca, invadindo-a ou tentando policiá-lo, a “cobra vai fumar!”: “Aqui ninguém vai invadir, nem prefeito, nem Elaine, nem Cecchim nem ninguém botam os pés sem eu autorizar!”. Novamente, ao segurança coube acenar positivamente com a cabeça, em sinal de resignação.

Assim, a presença do Ministério Público alimentava ao menos três expectativas distintas, de acordo com as posições em jogo naquele quadro de forças: de um lado, Juliano ansiava por uma repercussão positiva em termos eleitorais; de outro, boa parte dos camelôs do bloco B esperavam que autoridades públicas como o promotor evitassem a excessiva intromissão da administração e seus agentes na forma como coordenavam seus negócios e espaços. Por fim, a todos agradava a possibilidade de imaginar Elaine preocupada, indignada e com insônia, diante da interrupção repentina de seus projetos grandiloquentes; enquanto liderança, a empresária era classificada pelos camelôs como uma espécie de *gangster* em escala local, alguém que negocia benesses através de seus “capangas” – os seguranças que, supostamente, resguardavam a integridade do prédio e de seus habitantes.

No dia seguinte, o clima era de pânico no camelódromo. Juliano, de forma particular, estava atônito, o semblante descolorido, às voltas com a sua própria reputação, amplamente deteriorada com as fofocas que rendera o evento do dia anterior. De acordo com o líder, ainda na parte da manhã, alguns camelôs mal intencionados teriam feito circular a notícia de que “o Juliano” estaria metido com o processo do Ministério Público e de que, graças à sua intervenção, todas as bancas que possuíam mais de um ponto compartilhado seriam fechadas e entrariam na investigação jurídica. A fofoca alastrara-se como fogo, a tal ponto que os amigos pessoais de Juliano tiveram que aconselhá-lo, através de ligação telefônica, a que não colocasse os pés no camelódromo naquele dia, pois seria um “homem morto”.

Que gente burra! Que gente estúpida! Se eles pensam que eu vou me entregar quando dá uma fofoca dessas, eles tão muito enganados! Mas eu já sei de onde partiu a fofoca! (...) Eu sei que eles querem fazer isso no máximo das boas intenções, mas acabam melando com todo o processo! É uma gente muito burra! Só que eles não sabem que sempre tem uns urubus que tão loucos pra atacar na carniça! Que tão loucos pra espalhar isso daí como vento pra prejudicar o nosso nome e se dar bem!

Ao longo daquela tarde, acompanhei Juliano pelos corredores do prédio, na tentativa de “apagar o incêndio”, enquanto ouvíamos murmúrios, aqui e acolá, de pessoas antevendo catástrofes, assassinatos e emboscadas para destituir o líder e o antropólogo que o acompanhava. Outros diziam para tomarmos cuidado, pois “muita gente ta querendo o mal, tão querendo acabar com o Juliano, e contigo também!”, apontando o dedo para mim. “Aqui as paredes têm ouvidos e é melhor que ninguém mais abra a boca sobre ‘aquele assunto’”. Muitos dos camelôs que eram interpelados pelo líder dirigiam-se a ele com sorrisos amarelos, no mais das vezes dizendo qualquer coisa como “eu bem que pensei que o Juliano não era capaz de uma coisa dessas”, enquanto este tentava, a todo custo, redirecionar o foco de suas animosidades para a prefeitura e a administração. Outros, enquanto prometiam votos a

Juliano, vinham conversar comigo em particular, perguntando-me se de fato as fofocas contra o líder não faziam sentido e eram, afinal de contas, *apenas* fofocas.

A derradeira comprovação de sua decadência enquanto líder entre os camelôs, Juliano teria alguns dias após esses eventos, ocasião em que seria acusado de praticar, ilegalmente, o “Jogo do Bicho”<sup>57</sup> pelos corredores do camelódromo. Juliano comenta que recebera duas ligações telefônicas de sujeitos envolvidos com tal prática, uma delas ameaçando-o de morte, e a outra para informar-lhe que haviam levantado toda a sua ficha e constatado que ele não tinha nenhum tipo de relação com o jogo. Ainda assim, pelo camelódromo, correram boatos de que Juliano estaria sendo investigado pelo seu envolvimento com o “esquema”.

É uma verdadeira *máquina de fofocas* contra mim! Tá todo mundo tentando inventar alguma coisa pra me prejudicar! É sinal de que a nossa campanha tá incomodando! Que nós estamos crescendo e pisando no calo de muita gente! E aí chega o nosso pessoal e, em vez de dizer que tudo isso é mentira, que o nosso candidato não tem nenhum tipo de envolvimento com essa gente, vão lá e se amedrontam! Não sabem mais o que fazer! Ficam chorando pelos cantos, dizendo que é pra eu não me candidatar que eles vão acabar comigo! Mas isso é coisa de covarde! Eu vou enfrentar essa gente *de igual pra igual!* Eles têm que saber com quem tão lidando!

Após a nova decepção nas urnas, no início de outubro, Juliano enfrentaria ainda outro revés nos embates pontuais com Elaine. Cerca de um mês após o pleito, uma nova leva de comerciantes populares, em torno de 50 deles, em sua maioria do bloco B, estavam a ponto de ser despejados por meio de Portarias Administrativas emitidas pela prefeitura, a partir de dados de inadimplência gerenciados pela administração. Apesar de Juliano não envolver-se como protagonista e representante dos camelôs afetados, Elaine mobilizou toda sua rede de contatos, capitais, e estratégias de persuasão para autorizar, num primeiro momento, as práticas de agregação de bancas e, logo em seguida, para garantir que os inadimplentes fossem peremptoriamente removidos, antes que se entrasse no ciclo das festas de fim de ano.

Então o vizinho do Juliano tava com 4m<sup>2</sup>, trabalhava o marido e mulher naquela loja, e o Juliano tinha loja fechada, não abria, não colocava o produto, e aqueles dois abriam, trabalhavam e viviam dali, dignamente. Daí eu disse, ‘secretário, vamos tirar todas essas pessoas que não pagam e que não deram certo aqui, vamos fazer o que? Nem Jesus salvou todo o mundo... Eu lhe faço uma proposta: o senhor pega o vizinho do lado do lojista que ta mal, e autoriza ele a ampliar, e transforma a loja dele numa metragem maior. Se der errado, eu assino a minha demissão antes do senhor fazer.

#### 5.4 – O “bom selvagem”: a romantização da figura do camelô

Se os “cases” povoavam as capas das revistas editadas por Elaine e serviam de artifício enunciativo para a constituição de seu discurso de sucesso e bem-aventurança, algo semelhante se passou quando apresentou-me, durante a entrevista realizada em julho de 2011, suas experiências como diretora do CPC. Enquanto um modelo individual de conversão, a trajetória de “Xuxu”, que me é aduzida, é emblemática, na medida em que se

<sup>57</sup> O jogo do bicho é uma bolsa ilegal de apostas em números que representam animais. Apesar de sua imensa popularidade, é considerado ilícito no Brasil, em função da ausência de pagamento de impostos por parte dos banqueiros que o administram e a sua condição de jogo de azar, que induziria ao vício e à miséria a população.

passa no auge do processo de mobilização política presidido por Juliano, e coloca em jogo uma série de competências persuasivas, de ambas as partes, no tratamento e na negociação dos camelôs. Tudo começa num fim de tarde qualquer de 2009, quando o gerente administrativo da empresa, Noedi Casagrande, invade aos brados o escritório de Elaine, para comunicar-lhe que Juliano estaria realizando uma reunião com cerca de 70 pessoas “ali ao lado”, isto é, no terceiro pavimento do prédio.

Bom, eles [os funcionários da empresa] tinham um medo, um medo, coitadinhos, né, que ninguém também vem aqui pra perder a vida, né, são empregados. (...) E aí eu disse, ‘tu deixou, Casagrande?’. Aí ele, ‘eu não tenho que deixar nada, eu sou pai de família e eu não tenho que enfrentar eles’. Aí eu disse, ‘pois então, enfrento eu!’. E fui.

Quando Elaine chegou ao local, pelos fundos de uma das várias divisões de concreto inacabadas, próximas ao suntuoso restaurante executivo, deu de cara com Seu Noé, o pastor, que, ao lado de Juliano, discursava fervorosamente, a Bíblia em punhos, sobre o exemplo de Jesus Cristo e o perdão do próximo e, portanto, também, das *dívidas*. Elaine recordou, então, o encontro que tivera com a *sua* pastora, em Erechim, quando desabafou sobre os desafios associados à nova posição administrativa no camelódromo. Naquela ocasião, diante da falta de respostas, a religiosa evocara a metáfora do povo judeu no Egito – de que, de acordo com a empresária, era passada a hora de libertarem-se da escravidão, embora poucos estivessem dispostos a deixar a antiga vida, penosa porém fácil. De posse dessa narrativa, Elaine se infiltrou na reunião, já passado das 20h:

E daí eu falei. Quando o Juliano me viu, né, ‘ahh, a dona Elaine, palmas pra dona Elaine!’. Eu fiquei bem séria. Eu disse ‘pode dispensar as palmas, a minha conversa é com o pastor’. Aí eu disse ‘pastor, o senhor está usando as pessoas e o nome de Deus pra enganar?? Por que o senhor não conta a parte do povo que era escravo no Egito e poderia construir Israel e não quis ir?’. Mas isso eu falando no berro, né, *isso aqui era uma guerra!* E aí as pessoas viraram contra o pastor, ele ficou sozinho, e vieram pra mim, aquelas velhinhas, sabe, aquela gente humilde, porque eles juntam o que tem de mais coitado... Daí uma disse, ‘dona Elaine, o que a senhora vai fazer com nós?’ Daí eu disse ‘eu não sei. A única coisa que eu quero dizer pra vocês é que eu to com vocês. O que acontecer com vocês vai acontecer comigo. Não tenho outra coisa pra dizer’.

Naquele momento, aproximou-se do grupo um sujeito de nome “Xuxu”, com quem Elaine iniciaria o processo de fabricação de novas subjetividades e trataria de domesticar aos comerciantes mais rebeldes.

Era um gordo, um dos caixinhas do Juliano, e disse pra mim: ‘dona Elaine, a senhora é da onde mesmo?’. ‘Eu sou de Erechim’. ‘Mas a senhora tem uma coragem que eu nunca vi’. Ele disse ‘eu, por dez pila, dava uma facada num. E eu vou lhe dizer que a senhora ganhou o meu respeito. O que a senhora quer que eu faça? To fora, to fora de qualquer coisa que eu fazia até hoje!’. Aí eu disse ‘então tu vai trabalhar. Onde é que é a tua loja?’; ‘em frente ao caixa eletrônico do Banrisul’, que tinha dez mil acessos por mês, e ele não vendia nada. Aí eu disse ‘eu vou descer amanhã e ver a tua loja’.

No dia seguinte, Elaine teria ido até o estabelecimento, em frente ao caixa eletrônico.

Tu imagina, uma lâmpada pendurada na frente do caixa eletrônico, as pessoas entravam de costa pra ele pra não roubar a senha... Era um *bandido*. Aí eu disse ‘como é o teu nome?’. ‘Xuxu’. Eu disse ‘o TEU!’. Mas isso eu gritava! *No momento de uma guerra é uma guerra!* Aí eu peguei o rosto dele e disse ‘o teu nome eu perguntei!’. ‘Jeferson’. ‘Então a partir de hoje, Jeferson, a primeira coisa você vai assumir o teu nome de batismo. Xuxu é o nome de um *parasita!*’ Aí ele com as mãos, assim, ‘sim senhora’, ele beem gordo [risos]. Ele veio me dizer ‘dona Elaine, a senhora sabe pra que era aquela reunião? Nós ia pôr gasolina em garrafa pet’... A este ponto eles chegaram! (...) Sabe quantas pessoas ficaram das 70? Nem 10. Vieram todos por nosso lado. E no dia seguinte, o Juliano se desmoronou.

A decepção de Juliano coincidiu, assim, com o início do projeto de “revitalização” dos camelôs, no próprio CPC. Pouco tempo depois, Elaine teria descido pessoalmente até a loja de Xuxu para prestar-lhe uma consultoria informal de imagem e sugerir-lhe a possibilidade de ampliar seu espaço com a loja ao lado:

‘Deus me livre, dona Elaine! Eu to devendo um ano aqui! Como é que a senhora vai me dar outra loja, se eu não consegui pagar uma, e vou pagar duas’. Eu disse ‘não, tu não queria pagar, agora tu quer. Agora tu vai pagar duas. Agora é março, eu vou te fazer uma proposta. Eu não vou te cobrar até dezembro. Mas a fatura vai sair. Tu vai dever. Se no dia primeiro de dezembro tu tiver o dinheiro pra me pagar, tu vai me pagar. Se não tiver, eu vou te despejar. Negócio limpo, tu não pagou, tu não vai ficar’.

Mesmo contrariado, Xuxu teria aceitado o pacto com a empresária, passando boa parte de 2010 com duas bancas. Chegado o momento de acertar as dívidas, titubeou.

Dia primeiro de dezembro, não tinha pago uma. Aí ele disse ‘oh, dona Elaine, o que a senhora vai fazer?’. Eu disse ‘eu vou te mandar embora’, e ele ‘ahhhh, dona Elaine, a senhora sabe que a gente é safado, né... Não tenho nem uma chance, de dar mais um mezinho? Passar o natal?’. ‘Nenhuma’. ‘Ah, dona Elaine, me obrigo, eu vou descer lá embaixo e vou buscar’ [risos]. Pagou tudo à vista! Ele disse ‘a senhora não conhece esse tipo de gente ainda. Só a senhora que confia em nós, ninguém mais [risos]. Porque a gente sempre que pode tira uma casquinha’. Ta lá com a loja dele até hoje. Tá aqui a família: eu chamei o filho dele, eu disse ‘olha bem pra ti. Teu pai já traçou o caminho dele. Mas não o de vocês. Isso aqui, vocês é que vão trabalhar, vão montar as empresas’. Porque eles todos têm o nome sujo. Aí coloquei a família dele na revista, meeeu Deus do Céu! É outra pessoa. Esse aí era dos... Esse era *brabo* mesmo.

Por fim, os  *cursos de capacitação*, de início empreendidos pela administração e, logo em seguida, desenvolvidos em parceria com a ADVB/RS – Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil –, complementariam o quadro dessa reeducação sensível, fornecendo os elementos estéticos necessários. Nelma Penteado, uma espécie de consultora empresarial e educadora corporal, foi cotada para realizar a primeira palestra motivacional no camelódromo, passado um mês de sua abertura. Elaine investiu cerca de 20mil reais na concretização do evento, que incluía persuadir a palestrante a ampliar seu público-alvo e incorporar os camelôs dispostos a converterem-se em comerciantes bem-sucedidos.

Da folha de papel amassada à flor que desabrochava, os itinerários narrativos da palestrante sugeriam os caminhos a serem percorridos por Elaine na tentativa de socializar e reesculpir uma nova estética do “ser camelô”. Além das *massagens* – que deveriam ser feitas uns nos outros, como sinal de reconhecimento da alteridade como sujeito de cuidados – eram sobretudo os balões brancos que colocariam as bases coletivas sobre as quais a administradora poderia, doravante, trilhar novas políticas e espaços de negociação *com e sobre* os comerciantes: “Ela pegou um papel, amassou todo. Aí ela disse ‘abram’. Aquilo era pura marca. ‘Sabe o que é isso? São vocês hoje’. A vida moeu todos, mas ensinou a fazer uma flor. E ela disse ‘vocês já pensaram essa flor sem marca? Ficaria feia. Então vocês podem aproveitar a marca pra ir pra frente’”.

\* \* \*

As iniciativas de Elaine no âmbito da administração do camelódromo auxiliam a entender o modo como se constituiu uma configuração favorável para a emergência de

espaços de negociação das dívidas a partir de critérios morais. Como bem resume a empresária, “com o que eu gastei aqui, eu poderia ter dado um ano de aluguel. E aí? Passou um ano de aluguel, vai pro segundo, continuava...”. Se, do ponto de vista dos Deboni, o camelódromo se afigurava como uma espécie de fundo garantidor de longo prazo – quase como uma “segunda” aposentadoria – não menos importante era assegurar a reprodução de suas qualidades morais, sobretudo se fosse possível demonstrar que entre elas e a adimplência havia uma correlação que implicava a ressocialização do camelô enquanto empresário e o reordenamento de seus limites espaciais a partir da temporalidade do shopping, que trazia consigo uma hierarquia simbólica baseada na dívida ética e financeira.

Eu nunca perdoei um aluguel deles. Por isso que eu quero mandar pra ONU. Porque eu dizia pra eles, ‘se você pagar o teu aluguel, se você se *formalizar*, você tem direitos! Você pode ter a casa própria, você pode ter o automóvel...’. Eu disse ‘você lembra aquela moça que ganhava a faculdade de graça e foi trabalhar de carro? O que aconteceu?’. Tu não pode ganhar de graça e crescer. Tudo que é dado, tu permanece inferior! Essa é a jogada! Aqui ninguém dá nada, nós ensinamos caminhos.

De sua parte, Juliano e os membros mais próximos da ASFERAP dividiam com Elaine a ideia de que a dívida trazia consigo profundos impactos morais para a honra dos sujeitos. O que os separava, contudo, eram suas estratégias de responsabilização: se para Elaine tratava-se de uma questão individual, de uma pedagogia que precisava ser apreendida de modo a domesticar os espíritos rebeldes que faziam lembrar, a todo o momento, a paisagem da rua, para Juliano tratava-se de empertigar-se pelos espaços públicos, convencendo seus colegas inadimplentes de que o melhor que tinham a fazer era, de fato, esperar por uma solução desconhecida. Ambos os líderes, Elaine e Juliano, constituíram suas táticas, portanto, valendo-se das trajetórias de camelôs que, doravante, precisavam modificar comportamentos e *forjar* novas personalidades. O que estava em jogo, como pretendi demonstrar, era o *estatuto* e o *objeto* dessas alterações – ou, se quisermos, a distribuição das categorias de sujeito (agência) e coisa (objeto) entre, respectivamente, *camelôs* e *camelódromo*. Para a empresária, estava claro que os primeiros seriam os novos agentes a partir dos quais o camelódromo, enquanto objeto, adquiriria vida própria; para o líder, era justamente o camelódromo que, enquanto polo da agência, precisava ser modificado para incorporar os camelôs que, assim, poderiam continuar com suas vidas e trajetórias comerciais de outrora.

Entre o *camelô* e o *lojista*, por conseguinte, haveria de se impor uma tensão de fundo que reesculpiria as formas de sociabilidade, as relações com os agentes de fiscalização, e as táticas de comercialização – questões de que nos ocuparemos no próximo capítulo.

## **6 – ENTRE PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS: Por uma socioantropologia do processo de transição**

Se as animosidades prolongadas que se estabeleceram entre Elaine e Juliano, enquanto distintos projetos de transição, referiam-se, essencialmente, às formas cotidianas de sociabilidade e de ocupação do espaço, a incorporação de dois novos atores permitiria pensar, para além disso, a configuração das práticas *econômicas* dos novos comerciantes populares. De um lado, os agentes de estado, materializados na figura dos fiscais da SMIC, desempenhariam um importante papel na constituição da paisagem do novo espaço de trabalho. Aqui, é preciso considerar que, na medida em que a secretaria manteve os mesmos agentes que outrora controlavam as ruas, também os fiscais passaram por um processo de acomodação da transição – o que seria confirmado, efetivamente, através das narrativas de meus informantes, ao relatarem antigas práticas de fiscalização e autuação convivendo com o novo estatuto jurídico e legal de que foram investidos com a transição.

Assim, ao analisarmos as práticas cotidianas desses agentes, através das narrativas que sobre elas produzem meus informantes, é possível chegar a um quadro socioantropológico mais amplo a respeito de práticas que, efetivamente, permaneceram ou se alteraram, tomando como ponto de partida os contextos experimentados e narrados por esses mesmos agentes quando ainda estavam nas ruas do centro da cidade. Da mesma forma, a introdução dos representantes da empresa que administra o camelódromo colocaria, como ponto central, o problema da *jurisdição* dos agentes de estado, bem como da distensão entre as responsabilidades a eles atribuídas pela carta da lei e as expectativas que comerciantes e administradores nutrem a seu respeito.

Por fim, não menos importante para o entendimento contextual de novas ou velhas práticas econômicas, volto à trajetória de Alfonso Limberger na ocupação dos novos espaços de trabalho – que, ao ser contrastada com os projetos de Juliano, de Elaine e dos agentes de fiscalização, permite jogar alguma luz sobre as principais categorias pelas quais o camelódromo passaria a ser significado na vida dos sujeitos diretamente afetados pela sua instituição. Por fim, apresento alguns dos números da transição, a partir de *survey* realizado



com uma amostra de cerca de 10% dos comerciantes, entre os meses de junho e julho de 2011. O objetivo, aqui, é o de derivar a econometria dos dados estatísticos a partir da etnografia (e não o contrário), de modo a demonstrar, objetivamente, alguns dos argumentos formulados com base no acompanhamento dos passos e trajetos de meus informantes.

### **6.1 – O Estado tornado cotidiano: os agentes e suas práticas de fiscalização**

É preciso deixar claro, para retomar um argumento já apresentado ao longo desta dissertação, que nem do ponto de vista do Estado a transição ao camelódromo implica uma passagem inequívoca para a modernidade, a legalidade e a visibilidade jurídico-formais. Isso porque, desde a sua concepção, a PPP deflagrou problemas concretos aos agentes que materializam a presença cotidiana no novo espaço de trabalho. Assim, se os fiscais que agora controlam a abertura das bancas e a qualidade das mercadorias vendidas são os mesmos que atuavam nas ruas, daí decorre que também eles foram alvo indireto da transição, o que lhes permite colocar em prática um leque bastante amplo de ações, que vão desde a indiferença diante de irregularidades, até práticas de abuso de poder no tratamento com os novos comerciantes. Não é preciso dizer, aqui, que este último era, no mais das vezes, o caso, sobretudo em se tratando do grupo de camelôs que eu acompanhava. Mas também convém ressaltar que a circulação desses agentes por esses espaços gerava sentimentos e narrativas difusas, que têm a ver com o contexto geral de despossessão prefigurado pela transição, e que convertia a figura ambígua do fiscal em objeto concreto de críticas que sugeriam a minoração do Estado enquanto agente legítimo a definir regras e prazos<sup>58</sup>. Em tais casos, fica evidente que os comerciantes, se ainda não estavam preparados para lidar com as dificuldades de venda e o alto valor dos alugueis, estavam suficientemente bem instrumentados para fazer uso do “papel” – o contrato de aluguel – para legitimar seus novos direitos decorrentes do endereço comercial fixo.

A figura que mais bem encarna as ambiguidades experimentadas pelos agentes de fiscalização no relacionamento cotidiano com os camelôs é, sem dúvidas, Mário Rodrigues<sup>59</sup>, chefe do setor. Desde os anos da rua, sua atuação é acompanhada das histórias contadas a seu respeito, seja da parte de detratores, seja por aqueles que, devido a seus inúmeros e difusos favores, não economizam nos elogios. Os diários de campo estão cheios dessas citações a seu respeito, e é preciso recuperar, a fins de ilustração do argumento, apenas

---

<sup>58</sup> Isso fica evidente na minoração da figura do fiscal que Juliano, por exemplo, opera, no plano discursivo, diante da necessidade de convencer sua comunidade. Há sempre a possibilidade aberta de ver o chefe da fiscalização humilhar-se diante das conquistas do movimento. No final de 2010, durante novas negociações sobre despejos, falava-se da reabertura de bancas já anteriormente lacradas pela fiscalização. Pergunto, enquanto esperávamos: “E o Mário, não aparece?, ao que Juliano retruca, “ele vai aparecer hoje, e vai apanhar tanto nessa bunda branca dele! Eu quero ver ele se curvar diante da gente pra tirar esses lacres! [risos]”. “Será que ele resiste até o fim do ano?”, emendo. “Eu acho que não, depois desse pé atrás que ele teve que tomar, ele vai é tomar um pé na bunda!

<sup>59</sup> Por questões éticas, optei por preservar o verdadeiro nome do chefe de fiscalização da SMIC. Para tanto, substituí-o pelo nome fictício de Mário Rodrigues.

alguns casos, que darão a dimensão da agência de Mário e, mais importante, da distribuição de atribuições e assimetrias de poder – entre Estado e Mercado – que subjazem às tentativas de organização do tempo e do espaço.

Um deles – e que será retomado mais adiante – diz respeito ao sorteio de oito bancas do bloco A, realizado no primeiro semestre de 2011, e que permitiu que os comerciantes adimplentes do bloco B, insatisfeitos não mais com as *condições financeiras* de sobrevivência, mas com a *localização* de sua banca, pudessem se candidatar a uma das poucas vagas. Alguns de meus informantes estavam entre os mais de trinta inscritos, apreensivos diante da possibilidade de ampliar o negócio a partir do incremento no fluxo de vendas e da expectativa de lidar com um novo ambiente de trabalho; outros observavam com desconfiança o processo, aparentemente transparente, pelo qual a SMIC concedia privilégios aos que já aguardavam com ansiedade, desde a chegada ao camelódromo, pelo seu deslocamento – embora as más línguas dissessem que, na origem, problemas de inadimplência impediam a sua candidatura a uma das vagas.

Em ambos os casos, porém, era a figura de Mário que estava em evidência nas conversas de bastidor. Se, para o primeiro grupo, o fiscal era apontado como o grande responsável pelo sorteio “justo” e “transparente” dos pontos, para os detratores era justamente essa “necessidade” de visibilizar, a todo o custo, o processo de escrutínio, que tornava problemática a concessão *de fato*. Em outras palavras, o sorteio parecia ocultar o problema mais fundamental de que, aqui e ali, pontos eram negociados diretamente com o chefe de fiscalização, de maneira ilícita e informal – o que exigia que, de tempos em tempos, se fizesse uma demonstração ou encenação públicas do contrário.

Era sobre isso que dona Vera falava, numa certa tarde, ao citar “histórias de corredor”, que circulavam anonimamente entre os comerciantes, e que davam conta de que, efetivamente, havia mais bancas em jogo, algumas das quais já tendo sido “vendidas” previamente nos espaços mais prestigiosos – exatamente como o era no “tempo da rua”, argumentou. Dona Diva, outra de minhas informantes, dá conta de que outra banca já havia sido “entregue” no calor das negociações de bastidor e, não menos importante, tratava-se do mesmo agenciador que já fizera ofertas generosas de sublocação a Seu Zé e Maria de Lourdes, que mantinha pontos em vários setores do camelódromo. Com o mesmo ar desconfiado e pernicioso, ela lembra que também fora Mário, há algum tempo, que sugerira uma prática de sublocação que, pouco depois, se tornaria corriqueira pelos corredores: como o procedimento fosse oficialmente proibido, restava aos comerciantes ajustarem-se aos acordos informais – que, embora significativos em números, eram altamente instáveis e voláteis – ou então aceitar a parceria com o colega interessado em vender ou sublocar o ponto para, em seguida, dar o “bote” final. Este consistia em deixar fechado o estabelecimento – na verdade, apenas a parte sublocada – por tempo suficiente para que a banca fosse lacrada por desistência, para então, por meio de negócios e acordos de bastidor, assumir sua titularidade.

Passado algum tempo desde o sorteio, correu a notícia de que Mário havia sido exonerado de seu posto – ou, mais especificamente, transferido internamente para outra secretaria para ocupar uma posição menos prestigiosa. O motivo, eram unânimes ao suspeitar, não poderia ser outro que a prática de alguma irregularidade grave ou, o que dava no mesmo, a explicitação dos acordos até então mantidos na penumbra. Novamente, neste ponto, não há consenso quanto ao destino ou as razões do fiscal: os menos impiedosos sugeriram, inclusive, que seu afastamento do cargo estava relacionado a possíveis candidaturas políticas para vereador, em 2012 – embora a campanha explícita realizada ainda no início do ano, no âmbito das eleições internas do camelódromo<sup>60</sup>, para uma das chapas inscritas, parecesse sugerir não haver problemas em “acumular” funções políticas e administrativas.

Independentemente das versões, dona Vera parecia empertigada com as implicações de sua ausência para a estrutura econômica local, que gravitava em torno de seu papel como agenciador e conessor de favores, pontos e produtos. Suas desconfianças eram ainda maiores na medida em que o proprietário da banca ao seu lado havia repentinamente deixado de receber mercadorias para abastecê-la – fato que ter-se-ia repetido em vários outros lugares –, o que seria um sinal incontestado de que, longe de proprietários, estes eram, apenas, “laranjas” de Mário, que as estaria alimentando com mercadorias apreendidas da SMIC, incorporadas ilegalmente ao arsenal mercadológico do fiscal. A constatação de que esse circuito fora recentemente interrompido depunha, assim, junto com a transferência de Mário, a favor do argumento sobre a *máfia dos fiscais*.

Outro episódio refere-se aos conflitos decorrentes das políticas de ocupação do espaço, e tem a ver com uma regulamentação, estabelecida pelos agentes administrativos da empresa Verdicon, sobre a delimitação de uso da parte externa das bancas – diante das práticas cada vez mais frequentes de apropriação dos corredores para a exposição de produtos. Giza, uma de minhas informantes, situada no corredor lateral esquerdo do bloco A, foi particularmente atingida pela resolução, já que mantinha mercadorias – em sua maioria chinelos de dedo, bonés e artigos esportivos – expostas na parte externa da banca, usualmente apoiadas contra a parede que ficava do outro lado do corredor e que fazia fronteira com a rua. Ainda assim, resolveu insistir na prática, até que Isabela, estilista contratada pela administração para organizar os desfiles de moda e as revistas com os filhos dos camelôs, apareceu no local para cobrar satisfações. O motivo principal girava em torno de duas bicicletas que seriam sorteadas entre os clientes antes do Natal, dispostas contra a parede, junto de expositores de chinelos, sandálias e bonés, e que alegadamente obstruíam a passagem de transeuntes. Diante do imbróglio, que quase terminou em confronto físico de ambas as partes, Rodrigo, o marido de Giza, tratou de apartá-las e colocar as mercadorias

---

<sup>60</sup> Diz-se que Mário teria feito uso de seu arsenal de contatos para negociar votos através da facilitação de alguns favores, entre os quais a própria concessão de bancas e o abono de parte das dívidas, e de ameaças de fiscalização e de fechamento de bancas pela comercialização de produtos piratas, caso não votassem na chapa que apoiava.

para dentro das bancas, que ficaram, então, intransitáveis. Depois da saída de Isabela, contudo, a proprietária ordenou ao marido que retirasse novamente todos os produtos e os colocasse de volta do outro lado do corredor.

Transcorridas mais algumas horas, a estilista retornou à banca de Giza, desta vez acompanhada de Mário, com o objetivo de confiscar todas as mercadorias que estivessem “na rua”. Giza, ainda irritada, se interpôs e perguntou aos brados “o queeee? Mas o que está acontecendo? Aqui só vão pegar as minhas mercadorias passando por cima do meu cadáver!”. Desta vez, Mário foi obrigado a interferir para que as senhoras não se atrasassem. Não obstante, é com o fiscal que Giza consegue negociar a permanência de certas estantes de produtos na parte de fora da banca, de modo que não incomodasse o fluxo de pessoas nem prejudicasse as vendas da comerciante. As duas bicicletas, entretanto, foram instaladas na parte superior da banca, no próprio teto, direcionadas levemente para baixo, presas por um cordão de aço contra a estrutura superior. Isabela foi obrigada, então, a concordar com o procedimento – rumores ulteriores, contudo, dão conta de que, após o fatídico episódio, ela teria sido demitida em função dos escândalos e da intransigência quase doentia com que lidava com quem percebia e chamava de “funcionários”. Giza, por sua vez, confessou-me, enquanto caminhávamos pelos corredores, que, após o evento, os fiscais deixaram de perturbá-la em sua banca, seja quanto à inspeção do espaço, seja quando estão à procura de mercadorias pirateadas: “Ficaram com medo, mas tem que ser assim, tem que saber se impor, porque senão eles tomam conta da nossa banca! A gente tá pagando tudo direitinho!”.

Edson, comerciante em permanente situação de inadimplência, nos fundos do bloco B, não teve a mesma sorte. Com a banca situada em frente a uma antiga estrutura abandonada, na saída da Praça de Alimentação, em formato de balcão – que jamais veio a ser ocupada – ele cedo percebeu que poderia usar parte daquela arquitetura para expor seus produtos, basicamente bijuterias, artigos religiosos e incenso. A estratégia fora, inclusive, validada em conversa informal com Elaine, que o incentivara a fazer uso daquele espaço para ampliar sua área útil e, com isso, esperava-se, também, de sua clientela. Em pouco tempo, contudo, Mário procederia ao confisco daquelas mercadorias, tidas como fora dos padrões admissíveis de administração e distribuição do espaço.

Ambos os casos apresentados, o de Giza e de Edson, são paradigmáticos para a compreensão do que viria a se afigurar, doravante, como prática corrente de negociação dos espaços e dos produtos, nos corredores do camelódromo. De um lado, o papel ambivalente de Mário sinalizava à empresa que a prefeitura não estava interessada em comprar desentendimentos com comerciantes que, sabia-se, eram bons pagadores e faziam circular, pelos clientes que traziam, a máquina econômica local, incluindo-se nesse caso a própria praça de alimentação – à revelia do caráter de suas mercadorias (roupas esportivas de clubes de futebol) que, se não eram contrabandeadas, ainda assim eram falsificadas. Ao mesmo tempo, não havia por que ter complacência com sujeitos como Edson que, apesar de não

alimentarem o circuito da pirataria, vendiam produtos de pouco interesse aos projetos de marketing da administração, e ainda por cima enfrentavam dificuldades crônicas relacionadas ao pagamento de suas despesas de manutenção. Em pouco tempo, com o despejo de Edson em novembro de 2010, junto com mais algumas dezenas de comerciantes do bloco B, ficaria claro que a *profissionalização da figura do camelô* implicava um fino ajuste no equilíbrio de forças entre agentes de fiscalização e administração sobre questões cruciais, tais como a distribuição e uso do espaço, bem como sobre o controle da qualidade e natureza dos bens colocados em circulação. Nesse processo, a importância de cada comerciante – calculada em termos da assiduidade de seus pagamentos, da quantidade de bancas acopladas, compradas ou sublocadas, sua posição estratégica na arquitetura geopolítica do espaço e a natureza da mercadoria vendida – informa o grau de tolerância da administração para com a ocupação do espaço que extrapola os limites físicos da banca. Assim, é provável que Giza tenha relativamente maior margem de negociação que Edson.

Algo semelhante se passa quando consideramos a atribuição dos agentes de fiscalização quanto, fundamentalmente, à natureza dos bens em comercialização. Em homologia ao que significa o dilema do espaço para a empresa, neste caso trata-se de como equilibrar e administrar a tolerância ou conivência do Estado para com mercadorias falsificadas e/ou contrabandeadas. Obviamente, aos fiscais compete administrar a distribuição de vereditos favoráveis ou negativos, e os critérios que estabelecem as fronteiras entre eles podem variar desde a concessão de favores pessoais e informais aos sujeitos com quem manter uma aliança pode ser política ou economicamente favorável, até a articulação, do ponto de vista mais geral, de uma ampla rede de favores *entre* a empresa e o governo, em que os fiscais operam como elo central e local dessa cadeia. Em meio às denúncias de favorecimento desigual e abuso de poder, alguns de meus informantes deixam escapar que, além de serem tratados como *empregados* pela administração, esta vê os agentes de estado como executores políticos de suas decisões econômicas, portanto também como “marionetes”, ao exigir deles a entrega, por exemplo, dos boletos de cobrança de dívidas e de alugueis, ou ao constatar que, na prática, a SMIC apenas daria prosseguimento a processos de despejo ou lacre de bancas a partir de listas altamente duvidosas emitidas pela empresa, a única de posse das informações e do controle dos níveis de adimplência.

Durante a gestão de Idenir Cecchim à frente da SMIC, os desencontros entre as estratégias da empresa e do governo ficaram mais evidentes na forma como se desenrolaram as táticas de notificação dos inadimplentes<sup>61</sup>. A atribuição, ao Estado, do processo

---

<sup>61</sup> Nessas situações, não foram poucas as vezes em que meus informantes cogitaram a elaboração de um abaixo-assinado para destituir Mário do posto de chefe da fiscalização. Em uma dessas ocasiões, diante da sugestão de Seu Zé, seu Anselmo aponta que não mais do que 25% apoiariam nominalmente esse projeto, já que ninguém estaria disposto a colocar o seu nome numa lista aberta em troca de algo que provavelmente não aconteceria e, pior, com as possíveis e prováveis retaliações e consequências em termos de fiscalização que os esperariam, posteriormente, da parte de Mário. Afinal, os mesmos interessados em tirar Mário da fiscalização eram também aqueles que vendiam calças, materiais de esportes e outras falsificações.

administrativo-burocrático de cobrança, laque e despejo, não inibiu a formação de atritos da empresa com a secretaria – afinal, Cecchim era um sujeito relativamente bem articulado, do ponto de vista político, entre os camelôs, elegendo-se vereador com vários de seus votos e tendo, inclusive, arriscado uma campanha a deputado estadual; possuindo, portanto, sua própria lista de apoiadores e nomes que precisavam ser beneficiados no camelódromo. Com a reestruturação das pastas governamentais decorrentes do anúncio das candidaturas em 2010 e a ascensão de Walter Nagelstein à SMIC, tais conflitos deixariam de existir ou, ao menos, de fazer sentido. Ao mesmo tempo em que Cecchim afastava-se estrategicamente da já desgastada questão política da mobilização dos camelôs por conta da inadimplência – que poderiam, inclusive, ser prejudiciais à sua imagem como candidato – Nagelstein encarnava outra frente discursiva do PMDB, cujos eleitores passavam longe do camelódromo; sem a necessidade, portanto, de satisfazer quaisquer interesses diretamente vinculados à sua reprodução institucional naquele espaço. Como destaca Elaine, em sua entrevista: “Esse cara foi a mola propulsora disso aqui. Um dia eu falei, ‘secretário, graças ao senhor que conseguimos estabilizar...’. Ele respondeu: ‘não, isto já nasceu estabilizado. Eu só cumpro o que vocês..., o que foi escrito’”.

Isso nos traz de volta à discussão acerca do papel do Estado nesse novo cenário de gestão da informalidade, que acaba se situando *entre* o acompanhamento da *regularização* ou da *legalização* dos comerciantes. Em outras palavras, a prática de seus agentes mostra que estes deixaram de conceber como de sua atribuição a fiscalização dos processos econômicos desenrolados pelos sujeitos no âmbito de suas novas bancas, concentrando-se, alternativamente, na regularização dos novos espaços de trabalho, no pagamento das taxas de alvará como “microempresário”, no registro prévio junto à secretaria e no cumprimento dos encargos financeiros assumidos mediante contrato locador-locatário junto à empresa que administra o prédio. Na medida em que passam a ser vistas como “lojas” ou “estabelecimentos comerciais” – portanto, formalmente legais – deixa de existir, em tese, do ponto de vista do Estado, a necessidade de fiscalização sobre os processos econômicos colocados em práticas no interior das bancas.

Nesse processo, a linguagem do shopping é, com efeito, o articulador, por excelência, que autoriza passar da retórica da formalização à desresponsabilização, por procuração, de seu papel no processo – conferido, doravante, às habilidades dos comerciantes em gerenciar o próprio negócio e manter uma boa relação diplomática com os agentes que, cotidianamente, têm o poder de regulamentar acerca da permanência de suas atividades no camelódromo. Nesses casos, como em outros que exijam a intermediação do poder público, é preciso fazer *cumprir o contrato*, esse certificador através do qual a linguagem da transparência adquire forma e atrás do qual podem ser escondidas, imperceptivelmente, as negociações que ordenam a lógica do cotidiano na relação entre fiscais, comerciantes e agentes de administração. Logo, se há desentendimentos, os há entre os próprios camelôs –

como resultado do próprio processo de acomodação das novas experiências ou, como sugere o secretário, antes pelos resquícios ou sobrevivências do passado que ainda insiste em transubstanciar-se nas formas de sociabilidade do cotidiano. Nas palavras de Cecchim:

A adaptação, como todas as adaptações que se tem nos outros grandes shoppings ou conjuntos de lojas e centros comerciais, alguns tem mais sucesso, outros menos. Mas eu considero esse daqui, das 800 lojas, 40 ou 50 só que não deu certo, que tiveram problema com a inadimplência, isso *é o maior sucesso de todos*. Porque as pessoas teoricamente mais humildes são melhores pagadores. Eles pagam e ficam preocupados quando não pagam. (...) Tem mais briga pessoal lá dentro, de comadre, de cunhado, de sócio, do que... Há muito problema de *relações humanas*. Que mistura com a *relação comercial* [trecho de entrevista realizada em 04.08.2011].

Assim, a fiscalização opera como um importante dispositivo de favorecimento ou exclusão, seja de determinadas modalidades de bens em comercialização – tidos como menos nocivos ao mercado de falsificações, ou que colocam em movimento um fluxo mais amplo de capital – ou de determinados sujeitos camelôs, alguns dos quais tidos como mais humanos que outros. Aqui os critérios são tão amplos quanto as estratégias implícitas de favorecimento, embora sugiram, num primeiro momento, uma associação entre lugar e sujeito; entre, respectivamente, o bloco B e os camelôs mais destituídos dos capitais simbólicos e econômicos necessários à sobrevivência como comerciantes bem-sucedidos no CPC. Obviamente, o argumento da transparência dos sorteios de pontos, ou das atuações de multa, ou ainda dos autos de fiscalização, são tanto mais eficientes quanto consigam articular, discursivamente, ambas as instâncias, ao mostrar como *certos sujeitos* são nocivos *em função* das mercadorias que veiculam e das práticas que adotam para vendê-las.

O que Cecchim constata em seu discurso, e que a etnografia ratifica, é o fato de que as práticas dos novos comerciantes resistem a ser classificadas quer como estritamente informais, quer como absolutamente formais. Da mesma forma como compete ao Estado, como condição de sua eficácia diante de outros setores da opinião pública e da sociedade civil organizada, produzir um cenário de legalização e fiscalização *suficientes*, as trajetórias dos sujeitos e suas mercadorias no âmbito do camelódromo apontam para uma *formalização suficiente*, isto é, nas palavras de Cecchim, “a meio pau” entre o pagamento dos tributos e sua completa sonegação. Trata-se de uma configuração aberta, portanto, às contradições e imprevisibilidades da prática, em que a nota fiscal fria, ou a “meia-nota”, escondem-se atrás do alvará concedido pela prefeitura. Assim, se para o Estado as práticas esporádicas de fiscalização são estratégicas para a produção de uma imagem eficaz de formalização e legalização unívocas, também aos camelôs a comercialização nos espaços do camelódromo traz consigo a possibilidade de um *discurso* sobre a formalização – adequado, por sua vez, junto com o aperfeiçoamento das réplicas e falsificações, às políticas de incremento dos preços diante de clientes cada vez mais exigentes e desconfiados da biografia daquela mercadoria (Appadurai, 2006; Kopytoff, 2006).

De modo que o camelódromo traz dois efeitos simultâneos que acompanham a reorganização da informalidade, impossíveis de ser imaginados no universo da rua: de um

lado, permite ao Estado exercer o discurso de formalização das práticas econômicas, com base na paradoxal concentração da informalidade visível num único e circunscrito espaço; por outro lado, permite aos camelôs usar o argumento do espaço pretensamente estabilizado, fechado e legalizado para vender, junto com o produto, a ideia de uma falsificação quase imperceptível como tal. Para articularmos os dois corolários, poderíamos sugerir que, do ponto de vista do jornalista ou transeunte desavisado, andar pelos corredores do camelódromo, pensá-lo como *shopping popular*, pode significar, *realmente*, que o incremento de qualidade nos produtos falsificados, aliado ao discurso sobre a nova organização do espaço e o pagamento de (parte dos) impostos pelos próprios comerciantes, possa ter como efeito sua aparente *legalização*. Ou, para adequarmo-nos ao argumento básico da antropologia do consumo, que o caráter genérico dos bens falsificados não está em sua materialidade, mas propriamente no *corpo* que eles revestem – ou, como no caso de que me ocupo nessa dissertação, na relação indissociável entre as propriedades qualitativas atribuídas ao objeto em consonância com os atributos da relação de troca comercial que se estabelece entre o comerciante e seu cliente. Logo, se é possível dissecar a história dessa relação, é preciso estar atento aos capitais simbólicos mobilizados por cada uma das partes para o entendimento do que a torna eficaz, vale dizer, perdurável no tempo, da qual o bem falsificado é, apenas, a materialidade mais evidente de um complexo que inclui desde a crença no novo estatuto de sujeito comerciante, como a possibilidade de troca das mercadorias cuja qualidade, doravante, não residirá somente na própria palavra (Pinheiro-Machado, 2004) mas na teia complexa e interconectada entre fornecedores, vendedores, administradores e fiscais que constitui o cenário do camelódromo.

## **6.2 – A profissionalização do camelô: flexibilizando espaço, tempo e dinheiro**

Assim, nas relações que se estabelecem entre comerciantes e empresa, é para este lado que a balança supostamente isenta e mediadora do Estado pende, ao tomar parte no processo de legalização dos sujeitos em detrimento das coisas. Como vimos, nem bem Elaine, nem bem os agentes de estado, atribuíam-se a necessidade de formalizar os comerciantes em termos econômicos, o que implicaria uma fiscalização sobre os produtos e seu caráter. Ao não se concentrar sobre a natureza dos produtos, o Estado abriu um amplo campo de possibilidades para que os comerciantes pudessem se reinventar e adequar suas mercadorias, suas táticas de comercialização e as rotas de obtenção desses bens. Ao movimento desses recursos econômicos, Alfonso Limberger descreve como *profissionalização* do camelô – que contrasta diretamente com o modelo administrativo, sugerido por Elaine e trabalhado na primeira parte desta unidade, de sua *estetização*, assentado, por sua vez, sobre a circunscrição espacial e a aquisição de competências *civilizatórias* que demarcariam a passagem ao *cidadão de bem* e, logo, ao comerciante popular.



Alfonso, por outro lado, se também percebe nessa passagem o deslocamento essencial que permitirá substituir o léxico da rua pela gramática do *empreendedorismo responsável*, o faz às custas de uma separação entre a estética e a economia. Para dizê-lo de outro modo, para ele não só é perfeitamente possível imaginar um contexto em que a profissionalização do camelô implique um incremento nos fluxos de comercialização que nada tem a ver com a incorporação de novos modos de ser ou de agir enquanto comerciante, como é necessário que tais esferas caminhem separadamente como condição para a sua própria agência, no hiato que se institui entre o desejo de seus representados de crescerem e os “traços culturais” que, originários das práticas do “tempo da rua”, precisam ser superados ou deixados de lado. “Ser camelô” em tempos de transição passou, assim, a envolver uma *economia pragmática do dinheiro*, que estava, por sua vez, assentada em diferentes noções de pessoa e projetos de vida – e que tinha implicações concretas nas disputas e nos conflitos de sociabilidade diários entre camelôs, comerciantes, clientes, fiscais e administradores do prédio.

O problema tem a ver, em última instância, com o *estatuto da concorrência* enquanto prática mercadológica – que autoriza, novamente, a gramática do *shopping* como legítima para a definição das fronteiras narrativas e classificatórias em torno das práticas econômicas mais adequadas. Não é por outra razão que Cecchim se vale da lógica da *rotatividade* e Elaine faz uso da linguagem metafórica da *empresa* e do *marketing*, que reposiciona os camelôs enquanto operários de base de uma complexa cadeia produtiva (no uso de termos como “funcionários” ou ainda “empregados” para referir-se a eles) e menciona suas mobilizações como “greves” trabalhistas ou ainda “rebeliões”. Nesses casos, a solução encontrada pela administradora deriva dos próprios limites de seu universo de atuação, na proposição de estratégias de “endo-marketing” – isto é, de palestras e outras ações destinadas ao “bom relacionamento” de seus funcionários, a criação de um clima de “harmonia” e “cooperação” produtiva no novo espaço de trabalho. É nesse sentido, essencialmente, que as conferências de Nelma Penteado diferem daquelas agenciadas pela SMIC, em parceria com o SEBRAE, ainda no período anterior à transição, e que se concentravam em diálogos com os futuros comerciantes a respeito de táticas de comércio bem sucedidas em outros contextos.

O caso que me é relatado por Elaine é ilustrativo desse argumento. Tudo inicia com a eleição do segundo Comitê Gestor, no início de 2010, e que coloca no poder Francisco Narras, representante de um grupo de camelôs cegos que ocupam os pontos situados na entrada principal do prédio. Segundo a administradora, era ele quem, paradoxalmente, mais bem encarnava a figura do “visionário”, que “percebeu que isso aqui era um negócio”. Em pouco tempo, a presteza com que Chico assumia os desígnios da administradora converteu-se numa sólida parceria, de modo que era ele quem passaria a resolver os problemas “conceituais”, de “imagem” e de “marketing” que, na opinião de Elaine, obstruíam a conversão em “lojistas”, e que ela, em função da distância social e simbólica, não podia arriscar fazer: “tem coisas que tu pode dizer, outras tu não pode. Então, por exemplo, eu não podia chegar e dizer pro cara,

‘olha, tu é muito *feio* pra fazer o que tu faz’, isso eu não posso dizer. Mas o seu Chico, que é cego, pode”. Certa feita, conta dona Elaine, Francisco teria interpelado um camelô, vendedor de lingerie, queixoso da falta de vendas:

Ele disse pro gordo: ‘mas escuta aqui, meu, com essa tua pança, e essa tua cara feia, tu quer vender lingerie?’. O cegooo! Pensa! Olha a importância do que esse cara tava fazendo... E ele disse ‘se tu é feio desse jeito, uma mulher bonita também não ia te querer. Porque tu é um velho e é pobre. Então o teu negócio é trocar de ramo!’, disse pra ele. Mas eu não podia dizer. O cara com a camisa abotoada dois botões, fumando, de chinelo de dedo com o pé sujo, querendo vender lingerie! Ninguém ia entrar na loja dele pra ver isso! Então ele mudou para eletrônicos. Pronto. Está super próspero.

Com a mudança de mercadorias – e, conseqüentemente, de público-alvo – o problema estava, supostamente, resolvido, do ponto de vista da administradora. Isso porque, para Elaine, desde a sua formação em moda, tratava-se, antes de tudo, de pensar no perfil de consumidor que frequentava o novo “shopping”, bem como de adequar-se esteticamente a ele. De uma perspectiva etnográfica, contudo, como assinalarei no capítulo seguinte, isso deflagraria uma série de contradições e dilemas relacionados às negociações práticas e a processos de *barganha* que definiriam novos arranjos entre clientes e comerciantes.

O nosso problema era *humano*. Não era de enxergar; um cego fazia, desde que tivesse a sensibilidade. De mostrar pra eles que era trocar o produto, tomar banho, se pentear... Com as mulheres eu fazia bastante isso... Eu vinha trabalhar o melhor que eu podia, e daí elas ‘ai, a senhora ta bonita’, ‘É pra vocês’. E aí elas começaram também a vir comigo, aí quando eu vi elas vinham de saltinho já, vinham de cabelo penteado. Aqui agora são quase todas loiras. Antes eram tudo preto, bastante preto. Hoje quase tu não vê mais. Elas ganharam dinheiro e fizeram Mega Haire, fizeram coloração... [risos e gargalhadas]. E isso tu nem reconhece... Mudou, não é que trocou... A mesma pessoa que foi se trabalhando...

Para Alfonso, de outro lado, tratava-se de uma reeducação perceptiva da relação entre *sujeito, espaço e coisa*, que implicava uma reacomodação das experiências totais de vida do camelô em vias de tornar-se comerciante. Envolvido com os processos de qualificação e capacitação da mão-de-obra comerciante, Alfonso se arroga, paradoxalmente, o direito da filantropia pelo dinheiro, isto é, o ato voluntário de ensiná-lo a se reproduzir automática e indefinidamente. Em termos comparativos, isso significa que, para além da utilização do léxico do administrador de empresas, cujo objetivo é gerir o empreendimento a partir de ações individuais, Alfonso sugere que se inverta o balanço entre pessoas e coisas apresentado por Elaine: para ele, é sobre este último que recai o foco de toda a atenção. De modo que o sujeito depende, para se constituir como indivíduo, de acompanhar os itinerários e circuitos das mercadorias, e será tanto mais bem sucedido quanto melhor souber avaliar seu “mercado” e deliberar sobre onde, como e em que momento investir na obtenção desses bens.

O vendedor é pra produto encalhado, certo? Então a partir do momento em que tu qualifica ele a *aprender a comprar*, não é só comprar barato; comprar barato não é uma boa compra, porque ele te vende pra ele desencilhar. É comprar o que o povo ta consumindo. Saber comprar, prever o que vai ser moda daqui a três meses, ver qual é a novela, é, sim, ver a novela, mesmo, a novela vende pra caramba, todas elas...

A volatilidade das mercadorias conduz, assim, à valorização do instante fugaz, do “momento”, da “oportunidade” – que para Juliano poderia ser a oportunidade performática do “ato da venda”, mas que para Alfonso é reduzida à “oportunidade” de bem comprar. Aqui, a desresponsabilização está em comprar bem e recusar o papel ativo de vendedor, reduzido à

figura do *intermediário*<sup>62</sup>; por conseguinte, não depende decisivamente da apresentação de si e da estetização higienizante do camelô que sugeria Elaine. Logo, se o sucesso é avaliado em termos da compra, do volume e tipo adequado de mercadoria, então tudo é passível de ser comoditizado, reproduzido e, por que não, *copiado*. Em última instância, a separação final entre o comerciante e o objeto do comércio é a que permite lidar, do ponto de vista psicológico e existencial, com as falsificações, a pirataria e o emprego de estratégias de cópia diante de um sujeito que, não obstante, se pretende autônomo, racional e autêntico, seja diante do Estado, da empresa, ou mesmo da associação de comerciantes que preside.

Isso se reflete, por sua vez, nas posturas de vendas. Refiro-me, aqui, para além da apresentação de si, à maneira como os novos comerciantes tratam seus clientes e à forma como projetam o espaço para recebê-los. De um lado, há os que, à maneira de um shopping, privilegiam a sociabilidade associada à compra – não se importando com o tempo dispensado no atendimento, nas perguntas muitas vezes repetitivas dos clientes, sua indecisão crônica ou o desejo de provarem as peças (em se tratando de confecções). Outros, diferentemente, fazem pouco caso dessas exigências – o que, aliado à pouca variedade dos estoques e ao insipiente traquejo com que lidam com as reivindicações de clientes, os dispõe diferencialmente numa hierarquia de habilidades comerciais. De alguma forma, as vendas de oportunidade, hegemônicas nos tempos de rua, impediam o contato prolongado com o consumidor que, como qualquer transeunte, apenas passava e comprava. No tempo e no espaço da sociabilidade do camelódromo, tal relação se inverte: ao mesmo tempo em que o cliente exige maiores cuidados e habilidades de persuasão, a concorrência assim instituída limita a constituição de laços mais duradouros entre os lojistas. Se antes estes eram fundamentais à sobrevivência na rua, deixariam de sê-lo no camelódromo, onde não só é possível como recomendável recorrer à administração e aos agentes da SMIC na solução de pendengas, indisposições e problemas, ao invés de procurar os favores do vizinho.

Voltando à narrativa e às estratégias de Alfonso, as assimetrias econômicas e sociais entre os diferentes perfis de comerciantes sugerem, além de um faturamento financeiro menor, que há uma hierarquia de prestígio e reputação que define as relações de sociabilidade desses sujeitos no cotidiano. Assim, aos que acusam Alfonso de enriquecer rapidamente, este retruca que o dinheiro é, apenas, o resultado visível e palpável de uma filosofia ou *ethos* de vida ascético e comedido, adequado à imagem do *bom comerciante*. Em última instância, é isso que justifica a distribuição diferencial de capital e volume de recursos em circulação, na medida em que produz uma diferença entre os grandes compradores – em grandes centros de distribuição situados em outros países – e aqueles que, descapitalizados,

---

<sup>62</sup> Aceitar o papel de *intermediário* de coisas – correndo o risco de se tornar, nesse processo, a *própria* coisa – implica um reordenamento total das experiências de comércio e de venda de boa parte desses camelôs – numa relação que se supõe estéril e interceptada entre o produto (seu valor de troca) e o consumidor final (seu valor de uso) e que, por isso mesmo, sugere outra relação com a corporalidade e a performance da venda por parte de um *sujeito vendedor* que, por sua vez, está intimamente associada à experiência de maleabilidade do espaço e do tempo da rua.

se veem na condição de *terceiros*, isto é, compradores e distribuidores desses mesmos produtos, em nível local.

O meu papel ali é fazer o meu povo ganhar dinheiro. (...) Eu trabalho muito envolvido com a *profissionalização*, dando instrução e acompanhando o que ta comprando, o que ta vendendo. Faltou que eu pudesse *invadir* as outras áreas. Invadir *tecnicamente* pra qualificar o pessoal. De que forma nós vamos? Agora, quando os brigão, que me ofendiam, me atiravam pedra e o diabo a quatro, chegam em mim 'oh, Alfonso, como é que eu faço pra isso...'. Em primeiro lugar, *cria relação com as pessoas!* Começa a conversar e ver quem que ta crescendo, pra onde vai. Eles não vão te dar a *letra* de cara! Aprende a *ser comerciante*. Aprende a comprar. Sai de dentro de casa e vai para o mundo! (...) 'Ah, mas tu só vende isso, só vende aquilo'. Mas ele vende e trocou o carro, e tu, ta criticando, por que não faz o mesmo? Já que não tem a qualidade de criar, tenha a capacidade de *copiar!* Nem tudo se cria, tudo se copia!

Nesse projeto, há uma série de percalços e obstáculos – que Alfonso remete ao modo de vida da rua e que sugerem, apesar de tudo, uma vinculação por demais evidente com o universo do “ser camelô”. Diante desses inconvenientes, cabe ao líder avaliar e discernir entre as práticas que, embora equivocadas, não trazem malefícios diretos ao fim último – a produção de dinheiro – e que podem, portanto, ser toleradas por um período suficientemente largo, e aquelas que, impedindo o sujeito de realizar a passagem completa ao universo do “ser comerciante”, merecem a intervenção do líder.

Uma delas consiste na administração e organização cotidiana do espaço – para o que o caso de “Gaúcho”, como é conhecido, nos oferece uma aproximação. Enquanto eu conversava com Alfonso, na Praça de Alimentação, este apontou na direção da banca do comerciante, tomada de uma miríade e profusão de mercadorias que extrapolavam com larga margem os limites físicos de sua banca, e que vão desde produtos artesanais, artigos de couro, passando por cuias de chimarrão e outros elementos da cultura regional. Diante desse contexto, sugere Alfonso, se seguíssemos a lógica administrativa e estética de Elaine, Gaúcho teria de se desfazer de aproximadamente 90% de seu arsenal de bens para que pudesse respeitar os limites físicos do ponto e organizar suas mercadorias em balcões e prateleiras, deixando algum espaço interno para circulação. Para Gaúcho, entretanto, a estratégia afigurar-se-ia irreparavelmente penosa, já que, não sabendo que outras táticas de comercialização empregar para convencer seu cliente que não a espacialidade difusa e a profusão de bens, acabaria capitulando em pouco tempo.

A planificação das estratégias de apropriação do espaço contrasta, assim, com as táticas de comercialização privilegiadas, na prática, pelos novos comerciantes, entre os quais prevalece a ideia de que tanto o produto quanto o comerciante devem procurar o olhar, o contato, visual e tátil, com o cliente, tanto quanto possível. É preciso “chamar” o cliente, “sair” de dentro da banca, caminhar pelos corredores para retê-lo, “puxá-lo para dentro” – o que, evidentemente, inclui um repertório bastante vasto de estratégias para convencê-lo, mas, também, a crença na necessidade de se estar num corredor em que o cliente poderá avistar o mais longe possível a sua mercadoria. No cerne dessa tensão está a maximização funcional da arquitetura interna da banca, que sugere a distribuição equânime de pessoas e objetos e a padronização externa das diferenças em favor da diversificação interna. De certa

forma, é o “mundo” da rua que é preciso reacomodar dentro da banca; é nela que doravante deverão ocorrer as competições pela diferenciação de objetos, técnicas e pessoas; não mais na apropriação do espaço externo. Aqui, o corredor é projetado para a “livre circulação”: na rua, era o próprio corredor, através das calçadas, que se constituía no cenário das disputas pela diferenciação estética dos produtos que, em sua essência, eram semelhantes.

Há, por conseguinte, uma tensão fundamental entre o “valor de mercado” de cada banca e o valor atribuído pelos seus proprietários; ao passo em que a primeira se fundamenta na equidade métrica e espacial de cada espaço para determinar seu valor monetário, do ponto de vista dos camelôs este valor é dado muito mais em função da possibilidade de “ver e ser visto” pelos seus clientes – o que, por extensão, de acordo com a visibilidade dos produtos e das pessoas, implicaria proporcionalmente num maior ou menor fluxo de vendas.

### **6.3 – Parcerias, rotas e circuitos**

Paulatinamente, o calendário de roteiros é flexibilizado para a constituição de novos circuitos de obtenção de mercadorias, tais como viagens para São Paulo, para Rivera (no Uruguai), ou ainda para Ciudad Del Este (no Paraguai). Grupos de excursões são organizados por determinados agentes de viagem que passam a operar no interior do camelódromo, oferecendo preços e garantias atrativos. Aos sujeitos que não dispõem dessa possibilidade – seja por questões financeiras, seja por indisposições, desânimos e desilusões pessoais – resta construir parcerias para que seus colegas se disponham a trazer suas mercadorias (em troca de “cuidar” a banca nos dias da viagem) ou então entregar-se aos intermediários e atravessadores de produtos (em crescente expansão), representantes terceirizados da cadeia de produção das mercadorias – sujeitando-se a menores margens de lucros. Outras possibilidades – restritas aos grupos mais íntimos de sociabilidade – incluem a consignação de mercadorias, em que os produtores (geralmente um comerciante popular mais bem constituído) aceitam confiar suas mercadorias a alguém, para que as negocie e só então lhe estorne o valor de custo do produto (que pode variar, de acordo com a proximidade do sujeito em relação à sua rede de alianças). Podem incluir, alternativamente, a realização de circuitos de feiras em eventos externos ao camelódromo, a fim de compensar as parcas margens de lucro atingidas durante os processos de transição, ao mesmo tempo em que permitem, numa espécie de saudosismo nostálgico, atualizar a distância que os separa doravante da rua, retomando, mesmo que por poucos dias, a experiência do saber-fazer pedestre, desde a montagem da barraca até a vendagem ao ar livre. Por fim, resta a possibilidade, sempre presente, de desistir de todo o projeto (passando a banca “adiante” ou sublocando-a para algum conhecido que pague bem pela possibilidade de utilizar o *seu* espaço), face às incomodações e dificuldades adaptativas, diante do desespero e do desânimo que geram

inanição; enfim, diante da impossibilidade de fazer face aos sentimentos de incompletude existencial que se acumulam ao longo das semanas e meses passados na nova banca.

De acordo com o *survey* realizado entre os meses de junho e julho de 2011<sup>63</sup>, uma predisposição positiva à aceitação do projeto estatal de transição pode trazer consigo uma ampliação e refinação do mercado de piratarias e contrabandos. Neste caso, as rotas de obtenção de produtos variam, sobretudo, entre Paraguai (28%) e Uruguai (28%); de outra parte, pode significar, alternativamente, uma opção pela formalização da mercadoria e, eventualmente, inclusive, da própria microempresa. A principal rota, neste caso, é São Paulo<sup>64</sup>, seja através das viagens dos próprios comerciantes populares, seja através da atuação de fornecedores e representantes comerciais – práticas que, juntas, perfazem 72,8% das opções de aquisição de produtos dos comerciantes entrevistados no bloco B. Estratégias de resistência à transição podem repercutir na manutenção de posturas de venda e seleção de mercadorias semelhantes às adotadas na época da rua – entre os quais, principalmente, a produção própria e em pequena escala de confecções (que, no bloco B, perfaz ainda 27,8% do que é vendido), e o comércio de bugigangas, bijuterias e outros artigos adquiridos de terceiros ou de atacados (alguns dos quais atuantes dentro do próprio camelódromo), embora 66,8% dos entrevistados trabalhem com roupas e confecções.

Do ponto de vista desse “bom comerciante” em plena expansão, a nova infraestrutura proporcionada pelo camelódromo, se num primeiro momento é estratégica para a consolidação dos novos projetos, logo se mostra insuficiente diante do aumento de vendas, de produtos, de estoques e de dinheiro em circulação. Assim, não demorou muito para que os comerciantes mais “preparados” passassem a negociar as bancas de seus colegas e vizinhos, por preços que podem atingir várias vezes o valor do aluguel nominal. Junto a essas práticas de sublocação, há também aqueles que se aproveitam da desistência dos colegas para comprar de vez o ponto – mesmo que de maneira informal, já que oficialmente a titularidade é intransferível –, com preços que podem variar de 10 a mais de 50 mil reais. Assim, pequenos atacados e núcleos de comércio acabam por se formar, numa espécie de pequeno mercado imobiliário local, sobretudo no bloco A, o mais visível e disputado, com várias bancas acopladas umas às outras, auxiliares e funcionários de venda, música ambiente, máquinas de cartão de crédito, internet, telefones, mostradores, manequins, e por aí afora.

De acordo com Alfonso, tal prática é providencial no sentido de ajustar as exigências do mercado com as demandas dos comerciantes, já que ninguém é deixado de fora do “esquema”: desde o velho que, descapitalizado e sem fôlego para investir no negócio, percebe

---

<sup>63</sup> Para o *survey* foi entrevistada uma amostra de cerca de 10% do universo de comerciantes populares do camelódromo. Por questões argumentativas, privilegiou-se, na análise que segue, apenas os números do bloco B – principal espaço onde foi realizada a observação participante.

<sup>64</sup> Note-se que, mesmo nos casos em que as mercadorias são trazidas de São Paulo e não constituem, do ponto de vista legal e jurídico, o que se definiria por bem ilícito ou ilegal (como o é o contrabando), isto não significa que a banca do comerciante seja *formalizada*, isto é, portadora de cadastro de pessoa jurídica (CNPJ). Mesmo nos casos em que as mercadorias não são trazidas pela ação direta de camelôs, mas vendidas por representantes de atacados e firmas dentro do próprio camelódromo, predomina a compra por meio de “nota fria” ou “meia-nota”.

na sublocação uma espécie de segunda aposentadoria, até aqueles que, diante da possibilidade de expandir o próprio negócio, estarão em condições de cumprir com “propinas” mais vantajosas ao sublocador. Embora esteja baseada na prática corrente de sobrevivência dos mais capacitados, a sublocação, para Alfonso, é sempre uma questão em aberto, a ser negociada de acordo com o “bom senso”; se ela é possível no caso dos velhos desistentes, oriundos da Praça XV, ela não será jamais tolerada quando da instalação de grandes atacadistas ou monopólios que venham a prejudicar os demais comerciantes através de concorrência desleal, em sua maioria de procedência sul-coreana ou chinesa:

Tudo tem jeito. Ali se resolve as coisas. Tu não perde, alguém recolhe a conta pra ti, faça uma parceria, a gente ensina como fazer, e tu continua ganhando o teu dinheiro. Pronto. Amanhã ou depois, estou no mercado de novo. A *rotatividade* faz parte do negócio, é normal em qualquer coisa. Quem que nunca foi cortada a água por falta de pagamento? Ou a luz por falta de pagamento? Isso aí... *Não pode é fechar.*

Como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte, uma prática alternativa de maleabilização do tempo e do espaço constitui-se nas diversas *parcerias informais* estabelecidas entre aqueles que não estão dispostos a entregar suas bancas nem ao empreendedor, nem ao Estado, nem aos comerciantes populares mais vorazes por comprá-las, mas também não aceitam prontamente as novas categorias de apreensão do tempo, do espaço e das práticas econômicas afixadas pelo “mercado”. Nesse caso, longe de implicar na seleção dos economicamente mais aptos, trata-se de garantir a sobrevivência coletiva de alguns comerciantes, cujas redes, oriundas das ruas, colocam em jogo uma série de obrigações e compromissos morais. No seio dessa sociabilidade em rearranjo, é a “abertura” das paredes, seja entre colegas que estabelecem “parceria”, seja quando se trata de bancas situadas na bifurcação entre dois corredores, que constitui o indício fundamental de uma flexibilização da espacialidade sobre a qual as redes de reciprocidade e de alianças são reconfiguradas. Divide-se não somente *coisas*, mas, sobretudo, subjetividades em deslocamento existencial. As permutas incluem o escambo de pertences “individuais”, a negociação do “ponto” para mais próximo de sua gente, a consignação de mercadorias, ou o empréstimo de dinheiro para fins tidos como mais prementes (o pagamento de passagens, de alimentação e de capital de giro para a constituição do arsenal mercadológico).

As imagens do que significa estar no camelódromo, para esses sujeitos, passam, igualmente, pela formação de diferentes circuitos de flexibilização e compartilhamento do “tempo” enquanto categoria social: não só é prestigioso cuidar ou “olhar” esporadicamente a banca do colega desavisado ou impossibilitado (que eventualmente tenha “perdido” o prazo para o pagamento ou para a abertura, no horário demarcado pelo regimento interno do camelódromo, do seu estabelecimento), senão que tal prática se estende para a formação de verdadeiros ciclos de revezamento dos dias de trabalho (de modo que uma única pessoa possa se responsabilizar por abrir e atender a loja de outros dois ou três colegas) e de circuitos de trocas simbólicas, jocosas e, fundamentalmente, de proteção mútua (pelo qual é esperado que cada sujeito seja capaz de defender, com argumentos ou desculpas, a banca de

seu vizinho, sobretudo em momentos estratégicos ao jogo da fiscalização da SMIC ou da empresa). É essa experiência coletiva de ser e estar no camelódromo – enquanto narrativa que institui e que se estende, como prática, para a conformação das “coisas” e das estratégias de espaço enquanto produtos culturais – que orienta a organização das microfinanças, das lógicas de reciprocidade local, a partir de onde são formuladas táticas de empréstimo, de concessão e de retenção de dinheiro, e são narrados e organizados, simbolicamente, os lucros e os endividamentos enquanto processos sociais. Como destacaria Seu Zé:

Daqui a um tempo, ninguém sabe o que vai acontecer com a pessoa aqui dentro. Eu posso estar bem hoje, e tu pode estar mal. Então eu vou pagar a minha parte, mas mesmo assim vou continuar no movimento pra te ajudar, e ajudar todos os que estão precisando hoje, porque pode acontecer de amanhã eu também precisar do teu apoio, quando o meu dinheiro acabar ou quando a minha situação piorar”.

#### 6.4 – Os números da transição

Os números obtidos com a realização do *survey* dão a dimensão do reajuste simbólico operado pelo processo de transição ao camelódromo. Metade dos comerciantes entrevistados no bloco B sugere ter mudado, em algum momento de suas trajetórias, o leque de mercadorias (embora 61,1% digam não ver com bons olhos tal possibilidade para o futuro); desses, cerca de 28% o fizeram ainda no início do processo, enquanto 16,8% realizaram pequenos ajustes esporádicos, em 2011. Tais números endossam o argumento, apresentado ao largo desta dissertação, de que o problema da concorrência e da mercadoria situa-se nos interstícios da lógica de mercado e da conformação de uma nova identidade de comerciante popular, já que, entre aceitar o novo ordenamento econômico – adaptando o mix de produtos às exigências de “mercado” – ou insistir na extensão metonímica da rua, há uma distensão temporal de cerca de 17 a 20 anos, o período médio que meus interlocutores permaneceram na rua. Assim, não surpreende que, quando perguntados, 44% deles ainda se digam convictamente “camelôs”, enquanto apenas 22% afirmem ser “comerciantes populares” e “microempresários”.

O mesmo problema ético que parece não se resolver tão facilmente no que diz respeito à mercadoria e à concorrência, também se aplica à aceitação das parcerias e sublocações como alternativa de reprodução no camelódromo. Entre a probabilidade e a certeza, apenas 38,9% declararam cogitar a hipótese de adquirir futuramente outra banca; e 33,3% de fazer parceria. 77,8% são incisivos ao afirmar que jamais venderão o ponto; e 72,2% dizem que nunca o alugarão. Uma porcentagem semelhante (77,8%) afirma que jamais pretenderá desistir do empreendimento, embora seus projetos de futuro sugiram, antes, uma permanência planejada, no bloco B, de alguns poucos anos, à espera que “as coisas deem certo”, ou então como uma espécie de trampolim para outro ponto no bloco A ou ainda uma sala comercial no centro da cidade. Enquanto aguardam, somam-se críticas à administração do empreendimento: 88% consideram insatisfatório o papel desempenhado pelo Comitê



Gestor; 72% dizem o mesmo sobre a SMIC e a fiscalização; 68% criticam a segurança interna e 76% o papel desempenhado pela Verdicon S.A. na coordenação da administração.

Os números ilustram também o processo de descapitalização financeira que, para muitos detratores do bloco B, estaria na origem de suas dificuldades adaptativas. A média de investimentos iniciais na infraestrutura da banca, embora seja de R\$ 1500 reais, varia entre R\$ 300 e 10 mil. Não obstante, é sobretudo nas médias de vendas semanais que os discursos de insatisfação adquirem corpo: se na rua vendia-se, sem maiores dificuldades, uma média de R\$ 1870 reais (num espectro cuja variação é de R\$ 400 a 6.500), no camelódromo é preciso contentar-se com meros R\$ 735 reais (cuja variância vai de R\$ 200 a 3750 reais). Tais números contrastam ainda com os gastos mensais para manter-se no espaço de trabalho – uma média de R\$ 1200 reais (cuja variação é de R\$ 500 a 2500), que em muitos casos chegavam a ultrapassar os lucros líquidos da banca – denunciando, portanto, déficits econômicos que tornariam insustentável a reprodução no camelódromo. Não é de surpreender, igualmente, que os índices de adimplência verificados durante o *survey* fossem de apenas 61,1% para o aluguel e de 72,2% para o condomínio; ou que, alternativamente, 83,3% das bancas não contassem com telefone fixo, 88,9% com auxiliar de vendas, 72,2% não tivessem máquinas de cartão de crédito. Por fim, não menos importante, 38,9% alegaram não poder investir satisfatoriamente em mercadorias; 44% disseram o mesmo a respeito da estrutura da banca, e 61,1% a respeito da divulgação de seu estabelecimento.

\* \* \*

Apesar de referirem-se apenas ao bloco B, os números conferem materialidade à tensão de base de que nos ocupamos ao longo desta dissertação, qual seja, entre a gramática do “ser camelô” e a lapidação de uma nova sensibilidade comercial, corporificada em noções como “comerciante popular” ou “lojista”. Como vimos ao longo dos dois últimos capítulos, estar no camelódromo, do ponto de vista das práticas cotidianas de acomodação dessas novas experiências, implica no rearranjo do próprio sentido de espacialidade que, junto com a subjetividade em deslocamento, precisa incorporar, gradativamente, as novas configurações que resultam da convivência dos 800 comerciantes com os agentes de fiscalização do Estado – estes também em transição – e os agentes da empresa, ávidos, por sua vez, pela aplicação de conceitos da área do marketing e da administração.

Assim, ao analisarmos os números em concordância com as observações etnográficas, não surpreende que tenha sido apenas no final do primeiro ano de atividades que os membros da ASFERAP passaram a cogitar a hipótese da *rotatividade* ou mesmo da *modificação* do leque de mercadorias, dos circuitos de obtenção e da apresentação de si como “comerciantes populares”. E é desta dinâmica que nos ocuparemos no capítulo que segue, quando destrincharei, no tempo e no espaço, as estratégias de acomodação nos novos espaços de trabalho, vistos a partir da trajetória de meus principais informantes, cujos passos acompanhei ao longo dos três anos passados desde a abertura do camelódromo.

## 7 – ENTRE SUBJETIVIDADES ECONÔMICAS E ECONOMIAS SUBJETIVAS

Desde a concepção clássica do *métier* antropológico, o trabalho de campo implica uma caminhada que é, ela mesma, uma reelaboração e acomodação deslocada do tempo e do espaço do Outro enquanto imagem de si. Deslocar-se até o camelódromo implica, em primeiro lugar, uma caminhada epistemológica, uma dinamicidade, uma movimentação que faz referência a pelo menos duas dimensões complementares: ao mesmo tempo em que inaugura um *trajeto espacializado*, isto é, um percurso objetivamente delineado no seio da paisagem constitutiva do centro da cidade, ele é, também, e antes de tudo, um *movimento narrativo*, ou seja, construtor de uma certa temporalidade em deslocamento. Do ponto de vista do antropólogo em campo, problematizar o movimento implica considerar o seu próprio itinerário a partir desta dupla semântica: de um lado, o movimento que o etnógrafo realiza *junto com* a alteridade, descobrindo o espaço no acompanhamento dos trajetos objetivos por entre corredores e paredes do camelódromo; por outro lado, as manobras que o antropólogo realiza para *colocar a alteridade em movimento*, procurando suscitar e acompanhar os deslocamentos espaciais e físicos que a própria narrativa desse indivíduo sugere (Cardoso de Oliveira, 2000; Magnani, 2009; Peirano, 2006).

Se é fundamental, para os objetivos que compõem o argumento desta dissertação, traçar os contextos em meio aos quais foi elaborado um determinado projeto político de remoção e acomodação espacial e social de trabalhadores informais, não menos importante é problematizar os seus efeitos, do ponto de vista dos sujeitos e das práticas a que deram origem. Qual o destino e a trajetória, afinal, de meus principais informantes, que constituíram grande parte das páginas desta dissertação? A que mudanças ou reestruturações mais gerais elas nos remetem, em termos do equilíbrio de forças políticas e econômicas que sustentam as assimetrias entre os blocos A e B do empreendimento, bem como sobre a tripartite composta entre poder público, a iniciativa privada e os comerciantes populares? Um breve exame diacrônico das estratégias e biografias de alguns desses sujeitos ao longo dos primeiros dois anos que compuseram o ciclo de meu trabalho de campo no camelódromo permite colocar alguma luz sobre os delineamentos subjetivos decorridos a partir da

distensão dos itinerários no tempo e no espaço coletivamente construídos. Mais que apontar trajetos de sucesso ou infortúnio, trata-se de fornecer alguns elementos interpretativos que sugiram a possibilidade de pensar a diversidade de estratégias e táticas (De Certeau, 1994) adotadas em diferentes momentos, visando distintos objetivos, com múltiplos resultados.

Uma análise etnográfica dos percursos de transição levados a cabo por alguns de meus interlocutores que compõem meu círculo de sociabilidades em campo permite, dessa forma, observar *in locum* os diferentes processos de constituição do sujeito econômico, ao identificar, a partir da observação participante, os caminhos pelos quais se delinearão as estratégias de apropriação do espaço e do tempo subjacentes à experiência do camelódromo. O ponto de partida teórico que norteou a condução de tais enquadramentos etnográficos está fundamentado num duplo pressuposto, capaz de conectar as experiências da memória enquanto ato de instituição do tempo com as práticas de espaço que permitem pensar um trajeto coletivo de resistência ao enquadramento funcional e arquitetônico. Como mostrei em outras ocasiões (cf. Kopper 2011; 2012), “ser camelô” em tempos de transição implica, concomitantemente, o agenciamento da memória em torno do saber-fazer da rua – que traz consequências sobre a configuração do sujeito em termos de distintas noções de pessoa (Dias Duarte, 1986; Dumont, 1985; Goldman, 1999); implica, igualmente, sua manipulação, a partir de determinadas competências oratórias, por parte de um líder comunitário.

Uma vez redimensionadas no âmbito do novo espaço de trabalho, tais técnicas de afecção do sujeito camelô trazem consequências essenciais do ponto de vista da constituição da *cultura material* – isto é, do circuito de bens e mercadorias colocadas em movimento – que, por sua vez, distribuídas diferencialmente no espaço, são responsáveis pela constituição de zonas desiguais, paisagens modeladas de acordo com as subjetividades em pleno deslocamento. É assim que o espaço é diretamente moldado pelas operações mnemônicas de ajuste do tempo, colocando em jogo a produção dos signos que conformarão, por um excesso de significado, os sentidos em torno da transição e o espaço metonímico que prefigura a periculosidade, a animalidade, a resistência e o medo como elementos do bloco B, em oposição ao léxico do sucesso e das competências econômicas e comerciais que orientam a conformação da ambiência do bloco A, do ponto de vista de meus interlocutores.

De um lado, privilegiou-se o processo pelo qual os sujeitos narram a si, aos outros e seu *entourage* (como a cidade ou o próprio fenômeno de deslocamento a que foram submetidos) nas interfaces inventivas entre o tempo vivido, o tempo pensado e o tempo do ato de narração (Ricoeur, 1994). Há, assim, uma série de símbolos, materializados ou imaginados, que operam como configuradores de fronteira, que criam um relato de interações e de transições, ao mesmo tempo em que mediam e articulam, isto é, criam uma comunicação metafórica que separa a imagem do passado e do devir. Se a pulsão do arquiteto e do paisagista consiste em trabalhar o congelamento político dos lugares, por meio da construção dos pontos ou lugares estruturais, cabe à fronteira constituir o espaço-tempo da

transição, em que o jogo de interações e de entrevistas se configura como símbolo narrativo de intercâmbios e encontros. Nessa perspectiva, narrar o mundo por meio das experiências subjetivas do processo de transição constitui-se na condição *sine qua non* da própria acomodação existencial das mudanças objetivas colocadas pelo projeto estatal de legalização das práticas comerciais informais no centro da cidade.

Do ponto de vista dos sujeitos que não a concebiam como simples passagem, a transição ao camelódromo colocaria o problema de como definir as novas fronteiras de pertencimento, na medida em que a categoria “camelô” – e o que ela refere, em termos jurídicos – estaria em *extinção*, tecnicamente suprimida e engolfada, em médio prazo, pelo “comerciante popular” e, em longo prazo, supõe-se, pelo “empreendedor popular” ou “microempresário”. No cerne desse processo, “ser camelô” não poderia ser uma noção prontamente descartável e, ademais, passaria a designar não apenas um “conceito” – abstrato e pontual –, mas um *modo de vida* que, constituído sobre as bases de uma memória legítima acerca do passado, das experiências da rua e, finalmente, do saber-fazer econômico como certificador dessas especificidades –, poderia representar a sobrevivência ao longo do período de adaptação e apropriação do novo espaço.

Faz-se necessária, aqui, uma distinção epistemológica entre o conceito de *transição como passagem* – que, ademais, encontra seu correlato significativo na ideia do espaço planejado e gestado (De Certeau, 1994: 172-175; Foucault, 1979; 1984) – e a noção de *transição como espaço liminar e indeterminado* (Turner, 1974; 2008), isto é, que coloca em suspensão as categorias de classificação e percepção da realidade dos sujeitos que a experimentam e que permite, por isso mesmo, acomodar um leque suficientemente amplo de distintas trajetórias e projetos de apropriação do tempo e do espaço vividos (Velho, 1981; 1994). A etnografia revela, assim, os episódios efêmeros, vividos com a dramaticidade e a intensidade com que sujeitos em efervescência objetiva e subjetiva narram e experimentam essa espontaneidade imediata, carregada de uma profusão de sensações, que escapam a qualquer tentativa de classificação ou ordenamento.

Se, pois, a narração é, fundamentalmente, o trabalho de elaboração desses sentimentos de engano, de felicidade, de dilaceramento moral, de formulação de uma nova ética econômica, enfim, dessas imagens várias que povoam as camadas de tempo pensado a partir da experiência do que é estar no camelódromo, por outro lado, ela é, também, fundadora de regiões morais (Giddens, 1989), enquanto províncias de significado que se apropriam e autorizam a formação de clivagens espaciais e arquitetônicas. Essas práticas de enraizamento espacial sobre-escrevem micro trajetos de resistência simbólica, moldando sociabilidades e semantizando a ambiência *sui generis* do camelódromo enquanto materialidade vivida, como esboço cartográfico sobre o qual são desenhadas as formas do tempo social (Arantes, 2000; Simmel, 1996).

O constante formular e reformular dessas experiências conduz a atos de construção, de legitimação, de autorização, de destituição ou de desresponsabilização dos símbolos, objetos e narrativas que compõem o repertório de significação e dramatização do deslocamento. Se, portanto, questões tais como a anexação de bancas (com a retirada da parede interna que as separa), a exposição de mercadorias no chão e nas paredes dos corredores, as táticas e posturas agressivas de abordagem dos clientes potenciais, as práticas de fornecimento, seleção, exposição e vendagem de mercadorias, o descumprimento de horários e prazos arbitrariamente instituídos, a transgressão dos limites espaciais de cada banca, enfim, se todos estes pontos podem ser interpretados como indícios de resistência a mudanças em termos de processos econômicos colocados pelo Estado, por outro lado, é preciso perceber que eles operam, fundamentalmente, como dispositivos mnemônicos de criação e invenção de novos trajetos, espaços, tempos, paisagens e arquiteturas que se sobre-escrevem ao projeto gestado com a retirada do comércio informal das ruas de Porto Alegre.

Os diários de campo relativos às observações de campo estão preñes de tais estratégias reinventivas, e é com base na reconstituição da trajetória desses informantes-chave do processo de transição, em pleno projeto de elaboração da distensão temporal narrativa e mito-prática, que chegamos a um vasto léxico de imagens e estratégias acionadas para a acomodação simbólica do deslocamento. Este capítulo trata, nesse sentido, de configurar um mapa social e cartográfico dessas táticas cotidianas de apropriação do tempo e do espaço socialmente construídos; é, também, uma tentativa de sistematização dos principais argumentos apresentados nesta dissertação, que gravitam em torno do processo de transição, tomando por base os contextos empíricos que conduzem às tensões entre os universos do “camelô” e do “lojista”, na trajetória dos próprios sujeitos afetados pela transposição.

### **7.1 Etnografando o Camelódromo**

Deliberar por qual das várias portas de acesso do camelódromo entrar pode significar decidir sobre o tipo de narrativa, de ambiência e de sociabilidade que se encontrará ao longo do caminho. Se a escada de acesso principal, na Avenida Voluntários da Pátria, dá o tom da caminhada etnográfica ao longo do bloco A – com centenas de pequenos empresários vorazes pelas vendas, ávidos por seduzi-lo como provável cliente, enquanto outros se encarregam de agrupar as várias pilhas de mercadorias nos expositores – as parcas e tímidas escadarias laterais do bloco B sugerem, ao contrário, um ambiente austero de preocupação diante do pouco volume de vendas, agravado pelo acúmulo de dívidas e de camelôs em trânsito pelos corredores, mais que de clientes. Para quem prefere seguir caminho pelas passarelas, que operam como articuladores entre os blocos, a paulatina mudança de clima de um e de outro lado dá o tom do dia. Cada uma das entradas sugere prováveis caminhos, mas deixa aberto o

trajeto da *inserção de campo*, no sentido forte do termo – em que a imprevisibilidade dos acontecimentos e a fugacidade dos laços sociais sempre reservam novidades e imprevisibilidades que são o ponto de partida da etnografia.

Vários de meus deslocamentos até o bloco B poderiam ser resumidos, assim, na busca incessante pela captação e a experiência dessas ambiências, carregadas de sentimentos e emoções que povoam o imaginário sobre o espaço e que se materializam nas narrativas com que se defronta, aqui e acolá, o antropólogo. Iniciemos nossa visita a esse universo de práticas pelo “coração” do bloco B, para o qual só nos é permitido ascender por algum dos corredores de maior movimentação que dão para as passarelas ou, alternativamente, pelas escadarias laterais. Em uma das bancas do corredor de número cinco, encontro Valdir Terra, sentado em sua banqueta, acompanhado da mulher, à espera dos clientes. A leitura do jornal é interrompida aos cumprimentos de boa tarde, acompanhados de alguma reflexão pausada sobre a conjuntura atual do equilíbrio de forças entre prefeitura, empresa e camelôs, ou então da última novidade sobre o mercado imobiliário local de bancas e de mercadorias.

Numa das primeiras conversas que tive com Valdir, eram os picos de vendas de mais de R\$ 400 reais num único sábado, alternados pela venda desestabilizadora e desestimulante de R\$ 10 reais em dias “normais”, que mais o inquietavam. “Nunca me passaram a perna, nunca conseguiram me enganar, eu sabia desde o início que isso aqui não daria certo”. Valdir vende incensos e “coisas do tipo”; tinha, na rua, uma clientela muito fiel e específica mas que, até o momento, ainda não teria “encontrado” sua loja no interior do Camelódromo; muitos dos clientes ter-se-iam “perdido” nesse caminho que conduz da rua para o prédio.

As pessoas demoram para descobrir que tem gente aqui atrás que também vende incenso. E ninguém entende nada do que eu vendo. Teve um daqueles dias, logo no início, que eu estava indignado com o fracasso que era isso daqui, que um cliente desaforado me perguntou se esse líquido que eu vendia aqui era pra tomar [tratava-se de um líquido aromatizante de ambientes]; eu respondi que era, mas que tinha que tomar aquilo tudo de uma vez que era pra fazer o efeito certo! [risos].

Para Valdir, o processo de transição sobreveio no auge de suas vendas na rua, quando finalmente conseguira estabelecer uma rede de clientes suficientemente sólida para vender sem preocupações. Em junho de 2008, o ano que antecedeu a migração ao camelódromo, ele vendera R\$ 15 mil reais, seguidos de R\$ 8 mil em julho e mais R\$ 7 mil em agosto. Os cerca de 150 clientes fixos, de classe média e média-alta, garantiam a estabilidade financeira que permitia usar vários cartões de crédito com limites exorbitantes como capital de giro, sem se preocupar com juros acima da média ou inadimplência, já que “dinheiro sempre havia”. Os piores dias de janeiro e fevereiro asseguravam ao camelô uma renda de, no mínimo, R\$ 250 reais, enquanto a média no camelódromo raramente ultrapassa a barreira dos R\$ 100 – intensificando-se aos sábados para, em seguida, novamente, retornar à rotina. Nos dias frios e chuvosos, os contrastes ficavam mais evidentes: enquanto no camelódromo vende-se cerca de R\$ 400 reais, na rua esse valor poderia chegar próximo aos R\$ 2 mil reais diários – sem

contar a queda acentuada no “padrão de vida”, que Valdir avalia em cerca de 70%, que o impediu de seguir pagando o plano de saúde e a própria faculdade, então em andamento.

Depois do terceiro mês de atividades no camelódromo, Valdir reorganizou seus conhecimentos comerciais. As meias, bonés e acessórios, bem como roupas de lã e esotéricos, já não empolgavam mais, deixando de carregar o apelo de “exclusividade” que sempre tiveram na rua, quando eram considerados baratos e interessantes aos padrões de seus antigos clientes. Em um movimento de inflexão que passou da revolta aos consumidores à sua consideração, readequou seu leque de mercadorias, passando a incorporar materiais esportivos e de vestimenta que incluíssem os logotipos de marcas famosas. “Uma mochila é só uma mochila, mas se estiver com o símbolo da Nike, torna-se *a* mochila. E o vendedor deve ter esse tipo de sensibilidade”. Se no camelódromo lidar com a falsificação é indispensável à própria reprodução, na rua Valdir jamais a comercializara, tendo, inclusive, um slogan estampado no topo de sua banca, em que se lia “Valorize o seu dinheiro, compre o original”. Isso porque o espaço da rua guardava consigo os resquícios de uma memória autêntica, em que tudo – leia-se, a relação entre mercador, coisa e cliente – se constituía sobre a fidelização e a especialização dos nichos comerciais, fazendo desaparecer, pois, as intenções mercadológicas que estão na origem dessa modalidade de troca.



*Foto 40: Valdir em sua banca. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010*

Ao mesmo tempo em que se reorganizava, começou a deixar de lado sua participação nos protestos e mobilizações políticas impetrados por Juliano, a partir do segundo semestre de 2009. A desvinculação ocorrera no momento em que passara pelas piores dificuldades econômicas, em que recebera notificações de despejo da prefeitura e sentara numa mesa de negociação com Elaine – que exigiu-lhe, em troca de uma proposta de acordo vantajosa, seu afastamento político. Em pleno processo de recuperação da dívida, de cerca de dois mil reais, Valdir negociara com o advogado da empresa sua reintegração ao camelódromo, mediante o pagamento de parcelas mensais de R\$ 100 reais, acrescidas do aluguel corrente. Este confessara-lhe que, do ponto de vista da administração, não havia qualquer empenho para um possível acordo, tendo em vista seus antecedentes ideológicos pouco favoráveis, que teriam prejudicado a “imagem” e a “lisura” da empresa. Ainda assim, as garantias de silêncio

oferecidas por Valdir asseguraram sua permanência no bloco B: “Eu era um dos que estava na lista para ser tirado naquele *fatídico episódio do despejo dos 11*, mas consegui entrar na linha poucos dias antes”, comenta com alívio, meses após o ocorrido. Ao mesmo tempo, aproveita para criticar a postura incisiva e pouco dialogada de Juliano – que, em momentos cruciais do processo político, titubeara em aceitar os acordos vantajosos oferecidos pelos advogados da empresa, quando da discussão do zoneamento do valor dos aluguéis, em função de clivagens partidárias. Da mesma forma, Juliano passaria a ser apontado como um sujeito que, não tendo no camelódromo sua fonte principal de rendimentos, poder-se-ia dar ao luxo do engajamento político e de suas possíveis retaliações – o que, evidentemente, não era o caso de Valdir e de tantos outros comerciantes, que viviam o dilema entre a adequação às normas impostas pela empresa e o apoio explícito ao movimento que consideravam, apesar de tudo, legítimo.

Em meio à ambiência do bloco B, Valdir identifica uma série de problemas e subterfúgios que impediam o sucesso do próprio negócio. De início, sugere que qualquer empreendimento bem sucedido deve satisfazer às quatro condições dos Ps: é preciso ter, em primeiro lugar, um bom *ponto*, em seguida um bom *produto*, depois um bom *preço* e, por fim, volta e meia, uma boa *promoção*; um tal segredo seria, por si só, responsável por cerca de 60% das vendas. Como não pudesse contar com o privilégio daqueles que tinham sua banca situada no bloco A, restava-lhe investir em produtos, preços e promoções. Ora, como era possível fazê-lo se dependia, para tanto, de um esquema local de concorrência que tinha por efeito, constantemente, um aplainamento geral dos preços e da margem de lucros? Na origem desse problema, estaria o desânimo generalizado que assolava o bloco B e, com ele, as posturas negativas de vendas, pontuadas pelo exagero das intrigas pessoais – por sua vez, o resultado visível da alta taxa de concentração de comerciantes no mesmo espaço. Ao mesmo tempo, a homogeneização dos produtos, em conjunto com a pouca pretensão ao dinheiro, diminuiria qualquer possibilidade de progredir: todos os camelôs de seu corredor, sem exceção, perfaziam o mesmo caminho que conduz as mercadorias até os seus clientes finais, passando seja por Rivera, seja por Ciudad del Leste, seja por São Paulo. Assim, aumentar os preços para além daquele limite tacitamente imposto pelos seus pares seria o mesmo que condenar-se ao suicídio econômico naquele espaço em que quem dita as regras é o grupo.

Após os dois primeiros anos no camelódromo, seu balanço, apesar de algumas perdas significativas – como o confisco de uma das duas bancas, cuja titularidade era de sua esposa, em meados de 2010 – permanecia positivo. As famosas “lojas-âncora”, instaladas nos fundos do bloco B, que de início representavam a decadência capitalista do modelo vigente de camelódromo, passaram a ser definidas como o grande chamariz de sua clientela; os grandes atacadistas, que antes eram apontados como os verdadeiros vilões, responsáveis pela extinção paulatina dos pequenos camelôs, serviam, agora, de inspiração a Valdir, ansioso por iniciar-se no ramo das vendas em grande escala. Por fim, se sua participação no movimento



político lhe trouxe algum benefício, foi o respeito que conquistara entre seus colegas – embora reconheça que, se desde o início tivesse atentado a esse “tino empresarial”, sua trajetória no camelódromo teria sido muito menos problemática.

\* \* \*

Seguindo pelo mesmo corredor, topamos com dona Maria – uma das várias Marias que povoam o bloco B do camelódromo – comercializando suas mercadorias, de pé, na parte externa de uma das bancas de ponta de corredor. A cena, inicialmente esdrúxula, tendo em vista que a distribuição acirrada dos espaços e a dinâmica da concorrência deveria acontecer no *interior* dos boxes, torna-se inteligível quando consideramos sua trajetória comercial. Vendedora exclusivamente de meias, *habitué* tradicional da rua desde os tempos em que “as coisas ainda funcionavam” – isto é, em que era possível trabalhar com certa dignidade e sustentar-se a si e sua família com o negócio –, suas preocupações sempre foram as alterações geradas pelas novas configurações nas dinâmicas econômicas. Assombravam-lhe as novas concorrências – dos colegas de trabalho, do espaço equitativamente dividido, dos produtos “piratas” em plena expansão, da competição desleal dos vendedores nas escadarias de acesso do camelódromo. Em outra ocasião, ouço os comentários fervorosos de dona Maria com sua colega, contando como havia *expulsado* uma de suas clientes de dentro de sua banca, na mesma tarde. Sua interlocutora fica perplexa diante do ocorrido: a cliente teve a petulância de oferecer-lhe R\$ 1 real por um par de meias!

Ah, *vai para a puta que te pariu!* Eu não tenho que aturar esse tipo de coisas! O que eles estão pensando que a gente é? Que a gente não tem que pagar nada? Que a gente ganha as coisas de graça, que tudo cai do céu?! Faça-me o favor! Pelo amor de Deus! Ninguém sabe que tem dias que a gente não vende nada! Que o aluguel sobe a cada semana! Isso ninguém sabe e ninguém quer saber, eles só acham que a gente é um bando de oportunista que tenta passar a perna no cliente! Eles não conhecem a gente! A sociedade não conhece a gente! Mas eu dei o troco!

Em novembro de 2010, contudo, sua situação de permanente inadimplência, aliada ao momento político já bastante desfavorável – que a convertera, em função de sua presença sistemática nos protestos, uma pessoa particularmente visível e perigosa – tornar-se-ia insustentável. Após algumas semanas de indefinição e de negociação junto à Câmara de Vereadores, os despejos seriam finalmente executados no fim do mês – e boa parte dos pontos já estariam ocupados pouco tempo depois, em tempo, ainda, para as vendas de natal. Dona Maria foi uma dessas comerciantes. O que parecia ser, à primeira vista, uma ocasião facilmente desalentadora, provou-se o contrário. Encontro-a, algum tempo depois, enquanto eu fazia uma pausa no barzinho de seu Vilson para recuperar as energias e seguir caminho, no meio do corredor central do bloco B. Para o meu espanto e incredulidade, ela anunciava produtos que se encontravam na parte de *fora* de uma das bancas, alguns cuidadosamente presos à grade de ferro e outros tantos ainda dispostos no chão, sobre um pano vermelho.

Para dona Maria, o despejo provara-se essencial para um reordenamento de seus saberes comerciais, radicados no tempo e na sociabilidade espacializada da rua. Na

hierarquia dos mais e menos habilidosos que definem o sujeito comerciante, eram as práticas de *parceria* com uma das proprietárias de banca que garantiriam sua sobrevivência e recolocação – ou, diríamos melhor, sua reinclusão – na cadeia comercial local. Nesse pequeno mercado imobiliário instituído, afeito às variações com que bancas são alternadas como o resultado visível de estratégias diferenciadas de sobrevivência comercial, estar no camelódromo pode significar reassumir, o mais plenamente possível, os contornos das práticas de saber-fazer oriundas das experiências e memórias da rua – em que a ideia de *parceria*, entre amigos, colegas, familiares, etc., garantia a reprodutibilidade econômica de todos com base na maleabilidade e reorganização do espaço.

Diante de meu comentário ingênuo de que, quem sabe um dia, quando as coisas melhorarem, ela possa *recuperar* a sua banca, ela retorna um olhar cético. Após uma pausa, retruca, provocativamente, “voltar para o aluguel?!”; agora as coisas estavam bem melhores do que antes, quando não conseguia dormir pensando em suas dívidas e no que aconteceria no dia seguinte, numa permanente incerteza com relação ao seu futuro. Desde que fora despejada, tudo mudou: conseguiu se adaptar melhor à permanência na parte de fora da banca, os clientes a procuravam mais, já que seus produtos ficavam expostos diretamente ao olhar dos transeuntes, no entroncamento de três corredores, neste ponto “nevrálgico”; e, como se não bastasse, ainda nem possuía qualquer tipo de gasto com aluguel ou condomínio.

É verdade que a parceria com a colega estabelecida trouxe novas obrigações. Ao mesmo tempo, recolocou em ação um antigo circuito criado ainda na rua, onde conhecera a senhora, com quem trabalhara e vendera no mesmo lugar. Com a transferência para o camelódromo, entretanto, nem sempre os parcos lucros com a banca compensavam o deslocamento de sua colega da região metropolitana de Porto Alegre até o novo espaço, que implicavam gastos significativos de transporte rodoviário e ferroviário. A parceria permitia, assim, no caso da senhora, revezar os dias em que necessitava estar no camelódromo para vender, ao mesmo tempo em que para dona Maria, trazia consigo a possibilidade de expor seus produtos na parte externa do ponto sem custos adicionais – e, melhor ainda, adotando antigas práticas da rua, em que se poderia alterar o preço do produto de acordo com a “cara” do freguês. Numa espécie de espiral da informalidade, o despejo provocara uma assimetria ou diferenciação entre os novos comerciantes e seus funcionários informais, os *novos camelôs* que, doravante, sediavam-se nas ruas e calçadas não mais a céu aberto, mas do próprio prédio, coisa que o projeto estatal pretendia inequivocamente suprimir com a formalização econômica que lhe serve de fundo discursivo.

Outros despejados de meados de 2010 não tiveram a mesma sorte em suas parcerias. Foi o caso, pelo menos, de quatro sujeitos, cujas trajetórias no camelódromo foram interceptadas pela ação da empresa, em parceria com a prefeitura. O primeiro deles é Atilio, cujo sotaque pronunciado rapidamente denuncia suas ascendências italianas. Tão logo foi despejado, tratou de reorganizar-se com um dos vizinhos de banca – que, por sua vez, sublocava o espaço que nominalmente pertencia ao marido de Giza, do bloco A, embora os problemas com ele nunca cessassem. Não demorou muito, porém, para que a languidez comercial e a desorganização de materiais, aliada à divisão problemática

do espaço entre eles, causasse problemas que não seriam facilmente administrados por Atílio – que, depois de algumas semanas, abandonou definitivamente o local.

Os casos de Seu Noé, o pastor evangélico que vendia bíblias e artigos religiosos, e de seu Luís, foram ainda mais dramáticos. O primeiro retornou do camelódromo às ruas, obrigando-se a vender, itinerantemente, algodão-doce. O segundo, encontrei-o na saída de uma das reuniões na Câmara de Vereadores, ainda em novembro de 2010, embora àquela altura já tivesse voltado às ruas. Disse que a SMIC havia retido todos os seus materiais de exposição, entre os quais estavam balcões e expositores, o que totalizaria um prejuízo de cerca de R\$ 400 reais. Todo esse aparato estaria agora nas mãos da SMIC – e me mostra um comprovante em papel timbrado amarelo de notificação e de retenção desses materiais, homologado pela secretaria. Só não haviam confiscado materiais e roupas porque já as havia retirado dias antes de a banca ser fechada: “eu cometi alguns erros, eu devia ter ficado com pelo menos uma cópia de cada negociação com a empresa. Eu cheguei a fazer várias propostas mas eles nem analisaram. Foi uma sacanagem tirarem a nossa banca em plena época de natal”.

Após o despejo, seu Luís fez várias feiras na Usina do Gasômetro para sobreviver. Enquanto conversamos, sinto o bafo agudo de cachaça que emanava de sua boca. Ao mesmo tempo, permanece a indefinição sobre o que aconteceria com as suas dívidas do camelódromo: “eu não posso ser colocado no SPC por isso porque eu fui cruelmente despejado; acho que isso aí vai ficar assim mesmo, vai *desaparecer* com o meu próprio *desaparecimento* do camelódromo [risos]”. Quanto ao movimento na usina do Gasômetro, não está lá essas coisas – mas não entende como a fiscalização ainda não descobrira aquele ponto, já que no centro não havia nenhuma possibilidade de se construir qualquer rede de comércio informal, que a fiscalização estava muito forte por esta época do ano.

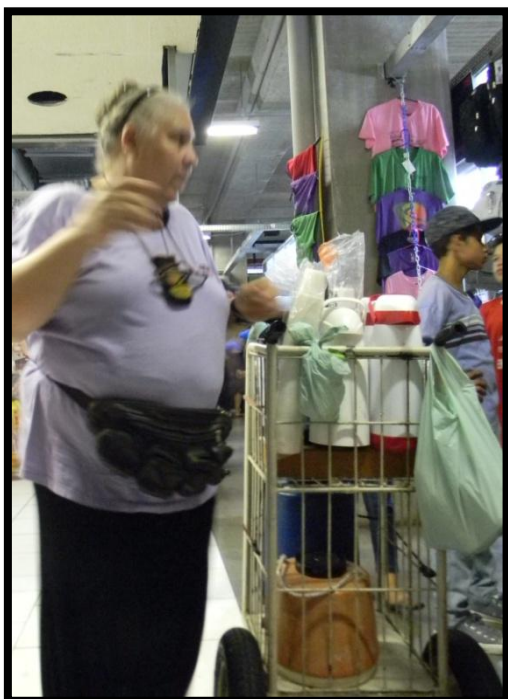
“Eu estava começando a melhorar no camelódromo, comecei a pensar em investir algum dinheiro em mercadorias melhores e que dessem maior rentabilidade financeira, mas a SMIC acabou com tudo”. Mesmo antes do lacre de sua banca, Mário, o fiscal, aparecera em sua banca com interessados em alugar e ficar com o ponto; aparentemente, sugere, tratava-se de um parente do próprio fiscal. Além disso, Olavo – que era uma espécie de sargento aposentado do exército com contatos na SMIC – tinha-lhe sugerido pagar até R\$ 2 mil reais pela sua banca, mais quitação de todas as dívidas pendentes. Como contrapartida, exigira-lhe que fosse entregue a banca nominalmente na SMIC e colocada no seu nome – ao contrário do caso de Dejanira e Eloá, por exemplo, em que o acordo fora feito informalmente e sem qualquer garantia de que elas, algum dia, não viessem reclamar a posse do ponto. Luís disse que negara o acordo – mas que outras três pessoas tinham se rendido à mesma proposta e que era por isso que o sujeito tinha bancas em praticamente todos os corredores. Disse que preferira vender em tempo todos os seus pertences para terceiros, de modo que pudesse se capitalizar para atuar novamente na rua. Comenta também de um empréstimo que fizera no banco para tentar trazer mercadorias e melhorar a infraestrutura de sua banca – projetos estes interrompidos pela SMIC – de modo que agora via-se às voltas com o pagamento do adiantamento, estando na rua. Disse que somente se mantivera vivo graças às feiras que fora fazendo, entre as quais a da Expointer e a do Parque Harmonia, durante a semana farroupilha.

Por fim, a própria dona Maria conta a respeito da situação de outra senhora que havia conseguido uma parceria, na “esquina” ao lado, após ser despejada, para expor suas mercadorias na parte externa da banca. Por um bom tempo, ambas as mulheres foram as duas mais bem sucedidas entre os despejados do fim de 2010, já que conseguiram abocanhar um ponto ainda melhor e com a clara vantagem de não pagar nenhum encargo financeiro. Ela disse que, na verdade, tratava-se de uma parceria entre famílias: a mulher era prima da proprietária da banca, de modo que se estabeleceu entre eles uma espécie de livre comércio. Entretanto, os imponderáveis da vida real fizeram-na entregar o ponto. Antes que desistisse por completo do camelódromo, resolveu vendê-lo por cerca de R\$ 10 mil reais para terceiros, que agora estavam ali instalados em bancas duplas e já abriram uma loja com grande decoração e estética incrementada. Isso obrigou a mulher despejada a largar o ponto improvisado na parte externa, retornando a São Paulo, de onde viera há vários anos, para recomeçar qualquer negócio por lá, na Avenida 25 de março.

## 7.2 – Circulando pela Praça de Alimentação

Seguir caminhando pelos corredores do bloco B nos conduz à Praça de Alimentação do empreendimento, composta de espaços destinados às lojas-âncora, bem como de lancherias que, em sua maioria, hospedam os comerciantes que, tendo iniciado suas

atividades no camelódromo em espaços menores, geralmente em instalações de alimentação situadas nos corredores laterais do bloco B, ampliaram suas ambições e projetos para abrir o segundo negócio. Seu Vilson é um desses pequenos proprietários que, em sua maioria, atendem aos próprios camelôs, muitos dos quais fazem suas principais refeições no local, incluindo-se café da manhã e almoço. Sua rotina pessoal inicia antes mesmo de o sol nascer, e estende-se até o último dos comerciantes deixar o camelódromo; assim, a falta de venda desses últimos implica diretamente na produção de narrativas de incertezas da parte de Vilson, que volta e meia cogita a hipótese de desistir de tudo e reabrir um estabelecimento no bairro onde vive. No cotidiano de sua atividade, porém, está mais preocupado em estabelecer limites ao comércio “irregular” de itinerantes que, vendendo desde cafezinhos até lanches rápidos ao longo dos corredores, acabam por prejudicar seu negócio. Diante da concorrência, Vilson tratou de organizar um abaixo-assinado reivindicando sua suspensão à empresa, sob o argumento – apreendido nas conversas corriqueiras com Juliano, em frente ao bar, onde costumam ter lugar os círculos de fofoca e sociabilidade – de que aqueles não estariam em condições higiênicas satisfatórias para comercializar alimentos.



*Fotos 41 e 42: à esquerda, comerciante itinerante de alimentos; à direita, seu Vilson, proprietário do barzinho, principal ponto de encontro de meus informantes. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010.*



É o taberneiro quem narra mais uma história cujo tema são os conflitos associados à adaptação dos comerciantes aos novos espaços de trabalho. Conta seu Vilson que o “barraco” aconteceu entre a titular de uma das bancas do corredor central do bloco B e sua cliente, logo que esta última viera trazer a mercadoria comprada no dia anterior para devolução ou troca. Ensandecida, a comerciante teria se recusado a atendê-la e, sobretudo, a realizar a solicitação da cliente, não economizando ao desferir os mais variados impropérios diante de sua interlocutora, enquanto outros transeuntes e comerciantes ouviam e reprochavam seu comportamento desenfreado. O conflito chegou até a administração da empresa, no terceiro

pavimento, onde tudo foi esclarecido, a cliente reembolsada e a comerciante advertida diante de sua postura tida como “imprópria”.

No centro da Praça de Alimentação, encontra-se a lancheria de seu Régis. De início afastado de todo e qualquer movimento político, é apenas meio ano depois de iniciar suas atividades no camelódromo que, diante das dívidas e dos alugueis abusivos cobrados pela empresa, decide pronunciar-se em uma das reuniões da Comissão de Finanças da Câmara de Vereadores. Em uma de minhas conversas com o empresário, ele diz que “está tudo errado no camelódromo, os administradores são uns burros, não entendem nada de marketing nem de promoção de vendas”. Como exemplo, cita as ações promovidas pela administração para abrirem o camelódromo no domingo anterior ao Dia das Crianças: “eles não fixaram um papel no mural do banheiro dos funcionários?! [risos] Pensa bem! Quem é que eles querem que venha no domingo? Só vai vim a gente, pra comer vento como sempre!”.

Quando indagado sobre seus projetos futuros na decadente Praça de Alimentação, seu Régis foi enfático: sua situação era tão animadora que, durante boa parte de 2010, havia somente outro concorrente no local – não por acaso seu principal inimigo, proprietário da lancheria “Mister Rico’s”, com quem teve várias indisposições ao longo do ano, algumas das quais pontuadas por ameaças físicas. Seus planos incluíam, assim, “aguentar” até o fim daquele ano, a fim de aproveitar a movimentação típica da época de Natal. Enquanto isso, nem fazia questão de pagar os alugueis, que estavam cada dia mais vultosos e cumulativos. A cada notificação recebida, sua estratégia era “engrossar o couro” com a administração da empresa, ameaçando-os de revelar vários “podres” que suas antigas conversas de boavizinhança com Casagrande, então gerente do CPC, lhe renderam. Obviamente, isso não evitava os conflitos cotidianos, um dos quais relacionava-se à substituição da lona de sua luminária, que ostentava o logotipo da lancheria. Ao sugerir a possibilidade de trocá-la, junto à empresa, esta teria redarguido que tal decisão precisava ser discutida pelo Comitê Gestor que, num primeiro momento, não teria aprovado a manobra, alegando que a troca era “desnecessária”. Como resposta à hostilidade da empresa, seu Régis resolveu deixar a luz ligada durante a noite. “Eu deixei lá, ligada direto, só pra ver o que eles vão fazer... Gastar um pouco essa luzinha que eles tão pagando [risos]... Tá lá aquele clarão pra quem quiser ver!”.

Enquanto se desencantava com o camelódromo, seu Régis fazia novos planos em suas visitas aos shoppings da capital, nos finais de semana, especulando em torno de valores e possibilidades. Em uma dessas ocasiões, observou os quiosques do “Bourbon Ipiranga”, que vendiam produtos a cerca de R\$ 5 reais, cujo custo não ultrapassaria R\$ 1 real:

Imagina o que esse *louco* tava faturando! Era cheio aquilo lá! E tu faz um investimento relativamente pequeno no produto e tem um lucro absurdo! Ta certo que aquela franquia ali deve ser R\$ 50mil por mês pra manter, mas tu tem garantia! Aqui no camelódromo é o contrário! O sujeito não pode cobrar muito caro em função do público. E aí tu faz um investimento absurdo em condomínio, gás, luz, água, funcionário, pra ter um lucro menor. É o inverso! E a empresa não ta nem aí! E o pior é que nem tão conseguindo mais alugar! Lá ta o cartaz da Auxiladora Predial [risos]. E pra completar no site eles nem colocam o valor do aluguel que é pra não assustar,

mas colocam o valor do condomínio, que é uns R\$ 2400 naquela farmácia que fechou. Eu calculo que o sujeito tem uma despesa de 12mil por mês naquelas lojas.

Desde a concepção do projeto, afirma Elaine Deboni, a Praça de Alimentação tinha o objetivo de contrabalançar, financeiramente, o baixo custo de aluguel cobrado dos comerciantes populares, através da criação de uma área de aluguel livre. Um dos problemas enfrentados pela administração foi, assim, a dificuldade de encontrar marcas suficientemente dispostas a investir no projeto, sem que para isso alterassem significativamente seu público-alvo. O caso da farmácia “Panvel”, que se instalou no camelódromo como “Farmacolândia” – de acordo com Elaine, “para não ser revelada” – é, a esse respeito, paradigmático: “A gente passava o dia inteiro atendendo gente aposentada com receita aqui na porta, pedindo se nós podia garantir que o remédio não era falso. E a Panvel cada vez vendendo menos aqui dentro”. Até o dia em que veio um dos diretores da farmácia para negociar uma nova proposta de aluguel e condomínio com a administradora:

Ele disse pra mim ‘ai, dona Elaine, o aluguel daqui é muito caro, se vocês não baixarem nós vamos sair’. Aí eu disse, ‘tu sabe que você veio no dia em que eu ia te chamar. Eu quero que vocês vão embora daqui!’. ‘Como assim?’. ‘Em-bo-ra! Se você não pode assinar o nome que você tem, isso aqui não é *curva de rio!*’. O cara saiu voando. ‘Se você colocar Panvel, eu te dou o desconto que tu precisar no teu aluguel. Agora, como Farmacolândia, obrigada!’. E eles foram embora pra não por Panvel. Farmacolândia, cracolândia... O que é isso! E aí eles queimaram a nossa área comercial.

Qual não foi a solução encontrada por Elaine, ao sugerir que quem devesse ocupar a Praça de Alimentação eram os próprios comerciantes que “cresceram”?

Então o que eu disse: ‘ah, não querem se misturar? Pois vocês vão ver. Nós é que não queremos vocês agora! Porque eu tenho gente suficientemente bem aqui dentro pra fazer o que nenhum outro de fora faria, e nós temos o Chawarma do Brimo, que veio trabalhar aqui e que tinha um quartinho num hotel de quinta categoria alugado. Agora tu vai lá e pergunta pra ele como é que ta a vida dele. Então ele já tem aquela, e já alugou outra lá na frente, então nós estamos aos poucos passando pros camelôs a área que era destinada ao nosso equilíbrio financeiro, que não aconteceu.

Em dezembro de 2010, os conflitos de longa data de seu Régis com a administração se intensificaram. Diante de sua manifesta vontade de desistir do camelódromo após as festividades de fim de ano, os agentes da empresa cortaram sorrateiramente o fornecimento de gás, a poucos dias do Natal. Quando, no dia seguinte, passei pela Praça de Alimentação, encontrei a esposa do empresário, desolada, retirando as últimas instalações do local e limpando o chão, enquanto os outros estabelecimentos estavam completamente lotados, com filas para venda. Ela me contou do conflito que havia se estabelecido naquela manhã, quando chegaram ao seu ponto e haviam cortado o gás, devido, alegadamente, a um improvável vazamento ocasionado pelo mau desligamento de uma das funcionárias. Para seu Régis, entretanto, estava muito claro que *eles* haviam antecipado a sua saída do camelódromo.

No dia seguinte, encontrei seu Régis furioso, esbravejando para todos os lados, enquanto passava novamente pelo mesmo problema, os olhos cheios de lágrimas, mal conseguindo se conter de nervosismo, o semblante vermelho, reclamando da empresa, que o teria despejado antes do tempo, em retaliação aos seus protestos. Por fim, ele não descartou a possibilidade de que seu inimigo e principal concorrente, Mister Rico’s, tenha forjado a denúncia sobre o gás, da mesma maneira como, há algum tempo, ele fizera uma denúncia à Vigilância Sanitária para que se interpusesse à comercialização de uma espécie de “prato popular” criado por Régis para alimentar os camelôs no horário do almoço, ao preço de R\$ 5 reais. Especulações à parte, fato é que a empresa tinha-lhe feito a pior das sacanagens, tinha aguardado exatamente até o momento de lhe dar o bote final e rasteiro.

Passadas as festividades de fim de ano, enquanto eu conversava com um grupo de camelôs na Praça de Alimentação, seu Régis se aproximou, trajando roupa de praia e uma pasta executiva a tiracolo, o sorriso da tranquilidade de quem abandonou um negócio fracassado estampando-lhe a face. Disse-nos, com satisfação, que há três dias não fazia outra coisa que dormir e descansar, aproveitando a nova vida que a saída da Praça de Alimentação momentaneamente lhe proporcionava. A felicidade do empresário amparava-se, ainda, no fato de ter conseguido negociar, com larga margem de vantagem, todos os equipamentos de cozinha que compunham suas antigas instalações com o novo proprietário do local, o mesmo sujeito de quem falava dona Elaine, que tentaria retomar a empreitada frustrada de Régis, de fornecer comida barata aos próprios comerciantes como alternativa aos restaurantes que se situavam nas imediações do prédio. Com a sua saída, salientou que não pretende conceder à empresa nenhum acordo judicial respeitante ao montante da dívida; da mesma forma, já tratara de avisar aos novos empreendedores da Praça de Alimentação, que certamente estariam fadados ao fracasso. Para os próximos dias, Régis havia programado uma viagem ao litoral, o que fez todos os que o ouviam desconfiar da excessiva tranquilidade, a poucos dias do despejo. Será que, nesse ínterim, ele já havia conseguido negociar outro ponto, quiçá na própria Voluntários da Pátria, onde certamente teria maiores possibilidades de crescimento? – era o que todos se perguntariam depois de sua retirada.

\* \* \*

Sair pelo outro lado da Praça de Alimentação significa chegar ao corredor mais movimentado do bloco B, aquele em que estão situados três de meus principais interlocutores de pesquisa. O primeiro deles é seu Zé. Vendedor de bijuterias e acessórios, sua pequena banca foi montada com vários materiais e sobras de peças e exibia, de início, um arsenal de cores e formas. Em frente à entrada do box, a uma distância milimétrica, encontrava-se uma gigantesca viga de concreto que impedia o acesso parcial ao interior da loja e prejudicava, portanto, as vendas. Ao realizar o deslocamento até o camelódromo, de início contrariadamente, Seu Zé engajou-se na mobilização política pela busca de melhores condições de comercialização, mantendo-se cético diante da nova realidade que o cercava de todos os lados – com a presença cada vez maior de transeuntes lhe alimentando as imagens de negatividade, na medida em que não representavam, e estavam longe de fazê-lo, clientes concretos de suas mercadorias.

A postura inicialmente passiva diante do turbilhão de processos sociais em andamento reverteu-se, paulatinamente, em estratégias de reinvenção da própria identidade de camelô. Uma de suas primeiras realizações consistiu em dotar a viga de concreto de novo significado, atribuindo-lhe as vezes de vitrine improvisada de seus produtos, em geral painéis de brincos e bijuterias, de modo a chamar o cliente ao longe, atraindo seu olhar na direção da mercadoria. O que parecia uma estratégia localizada transfigurou-se, num segundo momento, numa ressemantização da própria distribuição espacial de seus produtos, dos

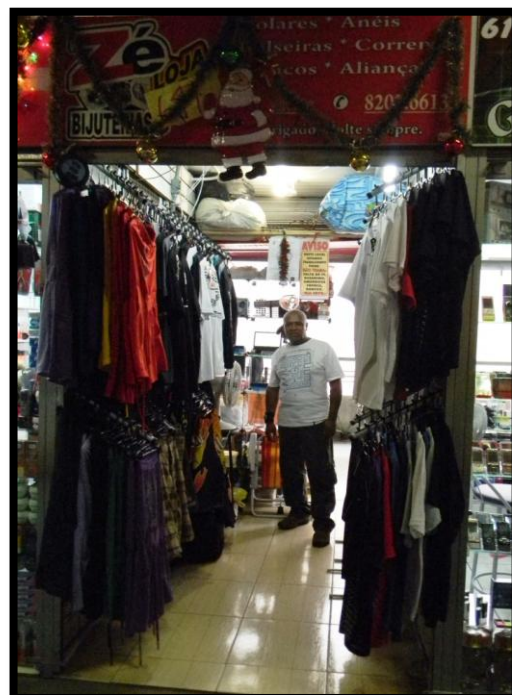


artefatos que constituíam os alicerces de sua apresentação e, finalmente, na incorporação de novas mercadorias – sobretudo de calças esportivas fabricadas por terceiros e comercializadas através de consignação.

A estratégia funcionou até o momento em que ele conseguiu trocar de banca, para o outro lado do bloco B, e ficar mais próximo de seus antigos colegas de rua, que também faziam parte da ASFERAP. Conseguira negociar, junto à empresa e à SMIC, a desapropriação do antigo ponto e a incorporação deste último que, além de proporcionar livre acesso à entrada da banca – já que não havia mais o inconveniente da viga de concreto – ainda lhe permitia desfrutar de maior espaço físico e de uma maior circulação de transeuntes, com mais chances de comercialização. Uma de suas primeiras estratégias consistiu em “abrir” ambos os lados da banca, de modo a transformá-la numa pequena passagem perpendicular ao corredor principal, para que pudesse usar a parte dos fundos da banca como uma espécie de depósito e saída para o corredor lateral, onde tinham lugar as fofocas.

A falta de vendas e os altos preços cobrados pelo aluguel, contudo, continuavam a lhe incomodar. Com o tempo, e com a desarticulação progressiva da efervescência política, seu Zé foi incorporando outras mercadorias, em sua maioria roupas de verão e de marca, trazidas pela sua colega de corredor, dona Diva, que frequentemente perfazia o circuito Argentina, Uruguai e Paraguai – e que também cuidava do ponto quando ele estava ausente. A mudança foi acompanhada por vários outros camelôs do mesmo corredor, numa espécie de onda que rapidamente se alastrou, de modo que, em pouco tempo, novamente, muitos camelôs passaram a vender pouco do mesmo tipo de produto.

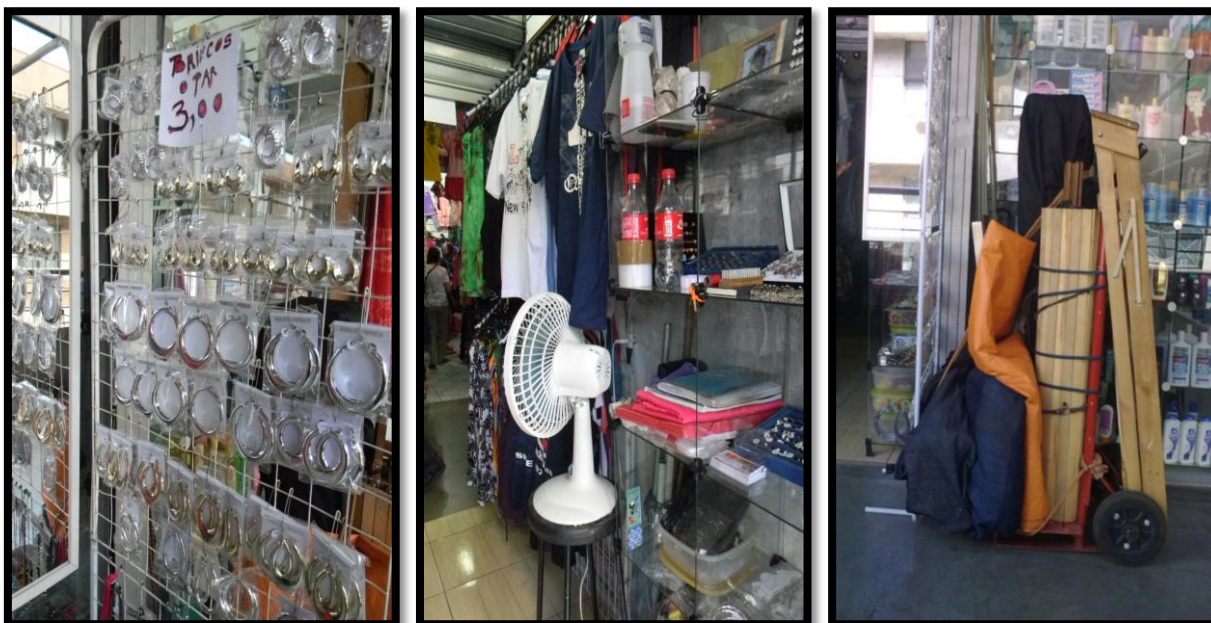
*Foto 43 e 44: à esquerda, Seu Zé em sua primeira banca, em fevereiro de 2009; à direita, seu Zé em sua última banca, em dezembro de 2010. Fonte: acervo de pesquisa*



Seu Zé ainda não estava satisfeito: passou a adquirir novos expositores de vidro, em que separou cuidadosamente os tipos de bijuteria que oferecia ao público; ao mesmo tempo,



tratou de incorporar ao conjunto de mercadorias novos agasalhos e casacos esportivos, sobretudo durante os meses de inverno intenso. Paralelamente, começou a realizar feiras em eventos pelo estado afora, aos finais de semana, reconstituindo o arsenal infraestrutural que o caracterizava como camelô quando da rua: nos fundos de sua banca, encontrava-se, sempre a postos, um carrinho montado por várias estacas de ferro, conjuntos de lonas, cobertores e estruturas diversas, que permitiriam realizar o deslocamento até os mais recônditos lugares, sobreviver às mais diferentes situações e alimentar também a nostalgia dos tempos de rua.



Fotos 45, 46 e 47: banca de seu Zé, disposição das mercadorias e carrinho para realização das feiras. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010.

No início de 2011, contudo, seu Zé decidiu aposentar de vez as poucas bijuterias que ainda ficavam nos fundos da banca. Disse que não fazia sentido em função da baixa margem de lucro e da alta quantidade de vendas necessárias para o pagamento dos alugueis – as poucas que ainda sobravam seriam reaproveitadas pela filha e pela esposa, alegava. Além disso, bijuterias exigiam um maior reposicionamento, e substituição constantes, colocando as mais antigas em promoção e as mais novas em posição privilegiada, devido ao ciclo de vida útil do próprio material, sujeito a desgaste. Não menos importante, o vendedor de bijuterias passou a ser cada vez mais associado como uma sobrevivência direta da rua – o que, do ponto de vista do cliente, dava maior margem à prática da barganha, ao “leve 3 e pague 2”, enfim, à diminuição da taxa de lucro – material e subjetiva. Assim, após o reordenamento e reposicionamento pessoal, seu Zé fez uma nova parceria com dona Diva, que passou a trazer casacos específicos, de vários tamanhos e modelos, do Paraguai.

Muito menos colorida, sua banca estava agora com mais mercadorias e com algum grau de exclusividade. Apesar de um tímido aumento nas vendas, seu Zé não considerava a possibilidade de ampliar o negócio ou buscar, ele mesmo, as mercadorias. Quando conversamos a respeito, disse que ainda não possuía estrutura financeira suficiente e que o

importante, assim como na rua, era ter o *suficiente* para viver. As preocupações com o futuro e, particularmente, com o pagamento regular do aluguel, continuavam todos os dias. Para ele o camelódromo ainda não deu certo, pois suas vendas ainda não se estabilizaram para lhe dar a tranquilidade necessária sem precisar preocupar-se com o dia de amanhã. Volta e meia, o carrinho com a bagagem da banca de rua, estacionado ao lado do box no camelódromo, volta à ação, sobretudo nos finais de semana, para trabalhar nas feiras e festas populares pelo interior do estado e, paralelamente, alimentar as saudades dos tempos em que era dono do próprio negócio e do espaço que este ocupava. E, falando no amanhã, este se resume à chegada da Copa do Mundo a Porto Alegre: é ela que lhe dará a grande medida de se ele deverá ou não continuar tentando *ser camelô* num espaço planejado para engolfá-lo.

A alguns metros dali, dona Diva estendia os novos chapéus trazidos do Paraguai e de São Paulo. Vendedora de mercadorias de nicho – chapéus de diferentes modelos, estilos, tamanhos e finalidades – ela possui um pequeno atelier em sua própria residência, onde fabrica os produtos que comercializa. Outros tantos ela traz do Paraguai, para onde viaja regularmente, trazendo consigo chapéus a cerca de U\$\$ 1 dólar – que ornamenta com materiais trazidos de suas viagens a São Paulo –, dando origem a composições únicas em termos de estilo e criatividade. Junto com dona Marilda, estabeleceu-se na rua há longa data, atuando ativamente na ASFERAP. Ao contrário de sua colega, contudo, sua fonte de renda primária não depende do volume de vendas de sua banca no camelódromo – ao contrário, sua rede de capital social depende de alianças que vão muito além dos limites geopolíticos do box. Assim como Juliano, a performance política pronunciada torna-a uma das narradoras legítimas da memória da ASFERAP, o que a permite guardar o arsenal iconográfico – fotografias, lembranças e vídeos – que compôs ao longo dos anos na rua.

Como vendedora prestigiada de chapéus, ao mesmo tempo em que é capaz de acionar e dar voz política aos discursos de insatisfação gestados nos bastidores e interstícios dos corredores do camelódromo, dona Diva possui uma extensa rede de alianças e de sociabilidades, de modo que a transição ao camelódromo não implicou em sensíveis impactos nos volumes de suas vendas. Por outro lado, experimentou um nítido processo de desprestígio de sua rede de clientela que, como ela mesma diz, no tom habitual que caracteriza a sua irônica jocosidade, na rua era composta pelos vários estúdios fotográficos que se situavam nas imediações da Rua da Praia (onde trabalhava), e que adquiriam seus produtos como artefatos cênicos que ajudavam a compor os personagens a serem fotografados. Já no camelódromo, seus clientes, em grande medida, tinham interesse em usar os chapéus para fins religiosos: tratava-se, segundo ela, de “batuqueiros”, de “pombas-gira”, que compravam os chapéus com a intenção de usá-los como acessório de moda e, na verdade, estariam empregando o mesmo para rituais religiosos. Longe de perturbá-la, estes são elementos antes de tudo estratégicos para a composição das piadas e chistes do cotidiano, já

que seus rendimentos dependem de outras fontes – tais como costura profissional para “fora” e alugueis de pequenas casas que constrói aqui e acolá, com o dinheiro da aposentadoria.



Fotos 48 e 49: dona Diva em sua banca. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010.

Tal economia cotidiana da suficiência contrasta com os projetos de ascensão pessoal e individual que, aqui e acolá, aparecem e se vão entretecendo sobre as trajetórias de meus interlocutores. Ao lado de dona Diva, Eloá, sublocou sua banca para a colega Dejanira que, em parceria com seu Luís e Elenara, do mesmo corredor, passaram a realizar viagens periódicas a São Paulo, seja para guarnecer suas bancas com mercadorias, seja para repassá-las a comerciantes como seu Zé, pouco disposto às mesmas viagens. De início, as excursões eram promovidas por Juliano, mas rapidamente a prática se difundiu, assim como os seus organizadores, que passaram a competir entre si pelo menor custo de viagem. Não demoraria muito para que Juliano tivesse que enfrentar outra traição: os mesmos sujeitos que outrora se dispunham a deslocar-se até a frente da prefeitura, agora davam-lhe as costas, ao abandoná-lo como organizador de viagens e procurar outros agenciadores. Um dos vários “ajustes morais de contas” ocorreu nos dias que antecederam a segunda leva de despejos, em novembro de 2010, entre Juliano e alguns membros da ASFERAP:

- Elenara, quero te convidar, segunda-feira, para estar na Câmara. Hoje entregaram 36 portarias e amanhã mais 36. É um *instrumentozinho* que se tu não pagar em cinco dias tu ta fora.

- Mas eu não devo um real! (...) Eu tenho uma excursão para domingo, pra São Paulo...

- Bom, mas tem muitos amigos como o Luís que não se meche, está esperando que a gente faça algo...

- Mas aí é aquele tipo de coisa assim, tu pode me achar errada, mas uma criatura dessas que ficava aqui sentado só no bem bom, sem pagar nada, o que acontece? Pô, tu não te meche, tu não bota mercadoria, não paga uma semana, tu quer ficar aqui? Aqui não é mais a *Casa da Mãe Joana*, não é mais a Rua da Praia, que ficava sem pagar nada. As pessoas não se conscientizaram. Esse amigo aqui era um acomodado, ele não vai em reunião, ele acha que todo dia é dia de Papai-Noel, que eles vão dar aluguel de graça pra todo mundo?! É como a tua casa ser alugada, não pagou, tchau pra ti. Tem muitos casos que me da pena, outros eu não tenho pena.

- Ta, então pela tua pena, peça pro povo ir na segunda na Câmara.

No dia seguinte, Juliano prossegue com suas tentativas de convencer a comunidade de que era preciso acompanhar os colegas, então em processo de despejo, até a Câmara de Vereadores.

- Dejanira, preciso de ti segunda-feira na Câmara. Tu e do teu marido que tem dinheiro [risos], porque o prazo pra essas pessoas que estão com notificação está acabando. Uma horinha que seja...

- Mas eu não posso fechar.

- Mas segunda-feira não tem movimento nenhum, Deja!

- Pra mim? Pra mim sempre tem! E sabe por quê? Carnaval, eu vendo fantasia! Dia da Criança, brinquedos! Eu to sempre botando o que é pra vender na época! Tem gente que não faz porque não tem noção ou não abre a cabeça... Eu já disse pra Marilda, enquanto tu não mudar, não tem, Juliano. *A pessoa tem que se virar e se mexer!* Eu cheguei a essa conclusão, eu mudei radicalmente, eu não quero mais ser como era antes. Eu vou pra São Paulo todo dia se precisar! Eu dei um cheque de 700 reais pras dívidas lá. Quatro cheques. Então tem gente esperando de braço cruzado, tu foi um que quebrou tua cara, perdeu tua loja, esperando alguém pra vir te ajudar... Agora as pessoas tão vendo que podiam ter feito antes e não quiseram! Eu vou deixar minha loja pra resolver o problema dos outros?

- Mas isso faz parte do teu coração, o ser humano é assim...

- É, só que eu *batalhei* pra chegar até aqui, eu graças a Deus to crescendo, quero virar atacado!

- Quando eu te botei pela primeira vez dentro do ônibus pra São Paulo, com o valor da passagem bem inferior ao que era, tu não conhecia São Paulo, então por esse motivo te peço: vá segunda-feira ajudar esse povo.

- Se eu tiver que fechar minha loja eu te digo agora: *eu não vou!* Se tu tiver alguém pra cuidar eu até posso... Eu não posso fechar, agora é dois aluguel e dois condomínio, *meu!*

- Faz assim: paga uma pessoa pra cuidar aqui, melhor ainda: pague duas pessoas pra ir na Câmara, sai mais barato! E escreve assim: *em nome de Dejanira*. Trato feito?

Depois que ela se retira, Juliano me confessaria:

- Essa aí tava quebradinha. Eu larguei tudo dentro dum ônibus e levei pra São Paulo. Ninguém conhecia nada. (...) Por que eles deixaram de ir comigo? Essas pessoas aqui não admitem, Moisés, que eu *ganhe*. A primeira viagem a São Paulo lotou, deu um lucrinho, deu 1500 conto. Sobrou do dinheiro da passagem. Aí eu tive que dar uma parte pro motorista, outra parte pra mim... E ali o pessoal viu 'não, peraí', fizeram as contas, 'ah, mas aqui deu tanto, o Juliano levou tanto'. E ali eu vi que esvaziou.

\* \* \*

É também neste corredor que me deparo com grande parte das fofocas sobre eventos que circulam pelos espaços do prédio. Mais uma vez, um caso paradigmático que me é relatado por vários dos comerciantes, e que dá o tom dos conflitos envolvendo as assimetrias entre os blocos A e B do empreendimento, ocorreu quando, por caminhos desconhecidos até aos agentes mais próximos da empresa Verdicon, um dos vários espaços vazios do bloco B fora ocupado por uma nova loja de eletrônicos, a que muitos camelôs acusavam de “oportunista” e de “atacadista”. De fato, a estrutura de sua banca reluzia – os grandes holofotes e a imensa placa em alto relevo contendo o nome de sua loja contribuíam para essa sensação – e destoava do restante dos boxes circunvizinhos. As preocupações com relação à concorrência desleal, vindas da parte de diferentes sujeitos particularmente atingidos por comercializarem o mesmo tipo de mercadoria, escondiam uma questão identitária de fundo, crucial para a compreensão do episódio que aconteceria subsequentemente: *quem* era esse sujeito? Tratava-se, de fato, de um *camelô*? Como conseguira aquele ponto suspeito no camelódromo, no coração falido do bloco B? Quais eram os seus “antecedentes”?

Duas semanas após a sua chegada com sacolões e sacolões de produtos – para o espanto e a incredulidade dos estabelecidos – os jornais divulgariam, nas páginas policiais,

que “uma tentativa de assalto terminou com um comerciante baleado na manhã deste sábado no camelódromo, em Porto Alegre. Antonio Raul Fraga, 55 anos, tentou reagir ao ataque por volta das 10h30min e foi atingido por um tiro na cabeça. (...) O crime provocou inconformidade entre os comerciantes do local”<sup>65</sup>. Entre a inconformidade e o alívio, fato é que o episódio foi motivo de novas reviravoltas e conflitos, de gritos de pânico e de tumultos entre os comerciantes. Do ponto de vista dos partidários da “ordem e do progresso”, episódios dramáticos e alvoroçados como este – e tantos outros – só afugentavam clientes e alimentavam a imagem de incivilidade e barbárie construída pela sociedade mais ampla em relação ao camelódromo, o lugar por excelência das “práticas subversivas” e do “poder dos fracos”. Aos mais propensos à constituição de narrativas fantásticas, contudo, o evento seria comentado por muito tempo, servindo de base para a constituição de especulações sobre a vida do sujeito (e seu futuro nada promissor), e de possíveis “mandantes” do “crime”.

Este era, por exemplo, o teor dos comentários tecidos por seu Régis, algumas semanas após o episódio, diante das notícias de que a vítima estaria em fase de recuperação, no hospital: “Esse cara sentou o cu numa estaca, de tanta sorte. Ele levou um tiro na cabeça, pensa bem, e tá se recuperando, parece que vai sair da UTI e tudo”. Sua suspeita é de que a administradora do prédio, Elaine Deboni, estivesse envolvida com o crime, já que a empresária não teria mais aparecido desde o dia da tentativa de assassinato, tamanho o medo, intensificado pela presença do Ministério Público no local. Dona Diva, por seu turno, tinha outras razões para preocupar-se com o evento. Recentemente, Anderson, o chefe do setor de segurança, a vira portando uma carteira de registro de armas, ao que teria comentado, jocosamente, que uma pistola daquele modelo ainda não fazia parte de sua coleção particular. Com o incidente, ela convertera-se numa potencial suspeita do crime (tendo, inclusive, de prestar depoimento junto à polícia), mesmo sem razões aparentes, o que, somado aos olhares e palavras irônicas dirigidas por Elaine e Isabela – por quem dona Diva não nutre qualquer estima – teria sido suficiente para denunciá-las por perseguição e falso testemunho.

### **7.3 – O bloco A em perspectiva**

Desde o início do empreendimento, ingressar pelos corredores do bloco A significou predispor-se a outra modalidade de engajamento nas experiências econômicas dos sujeitos em transição. Por razões bem compreensíveis, meu trabalho de campo concentrou-se pelos corredores do bloco B – que, afinal, esboçavam as maiores dificuldades de adaptação – embora dois de meus principais interlocutores tenham se instalado nos corredores laterais do bloco A. A rigor, eles não foram os únicos da ASFERAP a fazê-lo; como Juliano destaca em sua narrativa, alguns dos camelôs que integravam o movimento político, diante da iminência

---

<sup>65</sup> Trecho extraído do site <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/>, acessado em 16 de outubro de 2010.



do sorteio dos melhores pontos, em 2008, simplesmente deslocaram-se antecipadamente na busca pelos melhores lugares – comprometendo sua adesão à causa coletiva.

Uma delas é Giza de Oliveira, que estava em processo de expansão de sua banca de rua, à época da transição, e já havia constituído uma infraestrutura invejável em plena Esquina Democrática – principal entrecruzamento do centro da cidade, em que circulam milhares de pessoas diariamente. Sua banca abrigava, já naquela época, inúmeros expositores de mercadorias, estantes, prateleiras, vitrines improvisadas e mesmo manequins espalhados pelo “interior”; o “carrinho” utilizado como depósito era constituído de um amplo freezer horizontal, fora de funcionamento, para abrigar as centenas de artigos esportivos que compunham seu arsenal de produtos. Já não era mais necessário burlar as intempéries naturais – tais como chuvas ou ventos – na medida em que a infraestrutura dava conta de manter os produtos (e, por extensão, a clientela) sob as lonas amparadas por amplos mastros de ferro; da mesma forma, não se preocupava em correr dos agentes de fiscalização nem tampouco era atormentada com investigações relativas à falsificação de marcas “pirateadas” – tamanha a sua reputação em meio à rede de sociabilidades pelas quais circulava.



*Fotos 50 e 51: à esquerda, a banca de Giza e seu marido, em fevereiro de 2009; à direita, o conjunto de bancas que progressivamente foi sendo agregado, em dezembro de 2010. Fonte: acervo de pesquisa.*



De início, Giza – à maneira de dona Diva – caracterizava-se pelo intenso e assíduo engajamento nos assuntos políticos (sobretudo protestos, reuniões e passeatas) da associação, acompanhando o grupo através do registro fotográfico e audiovisual. Com o deslocamento ao camelódromo e a conseqüente expansão de seus negócios – o aumento das quantidades de fornecimento das mercadorias, a constituição de novos circuitos de representantes, o acionamento de empréstimos bancários cada vez mais volumosos e a ampliação dos limites de sua banca, engolfando aquelas que desistiam pelo caminho – Giza passou a deixar de lado, progressivamente, sua atuação política, privilegiando a administração do negócio e a manutenção das boas relações com a empresa – que lhe

proporcionava, nesse sentido, privilégios estendidos, como a possibilidade de atrasar, esporadicamente, o pagamento de alugueis ou ainda de expor seus produtos para além dos limites externos de suas bancas. Curiosamente, não somente manteve os clientes que já havia fidelizado na rua, como também atraiu tantos outros, impactados pelo tratamento personalizado e inventivo conferido pela pequena empresária. De certa forma, a singularização de sua loja – que implica uma predisposição positiva para pensar-se como indivíduo responsável pelo dimensionamento econômico, pelo sucesso ou fracasso de suas vendas e táticas de comercialização, através do emprego do léxico do sucesso –, ao adotar adereços que a diferenciavam de todas as outras, na Esquina Democrática, permitiu que sua clientela se constituísse de maneira regular e contínua, isto é, sem os atributos anônimos, dispersivos e itinerantes das vendas oportunistas características dos mercados de rua.

Do outro lado do bloco A, encontro Alex, sentado nos fundos de sua banca – raramente está de pé, o que contrasta com a dinâmica concorrencial acirrada do corredor, em que todos estão, sempre, correndo “atrás do prejuízo”. Sua trajetória conduz-nos, de fato, a outra temporalidade comercial, pontuada pelas idiosincrasias de suas ideologias e vinculações políticas. Filho de uma sólida classe média intelectualizada e esquerdista chilena, desde cedo viu-se na obrigação de deixar o país de origem, sob o risco e ameaça constante de tortura durante o regime militar. Após participar do movimento estudantil e de cursar engenharia elétrica, asilou-se provisoriamente na Argentina e então no Brasil, onde tentou empregar a profissão. Após várias tentativas frustradas – já que entrara clandestinamente no país – estabeleceu-se na rua, ao mesmo tempo em que passou a fazer parte de movimentos latino-americanos. Desde então, as decisões tomadas no âmbito da organização de seus negócios passaram a inspirar-se no esquerdismo que orientara sua militância – estratégia que, como veremos, tornar-se-ia insustentável diante da mudança para o camelódromo, que mal ou bem fora construído e estava sendo administrado por uma empresa capitalista.

A hostilidade econômica – politicamente inspirada – dos primeiros dias repercutiu, em longo prazo, no enfrentamento de dificuldades logísticas. A maior delas, talvez, dizia respeito ao pouco caso com que Alex tratava seus clientes, recusando-se o papel de vendedor como *intermediário* de bens. Poucas foram as ocasiões em que, durante nossa conversa, dispensou minha atenção em nome de qualquer cliente. Uma única vez, atendeu a um jovem que viera anteriormente para comprar uma jaqueta da marca Adidas. Alex redarguiu dizendo “ainda bem que tu voltou, quase vendi a jaqueta, mas o cara não quis, acho que tava te esperando, foi feita para ti”. Rapidamente, o sujeito entregou-lhe uma nota de R\$ 50 reais e Alex fez o registro da venda em seu caderno de acompanhamento do fluxo de entradas e saídas da banca – prática que muitos de meus informantes adotaram com a transição.

Ao longo dos meses passados no camelódromo, Alex confessa que já se sentiu, embora em momentos e ocasiões distintas, *camelô*, *comerciante popular* e *microempresário*. Quanto a isso, no entanto, sua esposa é mais incisiva: se lhe fosse feita a proposta de retornar

à rua, aceitá-la-ia sem titubear. É ela quem fala sobre as finanças do casal, de como sua banca na rua era relativamente pequena, o que lhes impedia de colocar à disposição muita mercadoria de uma só vez. Nos bons dias de vendas, o montante delas poderia variar entre R\$ 600 e 800 reais. Já os “peixes grandes”, como eram chamados os proprietários das grandes redes de pontos e produtos, que podiam se dar ao luxo de adquirir grandes estoques, poderiam faturar até dez vezes mais num único dia! Estes, por sua vez, eram compostos de lotes de mercadorias comprados esporadicamente em Rivera – onde Alex tivera alguns problemas de travessia e apreensão de produtos, que o levara à quase falência da loja.

Em comparação com a banca do camelódromo, os números da rua pareciam estar em uma categoria à parte. “Aqui, na melhor das hipóteses, eu consigo vender 200 ou 300 reais num único dia, isso no bloco A, e ainda varia muito de dia pra dia, de época pra época”. Em seguida, aponta para o caderninho de vendas da última semana, em que, na segunda-feira, não vendera praticamente nada, as despesas sendo maiores que as vendas: almoço de 7 reais, gastos com entrada de cheques e pagamentos de aluguel. “Isso dá um desespero”, ela conta, “mas que exige frieza e um mínimo de controle e planejamento”, de maneira a poder sobreviver no camelódromo apesar desses dias em que nada acontece e há mais perda do que ganhos. As viagens frustradas para Rivera – atualmente o maior entreposto estrangeiro de mercadorias e, portanto, de maior intensidade de fiscalização – são outro exemplo de como era preciso se programar para poder contar com os reveses na administração da banca.

Transcorridos cerca de dois anos desde a abertura do camelódromo, Alex ampliou, junto com o leque de mercadorias comercializadas, também, seu espectro ideológico. Do marxismo utópico que sempre o orientou, ele parte em direção a uma espécie de socialismo adaptado – ou, alternativamente, um *capitalismo suficiente* – a partir do que as ideias políticas descolar-se-iam dos contextos econômicos que lhe servem de fundamento. Um pouco mais longe de Marx, Alex está agora mais próximo da realidade; à tão criticada concorrência desleal, isto é, aquela que obedece apenas às regulamentações de mercado, meu interlocutor saudará a chegada da competição saudável, essa espécie de potencial que poderia fazer com que os lojistas menores em termos de poder aquisitivo pudessem se inspirar neles e aumentar ou aperfeiçoar a sua própria banca. Se a empresa Verdicon sempre deixou de cumprir com seus compromissos administrativos, por outro lado passará a ser vista, pelo menos, como ideologicamente coerente, vale dizer, como alinhavada ao seu papel capitalista de enriquecer e reaver o investimento através de alugueis semanais subsidiados.

Mais importante ainda, se a migração ao camelódromo representava, de início, a consolidação de um projeto de exclusão de trabalhadores informais, que seriam engolfados, em longo prazo, pelos grandes empresários e forças de mercado, agora já se tratava, mais bem, de um alívio pessoal – um projeto que, apesar das falhas, cumprira satisfatoriamente com um objetivo social. De maneira particular, Alex não suportava mais as ruas, pela hostilidade que transmitiam. Isso incluía desde as péssimas condições com que eram



tratados pelo Estado, as intempéries naturais, mas principalmente o preconceito velado da sociedade, que parecia colocar todos os ambulantes numa única classe, igualmente destituída de cidadania e conhecimento. Sua família, de maneira particular, jamais aceitara o fato de ele ser camelô, pois lhe projetavam algo mais que isso; viam nele a possibilidade de poder crescer e exercer uma profissão nobre, que contribuísse de maneira direta e efetiva ao crescimento da sociedade e do país. Logo, se fazia sentido aderir, mesmo que parcialmente, ao projeto instituído de camelódromo, era mais bem para dar vazão ao desejo sempre nutrido e nunca completamente preenchido de sua família, de recolocá-lo como sólido representante de sua classe econômica e política.

“Entre os líderes deles, tinha um que a gente chamava de chileno” – prossegue dona Elaine, em sua narrativa. “E esse chileno, todo o mundo tinha medo, até eu. Porque eu não sabia quem ele era, só me diziam, ‘te cuida com o chileno. Então o que eu fiz, eu deletei ele, eu nunca troquei uma palavra, porque me falavam que o chileno era o mentor de todas as ações ruins”. Perguntada sobre quem era, especificamente, esse “chileno”, ela simplesmente retruca: “Ele era o mentor dessa ideia fixa do *coitadismo*, do socialismo, de que ninguém pode *ter*. Ele tinha um rabo de cavalo, uma barba, andava de sandália, camiseta da ASFERAP, que são anarquistas”. Certo dia, contudo, era Alex quem aguardava para falar com a empresária, em plena sala da administração:

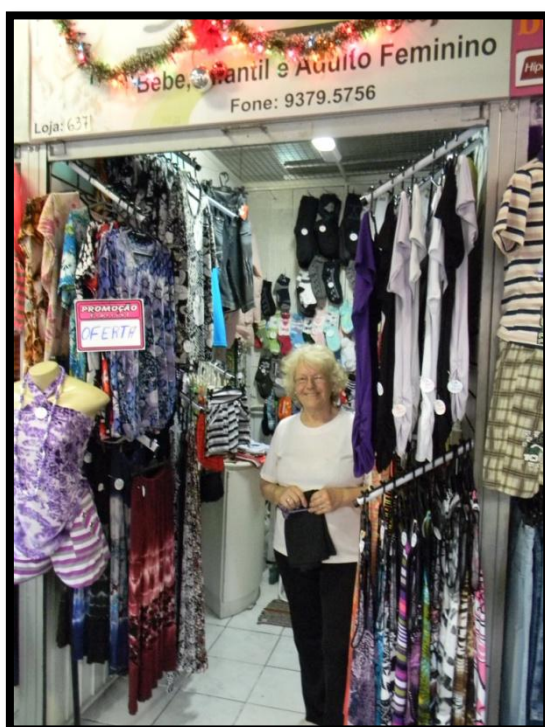
Aquela hora eu gelei, eu disse ‘meu Deus do Céu, e agora? O que será que eu fiz de errado? Aí eu cheguei ali fora, o cara de cabelo cortado, barba feita, tirou o bigode, camisa, calça e tênis, com a revista do shopping na mão. E ele disse pra mim ‘dona Elaine, eu vim aqui pra lhe falar. Sou um neto, filho, sou um pai comunista’, não, ele falou marxista, e disse, ‘eu fui criado dentro do marxismo, e eu vou dizer pra senhora, eu nunca vi na minha vida e em livro o que a senhora fez aqui dentro!’. Ele tremia assim, oh. Com lágrimas nos olhos. Ele assim [puff] ‘são minhas filhas, em espanhol ele falava, eu nunca mais vou falar sobre o capitalismo. Se a senhora me perguntar o que daqui pra frente eu vou ser, só não me peça pra dizer porque é difícil sair da minha boca’ [risos]. Mas eu entendi: *sem trabalho e sem esforço ninguém ganha nada*. Ele disse ‘são minhas filhas!’. E batia, orgulhoso. Porque não adianta!

#### 7.4 – Nas fronteiras entre os blocos A e B: fluxos e híbridos

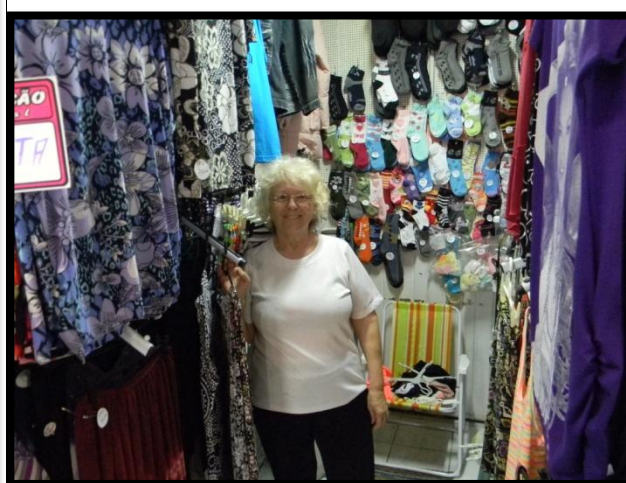
Se tratei até aqui de processos de diferenciação econômicos com base em assimetrias espaciais entre os blocos A e B do empreendimento, cumpre, nesta última seção, tornar maleáveis tais distinções, de modo a ilustrar as passagens possíveis que há entre elas, com base no percurso de duas de minhas informantes que operam nos interstícios dessas fronteiras de significado. A trajetória de Dona Marilda, cuja banca está situada ao lado da de Dona Diva, nos oferece um bom exemplo da maleabilidade com que posições e estratégias são trocadas no seio da transição, pontuada, a seu modo, de altos e baixos, em que as estratégias de espaço e de comercialização – literalmente deslocam-se com fluência entre o universo da rua e o da formalização econômica. A constante incerteza entre permanecer ou retirar-se de sua banca não permitiu que fizesse maiores investimentos, seja em termos de mercadorias, de técnicas de comércio ou de expectativas nutridas com relação ao seu futuro enquanto “comerciante popular”. Talvez por essa razão suas vendas não tenham jamais deslanchado – reproduzindo, a cada fim de ano, as mesmas predisposições emocionais que a faziam cogitar, volta e meia com maior intensidade, a hipótese de desistir do camelódromo.

Sua banca manteve, desde o início, a mesma estrutura estética, composta de materiais residuais, sobras de sua casa, azulejos de seu banheiro, balcões improvisados de outros tempos em que já tivera um pequeno negócio. A bricolagem espacial assim constituída trouxe, também, poucas inovações em termos da comercialização de mercadorias: roupas infantis terceirizadas sempre compuseram seu arsenal de produtos, recentemente propulsionados com a incorporação de roupas para adultos, tais como casacos pesados para o inverno, alguma sorte de roupas esportivas e pouca coisa para jovens, como calças jeans e camisetas estampadas. O balcão principal, que no início operava como uma espécie de fronteira entre ela, vendedora, e sua clientela, posicionado no limite externo da banca como uma espécie de entreposto, está agora localizado no fundo da banca, e abriga os pertences pessoais e alguns livros de autoajuda com os quais ela passa o “tempo livre”.

Dona Marilda sempre fez questão de manter-se em dia, tanto quanto possível, com suas obrigações financeiras – o que nunca excluiu as preocupações com possíveis endividamentos e comprometimentos morais. Aposentada há um bom tempo, por vezes precisa retirar algum montante de seu orçamento doméstico, ou mesmo emprestar dinheiro de sua filha, bem sucedida economicamente, cujos conselhos se mostraram relevantes para a composição das estratégias no camelódromo. Estas últimas incluem, entre outras coisas, um constante flertar entre a expansão da própria banca – com a adesão do box dos fundos, atualmente desocupado pela desistência de outro camelô – e a transposição para alguma das bancas vazias no bloco A, de maior movimentação de pessoas. Rapidamente, contudo, seus planos são colocados em suspenso pela preocupação em não arcar com os ônus da mudança.



*Fotos 52 e 53: dona Marilda em sua banca, no bloco B. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010.*



Desde os primeiros meses de funcionamento do camelódromo, dona Marilda nunca escondeu seu desejo de mudar-se para alguma banca desocupada do bloco A. Não foi por

outra razão que abandonou progressivamente a mobilização política presidida por Juliano – a quem, não obstante, considera como “filho” e com quem trabalhara desde antes da fundação da ASFERAP. Para tanto, tratou de manter uma política de boa-vizinhança com Casagrande, gerente da administração pelos dois primeiros anos – que, no entanto, jamais lhe deu garantias explícitas de qualquer alteração. Tudo mudou, contudo, quando foi anunciado o sorteio de oito vagas previamente desocupadas, em diferentes corredores, todos do bloco A, no início de 2011. Dona Marilda candidatou-se, à semelhança do que fizeram outras trinta pessoas – o único critério para a inclusão no sorteio era a rigorosa adimplência do pleiteante. Enquanto isso, sua ansiedade crescia, afinal aquela era a oportunidade de realizar seu sonho, a única que lhe permitiria permanecer no camelódromo.

\* \* \*

Dona Vera seguiu caminho semelhante. Membro da ASFERAP desde os tempos de rua, sua banca “oficial” estava situada em um dos corredores menos prestigiosos do miolo do bloco B, embora tenha investido, desde o princípio, a maior parte de suas energias na preparação de seu ponto bem localizado no bloco A. A “parceria” era fruto de uma aliança com um velho conhecido da rua, que havia colocado seu nome na lista de interessados a uma das vagas, mas que não estava disposto a assumir o negócio por sua conta. Assim, desde o início, dona Vera teve de arcar com os ônus financeiros de manter duas bancas paralelas, uma em cada bloco, o que lhe permitiu passar pela experiência de intermitência nas vendas e de diferenciação nos fluxos econômicos e sociais que caracterizavam cada paisagem. De certa forma, seus próprios passos, pelos corredores do prédio, enquanto faz a conexão física entre a banca da frente e a dos fundos, dão conta desse deslocamento existencial.

Os meses de preparação da transição, à maneira de Giza, constituíram-se numa espécie de ciclo de reinvenção subjetiva – durante o qual, logo após as festividades de Natal e Ano Novo, ela se retirara das ruas enquanto vendedora “ambulante” a fim de dimensionar e acomodar melhor o impacto do deslocamento ao camelódromo. Os meses de janeiro e fevereiro de 2009 operaram, nesse sentido, como lapso temporal e simbólico desse reordenamento semântico, em que dona Vera “fechou-se” para o universo da rua, na mesma proporção em que se dispunha à aceitação das novas condições objetivas de trabalho. Suas narrativas estão prenhes dessa simbologia de transição: ao mesmo tempo em que deixava a Rua da Praia, passou a se engajar no aumento da produção de confecções, em seu atelier pessoal. Dobrou não somente a produção, como também fez questão de registrar oficialmente sua “firma”; paralelamente, investiu tanto quanto suas economias permitiram na decoração das novas bancas. Seus planos incluíam afastar-se das lojas como vendedora e dedicar-se exclusivamente ao gerenciamento da produção de confecções infantis que, supunha à época, deslancharia com o deslocamento ao camelódromo.

A abertura do empreendimento, em fevereiro, foi motivo de comemorações e de festas: inaugurava-se uma nova etapa de sucesso e produtividade em sua vida como

comerciante; a empresa já estava registrada e os funcionários contratados para trabalharem nas duas bancas; as máquinas de cartão de crédito já se acumulavam sobre os amplos balcões, ao lado de duas linhas recém ativadas de telefone fixo; cada local dispunha de inúmeros manequins e provadores exclusivos de roupas. Dona Vera contava, então, com um gasto mensal de R\$ 2 mil reais somente com despesas de manutenção.



*Fotos 54 e 55: à esquerda, dona Vera e seu marido na banca do bloco B; à direita, a frente da banca sublocada no bloco A. Fonte: acervo de pesquisa, fevereiro de 2009.*

Passada a euforia das primeiras semanas, iniciaram-se os problemas relativos à manutenção dos aparatos e tecnologias contratadas para cada uma das lojas; acumularam-se as dívidas de aluguel atrasadas, aliadas a problemas financeiros mais antigos, quando da contratação dos serviços e da preparação infraestrutural das bancas. De início, dona Vera não se deixou abater; adotou algumas medidas de corte de gastos, entre as quais estava a dispensa dos funcionários que havia empregado em seu atelier para a confecção das roupas infantis, e a retirada de sua filha do colégio particular. Tratou de frequentar diariamente suas duas lojas, para acompanhar o andamento da comercialização e fiscalizar mais de perto as funcionárias que restaram.

Ao mesmo tempo, passou por um processo de politização de seu discurso, à medida que suas expectativas de sucesso pessoal decaíam: suas narrativas passaram a incorporar, cada vez mais, divagações e especulações sobre supostos esquemas de corrupção, desvio de dinheiro e de máfias e gangs que estariam por detrás de toda a operação administrativa do camelódromo. Desconfiou do gerente da empresa, atrelando-o a grandes redes de grupos terroristas e mafiosos que circulariam por todo o estado e pelo país afora; acentuou seu olhar crítico para as redes de fofocas, atenta a qualquer movimento suspeito de seus colegas ou qualquer sinal mais evidente de ascensão social – sempre tida como ilícita ou irregular –, ao mesmo tempo em que denunciava, tão logo agarrava uma matéria de jornal relativa ao camelódromo, as supostas parcerias entre agentes de governo e “laranjas” da empresa.

Decorridos vários meses, sua situação – objetiva e, sobretudo, emocional – manteve-se relativamente estável. Procurou enfrentar os problemas de inadimplência que se acumulavam, intercalados por períodos de esperança de que “as coisas melhorem”. O sinal



mais evidente de sua reação fez-se sentir no fim de 2009, graças às viagens que passaria a promover a São Paulo e à incorporação de novos produtos – tais como camisetas de marcas falsificadas – que, aos poucos, passaram a substituir as roupas infantis de confecção própria nas partes mais visíveis de sua banca. Em uma das conversas que tive com ela, na saída do camelódromo, ela contou com estertor as estratégias adotadas para “dar a volta por cima”: além da hipertensão, em função da ansiedade das vendas de Natal, dona Vera chegara a vender R\$ 6 mil reais num único dia, em meio às filas de pessoas, em frente à banca, de compradores interessados em suas mercadorias. Os produtos trazidos de São Paulo – circuito que conheceu com Juliano – mal chegavam à banca e já estavam todos vendidos.



Fotos 56 e 57: nas duas fotos à esquerda, banca de dona Vera no bloco B; à direita, no bloco A. Fonte: acervo de pesquisa, dezembro de 2010.



Passados dois Natais, as incertezas e desconfianças deram lugar à tranquilidade que só as escolhas estrategicamente acertadas poderiam garantir. Em primeiro lugar, sublocara mais uma banca, desta vez ao lado de sua titular, no bloco B, diante da desistência de um dos colegas. Perguntada sobre se faria o mesmo no bloco A, seu sorriso amarelo denunciava que, neste caso, era mais provável que acontecesse o contrário. No mercado imobiliário local que se consolidara naquela parte do camelódromo, são os seus colegas de corredor, ainda mais capitalizados que ela, quem fazem as ofertas mais vantajosas a dona Vera, para que entregue o ponto. Nesse caso, o simples fato de permanecer na banca, resistindo às investidas, já é tido como uma vitória pessoal, sinal visível do sucesso de vendas.

Com ar de superioridade e condescendência, comenta de suas vizinhas de box, que levantavam, a cada pouco, irrequietas, diante das fofocas de que, há poucos dias, a Polícia Federal batera em uma das bancas do bloco B e confiscara todas as mercadorias, que eram compradas e vendidas sem nota fiscal. O fantasma do “ICM”, de fato, estava na origem de muitas das especulações formuladas por meus interlocutores, ora apontando-o como uma instituição que tudo pode e tudo sabe, ora como um espectro pouco definível que, não obstante, poderia acabar com o futuro comercial de qualquer um. Dona Vera, por outro lado, adotara estratégias suficientes para garantir um Natal descansado: como mantivesse, lado a

lado, mercadorias de fabricação própria e aquelas trazidas de São Paulo, sem pagar impostos, decidiu substituir as etiquetas dos produtos comprados sem nota fiscal por aquelas que colocava nas confecções de fabricação própria, feitas a partir dos tecidos que comprava no mercado local e que, portanto, tinham nota fiscal. Assim, quando fosse perguntada pela origem de seus produtos, poderia alegar “fabricação própria” – as notas fiscais dos tecidos e as etiquetas o comprovariam. Obviamente, tal procedimento exigia um cuidado permanente quanto à qualidade dos produtos adquiridos, sem nota fiscal, em São Paulo. De modo a tornar suas propriedades semelhantes às das tecidos usados para a confecção própria, era necessário avaliar permanentemente onde e o que comprar.

Como é que essas pessoas podem ser tão ingênuas, meu Deus, achar que só colocando a maquininha de cartão de crédito já estão pagando imposto! Ai fica fácil, porque o ICM vê que eles tão faturando e não tão pagando nada! Eu sempre paguei todas as taxas, desde que registrei firma, o guarda-livros, tudo direitinho, como tem que ser, que é pra não me complicar depois.

Quando dona Vera soube, por meio de notificação, que estaria apta a candidatar-se a uma das vagas disponíveis no bloco A, por ocasião dos sorteios promovidos pela SMIC, não teve dúvidas em se inscrever. Aquela era uma oportunidade única para transferir sua banca titular, situada em um dos corredores menos visitados do bloco B, para junto de sua sublocação, do outro lado do camelódromo. Ao mesmo tempo, isso lhe permitiria ampliar exponencialmente o negócio, abrindo-lhe novas possibilidades de exposição, aumentando o volume de capital em circulação, bem como ampliando os projetos de grandiloquência junto aos colegas, cada vez mais enciumados com sua constante crescente. Um deles era o próprio Juliano – que, em uma de nossas conversas, exclamou, diante de dona Vera, enquanto esta se gabava de ter aumentado os limites de seu cartão de crédito, o qual usava como capital de giro, que era graças a tais atitudes que o movimento político perdera força.

## 7.5 – O Sorteio das Bancas no bloco A

A poucos dias do sorteio, que seria realizado nas dependências da SMIC, acompanhei as conversas de bastidor de meus principais interlocutores, no corredor lateral do bloco B, onde costumam ter lugar as redes de fofoca e sociabilidade. A chegada de dona Vera, como de surpresa, mobilizou todos os presentes. Imediatamente, seu Zé e dona Maria de Lourdes juntaram-se ao grupo; o mesmo aconteceu com dona Diva e dona Marilda, que vieram especialmente de sua banca para ouvir as novidades e fofocas de sua ex-colega de rua que agora estava bem posicionada no bloco A. Dona Vera saiu despejando informações sobre o que ficou sabendo das suas especulações na SMIC relativas ao sorteio das bancas disponíveis no bloco A. Todas as pessoas ouviam atentamente, inclusive dona Marilda, que nesse meio tempo tinha até pego uma escadinha da banca de dona Maria de Lourdes para sentar-se enquanto escutava. Todas comentavam, com feições de injúria, que a SMIC estava fazendo pouco caso de suas bancas, tendo repartido aquelas que lhe conviriam para outros sujeitos e,

logo em seguida, fazendo uma espécie de “demonstração pública” para dar a entender que as bancas teriam sido distribuídas democraticamente. Para completar, dona Vera ainda citou que ouviu algumas histórias no corredor de sua banca, no bloco A, de que efetivamente havia mais bancas por serem sorteadas.

Enquanto dona Maria, Vera e Marilda continuavam a especular sobre o que poderia acontecer com o seu futuro, já que o trio estava disposto a mudar-se definitivamente para a frente, dona Diva e seu Zé continuavam conversando entre si, desta vez sobre o fim das maracutaias que aconteciam por debaixo dos panos e que afetavam toda a credibilidade do projeto. De acordo com seu Zé, somente uma mudança total na estruturação política da prefeitura poderia alterar o quadro. E então passaram a especular sobre o que aconteceria no ano seguinte, em que os partidos políticos anunciariam suas candidaturas à prefeitura. Quando finalmente foi embora, dona Diva recomeçou sua conversa acerca das razões que a fizeram desistir de mudar-se para frente. Disse que, para todos os efeitos, ela já possuía uma casa própria, que, aliás, estava sempre em reforma e expansão, além de, no momento, investir o dinheiro de sua aposentadoria na construção de outras casas para alugar. Junte-se a isso, o trabalho no camelódromo permitia que ela se sustentasse, vendendo razoavelmente bem para pagar o aluguel da banca e da alimentação de casa.

Passada uma semana, retornei ao camelódromo e, para a minha surpresa, topei com a banca de dona Marilda fechada. Seus colegas de corredor, rapidamente, trataram de informar-me do ocorrido: ela havia sido contemplada, junto com dona Maria de Lourdes<sup>66</sup>, com um ponto no bloco A, para onde fora sem pestanejar.

A postura de vendas de dona Marilda podia ser a mesma, mas seu ânimo era completamente outro. Ocupando uma banca bem mais larga que a antiga, no bloco B, as roupas já estavam dispostas ao longo das três paredes internas. Havia inclusive casacos de inverno, cerca de três ou quatro, com cheiro de naftalina, em pleno verão, que ela encontrara no depósito de casa e resolvera trazer para dar a sensação de maior número de mercadorias. As roupas coloridas de verão, algumas das quais eram consignadas de Juliano, outras de seu Luís, outras ainda de dona Ângela, compunham a maior parte do cenário, e desta vez estavam dispostas até o alto da banca, de onde dona Marilda somente poderia tirá-las com o auxílio de uma vara. Uma parede com filetes abertos, bem ao estilo de linhas num caderno escolar, já havia sido comprada e já ornamentava o local, em que dona Marilda havia colocado cabides, à maneira de braços, e outros no formato de U, de modo a poder prender as roupas em maior quantidade e sem ocupar tanto espaço físico. O material custou-lhe R\$ 150,00, que ela contou ter investido com gosto no início da semana, quando veio efetivamente para o novo local. Da mesma forma, mandou fazer um novo pôster com os dizeres e a “marca” de sua loja:

---

<sup>66</sup> O sorteio provocara uma reviravolta de posições no bloco B – numa espécie de escala meritocrática que vai desde os “mais velhos” e adimplentes (realocados para o bloco A), passando pelas pessoas de idade (realocados para os melhores corredores do bloco B), até chegar aos que recém entraram no camelódromo e ainda não descobriram o que significa “penar” sem ter para quem vender (estes, sem nenhuma possibilidade de escolha).

“MLD confecções”. No local em que constava o número da banca, lia-se uma pequena correção; não se tratava mais do número 600, que denotava oficialmente seu pertencimento ao bloco B, mas sim de outro, colado por cima do velho com um papel escrito à mão: 149.

Ao longo de nossa conversa, dona Marilda dir-me-ia que não pretende mais trabalhar com roupa de adultos, pelo menos não durante o inverno; que esperava esgotar as vendas de verão das roupas que mantinha consignadas para, logo em seguida, colocar somente confecção infantil, que ela traria de Rivera e de São Paulo. Tal troca fá-la-ia ocupar menos espaço na bagagem, podendo ser trazida em maior quantidade, além de geralmente mais barata e providencial para passar a impressão de que ela estaria se “recuperando” muito mais rápido. Ela disse que ficaria o tempo que fosse necessário para “recomeçar” e, caso percebesse que não conseguiria comportar o novo ritmo, repassaria a banca através de sublocação: a grande vantagem do bloco A é estar no espaço mais prestigiado do camelódromo; infelizmente, o bloco B já era por demais associado à região dos fundos, à desordem e à falta de vendas, e tal estigma acabava pesando sobre os próprios comerciantes para impedi-los de vender. Por fim, havia ainda o valor comercial do ponto – que, tendo em vista o mercado imobiliário local, fazia com que dona Marilda recebesse várias propostas, quase que diariamente, da parte de seus novos vizinhos, interessados em comprar ou sublocar a banca. Para todos esses efeitos, o bloco B passou, subitamente, a ser tido como impróprio para o comércio, símbolo encarnado da falta de cuidado, da penúria e da degradação:

Eu não tenho nada contra o pessoal do bloco B, até tenho amigos lá, como o seu Zé e a dona Diva, mas eles insistem em ficar lá... O problema é que o bloco B não tem ambiente pra vender, é aquela fofoca, as pessoas não têm postura, se intrometem na vida de todo mundo, ficam dando palpites sobre a vida alheia. No fundo, poucos são amigos de verdade... Já aqui não, o pessoal é mais centrado, não perdoam uma, mas também não querem saber da tua vida, querem mesmo é se dar bem e vender.

Ao mesmo tempo, iniciaram os problemas com a ocupação da antiga banca; dona Eloá teria reaparecido, após um período de sublocação do próprio ponto, desta vez para acoplá-la aos seus interesses de repasse, alegando, junto à SMIC, que estava interessada em aumentá-la e expandir o negócio. O real objetivo, contudo, era fazer com que dona Dejanira, a mãe de Lindomar, tivesse um terceiro box acoplado ao seu, já que a banca titular de dona Eloá estava sublocada em seu nome e ela já a usava para colocar seus produtos. Só a ideia de ter três bancas ligadas uma à outra – uma das quais a sua própria – já lhe causava náuseas:

O que a Dejanira ta pensando? Ela mal consegue se virar pra pagar as coisas com as duas bancas que ela tem, ela não tem nada pra vender, o que ela vende não serve pra nada, é tudo coisa infantil que não dá dinheiro, não é uma mercadoria boa e que sai bastante. Mas deixa ela fazer isso, ela vai enfiar os pés pelas mãos.

Algum tempo depois, circulariam, pelos corredores do bloco B, fofocas negativas a respeito de dona Marilda, intermediadas pela boca de dona Diva: “o que?? Ela *cresceu* e agora não quer mais saber da gente? Viu dinheiro e agora cospe no prato que comeu? Será que, durante todo esse tempo, nós tínhamos uma *cobra* em nosso meio e não sabíamos?!”.



Para aqueles que não foram privilegiados pela inclusão, como candidatos, no sorteio, como Valdir e dona Diva, por exemplo, a questão central a ser debatida era se de fato a mudança poderia significar um novo recomeço ou, ao contrário, algo que acabaria ainda mais rápido com os camelôs do bloco B que se arriscaram nessa empreitada. Valdir sugere, nesse sentido, que, inevitavelmente, era necessário recomeçar tudo de novo, o que poderia ser extremamente prejudicial para aquelas pessoas que, como ele, já tinham conquistado uma clientela mais ou menos fiel no camelódromo. Por outro lado, a extrema concorrência e individualização que assolava o bloco A poderiam ser fatores cruciais para a decisiva derrocada. Diferentemente do bloco B, no bloco A não haveria qualquer tipo de companheirismo:

Ninguém vai cuidar da tua banca caso tu precise sair para ir ao banheiro ou resolver qualquer outra questão; aquilo ali é um verdadeiro “ninho de cobras”, se tu coloca um preço muito agressivo, forçando teus concorrentes a se adequarem, tu é ameaçado a vender a banca ou até ameaçado de vida.

## 7.6 – O futuro do bloco B

Com o objetivo de traçar uma diferença de perfis entre os blocos A e B, passados cerca de dois anos da abertura do empreendimento, Valdir citou o caso de uma senhora, cuja banca titular ficava a poucos metros de onde conversávamos, e que vendia artigos e roupas esportivos. Disse que, num determinado momento, ela decidira fazer uma parceria com sua colega para alugar uma banca no bloco A que, no entanto, não teria durado muito tempo. Além de perder o ponto, ainda tinha contraído uma série de dívidas. Donde Valdir supunha que haveria uma grande diferença no perfil de vendedor que ocupava o bloco B e aquele que estava no bloco A. Em primeiro lugar, ele diz que, para se instalar com relativo conforto e sucesso neste último, seria preciso especializar-se num único produto, tal como materiais esportivos, e fornecer o maior número de tamanhos e cores daquela mercadoria específica. Além disso, seria preciso trabalhar num ritmo suficiente para atender a demanda de todos os tipos de clientes.

Assim, concluiu Valdir, era fácil compreender o que destruiu a parceria das mulheres: enquanto elas vendiam materiais esportivos em baixa escala e quantidades, com produtos muitas vezes mais caros e de qualidade inferior que o concorrente, este ainda tinha a possibilidade de atender o mesmo cliente de forma rápida e atrativa. Possuía todos os tamanhos, cores e modelos de produtos e, caso não tivesse à pronta entrega, era provável que conseguisse para o dia seguinte. Já o perfil do sujeito que se dava bem no bloco B tinha de ser, necessariamente, o contrário: era preciso possuir a maior variedade possível de diferentes tipos de produtos, sem se especializar num determinado segmento. Foi este o motivo que o fez acrescentar outras mercadorias à linha que trouxera da rua: materiais esportivos, bolas, mochilas, meias, bijuterias, etc. O mesmo se passara com a senhora cuja parceria no bloco não dera certo: bastava olhar para a sua banca, ali na nossa frente, para

perceber que o material das roupas esportivas estava aquém daquele que era oferecido no bloco A e que, além disso, tinha sido forçada a aumentar os preços em função da falta de vendas.

Permitam-me encerrar com dois exemplos paradigmáticos, em tanto que contrastam entre si, observados ao longo da experiência etnográfica. Ambos dão conta dos possíveis rumos, a médio e longo prazo, do futuro do bloco B. O primeiro deles consiste na estratégia de Rafael Cabral, que possuía, no momento em que conversei com ele, duas bancas titulares e outra sublocada, as três no mesmo corredor do bloco B, onde vendia a atacado e varejo. Diante da euforia de várias pessoas que haviam migrado para o bloco A, ele resolveu arriscar, sujeitando-se a um contrato informal de sublocação temporária, em que pagara um adiantamento de R\$ 7,5 mil reais, seguido de R\$ 1500 reais mensais de aluguel. Quando perguntado se valera a pena, Rafael titubeou; sugeriu que o ponto era muito bom, embora a diferença para com as bancas no bloco B não compensasse o grande investimento financeiro realizado. Para ele, tudo era uma questão de diferenciar-se pelo tipo, qualidade e preço da mercadoria comercializada.

Seu projeto ficaria claro poucos meses depois, quando concretizou aquilo que, à época da conversa, era apenas uma ideia em gestação: realizou um investimento de R\$ 20 mil reais em 30 mil camisetas, a partir de um empréstimo bancário, em parceria com um conhecido do Paraná, que lhe permitiria praticar o preço de atacado mais competitivo do camelódromo: cada peça seria comprada por R\$ 7,50 e repassada, aos próprios camelôs, a R\$ 10,00 – exatamente o mesmo preço que, atualmente, os comerciantes pagavam para trazê-las de São Paulo. A diferença, obviamente, é que Rafael poderia oferecer o mesmo preço da capital paulista sem que o sujeito tivesse qualquer outra despesa ou desgaste com o deslocamento da viagem. Evidentemente, tal projeto só poderia ser concretizado mediante o abandono de Rafael do bloco A e seu retorno às bancas do bloco B, que, assim como em outros casos, passaram a servir como uma espécie de receptáculo dos fundos às grandes bancas do bloco A, interessadas em vender a varejo, onde a estética importa mais que a funcionalidade do espaço, típica das vendas a atacado.

O último caso é o de Dalton, cuja banca está localizada em um dos corredores intermediários do bloco B. Há cerca de dois anos, decidiu, na contramão do que observava de seus colegas, especializar-se num determinado tipo de mercadoria, o universo dos carrinhos colecionáveis em miniatura, que lhe permitia algum grau de personalização dos produtos, de fidelização dos clientes e de diferenciação estética da banca. Como se tratava de um público consumidor específico, sua estratégia consistia, dentro do universo das miniaturas, em investir naqueles carrinhos que vendiam para o público mais amplo possível, fosse ele composto de colecionadores, fosse de pessoas desconhecidas cujas compras constituíam redes mais ou menos amplas. Boa parte de seus pedidos ao fornecedor eram feitos a partir de pré-reservas, isto é, na certeza de que aquele produto seria, efetivamente, comercializado. O

restante era adquirido, simplesmente, com base na experiência de compras anteriores, assim como no gosto hegemônico de seus clientes.

Da mesma forma como sugere a trajetória de dona Vera, Dalton mesclava suas compras vindas de São Paulo – todas com nota fiscal – com aquelas oriundas do Paraguai. Falando acerca da carga tributária, ele foi enfático ao mostrar que, apenas em sua última compra, no valor de R\$ 2 mil reais, foram tributados R\$ 3 mil reais, decorrentes do imposto presumido sobre o lucro, exclusividade da legislação gaúcha. As semelhanças com o caso de dona Vera não cessam por aí, e passam pelo registro de empresa jurídica (algo que era condição essencial para que determinadas marcas de miniaturas aceitassem comercializar com ele) e, ainda, pela realização de uma parceria com a mesma senhora, a fim de divulgar o negócio nos jornais de circulação regional e popular, tal como, por exemplo, o Diário Gaúcho.

De acordo com Dalton, o equilíbrio financeiro no camelódromo exige, diante da imprevisibilidade econômica gerada pelo novo espaço de trabalho, um rigoroso disciplinamento pessoal e matemático. Ao longo da conversa com meu interlocutor, surpreendeu a naturalidade contábil com que esboçava cálculos mentais e estipulava gastos de subsistência, prática essa apreendida com a própria experiência desastrosa da perda da segunda banca, por inadimplência: para subsistir diariamente e arcar com as despesas de manutenção do ponto, era necessário trazer de casa o almoço e as bebidas, como água mineral. No camelódromo, gastava apenas com dois cafezinhos, espaçados, respectivamente, no turno da manhã e da tarde, o que contabilizaria cerca de dois reais, que deveriam então ser somados ao valor da passagem de ida e volta do centro da cidade.

Tal postura econométrica contrasta com vários outros casos que encontrei ao longo dos levantamentos quantitativos para o *survey*, em que a tônica consistia em negar enfaticamente qualquer possibilidade de matematizar a subsistência ou, ainda, a própria subjetividade. Para além das dificuldades de raciocínio lógico, o que estava em jogo, nesses casos era, antes, uma relutância em calcular o próprio destino, objetificar a própria sorte e, por extensão, descobrir o não revelado de suas finanças. Se há algo de enigmático na matematização, tratava-se, mais bem, de sua equacionalidade, de sua indefinida convertibilidade, capaz de dar materialidade ao medo e à apreensão do futuro que os trajetos de transição elaborados ao longo deste capítulo colocavam como uma possibilidade com a qual sempre era possível flertar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, do ponto de vista do Estado – e de outros agentes estratégicos desse campo – é possível compreender o realocamento espacial enquanto um reordenamento total da sensibilidade comercial, cuja *passagem*, além de tida como natural, seria também pouco problemática, os múltiplos trajetos desenhados pelos sujeitos na arquitetura social do camelódromo sugerem outra ideia de *transição*. Entendida como fluxo de sentido que permite pensá-la como uma fronteira, preta de significados, mais ou menos espessa, a *transição* suscitada pelo deslocamento dos camelôs reconfigurou o estatuto social do camelódromo como o signo visível a partir do qual o conhecimento sensível e as habilidades subjetivas dos sujeitos foram reordenados, com base em experiências de vida concretas.

O projeto de acomodação de camelôs proposto em 2005 pela nova gestão municipal de Porto Alegre deu origem, assim, a um complexo emaranhado de práticas e narrativas *sobre a transição*, que tinham como trajeto um movimento de deslocamento das ruas para um empreendimento simultaneamente público e privado. Se, como vimos nos primeiros capítulos, tratava-se inicialmente de uma *figuração* de agentes e perspectivas de engajamento que colocavam lado a lado iniciativa privada, Estado e camelôs, não menos importante era captar os caminhos que efetivamente se desenhavam na nova arquitetura do espaço em vias de apropriação e ressignificação – um *processo* que somente a etnografia, no acompanhamento sistemático de longa duração, poderia desvelar.

A concentração diária de centenas de comerciantes num mesmo espaço de trabalho trouxe pelo menos dois problemas principais, segundo seus próprios pontos de vista: de um lado, estava a concorrência e a ameaça de que laços sociais, afetivos e de sociabilidade pudessem ser convertidos em bens mercadológicos: a abertura do camelódromo, e o prognóstico de que este seria tratado e pensado como shopping, colocou os poucos comerciantes que ainda insistiam em “ser camelôs” numa dependência direta em relação à lógica de mercado que parecia ordenar o tempo, o espaço, as coisas e as relações entre as pessoas. Um segundo problema, como consequência do primeiro, é que essa nova ordem entre *sujeito, lugar e coisa* pressupunha igualmente uma nova *gramática* das relações sociais

que estava fundamentada na perda de autonomia do sujeito camelô diante de seu produto e de seu cliente: um novo perfil de comerciante, arrojado, atento às tendências da moda e do consumo atuais, preocupado com as oportunidades do momento e em estar à frente de seus colegas, vistos como concorrentes ou até inimigos, parecia insistir em se estabelecer no lugar do “ser camelô” – para quem o comércio, necessário tão somente à subsistência, era uma consequência não premeditada das relações sociais que se estabeleciam na rua. Essa nova gramática do que significava ser um “bom comerciante” estabeleceu, assim, novas hierarquias entre os sujeitos, entre aqueles capazes de “prever” as novas tendências e antecipar os produtos, aumentando cada vez mais o capital em jogo e a frequência das viagens ao Paraguai e Uruguai – principais centros de fornecedores –, e aqueles que, sem essa sensibilidade, deveriam se contentar com lucros menores e sonhos de expansão mais pacatos, isso quando não se convertiam em intermediários passivos entre a mercadoria – que obtêm, em geral, de terceiros ou ainda por consignação – e o cliente final: sem espaço, portanto, para as suas técnicas de saber-fazer da rua, quando podiam escolher, sem que ninguém os molestasse, *o que, a quem e como* vender.

Os sinais visíveis da camelotagem – performatizados pelos meus informantes nos interstícios dos espaços públicos e convertidos em positividade identitária no seio desses eventos – são transubstanciados para a dramática do cotidiano, em que “ser camelô” assume, repentinamente, a vanguarda de um processo cujo objetivo final é a permanência nos *espaços de trabalho* a partir do *trabalho* de elaboração de uma nova imagem de si enquanto comerciante, a meio caminho entre a rua e a “gaiola”. Isso fica evidente nos vários acontecimentos de campo que, à maneira de ritos de passagem, autorizam certos sujeitos a constituírem suas subjetividades nas interfaces com a narração de episódios fantásticos e divagações relativas às consequências desses eventos. De um lado, a passagem é instituída pelo reconhecimento de seus pares através da circulação pelas redes de sociabilidade: é preciso conhecer e ser conhecido pelos agentes estratégicos do campo que possuem incorporada a legitimidade em autorizar e propor os contextos dessa narração fantástica. Também é preciso que o sujeito carregue consigo as marcas – sinais ou signos distintivos – de sua passagem pelo universo da rua. Na experiência cotidiana do que significa situar-se nas fronteiras do (in)formal, do que é ser perseguido pela fiscalização, passar pelas intempéries naturais, etc., é fundamental que se demonstre publicamente, isto é, nesses acontecimentos imprevisíveis mas sempre recorrentes da vida em sociabilidade, o seu pertencimento e adesão a um trajeto coletivo de resistência. Esse “fazer face” ao Estado, significa, por sua vez, manter a autonomia de gerenciamento sobre as próprias bancas, técnicas e produtos de venda, bem como sobre o ritmo da incorporação das novas condições objetivas.

\* \* \*

Por fim, não menos importante, o acompanhamento das trajetórias e projetos de meus principais interlocutores de pesquisa – que são, também, os agentes destacados a partir

dos quais o camelódromo foi desenhado, apropriado e ressignificado, adquirindo contornos próprios – torna evidente que há uma tensão mutuamente definida entre o universo da política e o da economia. De alguma forma, como procurei demonstrar ao longo da dissertação, a configuração empírica do camelódromo trilhou caminhos sensivelmente distintos daqueles projetados por cada uma dessas modalidades de engajamento. Se o projeto de revitalização do centro, materializado na construção de um espaço fechado que abrigasse os camelôs, poderia representar o ponto culminante na trajetória de cada um deles, líderes camelôs, secretários e administradores, por distintas razões não o foi para nenhum deles.

Em primeiro lugar, no seio das novas tecnologias de governamentalidade (Foucault, 1979: 291-293), a adaptação da legislação das Parcerias Público-Privadas – por meio da *concessão* de terreno público à iniciativa privada para a edificação do shopping popular –, da qual o camelódromo constituiu o primeiro caso de Porto Alegre e, com efeito, um dos primeiros do Brasil, teve consequências díspares. Do ponto de vista regulatório, por exemplo, ela teve por efeito a criação do Comitê Gestor, através do estatuto interno do camelódromo, o que permitiu ao poder público atuar de forma sutil e estratégica, numa espécie de “mediação” tácita entre os interesses da empresa e os dos novos comerciantes. Por conseguinte, a PPP permitiu ao Estado “resolver” o problema do centro urbano, ao mesmo tempo em que se esquivava dos atritos cotidianos que pontuaram o processo de ressocialização dos camelôs em vias de tornarem-se pequenos empresários, transferindo-os para a empresa que realizou o investimento e com quem os camelôs devem manter uma relação de caráter contratual de locador-locatário. Assim, além de conquistar a concordância da sociedade mais ampla acerca da necessidade e da eficácia da remoção dos ambulantes das ruas, o governo foi capaz de reverter tal convicção para o espectro político, na medida em que a construção do camelódromo provou-se decisiva como projeto eleitoral para a recondução do mesmo bloco de partidos liderados pelo então prefeito José Fogaça ao poder, em 2008.

De uma perspectiva pragmática, a PPP sugere, em segundo lugar, a formação de uma zona de indefinição sobre a ingerência do prédio, o que permitiu, de um lado, aos fiscais da SMIC e, eventualmente, policiais militares, *exceder-se* no cumprimento de suas atividades regulamentares; de outro lado, autorizou a setores específicos dos comerciantes a reivindicar por melhorias seja na infraestrutura da obra, seja nas condições de comercialização, sob o argumento de que se trata de um prédio *público*. Finalmente, permitiu também à empresa redarguir às acusações de *capitalistas* e excessivamente *pecuniários*, na afirmação de que há um contrato *privado* firmado de exploração do espaço por 25 anos, prorrogáveis por mais 10 – e de que, se há um “culpado” nessa história, tratar-se-ia mais bem do próprio poder público, que teria pecado pela sua estratégica *ausência* do processo. Em poucas palavras, permitiu aos principais atores envolvidos cristalizarem seus distintos engajamentos no processo de transição, na própria materialização do espaço, nem bem público, nem bem

privado, com que se alternariam, doravante, governo, empresa e camelôs – ou, alternativamente, Estado, Mercado e Comerciantes Populares.

Para Juliano, por sua vez, que percebia no empreendimento a possibilidade de alavancar seu projeto político de candidatura a vereador, a transição teve consequências nefastas. Viu-se na iminência do despejo, cerca de um ano após a abertura. Como vimos ao longo do capítulo quatro, sua agência como líder lhe foi sendo paulatinamente suprimida pela própria comunidade que, volta e meia, lhe deixava sinais cada vez mais evidentes de que os caminhos adotados para a canalização das disputas tinham mais a ver com suas próprias pretensões do que com aquelas de seus seguidores. Assim, ao perder o vínculo que o atava ao grupo, e procurar, a todo custo, empreender a guerra em épocas de paz (Clastres, 1979; 2004), clamando pela própria visibilidade pública, mais que a das causas que dizia defender, Juliano foi preterido pelo próprio grupo que, em épocas passadas, o instituíra como representante dos comerciantes.

Isso porque, entre ele e o poder público – para onde procurava canalizar as insatisfações geradas desde as primeiras semanas pelo seu grupo, a ASFERAP –, havia a Verdicon S.A., empresa privada que assumiu, com o governo Fogaça, a responsabilidade de administrar e viabilizar, financeiramente, o empreendimento. Tendo o Estado removido os camelôs indesejados das ruas da cidade, coube à empresa a difícil tarefa de acomodar os camelôs – vale dizer, de proceder à exclusão e inclusão daqueles que, diante da premência de recuperar os investimentos realizados, tivessem condições financeiras e morais para fazê-lo. Neste ponto, a contratação de Elaine Deboni foi estratégica, na medida em que foi a partir de suas políticas de pedagogização econômica, e de classificação dos comerciantes, que se estabeleceram os critérios morais e estéticos que regulariam a sua permanência nos novos espaços de trabalho. Nessa empreitada, cujo objetivo último era, poderíamos dizer, a “adimplencialização” dos camelôs – já que, mais que receber o dinheiro, era preciso *torná-los* sujeitos adimplentes, bons pagadores, legalizados, infundindo neles uma nova cultura econômica baseada na reeducação das sensibilidades comerciais –, o governo passou a operar como *avalista* das políticas empreendidas pela empresária, na mesma medida em que isso implicava sua *invisibilização* sistemática, mais que sua ausência, do processo.

Isso não significa que o poder público não tivesse uma posição clara nesse campo de forças, mas, antes, que pôde evitar muito do desgaste a que invariavelmente se submeteram os agentes administrativos da empresa, na negociação com os camelôs dissidentes. Como seria possível, por exemplo, a um funcionário público ou comissionado tratar um cidadão como “gordo” ou “sujo”, como fizera Elaine, no interior de um contexto mercadológico e logístico que demandava uma reestruturação do arsenal de mercadorias – questão que para o sujeito poderia significar a condição para a sobrevivência econômica, e que para Elaine, para além disso, implicava igualmente transformar o camelódromo em algo mais que um agregado de ambulantes, quiçá um shopping comercial em pleno coração da cidade de Porto Alegre?

Assim, era de se esperar que Elaine fizesse críticas incisivas tanto a Juliano Fripp quanto a Idenir Cecchim, que teriam desvirtuado seu projeto de ressocialização estética dos camelôs, em nome de rixas e disputas políticas particulares. Somados a Alfonso – que tratava de profissionalizá-los como camelôs e não reeducá-los em sua subjetividade –, deflagrava-se a grande utopia de seu projeto – que, embora tivesse resolvido, satisfatoriamente, o problema da inadimplência, tinha deixado o “Shopping do Porto” à imagem daquilo que pretendia esconder: um camelódromo.

Idenir Cecchim, por sua vez, após os intensos debates pessoais com Juliano – noticiados, volta e meia, nas principais páginas de jornal – e os ataques à sua imagem durante o período mais incisivo de protestos e mobilizações políticas, em 2009, decidiu afastar-se da secretaria e, por extensão, da questão do camelódromo – que, embora tivesse contribuído para elegê-lo vereador, impedira-o de alcançar uma vaga na Assembleia Legislativa, em 2010, frustração que compartilha com Juliano, que trilhara o mesmo caminho, embora com muito menos votos (fato de que Cecchim se vale, volta e meia, para detratar seu interlocutor). Apesar dos inconvenientes, a gestão de José Fogaça não enfrentou desgastes significativos em função dos problemas enfrentados com os camelôs dissidentes – prova disso é que se reelegeu em 2008 estabelecendo a construção do camelódromo como a grande marca de sua primeira gestão na prefeitura de Porto Alegre.

Da mesma forma, Cecchim, embora ausente do Poder Executivo, continuaria promovendo o camelódromo enquanto modelo de readequação do comércio informal diante de autoridades políticas de outras localidades, entre as quais incluem-se cidades como Manaus/AM, Salvador/BA, Santa Maria/RS, Pelotas/RS e Rosário, na Argentina<sup>67</sup>. Em alguns desses casos, Juliano ainda ofereceria resistência, tratando de articular-se com os representantes de cidades como Pelotas – onde possuía alguma base eleitoral – e Santa Maria, no intuito de “derrubar” o que chamava de “privatização do espaço público”, já que, como supunha, além de exportar o modelo porto-alegrense, construído com base na PPP, também carregava consigo a parceria realizada com a empresa Verdicon.

Enquanto isso, Alfonso Limberger segue suas tratativas silenciosas, porém eficazes, com os agentes da empresa e da prefeitura. Sua associação de comerciantes cresce a cada dia, a partir de vantagens como departamento jurídico e plano de saúde à disposição aos seus associados. Como ressaltou, em certa ocasião, quando falávamos a respeito de projetos futuros, que incluíam desde a climatização de todo o prédio até pequenas modificações comportamentais por parte dos camelôs, como o abandono do cigarro ou da alimentação no interior das bancas, a supressão dessas práticas, tidas como ultrapassadas do ponto de vista

---

<sup>67</sup> Em Porto Alegre, o governo tratou de propor a construção de um segundo camelódromo, na Restinga, um dos bairros mais populosos da cidade, situado na Zona Sul, chamado de “Centro Popular de Compras da Restinga”. De dimensões muito mais modestas, o espaço abrigará 53 bancas, sendo 45 lojas de comerciantes populares, três de frutas, cinco de alimentação e dois sanitários. A obra terá 620m<sup>2</sup> de área construída e custo estimado de 600mil reais. Como a área já é da prefeitura, não haverá cobrança de aluguéis, apenas rateio dos custos administrativos de manutenção do espaço.



dos novos lojistas, deveriam ser feitas apenas em longo prazo. Enquanto isso, Alfonso vale-se de sua ampla rede de alianças para perpetuar-se à frente da associação e como interlocutor privilegiado do governo, sem que sua agência mediadora apareça excessivamente aos olhos daqueles que, sempre ávidos, esperam por qualquer falha para assumir sua posição.

Quanto ao futuro do empreendimento, peremptoriamente clivado entre os blocos A e B, é pouco provável que as diferenças que desde o início demarcaram seus espaços se resolvam por completo. Ao tratar a todos os camelôs como iguais – isto é, enquanto população homogênea passível de categorização –, o Estado não fez mais que acentuar eventuais diferenças que já se faziam sentir, entre os camelôs, ainda no tempo da rua. O bloco A foi, nesse ponto, nitidamente privilegiado. Não somente porque fossem favorecidos em termos da localização econômica, mas sobretudo porque acomodaram comerciantes, em boa medida lojistas, que estavam nas ruas por conveniência. Como deixam claro os trabalhos a esse respeito (Pinheiro-Machado, 2004), os camelôs do entorno da Praça XV, que vieram a ocupar o bloco A, reproduziam-se há gerações, e tinham um senso comercial (que incluía desde o traquejo para lidar com estoques, clientes e concorrência) comparativamente mais elaborado que aquele, digamos, da ASFERAP, organizados em torno da Rua da Praia. Com a extinção jurídica da categoria “camelô”, os comerciantes situados no bloco B foram nitidamente desprivilegiados. Seja porque tivessem de se apropriar dos pontos menos movimentados, seja porque estivessem mais próximos daquilo que constituía o imaginário acerca do ofício de camelô, de um lado, e da prática itinerante, de outro.

À última vez que estive no camelódromo, em meados de 2011, surpreendi-me com a reestruturação do bloco B. Com boa parte das bancas que outrora eram ocupadas por camelôs agora tomadas por atacadistas que dividiam vários espaços de maneira contígua, a etnografia deixa em aberto o conturbado problema do futuro daquele espaço – que, para alguns, enquanto especulam à espera de clientes, poderá tornar-se um grande estacionamento, enquanto para outros é certo que será ocupado, em longo prazo, por uma grande rede de hipermercados. Entre uma e outra possibilidade, a observação participante deixou claro que, à semelhança dos ciclos a partir dos quais organizei a transição, mais do que os fatos, importam as especulações a seu respeito.

Nesse sentido, a opção pela etnografia, que balizou toda a dissertação, permitiu demonstrar como tais narrativas, de modo idêntico ao que acontece com o projeto do “camelô” e do “lojista”, vão e voltam, à medida que a arquitetura do espaço vai recebendo os contornos próprios desenhados pelos trajetos dos sujeitos que ocupam o bloco B. Se certos atores pereceram ao longo da empreitada, é certo que seus passos ficaram marcados na paisagem assim construída pelas suas táticas e habilidades. Para voltar a um argumento sobre o OP, onde tudo começou, é na dinâmica dessa circulação que se cristalizam as “marcas” da expertise apreendida pela frequência desses espaços, que dá os contornos

nunca completamente sedimentados das práticas e das nuances que organizam os passos perdidos de meus interlocutores de pesquisa.

Enquanto esperam, meus informantes continuam suas rotinas diárias, reinventando a si e ao universo de práticas e concepções da rua, que permanece orientando seus trajetos de transição. Convocados a atuarem como meros intermediários de bens – sob o risco de se tornarem, eles próprios, um *bem em extinção* na figura do camelô – ou a modificarem suas mercadorias e projetos em nome das necessidades de mercado, os sinais dessa resistência aparecem e se acumulam na degradação do corpo; na maneira como reconstroem a sociabilidade; nas conversas de bastidor; na espera pelos clientes; nas narrativas de desespero, humilhação e exploração; nas preocupações com o futuro, sem saber o que fazer ou esperar; nos sentimentos de expropriação do tempo, do espaço e da própria subjetividade; na vontade de desistir; na relutância em mudar de mercadoria; no medo de endividar-se; enfim, nesse perigo sempre presente de esquecer o que significa “ser camelô” e deixar-se levar pelos projetos, sedutores porém arriscados, individualistas porém bem-sucedidos, de fabricação do *comerciante popular*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, Marc (1997). “La mise en représentation du politique”. In: ABÉLÈS, Marc & JEUDY, Henri-Pierre. *Anthropologie du politique*. Paris, Armand Colin/Masson, p. 247-271.

ABRAMOWAY, Ricardo (2009). “Anticapitalismo e inserção social dos mercados”. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 21 (1), São Paulo, p. 65-87.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson (1997). *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Palmarinca.

\_\_\_\_\_ (2004). *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial.

AGUIAR, Julia Saldanha Vieira de (2007). *Camelódromo da Praça XV: improviso, comunicação e auto-organização*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 131 pp.

APPADURAI, Arjun (2006). “Introduction: commodities and the politics of value”. In: APPADURAI, Arjun. *The social life of things*. Cambridge: Cambridge Un. Press, pp. 3-63.

ARANTES, Antonio (2000). “Introdução”. In: *Paisagens paulistanas*. São Paulo: Unicamp e Imprensa Oficial: 2000, p. 17-23.

BAKHTIN, Mikhail (1993). “Introdução: a apresentação do problema”. In: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 2ª Ed. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora UnB, p. 1-50.

BARNES, J. A. (1987). “Redes sociais e processo político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 159-193.

BARROSO, Priscila F. (2009). ‘CD, DVD, CD, DVD’ *Estudo etnográfico das práticas sociais e redes de solidariedade dos vendedores ambulantes*. Trabalho de Conclusão. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

BECCARIA, L. (2000). “Argentina: informalidad laboral en el nuevo modelo econômico”. In: *Informalidad y Exclusión Social*. SIEMPRO/OIT/Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, pp. 139-160.

\_\_\_\_\_ (2001). *Empleo y integración social*. Fondo de Cultura Económica, colección popular, Buenos Aires.

- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas (1983). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BLOCH, Maurice (1989). *Ritual, history and power: selected papers in anthropology*. London: Athlone Press.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (2007). “O Ser Social, o Tempo, e o Sentido da Existência”. In: *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p.261-267.
- \_\_\_\_\_. (1983). “Esboço de uma teoria da prática”. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, p. 46-81.
- \_\_\_\_\_. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CAILLÉ, Alain (2002). *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (2000). “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, p. 17-36.
- CLASTRES, Pierre (2004). “A questão do poder nas sociedades primitivas”; “Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas”. In: *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 145-151; 231-270.
- \_\_\_\_\_. (1979). “O dever de palavra”; “A Sociedade contra o Estado”. In: *A Sociedade contra o Estado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 149-211.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John (2003). “Ethnography on an Awkward Scale: Postcolonial Anthropology and the Violence of Abstraction”. In: *Ethnography*, v. 4, p. 147-179.
- CRAPANZANO, Vincent (2005). “Horizontes imaginativos e o aquém e o além”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 48, n.º1.
- CUNHA, Manuela I. P. da (2006). “Formalidade e Informalidade: questões e perspectivas”. In: *Etnográfica*, Vol. X (2), p. 219-231.
- DAMO, Arlei Sander (2006). “A peça orçamentária: os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense”. In: FONSECA, Claudia; BRITTES, Jurema (Org.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 136-183.
- \_\_\_\_\_. (2008). “Cultura e Agência: o Engajamento no Orçamento Participativo”. In: *Revista Campos*, 9/1, 51-85.
- DE CERTEAU, Michel (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DELZESCAUX, Sabine (2001). *Norbert Elias: une sociologie des processus*. Paris: Harmattan.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando (1986). “A construção social da pessoa moderna”. In: *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed/Cnpq, p. 35-58.
- DUMONT, Louis (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.

ELIAS, Nobert (1990). “Da sociogênese dos conceitos de ‘civilização’ e ‘cultura’”. In: *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Jorge Zahar Ed., p. 21-61.

\_\_\_\_\_ (1994). “Parte I: a sociedade dos indivíduos”. In: *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 11-60.

\_\_\_\_\_ (1995). *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1978). *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.

FASSIN, Didier (2005). “Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes”. In: *Educação*. Porto Alegre/RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 201-226.

FOUCAULT, Michel (1979). “A Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_ (1984). “Introdução: a problematização moral dos prazeres”. In: *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, p. 7-32.

FRANCO, Sérgio da Costa (1988). *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal.

FRÚGOLI JR., Heitor (2008). “Sociabilidade e consumo nos shoppings centers de São Paulo: eventos e desafios recentes. In: BUENO, Maria Lúcia & CAMARGO, Luís Octávio de Lima. *Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: editora SENAC.

GEERTZ, Clifford (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GHASARIAN, Christian (2007). “Art oratoire et citoyenneté participative à Rapa”. In: NEVEU, Catherine (org.). *Cultures et Pratiques Participatives*. Paris: L’Harmattan.

GIDDENS, Anthony (1989). “A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social. In: *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p. 229-286.

GIRÓN, Nacho (2011). *La Salada: radiografía de la feria más polémica de Latinoamérica*. Buenos Aires: Ediciones B.

GODBOUT, Jacques (2002). “Homo donator versus homo oeconomicus”. In: Paulo Henrique Martins (org.). *A dívida entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras sociais. Petrópolis, Vozes, p. 63-97.

GOLDMAN, Marcio (1999). “Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa”. In: *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, p. 21-38.

HACHER, Sebastian (2011). *Sangre Salada: una feria en los márgenes*. Buenos Aires: Marea.

KOPPER, Moisés (2012). “Política, Economia e Mediação Simbólica: notas etnográficas sobre a constituição da chefia social a partir da experiência do Camelódromo de Porto Alegre”. In: *Cadernos de Campo*, USP, v. 20.

\_\_\_\_\_ (2009). *Arte Oratória e Democracia Participativa: etnografia das performances e estratégias discursivas de líderes comunitários a partir de sua atuação na esfera pública de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_ (2011). “Entre Subjetividades Econômicas e Economias Subjetivas: o Camelódromo de Porto Alegre e as Experiências do Processo de Transição”. In: *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, p. 102-140.

KOPYTOFF, Igor. (2006), “The cultural biography of things: commoditization as process”. In: APPADURAI, Arjun. *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 64-94.

KUSCHNIR, Karina (1999). *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.

LAMONT, Michèle e MOLNÁR, Virág (2002). “The study of Boundaries in the Social Sciences”. In: *Annu. Rev. Sociol.*, 28, p. 167-195.

LANDÉ, Carl H (1977). “Introduction. The dyadic basis of clientelism”. In: SCHIMIDT, Steffen W. et alii. *Friends, followers and factions: a reader*. Berkeley, University of California Press, 1977, p. XIII-XXXVII.

LANNA, Marcos (2005). “As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres”. In: *Mana*, vol.11, n.º 2, Rio de Janeiro, p. 419-448.

LEITÃO, D. K. & PINHEIRO-MACHADO, R. (2006). “O luxo do povo e o povo do luxo: consumo e valor em diferentes esferas sociais no Brasil”. In: LEITÃO, D. K.; LIMA, Diana N. O.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs.). *Antropologia & Consumo*. Porto Alegre: AGE.

LEITE, Rogerio Proença (2002). “Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 17, n.º 49, p. 115-134.

\_\_\_\_\_ (2001). *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

LOMNITZ, Larissa Adler (2009). “Redes informais de intercâmbio em sistemas formais” e “Sobrevivência em um bairro de periferia na Cidade do México”. In: \_\_\_\_\_. *Redes Sociais, Cultura e Poder*. Rio de Janeiro, E-Papers, p. 37-63 e 139-182.

MACHADO DA SILVA, Luís Antonio (2002). “Da informalidade à empregabilidade”. In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109.

MAFRA, Patrícia Delgado (2005). *A “pista” e o “camelódromo”*: camelôs no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (2009). “Etnografia como prática e experiência”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156.

MARTINS, Cleber Ori Cuti (2004). *As fronteiras da informalidade: a relação da prefeitura e da Câmara de Vereadores de Porto Alegre com os vendedores ambulantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAUSS, Marcel (1974). “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”; “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 185-314; 367-397.

Mello, Cátia Sento Sé (2011). “O Sofrimento como recurso de acesso ao direito: efeitos da política de recadastramento dos camelôs em Niterói”. In: *Cidade e Conflito: guardas municipais e camelôs*. Niterói: editora da UFF, 2011.

MITCHELL, J. Clyde (1974). “Social networks”. In: *Annual Review of Anthropology*, v. 3, p. 279-299.

MIYAZAKI, Hirokazu (2006). “Economy of Dreams: Hope in Global Capitalism and Its Critique”. *Cultural Anthropology*, vol. 21, n.º 2, p. 147-172.

MOLINA, Eduardo Chávez (2010). *La construcción social de la confianza en el mercado informal*. Buenos Aires: Nueva Trilce.

NORONHA, Eduardo G. (2003). “‘Informal’, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 18, n.º 53, p. 111-129.

OLIVEN, Ruben G. (1989). “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, p. 5-14.

\_\_\_\_\_ (1992). *A Parte e O Todo: A Diversidade Cultural No Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. 143 pp.

ORTNER, Sherry B. (2006). “Poder e Projetos: Reflexões sobre a Agência”; “Uma atualização da Teoria da Prática”. In: *Conferências e Diálogos: Saberes e práticas antropológicas*. Goiânia: 25ª Reunião Bras. de Antropologia, p. 19-77.

PALMEIRA, Moacir (2001). “Política e tempo: nota exploratória”. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, p. 171-177.

PALMEIRA, Moacir; HERÉDIA, Beatriz (1995). “Os comícios e a política de facções”. In: *Anuário Antropológico*, v. 94, p. 31-94.

PEIRANO, Marisa (2006). “A alteridade em contexto: o caso do Brasil”. In: *A teoria vivida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 53-67.

\_\_\_\_\_ (2001). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2004). “A *Garantia soy yo*”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros na cidade de Porto Alegre e na fronteira Brasil/Paraguai. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia social, Universidade Federal do Rio Grande do sul.

\_\_\_\_\_ (2008). “China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, n.º 67, p. 117-134.

\_\_\_\_\_ (2009). *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

QUINTANEIRO, Tânia (2006). “The concept of figuration or configuration in Norbert Elias’ sociological theory”. In: *Teor. soc.*, vol.2, n.º 12.1, Belo Horizonte.

RABOSSI, Fernando (2004). *Nas ruas de Ciudad del Este*. Tese de doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Regimento do Centro Popular de Compras de Porto Alegre* (2011). Porto Alegre: Shopping do Porto.

Revista “Shopping do Porto” (2011). *Inovação no Comércio Popular*. Porto Alegre: Gráfica Trindade.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2010). “A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-Hegemônico”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, nº 74, p. 21-38.

\_\_\_\_\_ (2006). “Economic Globalization from below”. IN: *Etnográfica*, Vol. X (2), p. 233-249.

RICOEUR, Paul (1994). *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

RUPPENTHAL, Francieli (2010). *De Protagonista a Coadjuvante: um olhar antropológico sobre o OP de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SAHLINS, Marshall (1990). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SIMMEL, Georg (1996). *A Filosofia da Paisagem*. In: *Política e trabalho*, p. 15-24.

\_\_\_\_\_ (1998). “O Dinheiro na Cultura Moderna”. In: SOUZA, Jessé e OËLZE, Berthold (orgs). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da UnB, p. 23-40.

SOUZA LIMA, A. C. (2002). “Introdução”. In: SOUZA LIMA, A. C. (org.). *Gestar e Gerir*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 11-22.

TAMBIAH, Stanley (1997). “Conflito Etnonacionalista e Violência Coletiva no Sul da Ásia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 5-37.

TAUSSIG, Michael T. (2010). “O diabo e o fetichismo da mercadoria”. In: *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: UNESP.

TURNER, Victor. “Dramas Sociais e Metáforas Rituais”; “Paradigmas religiosos e ação política: Thomas Becket no Concílio de Northampton”; “Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da Communitas”. In: \_\_\_\_\_. *Dramas, campos e metáforas*. Niterói, EdUFF, 2008, p.19-89; 215-252.

\_\_\_\_\_ (2005). “Betwixt and Between: o período liminar nos ‘ritos de passagem’; “Um curandeiro ndembu e sua prática”. In: *Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, p. 137-158; 449-488.

\_\_\_\_\_ (1974). *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes.

VELHO, Gilberto (1981). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_ (1994). “Trajetória Individual e campo de possibilidades”. In: *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.) (2001). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Acroplano.

WAGNER, Helmut R. (Org.) (1979). “Introdução”. In: *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. RJ, Zahar.



